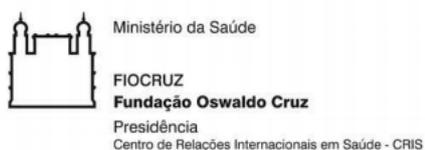


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 07/2023
27 de abril a 08 de maio de 2023



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 11 de maio de 2023



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
11	Reflexões impublicáveis de um observador atento - <i>Santiago Alcázar</i>	
16	Mazzucato propõe bases de uma nova Economia - <i>Mariana Mazzucato</i>	
20	Entramos na última etapa para aprovar no CDH o Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento – um momento histórico das lutas contra a colonialidade e em favor de um mundo mais justo - <i>Armando De Negri Filho</i>	
39	Fim da emergência em saúde global. Continuidade da ameaça em saúde global - <i>Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão</i>	
44	Desafios em Ciência, Tecnologia e Inovação e os acordos de Basileia, Roterdã e Estocolmo - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
53	Esforços do PNUD para mobilizar finanças para o desenvolvimento sustentável - <i>Erica Kastrup</i>	
56	OIT engajada no esforço global para tornar mais “verdes” empresas, processos e locais de trabalho - <i>René Mendes</i>	
66	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
71	Imunização e a Situação das Crianças em 2023 - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes</i>	
77	As perspectivas para os anos finais da Década de Ação sobre a Nutrição e os aprendizados globais e regionais da iniciativa - <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana</i>	
85	Reunião Fórmula-Arria do Conselho de Segurança da ONU sobre a “Proteção do Patrimônio Cultural em Conflitos Armados” - <i>Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard</i>	
88	Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
91	Infraestrutura e Proteção Social: Informe da UNCTAD - <i>Claudia Chamas</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
94	Um mundo em turbulência: oportunidade para focar na saúde pública! - <i>Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas, Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza</i>	
107	O primeiro de maio, o lugar das trabalhadoras e dos trabalhadores nas reformas sociais e as reparações históricas, como signos das reivindicações por justiça global - <i>Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho</i>	

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 113 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 129 Brasil em destaque para os Grupos dos Ricos: G20, G7 e OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 137 Prioridades do BRICS em 2023 e Calendário de eventos - *Claudia Hoirisch*
- 139 Diplomacia da saúde na América Latina e no Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 151 Visita do chanceler alemão à África com Rússia e China na bagagem - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 161 Na Europa, sarampo, mpox, acolhimento aos refugiados e os seis meses de gestão da extrema-direita na Itália - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 165 Do local ao global: a erradicação da pólio no Afeganistão e o avanço para desdolarização do Sul Global - *Lúcia Marques*
- 173 Globalização, Emergências e Re-emergências - *André Costa Lobato*
- 175 O fim da emergência nos EUA - *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 177

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 180

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 181

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 07/2023 – 27 de abril a 8 de maio de 2023

Apresentação

Finalmente chegou, no último 5 de maio, a tão esperada notícia de que a OMS decretou o fim da pandemia ou, em termos técnicos, que Tedros Adhanom, DG da Organização, declarou a Covid-19 encerrada como uma emergência de saúde global, após deliberações do Comitê de Emergências da OMS¹. Não foi uma decisão aceita unanimemente por especialistas renomados, como Margareth Dalcolmo². Mas, com isto, talvez sobre tempo à diplomacia global para debruçar-se não apenas sobre a recuperação pós-pandemia e a prevenção de novas emergências, a guerra da Ucrânia e outras mazelas globais, o que não pode ser abandonado, certamente. Contudo, focar, de verdade e com eficácia, sobre o importante processo civilizatório do desenvolvimento sustentável, representado pela Agenda 2030 e seus 17 ODS, cujo foco central é a equidade e um desenvolvimento harmônico, que não deixe ninguém para trás, não destrua a natureza e seja equilibrado econômica e socialmente.

A agenda do desenvolvimento sustentável é intensa neste 2023, com todo o sistema das Nações Unidas assombrado pela evolução decepcionante do desempenho das metas dos ODS a meio-caminho de 2030. Reflexões ‘impúblicáveis’ sobre o tema aparecem no artigo de **Santiago Alcázar**, que também tece comentários sobre outros domínios políticos do sistema ONU.

Por toda a influência da concepção econômica que rege o mundo neoliberal sobre o desenvolvimento e a saúde, e da necessidade de mudá-la drasticamente para uma ‘nova economia’, transcrevemos nos Cadernos o texto de **Mariana Mazzucato**, publicado em 5 de maio no blog *Outras Palavras*, na qual a brilhante economista italiana defende que o lucro e o mercado já não podem organizar a vida e a produção. É preciso investimento público, planejamento e redistribuição global de riquezas. A autora aponta caminhos.

A viagem de Lula ao Reino Unido na quinzena que passou faz parte do ‘relançamento’ das relações diplomáticas do Brasil, recordando que desde a posse o presidente já visitou Argentina, Uruguai, Estados Unidos, China, Emirados Árabes Unidos, Portugal e Espanha e teve encontros com diversos líderes mundiais, tanto no Brasil, como no exterior. Em sua próxima viagem, Lula vai participar da Cúpula do G7, dias 20 e 21 de maio, em Hiroshima, Japão.

De outro lado, voltando ao dia-a-dia da política que nos cerca na América do Sul (porque tem indiscutíveis influência na saúde regional) começamos por registrar a vitória do direitista Santiago Peña nas eleições presidenciais do Paraguai, no último dia 30 de junho, o que estende os atuais 70 anos de poder do Partido Colorado por mais 5 anos. No Equador, a possibilidade de um *impeachment* ao presidente direitista Guilherme Lasso poderia antecipar eleições, nas quais o progressista Rafael Correa teria chances. Na Argentina, uma gravíssima crise econômica

¹ Ver: [https://www.who.int/news/item/05-05-2023-statement-on-the-fifteenth-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-coronavirus-disease-\(covid-19\)-pandemic](https://www.who.int/news/item/05-05-2023-statement-on-the-fifteenth-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-coronavirus-disease-(covid-19)-pandemic)

² Dalcolmo afirmou que era muito cedo para suspender a emergência, visto que ainda há tarefas urgentes, como pesquisa sobre variantes da Covid e desenvolvimento de vacinas melhores. Por outro lado, ter a designação de emergência global de saúde pública também cria alavancagem para que nações de baixa renda tenham acesso a tratamentos e apoio, disse ela.

ensombrece os últimos meses do governo Fernandez e abre possibilidades para uma vitória dos conservadores no pleito de outubro. A extrema direita infligiu uma dura derrota ao governo Boric na votação da Constituinte no Chile. No Uruguai vão se realizar eleições presidenciais em outubro de 2024.

Na Colômbia³, o presidente Petro trocou sete ministros, incluindo a combativa ministra Carolina Corcho, artífice da reforma da saúde, mas que se encontrava no centro das disputas entre o Executivo e parte do Congresso, o que levou ao derretimento da coalização de apoio ao governo no congresso colombiano, que obstrui as reformas de proteção social, trabalhista, de aposentadoria e da saúde — essa última para fazer importantes mudanças no modelo hegemonicamente privado.

Com todos estes movimentos no tabuleiro político da região, há possibilidades de expressivo redesenho do mapa político da América do Sul, com repercussões em cada país e em toda a ALC. Neste momento, s.m.j., a região conta com oito presidentes de esquerda (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Guina, Suriname e Venezuela), dois de centro-direita (Paraguai e Uruguai) e um declaradamente direitista (Equador).

No seu informe sobre o **Conselho de Direitos Humanos da ONU, De Negri Filho** traz a proposta quase final do *Tratado ou Convenção sobre o Direito ao Desenvolvimento*, a ser discutida na 24ª Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o tema, 15-19 de maio de 2023, em Genebra. Há enorme expectativa pela adoção deste instrumento juridicamente vinculante, que avança um direito com grande impacto em favor da materialidade de todos os direitos e promove uma nova ordem política e econômica internacional, onde se localiza a possibilidade do pleno direito à saúde. O percurso do referido Grupo de Trabalho desde 1998 e os esforços para compor esta proposta de Tratado e sua viabilidade política, são dignos de respeito e admiração.

O texto do Tratado recolheu os aspectos essenciais da Declaração do Direito ao Desenvolvimento e ampliou seu alcance mediante a atualização com temas relacionados ao ambiente, aos direitos dos povos indígenas e a igualdade de gênero. Ao mesmo tempo que perfilou os instrumentos para dar impulso ao Tratado após sua aprovação, particularmente mediante os conceitos de dever de cooperar e não criar obstáculo para o desenvolvimento de outros países. Cria as formas de monitoramento e avaliação da implementação do direito ao desenvolvimento com a formação de uma Conferência de Países Parte do Tratado e as medidas de punição aos que violam esse direito. Ao excluir medidas coercitivas unilaterais que afetam o desenvolvimento dos povos e nações e relacionar a dimensão da pessoa individual e da pessoa coletiva como sujeitos do direito ao desenvolvimento, o Tratado defende o princípio da autodeterminação dos povos e a construção permanente de suas soberanias, da mesma forma que integra de forma sistêmica todos os direitos, alinhando-os na luta contra as desigualdades dentro e entre os países, projetando a transversalidade profunda e estratégica que é demandada ao sistema de direitos humanos, tanto pelo SG da ONU, como por todas as sociedades que aspiram à justiça social.

Portanto, será um grande momento para o Conselho de Direitos Humanos quando se aprove este Tratado na Sessão de Setembro e logo se encaminhe o texto para a Assembleia Geral da ONU. Estamos agora desafiados a preparar o terreno para o processo de ratificação de pelo menos 20 países, para que o Tratado entre em vigor, assim como tornar este direito

³ Ver: <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/colombia-petro-encara-os-conservadores/>

conhecido pela cidadania em nossos países e se torne justificável. Os leitores encontrarão a versão portuguesa do Tratado produzida para este informe.

Cabe destacar ainda os movimentos do governo brasileiro para voltar ao CDH na eleição que ocorrerá no final deste ano. Os pontos que são apresentados pelo governo federal para este regresso buscam resgatar protagonismo e compromisso da delegação brasileira na materialização dos direitos humanos em todo o Mundo.

Trinta e nove meses após a declaração em 30 de janeiro 2020 de uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional, o diretor geral da **OMS** - Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus declarou o fim da fase de emergência da Pandemia da Covid-19. Na sequência muitos governos seguiram o exemplo e em alguns casos já eliminaram benefícios aos mais necessitados que estavam vigentes durante a fase de emergência como acesso a testes e tratamentos. A análise sobre este processo e suas implicações estão no informe de **Reges, Bermudez e Galvão** neste Caderno.

A ciência, a tecnologia e a inovação são cruciais para o progresso econômico e social de um país, permitindo a criação de soluções inovadoras para enfrentar os desafios globais. Do ponto de vista químico e analítico, garantir o acesso a tecnologias e inovações para todos é fundamental para monitorar substâncias químicas e identificar rapidamente possíveis ameaças à saúde pública ou ao meio ambiente. O informe de **Magalhães e Galvão** sobre **ambiente e saúde** aborda dois eventos - o *Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação da ONU para acelerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* e a *Tripla Convenção de Basileia, Roterdã e Estocolmo*. Apesar dos avanços em ambos os eventos, o acesso limitado a tecnologias em países em desenvolvimento é um desafio comum que prejudica tanto a agenda 2030 quanto a proteção da saúde pública abordada na tripla COP. Na visita ao Reino Unido, por ocasião da coroação de Charles III, o primeiro ministro Rishi Sunak prometeu cerca de 500 milhões de reais para o Fundo Amazônia.

Kastrup apresenta um conjunto de iniciativas e ferramentas que vem sendo desenvolvidas pelo **PNUD** com o importante objetivo de reorientar as finanças nacionais e internacionais para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Ao mesmo tempo em que destaca que a iniciativa é louvável e mais necessária do que nunca, atenta para o fato de que é delicada a missão de se aliar interesses privados e objetivos públicos.

A **OIT** lançou no final do ano passado robusto estudo sobre *“Greening Enterprises: Transforming Processes and Workplaces”* , primeiro relatório de pesquisa focado especificamente na transição de empresas. O que empresas de diferentes setores e portes estão fazendo para reduzir as emissões? Como as pequenas empresas nos países em desenvolvimento estão se adaptando à ‘transição justa’ e qual foi o impacto da crise da COVID-19 na ‘transição verde’? Que políticas promovem a produtividade empresarial e a sustentabilidade ambiental? **Mendes** nos apresenta e comenta os principais achados do documento em tela.

O **Grupo de Trabalho de Migrações, Refúgio e Saúde Global** relata a visita feita ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em São Paulo, discorre sobre ações e projetos do ACNUR no Brasil e o trabalho na plataforma R4V, para migrantes e refugiados venezuelanos. Também apresenta a entrevista feita com a primeira presidenta negra do Comitê Nacional para os Refugiados, evidenciando os desafios encontrados pela gestão do novo governo Lula.

Massari e Gomes, no seu informe sobre **saúde da mulher, crianças e adolescentes** da quinzena analisam o desastre que foi a pandemia da COVID-19 para a imunização infantil. Em apenas três anos, o mundo perdeu mais de uma década de progresso.

Os analistas **Nilson, Oliveira e Silva, Ell e Ubarana** apresentam e discutem o documento preliminar apresentado a Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o monitoramento da implementação da **Década de Ação sobre a Nutrição**, abordando os desafios e as recomendações para essa iniciativa, que se aproxima de seu término. A implementação da Década de Ação trouxe muitos aprendizados e a continuidade dos avanços globais depende do fortalecimento dos compromissos já assumidos e da mobilização para transformar os sistemas alimentares.

A participação da **UNESCO** na reunião Fórmula-Arria do Conselho de Segurança da ONU sobre a *Proteção do Patrimônio Cultural em Conflitos Armados*, realizada em 02 de maio último, é tratada por **Gaspar e Sanglard**, tendo como ponto principal a implementação da Resolução n. 2347, adotada pelo Conselho de Segurança da ONU em março de 2017. A diretora geral da UNESCO, Audrey Azoulay enfatiza que “proteger o patrimônio cultural não se trata de pedras, mas de compartilhar esperança, reconstruindo a confiança em nossa humanidade compartilhada”.

O novo presidente do **Banco Mundial**, o **BID** e a plataforma para promover inclusão digital no Brasil e o novo relatório do **FMI** que investiga como os choques climáticos influenciam a inflação e o crescimento econômico nos países são os temas abordados por Cazumbá no seu informe quinzenal sobre as **instituições financeiras internacionais**.

Chamas nos apresenta e comenta o relatório da **UNCTAD** sobre *“Infraestrutura social para a saúde: Orientação para proteção social e do consumidor*, elaborado no âmbito do componente sobre proteção ao consumidor e serviços de saúde liderado pela UNCTAD no projeto de cooperação técnica relacionado à Covid-19 da Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas sobre "Fortalecimento da proteção social para respostas a pandemias: Identificando os Vulneráveis, Ajudando a Recuperação e Construindo Resiliência". O projeto reuniu as Comissões Econômicas Regionais das Nações Unidas e a UNCTAD para facilitar a cooperação inter-regional e o compartilhamento de experiências para lidar com o impacto da pandemia e construir sociedades resilientes por meio da proteção social.

O grupo de acompanhamento da **sociedade civil global** do Observatório registrada manifestações de 20 das 42 organizações monitoradas, incluindo **Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado**. Entre os temas de destaque, ressaltam-se os conflitos, em especial a guerra no Sudão. Várias organizações fizeram apelos por um cessar-fogo imediato, alertando para os impactos devastadores na saúde da população. As organizações chamam a atenção para a necessidade de priorizar a vida dos sudaneses, os quais, diferentemente dos estrangeiros que contam com o suporte dos seus países para deixar o país, ficam presos à guerra, sem chances de fugir para lugares mais seguros.

A questão dos direitos humanos também foi mencionada, destacando-se a denúncia da lei anti-homossexualidade aprovada em Uganda e a situação dos refugiados e migrantes. Outras temáticas destacadas foram o direito indígena, o tratado pandêmico e a declaração de fim da pandemia pela OMS, a cobertura universal de saúde. Também foram mencionadas: regulamentação da saúde digital e da inteligência artificial, promoção da saúde, a questão de gênero, a reunião da ONU sobre cobertura vacinal, a cúpula do G7, entre outras.

Por fim, registrou-se a realização do *17º Congresso Mundial de Saúde Pública*, realizado em Roma, de 03 a 06 de maio, pela Federação Mundial da Saúde, em colaboração com a Sociedade Italiana de Higiene, Medicina Preventiva e Saúde Pública e a Associação de Escolas da Saúde Pública da Região da Europa, que teve significativa participação de sanitaristas brasileiros.

De Negri e De Negri Filho apresentam e comentam oito temas no seu informe sobre **atores da sociedade civil globais**: 1) Dia Mundial para a Segurança e Saúde no trabalho, sobre evento da OIT; 2) O modo como trabalhamos nos mata, sobre relatório da ONU; 3) Então, a pandemia acabou para quem? O debate ao redor do fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC); 4) Shougang, a mineradora que não quer responder por seus trabalhadores mortos por Covid-19; 5) O cansaço dos trabalhadores da saúde, sobre burnout e outras consequências do desgaste no trabalho; 6) A ameaça aos profissionais da comunicação é uma ameaça à democracia dos trabalhadores; 7) 5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos (ASP5) - A saúde que queremos para os trabalhadores do mundo; e 8) A reparação vazia da falta de reconhecimento: A lógica das políticas de reparação da escravidão e sua inaptidão para mudança. É um panorama sobre o pensamento contra-hegemônico, sempre propiciado pelos informes dos nossos dois analistas.

O grupo do **Sul Global** é trabalhado por **Regina Ungerer**. O destaque principal do **UNOSSC** foram os preparativos para 21ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul que ocorrerá entre 30 de maio a 2 de junho de 2023. Na sessão preparatória no dia 01 de maio, a Embaixadora argentina Maria del Carmen Squeff passou a presidência do Comitê para o Embaixador de Sri Lanka que vai presidir a 21ª Sessão do Comitê para os anos de 2023 e 2024. Em seu discurso de posse, o Embaixador disse que, na corrida para 2030, a Cooperação Sul-Sul e Triangular pode ser um importante catalisador para ajudar os países do Sul em sua jornada para o desenvolvimento e cumprimento dos ODS.

O **G-77 e a China** chamaram à atenção, em 4 reuniões, que a reforma da arquitetura financeira internacional é imprescindível para o cumprimento dos ODS, pois um sistema financeiro internacional desigual, perpetua as diferenças e deixa países e pessoas para trás. E como o desenvolvimento é uma questão transversal, esta deve ser abordada, de forma abrangente, no documento final da Cúpula do Futuro de 2024, que deve destacar os resultados da Cúpula dos ODS e a importância do sistema multilateral, com o objetivo de cumprir e implementar a Agenda 2030. Já o Pacto Digital Global, deve promover a cooperação e ser inclusivo para um futuro digital aberto, gratuito e seguro para todos e ao mesmo tempo evitar a fragmentação da governança da Internet. Por último, ressaltaram que o multilinguismo e a diversidade cultural são valores cardeais do multilateralismo, consagrados na Carta da ONU.

O **Movimento Jovem dos Não Alinhados** destacou o dia Internacional de meninas em TIC e pediram mais bolsas de estudo para encorajar mulheres e meninas a seguirem carreiras em ciência e tecnologia e se reuniram com a União Pan-Africana da Juventude para discutir a expansão do Movimento Jovem para os Conselhos Nacionais da Juventude no continente africano.

O **Centro Sul** publicou seu Relatório Anual de 2022 com uma análise da situação enfrentada pelos países em desenvolvimento e em um pronunciamento, o Diretor Executivo do Centro Sul, Dr. Carlos Correa, declarou que o ano de 2023 já deu sinais de ser mais um ano difícil, principalmente para os países em desenvolvimento com a inflação crescendo em todo o mundo, refletindo mais negativamente nestes países. E com um adicional de 75 a 95 milhões de pessoas

empurradas para a pobreza, claramente, o mundo não está no caminho certo para eliminar a pobreza extrema até 2030.

A África do Sul assumiu a presidência do **BRICS** em 1º de janeiro deste ano sob o tema *BRICS e África: Parceria para o crescimento mutuamente acelerado, desenvolvimento sustentável e multilateralismo inclusivo*. **Hoirisch** registra que as quatro prioridades da presidência sul-africana são: fortalecer a recuperação socioeconômica pós-pandemia e a consecução da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável; fortalecer o multilateralismo, incluindo uma reforma real das instituições de governança global; desenvolver uma parceria para uma transição climática equitativa e transformar a educação e o desenvolvimento de habilidades para o futuro. Além da Cúpula dos BRICS que será realizada em agosto, e da reunião dos Ministros da Saúde que ocorrerá em maio, o grupo pretende realizar cerca de 200 encontros nas áreas de desenvolvimento institucional, programas de aproximação e interação como o BRICS Outreach¹ e BRICS Plus², multilateralismo (incluindo a reforma das instituições de governança global), finanças, vacinas, biotecnologia e biomedicina.

No **G20**, **Burger**, **Esteves** e **grupo** recordam a agenda estratégica em Saúde, e os temas prioritários. A quinzena foi marcada pela realização do terceiro encontro do Grupo de Trabalho de Educação e de acenos a favor da inclusão da União Africana (UA) como membro permanente do bloco, uma ótima notícia. No **G7**, entre os dias 13 e 14 de maio está agendado o encontro ministerial da saúde, em Nagasaki. Cerca de um mês antes, aconteceu a reunião de um grupo de CEOs de farmacêuticas com Fumio Kishida. No âmbito da diplomacia, há um esforço do grupo das sete maiores economias para fortalecer a aliança com o Sul Global, com o objetivo de equilibrar a influência russa e chinesa nesses países. A **OCDE** apresentou versões atualizadas de suas séries de acompanhamento sobre economia mundial: o Taxing Wages de 2023 e o Índice de Preços ao Consumidor de março. Destaca-se ainda a publicação de dois estudos sobre cadeia de cacau e mercado de trabalho na América Latina. Por fim, uma breve atualização da relação do Brasil com a OCDE e também o caso da denúncia da Cargill e a soja brasileira.

O informe de **Tobar**, **Minayo** e **Brito** traz uma análise do atual panorama político na **América Latina**. Relata também a *Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável da CEPAL* e suas principais conclusões. Destacam outros assuntos importantes, tais como: a Carta Ibero-Americana de Princípios e Direitos em Ambientes Digitais da **SEGIB**; a Reunião do Comitê Andino de Saúde para Gestão do Risco de Emergências, Desastres e Mudanças Climáticas da **ORAS-CONHU**; a Reunião da Rede de Laboratórios de Referência da América Central e República Dominicana promovida pela **SECOMISCA**; a Reunião de mecanismos de integração latino-americanos sobre os temas de segurança alimentar e energética na região da **SELA**; os Resultados da Avaliação Rápida de diversidade biológica e serviços ecossistêmicos são apresentados ao Comitê Científico da **OTCA**; a assinatura da Declaração de Acapulco sobre a criação da Agência Reguladora de Medicamentos e Dispositivos Médicos da América Latina e Caribe e, por fim, mas extremamente relevante, a crise migratória entre Chile e Peru.

Na **África**, reuniu-se o fórum de parcerias para a fabricação local de vacinas, visando identificar o ponto da situação sobre os progressos alcançados, revisão de programas aprovados, delinear novas prioridades, áreas de cooperação com fabricantes e financiadores. A União Europeia injeta 10 milhões de euros para facilitar a adoção, adaptação e adoção de soluções no âmbito de abordagem Uma Saúde. Para a implementação do Pacto Global para as Migrações, um plano de ação está em revisão através de uma oficina na África do Sul que juntou a OIM, a UNECA e especialistas em migração e mobilidade. O chanceler alemão está numa

digressão ao continente com a promessa de apoiar a entrada da União Africana no G20. Para a solução da crônica situação de insegurança alimentar e nutricional, a CEDEAO aposta fortemente no desenvolvimento e modernização de agricultura e pecuária. Esta a seleção de atualidades em saúde lobal e diplomacia da saúde dos analistas do Observatório especializados em África, **Augusto Paulo, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

A notícia de maior repercussão na quinzena na **Europa** foi indubitavelmente a coroação do Rei Charles III, no Reino Unido. Entretanto, **Freire** aborda os seis primeiros meses da gestão de extrema-direita na Itália e a tendência do cenário inflacionário na Europa. Os destaques do informe novamente ficam no campo da **OMS Europa**, que registrou aumento no número de casos de sarampo e diminuição nos casos de Mpox. A organização recebeu, pela primeira vez, o ministro de saúde ucraniano e promoveu uma consulta de alto nível em parceria Ministério da Saúde da República Eslovaca, para discutir os desafios enfrentados pelos sistemas de saúde no acolhimento dos refugiados ucranianos.

Em tempos de *fake news* e de movimentos anti-vax, o alcance das campanhas de vacinação contra poliovírus em vários países da **região MENA** tem sido considerado um sucesso, de acordo com a **OMS Mediterrâneo Oriental (EMRO)**. E, justamente, é hora de estar mais atento para evitar os casos de cVDPV2, foi o alerta dos líderes de saúde da região. No Afeganistão, principalmente, que, com seu vizinho Paquistão, forma um bloco epidemiológico, são os únicos países do mundo onde o poliovírus selvagem (WPV) permanece endêmico. Já os epidemiologistas da EMRO comemoram a quase erradicação da enfermidade na região. O sucesso se deve à retomada das campanhas de vacinação depois da chegada do Talibã ao governo, em agosto de 2021. Sim! A informação vem da EMRO. Contraditoriamente, o Afeganistão foi tema de uma reunião convocada pelo SG da ONU, em Doha, Catar – sem a presença do governo interino Talibã – para encontrar uma forma concertada de a comunidade global interagir com o Talibã. No Tabuleiro da Geopolítica, **Marques** escreve sobre a reunião de ministros das Relações Exteriores da Organização para Cooperação de Xangai que sinaliza a expansão em direção ao Sul Global, a ampliação multilateral e o avanço para a desdolarização.

Lobato, escrevendo de Pequim, faz algumas reflexões sobre o fim da emergência sanitária de Covid-19, anunciada pela OMS e do protagonismo da **China** no vilarejo global, da estratégia anti-desenvolvimentista da Casa Branca com a China, apontando também eventos que ocorreram no país apesar da pandemia.

Galvão reporta que o fim da declaração de emergência Covid-19 nos **Estados Unidos** em 11 de maio de 2023 e a decisão da Dra. Rochelle Walensky de deixar a direção do CDC tem uma série de implicações para a inteligência epidêmica e para aqueles que não contam com cobertura do sistema de saúde, gerando mais uma pressão sobre a equidade em saúde.

Nossa contribuição quinzenal para sua atualização vem a seguir. Comunique-se com o CRIS dando-nos sugestões para melhorar os Cadernos. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Mangueiras, 11 de maio de 2023

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz
(com Érica Kastrup)

Reflexões impublicáveis de um observador atento

Santiago Alcazar

Maio. 1º de maio, um suspiro, mas depois. Que dizer? Muita coisa. 5 de maio, reunião informal relativa às negociações sobre representação equitativa e aumento de assentos no Conselho de Segurança. 8, falas das partes interessadas do processo preparatório para reunião de alto nível sobre tuberculose. 9, de manhã, processo preparatório para a reunião de alto nível sobre prevenção, preparação e resposta a pandemias. 9, à tarde, processo preparatório sobre cobertura universal em saúde. 12, diálogo interativo com candidatos para o cargo de Presidente da Assembleia Geral. 15, consultas informais sobre a Cúpula do Futuro, de manhã e de tarde⁴. E segue. Se eu fosse instrutor de tênis, pianista de boate, pipoqueiro ou deputado federal, como seria? Igual ou pior. Só mudaria o uniforme. O resto é igual. Cansativo. Aborrecido. Sempre o mesmo. Como num carrossel de quarta.

No dia 18 de abril, a AGNU adotou, sem votos, a resolução 77/281, intitulada “Promovendo a economia social e solidária para o desenvolvimento sustentável⁵”. Vejo que foi patrocinada por Bélgica, Canadá, Chile, Costa Rica, Eslovênia, Espanha, França, Guiné Equatorial, Hungria, Itália, Luxemburgo, Marrocos e República Dominicana. Difícil imaginar que grupo tão bizarro tenha acordado alguma coisa, quanto mais uma resolução sobre economia social e solidária para o desenvolvimento sustentável. E ainda por cima, sem voto. Onde eu estava naquela hora? Tomando café no lounge dos delegados? Passando os olhos em alguma revista deixada para trás? Em todo caso Lanterna Verde, Aquaman, Mulher-Maravilha e Flash, super-heróis da liga da justiça, juntaram-se e pretendem fazer o bem.

De que se trata? Como toda estória em quadrinhos, esta tem um começo surpreendente. Em março do ano passado, a OIT discutiu a conexão entre o mandato da Organização, que nada mais é senão velar pelo trabalho decente, e a Economia Social e Solidária (SSE, nas siglas em inglês). Em grandes linhas, SSE é um conceito que põe a dignidade humana, a sustentabilidade do meio ambiente e o trabalho acima da busca desenfreada pelo lucro. Creio haver lido em algum lugar ou ouvido em conversa de botequim algo parecido, que creio se chamava revolução copernicana. Não sei o que Copérnico tem a ver com revoluções, mas acho que era algo assim. *Any way*, a ideia central, creio, era subordinar a busca legítima do lucro à dignidade do ser humano em sua relação com a Terra. À época me parecia que fazia todo sentido, mas depois entrou em cena a vida, acabei esquecendo e me volvei para outras coisas, com ou sem sentido. Não lembro. Em todo caso, vincular o mandato da OIT a esse conceito de SSE faz sentido.

Casemiro, meu amigo, estava presente na reunião da OIT. Disse-me que o conceito SSE havia adquirido importância crescente nos últimos 20 anos⁶. Existiriam, no entanto, disse-me, dificuldades, a mais importante das quais seria a falta de consenso sobre o seu significado. É surpreendente! Discute-se algo, longamente, sem saber o que significa. Aparentemente, não se tem segurança sobre o quê implica o termo *solidário*. Não surpreende. Vivemos num mundo

⁴ O calendário da AGNU pode ser acessado em:

<https://www.un.org/en/ga/info/meetings/77schedule.shtml>

⁵ <https://www.un.org/en/ga/77/resolutions.shtml>

⁶ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_849349.pdf

onde a solidariedade é rara, como aqueles elementos na Tabela de Medelejev. A pandemia da Covid-19 está aí como prova irrefutável. Esse é o começo surpreendente de nossa estória.

Vire a página. O quadro agora é o da AGNU, que acaba de aprovar a resolução 77/281. Como toda resolução que se preza, recorda referências históricas, incontornáveis. A célebre resolução 70/1, que apresenta a Agenda 2030 como motor para transformar o mundo; a resolução 63/313, referente ao Plano de Ação de Adis Abeba sobre financiamento para o desenvolvimento; o relatório do SG “Nossa Agenda Comum”, que pede acelerar, ou retomar, compromissos anteriores sobre desenvolvimento e meio ambiente; e, finalmente, o debate no âmbito da OIT sobre economia social e solidária e trabalho decente. Oito parágrafos dedicados a esse ponto. Contribuição do SSE à implementação dos ODS, sua importância para a efetivação do trabalho decente, inclusão social, essencial para alcançar equilíbrio entre a eficácia econômica e a resiliência social e ambiental, e assim por diante. Em seguida, propõe que todo mundo - Estados, organizações e agências do sistema das Nações Unidas, sociedade civil – promova a economia social e solidária e solicita ao SG a preparação de um relatório sobre a matéria. Crítica? Nenhuma! Ao contrário, está a merecer aplausos. O problema é que não há consenso sobre o significado e alcance desse conceito. O que esperar, então?

É possível avançar, contudo, fazer o conceito, literalmente, à medida que se anda, com tropeços, quedas e desvios que o enriquecem. A ação no multilateralismo está cheia de exemplos. Uma delas tem a ver com o conceito de desenvolvimento humano no processo que conduziu à Conferência sobre o tema, em 1972, em Estocolmo. A Conferência inseriu-se no espírito do movimento de libertação, tão na moda à época. Libertação da mulher, libertação do espírito, com a vertente da teologia da libertação e assim por diante. A Conferência tentou definir o conceito de desenvolvimento humano como a libertação do homem das ameaças por ele próprio produzidas ao interagir com o meio ambiente. Não havia clareza, no entanto. Como conciliar, por exemplo, as necessidades imediatas dos países em desenvolvimento, que reclamam ação sobre o meio ambiente, com as de gerações futuras, que sequer existem?

Essa era a questão principal. O perigo estava no entendimento de que o conceito de desenvolvimento humano, focado no meio ambiente, deixasse para trás a própria ideia de desenvolvimento. Mais de dois terços da população mundial vivia à época em condições abjetas. Defender o meio ambiente com vistas a livrar o homem das ameaças que sobre ele recaem por conta de sua interação com aquele não pode e não deve ser desculpa para retirar a importância do desenvolvimento. Estocolmo não resolveu as dúvidas sobre o significado e o alcance do conceito de desenvolvimento humano⁷.

Foi preciso esperar 14 anos para que a AGNU reconhecesse o direito ao desenvolvimento⁸ e 20 para que realizasse conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento⁹. A Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento consta de um preâmbulo e 27 princípios. O primeiro destes reconhece que os seres humanos estão no centro das preocupações sobre desenvolvimento sustentável. O fator humano entra em cena como ator central em torno do qual tudo deve girar, como na revolução copernicana, agora me lembro. O homem é o sol, em torno ao qual, a política e a economia, os planetas, devem girar. Há na Declaração esse reconhecimento implícito, ainda que não tenha efetividade operacional. O reconhecimento, não obstante a sua importância, não é suficiente. É como se se reconhecesse

⁷ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL7/300/05/IMG/NL730005.pdf?OpenElement>

⁸ <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development>

⁹ <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>

algo na paisagem. O homem no centro. Muito bem, e daí? Nada. É somente uma observação, talvez interessante, mas pode-se passar ao largo e a ignorar, sem prejuízo algum. É o que aconteceu, e acontece. Ninguém presta atenção. Continua-se com o *business as usual*.

Quarenta e três anos depois de Estocolmo, em 2015, a resolução 70/1 da AGNU, “Transformando o nosso mundo – Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”¹⁰ tenta ir além daquela simples observação. O texto consta de um preâmbulo, uma declaração de 59 parágrafos e a apresentação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O parágrafo 52 menciona as célebres palavras iniciais da Carta das Nações Unidas – *Nós, o povo* – e diz: “Somos nós, o povo, que hoje empreendemos o caminho para 2030. Milhões estão comprometidos com esta Agenda, que a eles pertence”. E para rematar, para esclarecer o significado dessa pertença, recorre às mesmas palavras usadas pelo Presidente Lincoln em seu discurso de Gettysburg: uma Agenda *of the people, by the people, and for the people*.

Talvez seja essa tríade – das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas – o que faltava na trabalhosa concepção do homem no centro do debate sobre desenvolvimento sustentável da Declaração do Rio. Com efeito, não basta que o homem seja posto no centro ou reconhecer que esse deveria ser o seu lugar. É preciso que ele seja, a um tempo, o autor e o ator de uma Agenda que procura resgatar a dignidade humana dos que são convidados somente para entrar em estatísticas. Toda a pesada andaimaria conceitual das Nações Unidas – da Carta à Declaração Universal dos Direitos Humanos, passando por todas as resoluções e declarações – unicamente terá sentido se o objetivo for esse resgate.

O conceito de economia social e solidária, presente na resolução da AGNU 77/281, faz eco a essas preocupações. Por isso não se entende bem por quê grupo tão extravagante, com Lanterna Verde e Cia., tenha tido a iniciativa de propor à AGNU que a considerasse. É curioso, porque qualquer criança sabe que para levar adiante uma economia social e solidária, i.e., que leve em consideração o desenvolvimento sustentável, o meio ambiente, a perda da biodiversidade e a saúde única (humana, animal e vegetal), os direitos humanos, *inter alia*, sem esquecer os conceitos basilares da Declaração do Rio e da Agenda 2030 – não basta arregimentar alguns parágrafos, pô-los em ordem e pronto. É preciso combinar com os russos, como diria o saudoso Mané.

Por ocasião do lançamento da edição especial do relatório de progresso dos ODS, em 25 de abril, o Secretário-Geral Antônio Guterres apresentou um quadro sombrio da situação:

Na metade do caminho para 2030 estamos deixando para trás a metade do mundo;

As inequidades nunca foram tão grandes e continuam a aumentar;

As emissões de gás de efeito estufa continuam a aumentar;

Os países em desenvolvimento não conseguem investir nos ODS por conta de dificuldades financeiras intransponíveis;

Se recorrem ao mercado financeiro, as taxas de juros podem ser 8 vezes mais altas que aquelas cobradas aos países ricos;

Algo está fundamental errado com o sistema financeiro internacional;

¹⁰https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf

*A inequidade e injustiça que se observa nas relações internacionais, perpassa todo o sistema, inclusive as Nações Unidas, a arquitetura financeira internacional, os bancos privados e as agências de avaliação de crédito*¹¹.

O diagnóstico do SG é correto, ainda que incompleto. A percepção que se tem do Direito Internacional também é falha. É mais que evidente que a expressão *flagrante violação do Direito Internacional* é uma locução que pode ter diferentes sentidos, dependendo de quem a enuncia. Em 2003, os EUA invadiram o Iraque, sem autorização do Conselho de Segurança, sob um pretexto mais que furado. *New York Times*, *Washington Post* e *The Economist* e outros expoentes da grande mídia, celebraram o feito como se fossem *cheergirls* em jogo de futebol americano. Não houve condenação, sanções, cancelamento da cultura norte-americana ou suspensão do Conselho de Direitos Humanos. É preciso deixar registro, no entanto, que a ex-Secretária de Estado Madeleine Albright havia explicado antes, em entrevista à cadeia de televisão NBC, em fevereiro de 1998, que *se nós devemos recorrer à força é porque nós somos americanos. Nós somos a nação indispensável. Nós ficamos de pé e vemos mais longe no futuro que qualquer outro país*¹².

Todos sabem que as palavras da ex-Secretária de Estado constituem opinião pessoal e não devem ser interpretadas como posição do Governo norte-americano. É, contudo, curiosa a insólita propensão dos EUA em dobrar entendimentos sobre o Direito Internacional, como o paranormal Uri Geller quando torcia garfos e colheres, na década de 1970. Em 2002, o Congresso daquele país promulgou a lei *American Service-Members Protection Act*, informalmente conhecida como *Hague Invasion Act* porque autoriza o Presidente desse país a invadir a Haia e usar todos os meios necessários, inclusive a força, para libertar americanos eventualmente presos por ordem da Corte Penal Internacional¹³. Em 2017, a procuradora da Corte, Fatou Bensouda, solicitou autorização da Corte para instaurar investigação sobre crimes cometidos no Afeganistão por membros das Forças Armadas estadunidenses e agentes da CIA¹⁴. Em resposta, o Governo norte-americano baixou decreto, pelo qual cancelou o visto de entrada ao país e congelou os haveres da procuradora¹⁵. Aparentemente, a nação indispensável está além do bem e do mal, como um deus do Olimpo.

Em setembro deste ano deverá realizar-se a Cúpula dos ODS sob auspícios da AGNU. Será oportunidade para que o SG alavanque o seu *Nossa Agenda Comum* à categoria de instrumento indispensável para retomar ou reforçar compromissos condizentes com os ODS. O que esperar, no entanto, quando a apresentação do relatório de progresso não parecia deixar margem para o otimismo da razão? *A inequidade e injustiça que se observa nas relações internacionais, perpassa todo o sistema, inclusive as Nações Unidas, a arquitetura financeira internacional, os bancos privados e as agências de avaliação de crédito* – não será corrigida a tempo. Tampouco a percepção do Direito Internacional será diferente. O perigo é a quebra do sistema internacional por estresse, palavra que deve ser entendida em sua acepção física: deformação de um corpo por conta de conjunto de forças que sobre ele atuam. A elasticidade de uma deformação tem limite e pode resultar em quebra.

¹¹ <https://press.un.org/en/2023/sgsm21776.doc.htm>

¹² <https://1997-2001.state.gov/statements/1998/980219a.html>

¹³ <https://www.congress.gov/bill/107th-congress/senate-bill/1610>

¹⁴ <https://www.icc-cpi.int/news/prosecutor-international-criminal-court-fatou-bensouda-requests-judicial-authorisation>

¹⁵ <https://www.theguardian.com/law/2020/sep/02/us-sanctions-international-criminal-court-fatou-bensouda>

Qual é o limite? É impossível fazer afirmações definitivas, mas espanta a irresponsabilidade com que se continua agindo. Aumento das desigualdades, aumento das emissões, resistências na área de propriedade intelectual sobre medicamentos, vacinas e insumos, dificuldades insuperáveis para os países em desenvolvimento para financiar ações de adaptação à mudança de clima, e assim por diante.

Na área política e na percepção do Direito Internacional a coisa não é diferente. A polarização é extrema e não se ouve, ou não se quer ouvir o que o outro lado tem a dizer. No caso específico da guerra na Ucrânia, causa espécie que se ignore o status do pacote de acordos no âmbito da Iniciativa de Grãos do Mar Negro ou sobre a evacuação de crianças na Ucrânia. O leitor interessado poderá informar-se lendo as cartas de 19 de abril e 24 de abril, respectivamente, do Representante Permanente da Rússia junto às Nações Unidas ao Secretário-Geral, nas quais solicita que as mesmas sejam distribuídas como documentos oficiais da agenda do Conselho de Segurança¹⁶. Ignorá-las, como parece ser a tendência é perigoso e pode constituir-se no ápice da loucura.

Como a queima das caravelas por Hernán Cortez, a impossibilidade de retroceder parece ter sido decretada. Ignorar a realidade não evitará o estresse, que leva à deformação e depois à quebra. Ninguém está preparado para essa eventualidade, que parece inexorável.

Agenda 2030, Acordo de Paris, Rio-92, Conferência sobre Desenvolvimento Humano, Direito ao Desenvolvimento, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Carta das Nações Unidas, Nagasaki e Hiroshima. O filme em sentido contrário também faz sentido.

Maio. 1º de Maio, um suspiro, mas depois? O que dizer?

¹⁶ Os documentos A/77/852 e S/2023/289 podem ser acessados em <https://us10.campaign-archive.com/?e=acc2f5f7d4&u=58646d5e4b0dd0323e8ce567b&id=e60ec6b0bc> e <https://us10.campaign-archive.com/?e=acc2f5f7d4&u=58646d5e4b0dd0323e8ce567b&id=13ff3b05f5>, respectivamente.

Mazzucato propõe bases de uma nova Economia¹⁷

Mariana Mazzucato

No Ocidente, os dogmas tardam a cair, mas o lucro e o mercado já não podem organizar a vida e a produção. É preciso investimento público, planejamento e redistribuição global de riquezas. Economista italiana aponta caminhos.

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial realizaram recentemente suas reuniões anuais de primavera, que, segundo os organizadores, emitiram uma “forte mensagem de confiança e vontade de cooperar”¹⁸. Mas a retórica grandiloquente e as boas intenções não serão suficientes para criar uma economia verdadeiramente inclusiva e sustentável, adequada ao século XXI. Para isso, é necessária uma profunda mudança estrutural.

Alguns atores estão pedindo por isso. Mia Mottley, primeira-ministra de Barbados, defende um “Novo Consenso”¹⁹ entre os países mais ricos e os menos ricos. Da mesma forma, o secretário-geral da ONU, António Guterres, pediu uma “Agenda Comum”²⁰ – um roteiro para a cooperação intergovernamental global destinada a passar das “ideias para a ação”²¹.

Reformar as finanças e a cooperação internacional toca no cerne de como “fazemos o capitalismo”. Se levamos a sério a Agenda Comum, ela precisa ser complementada por um nova economia do bem comum²².

O sistema monetário internacional que surgiu após a Segunda Guerra Mundial representou, sem dúvida, uma importante inovação. Mas sua estrutura não é mais adequada para o propósito. Os desafios que enfrentamos hoje – das mudanças climáticas às crises de saúde pública – são complexos, inter-relacionados e de natureza global. Nossas instituições financeiras devem refletir essa realidade.

Como o sistema financeiro reflete a lógica de todo o sistema econômico, isso exigirá uma mudança mais fundamental: devemos ampliar o pensamento econômico que há muito sustenta os mandatos institucionais. Para moldar os mercados do futuro, maximizando o valor público no processo, devemos adotar uma economia inteiramente nova.

A maior parte do pensamento econômico hoje atribui ao Estado e aos atores multilaterais a responsabilidade de remover barreiras à atividade econômica, reduzir os riscos do comércio e das finanças e nivelar o campo de jogo para os negócios. Como resultado,

¹⁷ Transcrição do texto originalmente publicado no site *Outras Palavras*, em 4/maio/2023. Mariana Mazzucato é uma economista italiana, professora da cátedra RM Phillips de Ciência e Tecnologia da Universidade de Sussex; *Chair* do Conselho da OMS sobre Economia da Saúde para Todos, desde 2021. Tradução: Maurício Ayer. Ver: <https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/em-meio-ao-caos-mazzucato-ve-uma-nova-economia/>

¹⁸ Ver: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2023/04/16/toward-a-new-era>

¹⁹ Ver: <https://www.project-syndicate.org/columnist/mia-amor-mottley>

²⁰ Ver: <https://www.un.org/en/common-agenda#:~:text=Our%20Common%20Agenda%20is%20the,on%20the%20Sustainable%20Development%20Goals.>

²¹ Ver: <https://sdg.iisd.org/news/move-our-common-agenda-from-ideas-to-action-un-secretary-general/>

²² Ver: https://www.ucl.ac.uk/bartlett/public-purpose/sites/bartlett_public Purpose/files/wp2301_a_collective_response_to_our_global_challenges_a_common_good_and_market-shaping_approach.pdf

governos e credores internacionais mexem nas beiradas dos mercados, em vez de fazer o que é realmente necessário: moldar deliberadamente o sistema econômico e financeiro para promover o bem comum.

Isso ajuda a explicar por que o mundo está progredindo tão pouco em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que deveriam ser alcançados até 2030, e por que, à medida que as ações demoram, os custos para atingir as metas dos ODS estão aumentando. Refletindo a incapacidade do sistema atual de responder prontamente às crises, quanto mais se evitá-las, a lacuna de financiamento dos ODS aumentou de US\$ 2,5 trilhões anualmente antes da pandemia de COVID-19 para entre US\$ 3,9 e US\$ 7 trilhões hoje. Embora compensar os países pelas perdas e danos sofridos como resultado da mudança climática ou outras crises seja essencial, criar o tipo de economias sustentáveis, inclusivas e resilientes previstas na agenda dos ODS exigirá uma abordagem proativa.

Ao mesmo tempo, muitas economias em desenvolvimento estão lutando com grandes cargas de dívida, exacerbadas por um comércio internacional e um sistema monetário que favorece os países ricos. Para mitigar, preparar e prevenir crises, as economias em desenvolvimento precisam de financiamento paciente e de longo prazo. A questão é como mobilizá-la e direcioná-la.

A resposta deve refletir o princípio do bem comum. A necessidade de governos, instituições financeiras internacionais (IFIs) e bancos multilaterais de desenvolvimento (MDBs) prestarem contas do bem público está bem estabelecida. É amplamente aceito, por exemplo, que a governança é necessária para gerenciar a digitalização, orientar a transição energética e proteger a saúde pública. Mas esse consenso permanece enraizado em uma mentalidade exposta: o Estado intervém apenas para corrigir falhas de mercado. Em vez disso, os atores estatais deveriam moldar deliberadamente – até mesmo co-criar – mercados nos quais o bem comum é o objetivo primordial.

Atuando Ex Ante

Um sistema com esse requer uma orientação para resultados; colaboração e compartilhamento de conhecimento; equidade, acessibilidade e sustentabilidade; e transparência e responsabilidade. Em cada uma dessas áreas, o “como” é tão importante quanto o “o quê”.

O primeiro passo para garantir que o financiamento apoie o bem comum é estabelecer uma missão clara. Os 17 ODS – com suas 169 metas fundamentais – oferecem uma estrutura ideal. Mas governos, IFIs [instituições financeiras internacionais] e BMDs [bancos multilaterais de desenvolvimento] devem articular seus objetivos e comprometer-se a projetar as ferramentas, instituições e instrumentos financeiros necessários para promovê-los.

Isso levará a repensar fundamentalmente o “contrato social” entre o Estado e as empresas, em que governos (bem como IFIs e BMDs) usem incentivos inovadores, parcerias e condições para alinhar o financiamento privado com a missão pública. Por exemplo, o banco estatal alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) promoveu a transição verde ao conceder empréstimos ao setor siderúrgico, condicionou as empresas a reduzir seu uso de recursos e suas emissões de gases de efeito estufa. Tais intervenções funcionam, não nivelando o campo de jogo, mas inclinando-o para os resultados desejados.

Se bem feitas, as missões podem mudar a ênfase do financiamento de determinados setores ou tipos de empresas para a promoção de metas ambiciosas que requerem cooperação entre muitos setores e tipos de empresas. Em vez de escolher vencedores, o Estado coordenaria respostas intersetoriais entre os interessados.

Em segundo lugar, a pandemia de covid-19 destacou a importância da ampla cooperação – dentro e além das fronteiras – para enfrentar os desafios globais. E, no entanto, os países ricos, auxiliados por um sistema falho de direitos de propriedade intelectual, acumulou doses de vacina quando elas se tornaram disponíveis e os esforços subsequentes para dar suporte à redistribuição eficaz mostraram-se bastante inadequados. Se se tivesse tornado a acessibilidade e a equidade objetivos explícitos, este “apartheid vacinal” poderia ter sido evitado, e mais de 1 milhão de vidas poderiam ter sido salvas.

Infelizmente, o mundo parece estar se afastando da cooperação. As tensões entre os Estados Unidos e a China estão aumentando o risco de fragmentação financeira, e as estratégias de investimento divergentes dos BMDs regionais não estão ajudando em nada. Na verdade, os BMDs, que juntos detêm \$ 509 bilhões em ativos e empréstimos devem desempenhar um papel central no avanço da política orientada pela missão, porque normalmente eles oferecem aos países em desenvolvimento um financiamento mediante a imposição de condições. Em sua recente Relatório de estímulo aos ODSs, as Nações Unidas estimam que os BMDs poderiam aumentar seus empréstimos em US\$ 487 bilhões – e quase US\$ 1,9 trilhão se os governos disponibilizassem mais capital. Se esses empréstimos devem ser alavancados para o bem comum, os BMDs devem incorporar objetivos compartilhados em suas missões.

De forma mais ampla, uma abordagem de bem comum requer uma estrutura abrangente para colaboração global, coordenação e compartilhamento de conhecimento. O que conta como inteligência coletiva deve ser claramente definido e as estruturas que impedem sua formação (como os regimes de PI) devem ser reformadas. Da mesma maneira, se os países pretendem investir no enfrentamento de desafios compartilhados, eles devem ser capazes de se beneficiar de um sistema financeiro global mais equitativo. Especificamente, eles precisam de capacidade administrativa suficiente para absorver o financiamento internacional, elaborar contratos com empresas que maximizem valor público, e garantir que o dinheiro seja gasto de forma a promover o bem comum. (A capacidade de terceirização para intermediários é não é a resposta.)

Em terceiro lugar, a condicionalidade é crucial para colocar a equidade, a acessibilidade e a sustentabilidade no centro dos contratos e instrumentos financeiros. A vacina para a covid-19 produzida pela Oxford e AstraZeneca era relativamente barata e fácil de transportar e distribuir globalmente porque atendia à condição de ser armazenável em geladeira normal. A vacina Pfizer-BioNTech, por outro lado, exigia armazenamento e transporte ultrafrios, caros, quando foi aprovada pela primeira vez.

Esses exemplos demonstram porque a condicionalidade deve sustentar iniciativas como o Fundo Intermediário Financeiro do Banco Mundial, que alavanca recursos públicos e privados para fortalecer as capacidades de prevenção, preparação e resposta a pandemias nos níveis nacional, regional e global. Para atingir seu potencial, o FIF deve comprometer-se a incorporar condições de “bem comum” – relativas, digamos, à regulamentação de IPs [instituições de pagamentos] e preços – em seus contratos, com o objetivo de garantir governança inclusiva e acesso universal.

Por último, uma abordagem de bem comum orientada por objetivos é impossível sem um sistema financeiro equitativo, responsável e credível. Mas, como nosso atual sistema financeiro global foi projetado para ser reativo, ele promove o imediatismo e perpetua a desigualdade entre o Norte e o Sul. Mudar isso exigirá, para começar, reformar a governança do FMI e do Banco Mundial, para que as economias em desenvolvimento tenham mais voz.

Além disso, fortalecer os mecanismos de prestação de contas e transparência pode ajudar a prevenir a apropriação indevida de fundos, a evasão fiscal e a fraude. O FIF pode ajudar aqui, incorporando condições relacionadas à transparência em todas as suas parcerias com BMDs que envolvam investimentos em projetos do setor privado.

O novo relatório do secretário-geral da ONU esta semana diz que o “princípio definidor da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é uma promessa compartilhada por todos os países de trabalhar juntos para garantir os direitos e o bem-estar de todos em um planeta saudável e próspero. Mas na metade do caminho para 2030, essa promessa está em perigo.” Cumpri-lo requer acertar as finanças internacionais, o que só será possível se substituirmos o paradigma da correção do mercado por uma mentalidade de modelagem do mercado, centrada no bem comum.

Entramos na última etapa para aprovar no CDH o Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento – um momento histórico das lutas contra a colonialidade e em favor de um mundo mais justo

Armando De Negri Filho

É com muita emoção que este informe quinzenal sobre as atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU traz a proposta quase final do Tratado ou Convenção sobre o Direito ao Desenvolvimento a ser discutida na 24ª Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Direito ao Desenvolvimento, a qual se realizará de 15 a 19 de maio de 2023, das 11:00 às 13:00 e das 15:00 às 17:00, de forma híbrida com plataforma RSI Zoom e no Palais des Nations, Genebra.

A emoção se explica pela enorme expectativa de adoção deste instrumento juridicamente vinculante que avança um direito com grande impacto em favor da materialidade de todos os direitos e promove uma nova ordem política e econômica internacional, onde se localiza a possibilidade do pleno direito à saúde.

O percurso do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento desde 1998 e os esforços para compor esta proposta de Tratado e sua viabilidade política, são dignos de respeito e admiração.

O texto do tratado recolheu os aspectos essenciais da Declaração do Direito ao Desenvolvimento e ampliou seu alcance mediante a atualização com temas relacionados ao ambiente, aos direitos dos povos indígenas e sobre a igualdade de gênero. Ao mesmo tempo que perfilou os instrumentos para dar impulso ao tratado após sua aprovação, particularmente mediante os conceitos de dever de cooperar e não criar obstáculo para o desenvolvimento de outros países, ao mesmo tempo em que cria as formas de monitoramento e avaliação da implementação do direito ao desenvolvimento com a formação de uma Conferência de Países parte do Tratado e as medidas de punição aos que violam esse direito. Ao excluir medidas coercitivas unilaterais que afetam o desenvolvimento dos povos e nações e relacionar a dimensão da pessoa individual e da pessoa coletiva como sujeitos do direito ao desenvolvimento, o tratado defende o princípio da autodeterminação dos povos e a construção permanente de suas soberanias, da mesma forma que integra de forma sistêmica todos os direitos, alinhando-os na luta contra as desigualdades dentro e entre os países, projetando a transversalidade profunda e estratégica que é demandada ao sistema de direitos humanos tanto pelo Secretário Geral da ONU como por todas as sociedades que aspiram à justiça social.

Será um grande momento para o Conselho de Direitos Humanos quando se aprove este Tratado na Sessão de Setembro e logo se encaminhe o texto para a Assembleia Geral da ONU.

Estamos agora desafiados a preparar o terreno desde agora para o processo de ratificação de pelo menos 20 países, para que o Tratado entre em vigor assim como tornar este direito conhecido pela cidadania em nossos países e se torne justicável.

Mais adiante os leitores encontrarão a versão portuguesa do Tratado produzida para este informe.

Cabe destacar o ponto adicional sobre os movimentos do Brasil para voltar ao CDH na eleição que ocorrerá no final deste ano. Os pontos que são apresentados pelo governo federal para este regresso buscam resgatar protagonismo e compromisso da delegação brasileira na

materialização dos direitos humanos em todo o Mundo. [De olho em vaga na ONU, governo apresenta nova política de direitos humanos - 28/04/2023 - UOL Notícias](#)

1. [Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento | ACNUDH](#)

Sobre o mandato do Grupo de Trabalho foi criado pela Comissão de Direitos Humanos, em sua resolução 1998/72, e pelo Conselho Econômico e Social, em sua decisão [E/DEC/1998/269](#), para:

1. acompanhar e analisar os progressos realizados na promoção e implementação do direito ao desenvolvimento;
2. analisar as informações apresentadas pelos Estados, agências das Nações Unidas e outras organizações sobre a relação entre suas atividades e o direito ao desenvolvimento;
3. apresentar à Comissão de Direitos Humanos um relatório de sessão sobre suas deliberações, incluindo aconselhamento ao ACNUDH sobre a implementação do direito ao desenvolvimento; e
4. sugerir possíveis programas de assistência técnica a pedido dos países interessados, com o objetivo de promover a implementação do direito ao desenvolvimento.

O mandato foi recentemente renovado na resolução A/[RES/74/152](#) da Assembleia Geral. Leia mais [sobre o mandato](#).

Sobre o Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho reúne-se uma vez por ano em Genebra e apresenta o seu relatório ao Conselho e à Assembleia Geral. As agências das Nações Unidas, outras organizações internacionais, bem como representantes da sociedade civil podem participar como observadores nas suas sessões, que são presididas pelo Presidente-Relator eleito anualmente.

Atual Presidente-Relator

Em 2015, o Embaixador Akram foi eleito Presidente-Relator do Grupo de Trabalho do Conselho de Direitos Humanos sobre o Direito ao Desenvolvimento. Como Embaixador e Representante Permanente do Paquistão na ONU e em outras organizações internacionais em Genebra de 2008 a 2015, Zamir Akram desempenhou um papel de liderança em áreas como Desarmamento, Direitos Humanos, Refugiados, Assuntos Humanitários, Comércio e Desenvolvimento, Propriedade Intelectual, Trabalho e Saúde, entre outras.

[Leia mais sobre o Embaixador Akram e o papel do Presidente-Relator](#)

Nesta 24ª sessão, o Grupo de Trabalho continuará a analisar os progressos na implementação do direito ao desenvolvimento e a manter um diálogo interativo com o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento e com o Presidente do Mecanismo de Especialistas / Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento.

O Grupo de Trabalho analisará igualmente e conduzirá as negociações intergovernamentais do segundo texto revisto do projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento. Após esse processo, o Presidente-Relator submeterá o texto final do projeto de convenção ao Conselho de Direitos Humanos, conforme mandatado pelo Conselho.

2. O Grupo de Trabalho ainda receberá emendas ao texto proposto para o Tratado até o dia 12 de maio. [OHCHR | Call for comments and textual suggestions: Second revised text of the draft convention on the right to development](#)

Em sua resolução 51/7, o Conselho de Direitos Humanos solicitou ao Presidente-Relator do Grupo de Trabalho que apresentasse um segundo projeto revisado de convenção ao Grupo de Trabalho em sua 24ª sessão para negociação intergovernamental e, após esse processo, submetesse o projeto final de texto da convenção ao Conselho.

Este segundo texto revisto do projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento (A/HRC/WG.2/24/2) e os comentários correspondentes ([A/HRC/WG.2/24/2/Add.1](#)) estão disponíveis na [página Web da 24.ª sessão do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento](#).

Com o objetivo de facilitar a continuação das negociações do projeto de convenção, o ACNUDH gentilmente convida todos os Estados Membros e Observadores das Nações Unidas, agências especializadas e outras organizações intergovernamentais com status de observador, instituições nacionais de direitos humanos com status "A" e ONGs com status consultivo do ECOSOC a apresentarem comentários e sugestões textuais sobre o segundo projeto revisado de convenção.

Por favor, envie sua submissão **até 12 de maio de 2023**, para ohchr-r2d@un.org, em inglês e em MS Word ou formato compatível. Todas as submissões serão disponibilizadas na página do Grupo de Trabalho. Por favor, note que o Secretariado não tem capacidade para traduzir submissões recebidas em outros idiomas ou processar submissões recebidas em outros formatos.

Documentação

1. Ordem do dia provisória ([A/HRC/WG.2/24/1](#))
2. Projeto de programa de trabalho ([apenas em inglês](#))
3. Projeto revisto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/WG.2/24/2](#))
4. Projeto de convenção revisto sobre o direito ao desenvolvimento, com comentários ([A/HRC/WG.2/24/2/Add.1](#))
5. Compilação de comentários e sugestões textuais (A/[HRC/WG.2/24/CRP.1](#))
6. Resolução do Conselho de Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/RES/51/7](#))
7. Resolução da Assembleia Geral sobre o direito ao desenvolvimento ([A/RES/77/212](#))
8. Relatório do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento na sua vigésima terceira sessão ([A/HRC/51/39](#))
9. Relatório do Comité Consultivo do Conselho dos Direitos do Homem sobre a importância de um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/45/40](#))
10. Relatório do Secretário-Geral e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o direito ao desenvolvimento ([A/HRC/51/22](#))
11. [Relatórios do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento](#)
12. [Relatórios do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento](#)
13. [Membros do grupo de redacção sobre um instrumento juridicamente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento](#)
14. [Comentários e sugestões textuais recebidos após a 23ª sessão do Grupo de Trabalho](#)
 - [Comentários e sugestões textuais recebidos sobre o segundo texto revisto do projecto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento](#)

Acreditação

Estados Membros e Observadores da ONU, agências especializadas e outras organizações internacionais, instituições nacionais de direitos humanos com acreditação "A status" e ONGs com status consultivo ECOSOC podem participar do Grupo de Trabalho.

Todos os participantes devem se inscrever usando o [formulário de inscrição para a 24ª sessão](#) do Grupo de Trabalho. As inscrições permanecerão abertas até às 17:00 (horário de Genebra), sexta-feira, 12 de maio de 2023. Um link para participar da reunião remotamente será enviado para aqueles que se inscreveram pelo sistema, juntamente com informações sobre como participar da plataforma do encontro e como se inscrever na lista de palestrantes. Por favor, note que o link é exclusivo para cada participante registrado e não pode ser compartilhado. O link será enviado poucas horas antes do início da sessão.

Projeto de convenção sobre o direito ao desenvolvimento. [A/HRC/WG.2/24/2](#)

* Segundo texto revisado. Embora o título constante do presente anexo seja "Convenção sobre o direito ao desenvolvimento", os Estados-Membros podem querer considerar, nas suas negociações, o título alternativo proposto pelo grupo de peritos de redacção e por várias partes interessadas, a saber, "Pacto sobre o direito ao desenvolvimento" (ver A/HRC/WG.2/24/2/Add.1).

Preâmbulo.

Os Estados Partes na presente Convenção, guiados pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, especialmente os relativos à realização da cooperação internacional na solução de problemas internacionais de natureza econômica, social, cultural, ambiental ou humanitária, e na promoção e incentivo ao respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer tipo, Recordando a obrigação dos Estados, nos termos do nº 3 do artigo 1º, dos artigos 55º e 56º da Carta das Nações Unidas, de empreenderem ações conjuntas e separadas, em cooperação com a Organização, para a promoção de níveis de vida mais elevados, do pleno emprego e de condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; soluções de problemas econômicos, sociais, de saúde e correlatos internacionais; cooperação cultural e educacional internacional; e o respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de qualquer natureza,

Reafirmando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e recordando que, nos termos de suas disposições, todos têm direito a uma ordem social e internacional na qual os direitos e liberdades estabelecidos na Declaração possam ser plenamente realizados, e que todos, como membro da sociedade, têm direito à realização, através do esforço nacional e da cooperação internacional e de acordo com a organização e os recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade,

Recordando as disposições de todos os tratados internacionais de direitos humanos, bem como de outros instrumentos internacionais, incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais, Reafirmando a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento,

Recordando a reafirmação do direito ao desenvolvimento em várias declarações internacionais, resoluções e agendas, incluindo a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração e o Programa de Ação de Viena, o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a Declaração de Copenhaga sobre o Desenvolvimento Social e o Programa de Ação da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial, adotada na Cimeira Mundial da Alimentação, na Declaração do Milênio das Nações Unidas, na Declaração e Programa de Ação de Durban, no Consenso de Monterrey da Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento, na Declaração de Princípios e no Plano de Ação, adotados na Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, na Agenda de Tunes para a Sociedade da Informação, nos resultados da Cimeira Mundial de 2005, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, o documento final da reunião plenária de alto nível da Assembleia Geral sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Programa de Ação de Istambul para os Países Menos Desenvolvidos para a Década 2011-2020, os documentos finais da décima terceira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada em 2012, o documento final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável intitulado "O futuro que queremos", a revisão política global quadrienal das atividades operacionais para o desenvolvimento do sistema das Nações Unidas, o Caminho das Modalidades de Ação Aceleradas dos SIDS (SAMOA), a Agenda de Ação de Adis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas, o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, a Nova Agenda Urbana, adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), e os documentos finais da décima quarta sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento,

Reafirmando o objetivo de tornar o direito ao desenvolvimento uma realidade para todos, tal como estabelecido na Declaração do Milênio,

Recordando a multiplicidade de resoluções adoptadas pela Assembleia Geral, pela Comissão dos Direitos do Homem e pelo Conselho dos Direitos do Homem sobre o direito ao desenvolvimento, Recordando também, em particular, as resoluções 48/141 da Assembleia Geral, de 20 de dezembro de 1993, nas quais a Assembleia estabeleceu o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, com um mandato para promover e proteger a realização do direito ao desenvolvimento e reforçar o apoio dos órgãos competentes de o sistema das Nações Unidas para o efeito, 52/136, de 12 de Dezembro de 1997, no qual a Assembleia afirmou que a inclusão da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento na Declaração Internacional dos Direitos do Homem seria um meio adequado para celebrar o cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e 60/251, de 15 de Março de 2006, em que a Assembleia instituiu o Conselho de Direitos Humanos, decidindo que seu trabalho deve ser orientado pelos princípios da universalidade, imparcialidade, objetividade e não seletividade, diálogo internacional construtivo e cooperação, com vistas a reforçar a promoção e a proteção de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento,

Tomando nota dos instrumentos regionais de direitos humanos e das práticas subsequentes a eles relacionadas, que reconhecem e reafirmam especificamente o direito ao desenvolvimento, incluindo a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, a Carta Democrática Interamericana, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos

Humanos na Área dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Carta Árabe de Direitos Humanos, a Declaração dos Direitos Humanos da Associação das Nações do Sudeste Asiático, a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Declaração de Abu Dhabi sobre o Direito ao Desenvolvimento,

Tomando nota também das obrigações dos Estados relativas ao desenvolvimento integral na Carta da Organização dos Estados Americanos e ao desenvolvimento progressivo na Convenção Americana sobre Direitos Humanos,

Tendo em consideração os vários instrumentos internacionais adotados para a realização do desenvolvimento sustentável, incluindo, em particular, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que afirmam que o desenvolvimento sustentável deve ser alcançado em todas as suas dimensões, incluindo econômica, social e ambiental, de forma equilibrada e integrada e em harmonia com a natureza,

Reconhecendo que a realização do direito ao desenvolvimento é uma preocupação comum da humanidade,

Preocupados com a existência de sérios obstáculos à realização do direito ao desenvolvimento, incluindo, entre outros, a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo pobreza extrema, fome, desigualdade em todas as formas e manifestações dentro e entre países, mudanças climáticas, emergências sanitárias e crises sanitárias, colonização, neocolonização, deslocamento forçado, racismo, discriminação, conflitos, dominação e ocupação estrangeiras, agressão, ameaças contra a soberania nacional, a unidade nacional e a integridade territorial, terrorismo, crime, corrupção, todas as formas de privação que afetem a subsistência dos povos e a negação de outros direitos humanos,

Salientando que o direito ao desenvolvimento, que deriva da dignidade inerente a todos os membros da família humana, é um direito humano inalienável de todos os indivíduos e povos, e que a igualdade de oportunidades de desenvolvimento é uma prerrogativa tanto das nações como dos indivíduos que constituem as nações,

Reconhecendo que o desenvolvimento é um processo civil, cultural, econômico, ambiental, político e social abrangente que visa a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os povos e indivíduos, com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios dele resultantes,

Reconhecendo que o desenvolvimento é entendido não apenas em termos de crescimento econômico, mas também como um meio de alargar as opções das pessoas para alcançar uma existência intelectual, emocional, moral e espiritual mais satisfatória, enraizada na identidade cultural e na diversidade cultural dos povos,

Reafirmando a universalidade, indivisibilidade, inter-relação, interdependência e reforço mútuo de todos os direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, incluindo o direito ao desenvolvimento,

Reconhecendo que a realização do direito ao desenvolvimento constitui um fim importante e um meio integral de desenvolvimento sustentável, e que o direito ao desenvolvimento não pode ser realizado se o desenvolvimento não for sustentável,

Considerando que a paz e a segurança a todos os níveis são um elemento essencial para a realização do direito ao desenvolvimento e que essa realização pode, por sua vez, contribuir para o estabelecimento, manutenção e reforço da paz e da segurança a todos os níveis,

Reconhecendo que o Estado de direito efetivo, a boa governança e a responsabilização em todos os níveis, incluindo os níveis nacional e internacional, e a realização do direito ao desenvolvimento se reforçam mutuamente,

Reconhecendo também que o indivíduo e os povos são os sujeitos centrais do processo de desenvolvimento e que, por conseguinte, a política de desenvolvimento deve torná-los os principais participantes e beneficiários do desenvolvimento,

Reconhecendo ainda que todos os indivíduos e povos têm direito a um ambiente nacional e internacional propício a um desenvolvimento justo, equitativo e participativo, centrado neles e respeitador de todos os direitos humanos,

Reconhecendo que os Estados têm a responsabilidade primária, através da cooperação, incluindo o envolvimento com a sociedade civil, pela criação de condições nacionais e internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento,

Reconhecendo que todos os órgãos da sociedade, a nível nacional ou internacional, têm o dever de respeitar os direitos humanos de todos, incluindo o direito ao desenvolvimento,

Preocupados com o facto de, apesar da adopção de numerosas resoluções, declarações e agendas, o direito ao desenvolvimento ainda não ter sido efetivamente operacionalizado,

Convencidos de que uma convenção internacional abrangente e integral para promover e assegurar a realização do direito ao desenvolvimento, por meio de uma ação nacional e internacional apropriada e capacitadora, é essencial.

Acordaram o seguinte:

Parte I.

Art. 1º. Objeto e finalidade

O objetivo e a finalidade da presente Convenção é promover e assegurar o gozo pleno, igualitário e significativo do direito ao desenvolvimento por todos os indivíduos e todos os povos em todos os lugares, e garantir sua efetiva operacionalização e plena implementação nos níveis nacional e internacional.

Art. 2º. Definições.

Para efeitos da presente Convenção, entende-se por: a) "Pessoa coletiva", qualquer entidade que possua personalidade jurídica própria nos termos do direito interno ou internacional e que não seja uma pessoa singular, um povo ou um Estado; b) "Organização internacional", uma organização criada por um tratado ou outro instrumento regido pelo direito internacional e dotada de personalidade jurídica internacional própria; as organizações internacionais podem incluir, além dos Estados, outras entidades como membros.

Artigo 3º. Princípios gerais.

Para alcançar o objeto e a finalidade da presente Convenção e implementar suas disposições, os Estados Partes orientar-se-ão, entre outros, pelos princípios a seguir enunciados: (a) Desenvolvimento centrado no indivíduo e nos povos: o indivíduo e os povos são os sujeitos

centrais do desenvolvimento e devem ser os participantes ativos e beneficiários do direito ao desenvolvimento; (b) Princípios comuns a todos os direitos humanos: o direito ao desenvolvimento deve ser realizado de forma a integrar os princípios da universalidade, inalienabilidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação de todos os direitos humanos, bem como da igualdade, não discriminação, empoderamento, participação, transparência, responsabilização, equidade, inclusão, acessibilidade e subsidiariedade; c) Desenvolvimento baseado nos direitos humanos: sendo o desenvolvimento um direito humano indivisível, inter-relacionado e interdependente de todos os outros direitos humanos, as leis, políticas e práticas de desenvolvimento, incluindo a cooperação para o desenvolvimento, devem estar normativamente ancoradas num sistema de direitos e obrigações correspondentes estabelecidos pelo direito internacional; d) Contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos: o desenvolvimento, tal como descrito na presente Convenção, é essencial para a melhoria das condições de vida e do bem-estar das pessoas e dos povos e contribui para o gozo de todos os outros direitos humanos; e) Princípios do direito internacional relativos às relações amistosas e à cooperação entre os Estados: a realização do direito ao desenvolvimento exige o pleno respeito dos princípios do direito internacional relativos às relações amistosas e à cooperação entre os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas; f) Desenvolvimento autodeterminado: as prioridades do desenvolvimento são determinadas pelos indivíduos e pelos povos como titulares de direitos de forma coerente com as disposições da presente Convenção. O direito ao desenvolvimento e o direito à autodeterminação dos povos são parte integrante entre si e reforçam-se mutuamente; g) Desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento deve ser alcançado em todas as suas dimensões, incluindo económica, social e ambiental, de forma equilibrada e integrada e em harmonia com a natureza. O direito ao desenvolvimento deve ser cumprido de modo a satisfazer equitativamente as necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras; e o direito ao desenvolvimento não pode ser realizado se o desenvolvimento for insustentável; h) Direito de regulamentar: a realização do direito ao desenvolvimento implica o direito de os Estados Partes, em nome dos titulares dos direitos, tomarem medidas regulamentares ou outras medidas conexas para alcançar o desenvolvimento sustentável em seu território, de acordo com o direito internacional e em conformidade com as disposições da presente Convenção; (i) Solidariedade nacional e internacional: a realização do direito ao desenvolvimento requer um ambiente nacional e internacional propício criado através de um espírito de cooperação e unidade entre indivíduos, povos, Estados e organizações internacionais, englobando a união de interesses, propósitos e ações e o reconhecimento de diferentes necessidades e direitos para alcançar objetivos comuns em todos os lugares. Este princípio inclui o dever de cooperar no pleno respeito dos princípios do direito internacional; j) Cooperação Sul-Sul e triangular como complemento da cooperação Norte-Sul: a cooperação Sul-Sul e triangular contribuem para a realização do direito ao desenvolvimento. Não são um substituto, mas sim um complemento da cooperação Norte-Sul; k) Dever universal de respeitar os direitos humanos: todos têm o dever de respeitar todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, em conformidade com o direito internacional; l) Direito e responsabilidade dos indivíduos, povos, grupos e órgãos da sociedade de promover e proteger os direitos humanos: de acordo com o direito internacional, todos têm o direito, individualmente e em associação com outros, de promover e lutar pela proteção e realização do direito ao desenvolvimento nos níveis nacional e internacional. Indivíduos, povos, grupos, instituições e organizações não governamentais também têm um papel importante e uma responsabilidade em contribuir, conforme apropriado, para a promoção do direito de todos a

uma ordem social e internacional na qual o direito ao desenvolvimento possa ser plenamente realizado.

Parte II.

Artigo 4º. Direito ao desenvolvimento.

Todos os indivíduos e todos os povos têm o direito inalienável ao desenvolvimento, em virtude do qual têm o direito de participar, contribuir e desfrutar de um desenvolvimento civil, cultural, económico, ambiental, político e social, indivisível, interdependente e inter-relacionado com todos os outros direitos humanos e liberdades fundamentais. 2. Todos os indivíduos e todos os povos têm direito a uma participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição equitativa dos benefícios dele resultantes.

Art. 5º. Relação com o direito dos povos à autodeterminação.

1. O direito ao desenvolvimento implica a plena realização do direito de todos os povos à autodeterminação. 2. Todos os povos têm direito à autodeterminação, em virtude da qual determinam livremente o seu estatuto político e prosseguem livremente a realização do seu direito ao desenvolvimento. 3. Todos os povos podem, na prossecução da realização do seu direito ao desenvolvimento, dispor livremente das suas riquezas e utilizar de forma sustentável os seus recursos naturais, com base no princípio do benefício mútuo e no direito internacional. Em caso algum um povo pode ser privado dos seus próprios meios de subsistência. Nada na presente Convenção será interpretado no sentido de prejudicar o direito inerente de todos os povos de desfrutar e utilizar plena e livremente suas riquezas e recursos naturais de maneira consistente com o direito internacional e as disposições da presente Convenção. 4. Os Estados Partes na presente Convenção, inclusive os responsáveis pela administração de Territórios Não Autônomos, promoverão a realização do direito à autodeterminação e respeitarão esse direito, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. 5. Os Estados-Partes tomarão medidas resolutas para prevenir e eliminar violações maciças e flagrantes dos direitos humanos das pessoas e dos povos afetados por situações como as resultantes do apartheid, todas as formas de racismo e discriminação, colonialismo, dominação e ocupação, agressão, interferência estrangeira e ameaças contra a soberania nacional, a unidade nacional e a integridade territorial, ameaças de guerra e a recusa de reconhecer de outra forma o direito fundamental dos povos a autodeterminação. 6. Nenhuma disposição da presente Convenção será interpretada no sentido de autorizar ou encorajar qualquer ação que possa desmembrar ou prejudicar, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política dos Estados soberanos e independentes que se conduzam em conformidade com o princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos e, por conseguinte, possuam um governo que represente todo o povo pertencente ao território, sem distinção de qualquer espécie. Cada Estado Parte abster-se-á de qualquer ação destinada a perturbar parcial ou totalmente a unidade nacional e a integridade territorial de qualquer outro Estado.

Art. 6º. Relação com outros direitos humanos.

1. Os Estados-Partes reafirmam que todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, são universais, inalienáveis, inter-relacionados, interdependentes, indivisíveis e igualmente importantes. 2. Os Estados Partes concordam que o direito ao desenvolvimento é parte integrante dos direitos humanos e deve ser realizado em conformidade com toda a gama de direitos civis, culturais, económicos, ambientais, políticos e sociais.

Art. 7º. Relação com a responsabilidade de todos de respeitar os direitos humanos sob o direito internacional.

Nada na presente Convenção pode ser interpretado no sentido de implicar para qualquer pessoa singular ou coletiva, pessoas, grupo ou Estado qualquer direito de se envolver em qualquer atividade ou praticar qualquer ato que vise a destruição, anulação ou prejuízo de qualquer um dos direitos e liberdades aqui estabelecidos ou a sua limitação em maior medida do que a prevista na Convenção. Para esse fim, os Estados Partes acordam que todas as pessoas físicas e jurídicas, povos, grupos e Estados têm o dever geral, nos termos do direito internacional, de se abster de participar da violação do direito ao desenvolvimento.

Parte III.

Artigo 8. Obrigações gerais dos Estados Partes.

1. Os Estados Partes respeitarão, protegerão e cumprirão o direito ao desenvolvimento para todos, sem discriminação de qualquer tipo com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, propriedade, deficiência, nascimento, idade ou outra condição, de acordo com as obrigações estabelecidas na presente Convenção. 2. Os Estados Partes cooperarão entre si para assegurar o desenvolvimento e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento, incentivando a plena observância e realização de todos os direitos humanos. 3. Os Estados Partes assegurarão que as autoridades e instituições públicas em todos os níveis atuem em conformidade com a presente Convenção. 4. Os Estados-Partes reconhecem que cada Estado tem o direito, em nome de seus povos, e também o dever de formular, adotar e implementar leis, políticas e práticas de desenvolvimento nacional apropriadas, em conformidade com o direito ao desenvolvimento e visando sua plena realização. Para esse fim, os Estados Partes comprometem-se a abster-se de anular ou prejudicar, inclusive em questões relacionadas à cooperação, ajuda, assistência, comércio ou investimento, o exercício do direito e o cumprimento do dever de cada Estado Parte de determinar suas próprias prioridades nacionais de desenvolvimento e de implementá-las de maneira compatível com as disposições da presente Convenção e do direito internacional.

Artigo 9. Obrigações gerais das organizações internacionais.

Sem prejuízo do dever geral contido no artigo 7º, os Estados Partes acordam que as organizações internacionais também têm a obrigação de abster-se de condutas que auxiliem, auxiliem, dirijam, controlem ou coajam, com conhecimento das circunstâncias do ato, um Estado ou outra organização internacional a violar qualquer obrigação que o Estado ou esta última organização possa ter em relação ao direito ao desenvolvimento.

Artigo 10. A obrigação de respeitar os Estados Partes.

Abster-se-á de conduta, expressa por meio de lei, política ou prática, que: (a) anule ou prejudique o gozo e o exercício do direito ao desenvolvimento; b) Prejudica a capacidade de outro Estado ou de uma organização internacional para cumprir as obrigações desse Estado ou dessa organização internacional em matéria de direito ao desenvolvimento; c) Auxiliar, assistir, dirigir, controlar ou coagir, com conhecimento das circunstâncias do ato, outro Estado ou uma organização internacional a violar as obrigações desse Estado ou dessa organização internacional em matéria de direito ao desenvolvimento; d) Faz com que uma organização internacional da qual é membro pratique um ato que, se cometido pelo Estado Parte, constituiria uma violação de sua obrigação nos termos da presente Convenção, e o faz para

contornar essa obrigação aproveitando o fato de que a organização internacional tem competência em relação ao seu objeto.

Artigo 11. Obrigação de proteger os Estados Partes

Adotarão e aplicarão todas as medidas necessárias, apropriadas e razoáveis, incluindo administrativas, legislativas, investigativas, judiciais, diplomáticas e outras, para assegurar que pessoas físicas ou jurídicas, povos, grupos ou qualquer outro Estado ou agentes que o Estado esteja em condições de regular não anulem ou prejudiquem o gozo e o exercício do direito ao desenvolvimento dentro ou fora de seus territórios quando: (a) Tal conduta ocorra, parcial ou totalmente, no território do Estado Parte; b) A pessoa singular ou coletiva tem a nacionalidade do Estado Parte; c) O Estado Parte tem o dever legal exigido, nos termos do direito nacional ou internacional, de supervisionar, regulamentar ou de outra forma exercer a supervisão da conduta da pessoa coletiva que exerça atividades comerciais, incluindo as de caráter transnacional.

Artigo 12. Obrigação de cumprir.

1. Cada Estado Parte tomará medidas, individualmente e por meio de assistência e cooperação internacionais, com vistas a reforçar progressivamente o direito ao desenvolvimento, sem prejuízo de suas obrigações de respeitar e proteger o direito ao desenvolvimento contido nos artigos 10 e 11 da presente Convenção ou das obrigações contidas na presente Convenção que tenham efeito imediato. Os Estados Partes poderão tomar tais medidas por qualquer meio apropriado, em especial por meio da adoção de medidas legislativas. 2. Para esse fim, cada Estado Parte tomará todas as medidas necessárias em nível nacional e assegurará, entre outros, a igualdade de oportunidades, inclusive por meio da inclusão digital, quando aplicável, para todos os indivíduos e povos em seu acesso a recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, moradia, emprego e segurança e proteção sociais, e na distribuição justa da renda, e realizará reformas econômicas e sociais adequadas com vista a erradicar todas as injustiças sociais.

Artigo 13. Dever de cooperação.

1. Os Estados-Partes reafirmam e implementarão seu dever de cooperar entre si, por meio de ações conjuntas e separadas, a fim de: (a) Resolver problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural, político, ambiental, de saúde, educacional, tecnológico ou humanitário; (b) Acabar com a pobreza em todas as suas formas e dimensões, inclusive erradicando a pobreza extrema; c) Promover níveis de vida mais elevados, emprego pleno e produtivo, trabalho digno, espírito empresarial, condições de dignidade humana e progresso e desenvolvimento econômico, social, cultural, tecnológico e ambiental; d) Promover e incentivar o respeito universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem qualquer tipo de discriminação. 2. Para esse fim, os Estados Partes têm responsabilidade primária, de acordo com o princípio geral de solidariedade internacional descrito na presente Convenção, pela criação de condições internacionais favoráveis à realização do direito ao desenvolvimento para todos, e tomarão medidas deliberadas, concretas e direcionadas, individual e conjuntamente, inclusive por meio da cooperação no âmbito das organizações internacionais e do engajamento com a sociedade civil: a) Assegurar que as pessoas singulares e coletivas, os grupos e os Estados não prejudiquem o gozo do direito ao desenvolvimento; (b) Eliminar os obstáculos à plena realização do direito ao desenvolvimento, inclusive por meio da revisão de instrumentos, políticas e práticas jurídicas internacionais; c) Assegurar que a formulação, adoção e implementação dos instrumentos, políticas e práticas jurídicas

internacionais dos Estados Partes sejam consistentes com o objetivo de realizar plenamente o direito ao desenvolvimento para todos; d) Formular, adotar e implementar instrumentos, políticas e práticas jurídicas internacionais apropriados que visem o aprimoramento progressivo e a plena realização do direito ao desenvolvimento para todos; e) Mobilizar recursos técnicos, tecnológicos, financeiros, de infraestrutura e outros recursos adequados para permitir que os Estados Partes, particularmente nos países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos, cumpram as obrigações que lhes incumbem por força da presente Convenção. 3. Os Estados Partes assegurarão que o financiamento para o desenvolvimento e todas as outras formas de ajuda e assistência por eles prestadas ou recebidas, bilaterais ou sob qualquer estrutura institucional ou internacional, estejam em conformidade com os princípios internacionalmente reconhecidos de cooperação para o desenvolvimento e consistentes com as disposições da presente Convenção. 4. Os Estados-Partes reconhecem seu dever de cooperar para criar uma ordem social e internacional conducente à realização do direito ao desenvolvimento, entre outros: a) Promover um sistema de comércio multilateral universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório, equitativo, transparente e inclusivo; b) Aplicação do princípio do tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, em especial os países menos desenvolvidos, tal como definido nos acordos de comércio e investimento aplicáveis; c) Melhorar a regulação e o acompanhamento dos mercados e instituições financeiras mundiais e reforçar a aplicação desses regulamentos; d) Assegurar uma representação e voz reforçadas dos países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos, no processo de tomada de decisões em todas as instituições económicas e financeiras internacionais, a fim de criar instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas; e) Reforçar o apoio ao reforço das capacidades aos países em desenvolvimento, incluindo os países menos desenvolvidos e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, a fim de aumentar significativamente a disponibilidade de dados desagregados de elevada qualidade, pertinentes, atempados e fiáveis; f) Incentivar a ajuda pública ao desenvolvimento, os fluxos financeiros e o investimento estrangeiro, nomeadamente através da execução de quaisquer compromissos existentes, para os Estados em que as necessidades são maiores, em especial os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, em conformidade com os seus planos e programas nacionais; g) Reforçar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul, triangular e outras formas de cooperação regional e internacional em todos os domínios, em particular no que respeita ao acesso à ciência, tecnologia e inovação, e também reforçar a partilha de conhecimentos em termos mutuamente acordados, nomeadamente através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, em particular a nível das Nações Unidas, e através dos mecanismos existentes e novos para a facilitação tecnológica global; h) Reforçar as ações de mitigação e a capacidade de adaptação, reforçar a resiliência e a resposta e reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas e a fenómenos meteorológicos extremos, abordando os impactos económicos, sociais e ambientais das alterações climáticas, tendo em conta os imperativos de uma transição justa, a equidade e os princípios das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e respetivas capacidades à luz das circunstâncias nacionais; e melhorar o acesso ao financiamento internacional em matéria de clima, à transferência de tecnologia e ao reforço das capacidades para apoiar os esforços de atenuação e adaptação nos países em desenvolvimento e nos países menos desenvolvidos, especialmente os que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos das alterações climáticas; i) Promover o desenvolvimento, a transferência, a difusão e a difusão de tecnologias respeitadoras do ambiente e respeitadoras dos direitos humanos para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, incluindo em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado; j) Eliminar os fluxos financeiros ilícitos através

do combate à evasão fiscal e à corrupção, reduzindo as oportunidades de elisão fiscal, reforçando a divulgação e a transparência das transações financeiras e imobiliárias nos países de origem e de destino e reforçando a recuperação e a devolução de ativos roubados; k) Eliminar os fluxos ilícitos de armas por todos os meios necessários, em conformidade com os compromissos internacionais; l) Ajudar os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos a alcançar a sustentabilidade da dívida a longo prazo através de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento da dívida, a redução da dívida e a reestruturação da dívida, conforme adequado, e a abordar a dívida externa dos países pobres altamente endividados, a fim de reduzir o endividamento; m) Facilitar a migração e a mobilidade seguras, ordenadas e regulares de pessoas, nomeadamente através da aplicação de políticas de migração planejadas e bem geridas baseadas nos direitos e da adoção de medidas legislativas e outras para prevenir e combater o tráfico de pessoas, o contrabando de migrantes e os crimes contra os migrantes.

Artigo 14. Medidas coercitivas.

1. A utilização ou o incentivo ao recurso a medidas económicas ou políticas, ou a qualquer outro tipo de medida, para coagir um Estado a obter dele a subordinação do exercício dos seus direitos soberanos, em violação dos princípios da igualdade soberana dos Estados, da liberdade de consentimento dos Estados ou do direito internacional aplicável, constitui uma violação do direito ao desenvolvimento. 2. Os Estados Partes abster-se-ão de adotar, manter ou implementar as medidas referidas no parágrafo 1.

Artigo 15. Medidas específicas e corretivas.

1. Os Estados-Partes reconhecem que certos indivíduos, grupos e povos, devido à sua marginalização ou vulnerabilidade por causa de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, origem nacional, étnica ou social, propriedade, deficiência, nascimento, idade ou outro status, podem precisar de medidas específicas e corretivas para acelerar ou alcançar a igualdade de fato no gozo do direito ao desenvolvimento. Medidas específicas e corretivas podem incluir permitir a participação plena, efetiva, apropriada e digna desses indivíduos, grupos e povos em processos de tomada de decisão, programas e formulação de políticas que afetem seu pleno e igual gozo do direito ao desenvolvimento, sem submetê-los a restrições ou barreiras estruturais, ambientais ou institucionais. 2. Os Estados-Partes reconhecem que os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, devido a injustiças históricas, conflitos, riscos ambientais, mudanças climáticas ou outras desvantagens, inclusive de natureza econômica, técnica ou de infraestrutura, podem exigir medidas específicas e corretivas por meio de instrumentos, políticas e práticas jurídicas internacionais mutuamente acordados para assegurar a realização igualitária do direito ao desenvolvimento por todos os indivíduos e povos. Essas medidas podem, se for caso disso, incluir: a) Reconhecimento das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e das respectivas capacidades, tendo em conta as diferentes circunstâncias nacionais; b) A concessão de tratamento especial e diferenciado; c) Condições preferenciais em matéria de comércio, investimento e financiamento; d) A criação de fundos especiais ou mecanismos de facilitação; e) A facilitação e mobilização de assistência financeira, técnica, tecnológica, infra-estrutural, de reforço de capacidades ou outra; f) Outras medidas mutuamente acordadas compatíveis com as disposições da presente convenção.

Artigo 16. Igualdade entre homens e mulheres.

1. Os Estados Partes, de acordo com suas obrigações decorrentes do direito internacional, assegurarão a igualdade substantiva entre mulheres e homens e adotarão

medidas, inclusive por meio de legislação e medidas especiais temporárias, conforme apropriado, para pôr termo a todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas, de modo a assegurar o pleno e igual gozo do direito ao desenvolvimento. 2. Para esse fim, os Estados Partes adotarão medidas apropriadas, individual e conjuntamente, entre outras: (a) Prevenir e eliminar todas as formas de violência e práticas nocivas contra mulheres e meninas nas esferas pública e privada on-line e off-line, incluindo o tráfico de pessoas e todas as formas de exploração sexual e outras; b) Assegurar a participação plena, equitativa, efetiva e significativa das mulheres e a igualdade de oportunidades de liderança a todos os níveis na concepção, tomada de decisões, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas e programas na vida política, econômica, social, cultural e pública, bem como nas pessoas coletivas; c) Adotar e reforçar políticas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de oportunidades e o empoderamento das mulheres e raparigas a todos os níveis; d) Incorporar e integrar uma perspectiva de gênero na formulação, adoção e implementação de todas as leis, políticas e práticas nacionais e de instrumentos, políticas e práticas jurídicas internacionais; e) Assegurar o acesso equitativo e equitativo e o controle dos recursos necessários à plena realização do direito ao desenvolvimento das mulheres e meninas;

f) Assegurar o acesso equitativo e equitativo à educação e aos serviços de qualidade necessários à plena realização do direito ao desenvolvimento das mulheres e meninas; g) Realizar a agenda das mulheres e da paz e segurança e assegurar a participação plena, efetiva e significativa das mulheres na prevenção e resolução de conflitos armados e na construção da paz para a manutenção e promoção da paz e da segurança a todos os níveis.

Artigo 17. Povos indígenas.

1. Os povos indígenas têm o direito de buscar livremente seu desenvolvimento em todas as esferas, de acordo com suas próprias necessidades e interesses. Eles têm o direito de determinar e desenvolver prioridades e estratégias para exercer seu direito ao desenvolvimento. 2. De acordo com o direito internacional, os Estados Partes consultarão e cooperarão de boa fé com os Povos Indígenas interessados, por meio de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e implementar medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los. 3. Os Estados Partes consultarão e cooperarão de boa-fé com os Povos Indígenas interessados, por meio de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado antes da aprovação de qualquer projeto que afete suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em conexão com o desenvolvimento, utilização ou exploração de recursos minerais, hídricos ou outros.

Artigo 18. Medidas para prevenir e combater a corrupção.

Os Estados Partes reconhecem que a corrupção representa um sério obstáculo à realização do direito ao desenvolvimento. Para esse fim, os Estados Partes deverão, de acordo com o direito internacional, individual e conjuntamente: (a) Promover e fortalecer medidas de prevenção e combate à corrupção; b) Promover, facilitar e apoiar a cooperação internacional e a assistência técnica na prevenção e combate à corrupção, incluindo na recuperação de ativos; c) Promover a integridade, a responsabilização e a boa gestão dos assuntos públicos e do patrimônio público.

Artigo 19. Proibição de limitações ao gozo do direito ao desenvolvimento.

Os Estados Partes reconhecem que o gozo do direito ao desenvolvimento não pode estar sujeito a quaisquer limitações, exceto na medida em que possam resultar diretamente do exercício das limitações a outros direitos humanos aplicadas de acordo com o direito internacional.

Artigo 20. Avaliações de impacto.

1. Os Estados Partes comprometem-se a tomar as medidas apropriadas, individual e conjuntamente, inclusive no âmbito de organizações internacionais, para estabelecer marcos legais para a realização de avaliações prévias e contínuas dos riscos e impactos reais e potenciais de suas leis, políticas e práticas nacionais e dos instrumentos, políticas e práticas jurídicas internacionais, bem como da conduta das pessoas jurídicas que estejam em condições de regulamentar para assegurar o cumprimento das disposições da presente Convenção.

2. Os Estados Partes levarão em conta quaisquer outras diretrizes, melhores práticas ou recomendações que a Conferência dos Estados Partes possa fornecer com relação às avaliações de impacto.

Artigo 21. Estatística e coleta de dados.

1. Os Estados Partes comprometem-se a coletar informações apropriadas, inclusive dados estatísticos e de pesquisa, que lhes permitam formular e implementar políticas para dar efetividade à presente Convenção. O processo de coleta e manutenção dessas informações deve: (a) Cumprir as salvaguardas legalmente estabelecidas, incluindo a legislação sobre proteção de dados, para garantir a confidencialidade e o respeito à privacidade on-line e off-line; b) Cumprir as normas internacionalmente aceites para proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais e os princípios éticos na recolha e utilização de estatísticas. 2. As informações coletadas de acordo com o presente artigo serão desagregadas, conforme apropriado, e usadas pelo Estado Parte para avaliar a implementação de suas obrigações sob a presente Convenção e para identificar e abordar os obstáculos à plena realização do direito ao desenvolvimento. 3. Os Estados Partes assumirão a responsabilidade pela divulgação dessas estatísticas de maneira consistente com o objetivo de realizar plenamente o direito ao desenvolvimento para todos.

Artigo 22. Paz e segurança internacionais.

1. Os Estados Partes reafirmam suas obrigações existentes sob o direito internacional de promover o estabelecimento, a manutenção e o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, em consonância com os princípios e obrigações contidos na Carta das Nações Unidas, incluindo a solução pacífica de controvérsias. 2. Para esse fim, de acordo com o direito internacional, os Estados Partes comprometem-se a adotar medidas coletivas com o objetivo de alcançar o desarmamento geral e completo sob rigoroso e efetivo controle internacional, a fim de que os recursos humanos, ecológicos, econômicos e tecnológicos do mundo possam ser utilizados para a plena realização do direito ao desenvolvimento para todos. 3. Os Estados Partes comprometem-se a promover a paz e sociedades inclusivas em seus territórios para a plena realização do direito ao desenvolvimento para todos.

Artigo 23. Desenvolvimento sustentável

Os Estados Partes, individualmente e em conjunto, comprometem-se a assegurar que: (a) as leis, políticas e práticas relativas ao desenvolvimento nos níveis nacional e internacional visem e contribuam para a realização do desenvolvimento sustentável, de forma consistente com suas obrigações sob o direito internacional; (b) Suas decisões e ações não comprometem a capacidade das gerações presentes e futuras de realizarem seu direito ao desenvolvimento; (c) A formulação, adoção e implementação de todas essas leis, políticas e práticas destinadas a realizar o desenvolvimento sustentável são plenamente consistentes com as disposições da presente Convenção e outras obrigações para a realização do desenvolvimento sustentável no direito internacional.

Artigo 24. Interpretação harmoniosa.

1. Nenhuma disposição da presente Convenção será interpretada no sentido de prejudicar as disposições da Carta das Nações Unidas e das constituições das agências especializadas que definem as responsabilidades respectivas dos vários órgãos das Nações Unidas e das agências especializadas em relação às matérias tratadas na presente Convenção. Para tanto, os Estados Partes reafirmam que as Nações Unidas e suas agências especializadas têm a obrigação de promover o direito ao desenvolvimento. 2. As disposições da presente Convenção não afetam os direitos e obrigações de qualquer Estado Parte decorrentes de qualquer direito internacional existente, exceto quando o exercício desses direitos e o cumprimento dessas obrigações violem o objeto e a finalidade da presente Convenção. O presente número não se destina a criar uma hierarquia entre a presente Convenção e outro direito internacional.

Parte IV.

Artigo 25. Conferência dos Estados Partes.

1. É instituída uma Conferência dos Estados Partes. 2. A Conferência dos Estados Partes acompanhará regularmente a implementação efetiva da Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos conexos que a Conferência dos Estados Partes possa adotar no futuro e tomará, dentro de seu mandato, as decisões necessárias para promover a implementação efetiva da Convenção. Para esse fim, a Conferência dos Estados Partes deverá: (a) examinar periodicamente os relatórios dos Estados Partes sobre a implementação de suas obrigações decorrentes da Convenção e os obstáculos que enfrentam na realização do direito ao desenvolvimento, à luz do objeto e da finalidade da Convenção. Nesse sentido, a Conferência dos Estados Partes poderá remeter tais relatórios ao mecanismo de implementação previsto no artigo 27 da presente Convenção; b) Promover e facilitar o intercâmbio aberto de informações sobre as medidas adotadas pelos Estados Partes para tratar da realização do direito ao desenvolvimento, levando em conta as diferentes circunstâncias, responsabilidades e capacidades dos Estados Partes e suas respectivas obrigações nos termos da Convenção; c) Promover, desenvolver e aperfeiçoar periodicamente, de acordo com as disposições da presente Convenção, as metodologias e as melhores práticas para que os Estados Partes avaliem o status da realização do direito ao desenvolvimento; d) Procurar e utilizar, se for caso disso, os serviços e a cooperação e as informações fornecidas por organizações internacionais competentes e organismos governamentais e não governamentais; e) Examinar e adotar relatórios periódicos sobre o estado de aplicação da Convenção e assegurar a sua publicação; f) Formular recomendações sobre quaisquer questões relevantes para a aplicação da Convenção e assegurar a sua publicação; g) Exercer outras funções no âmbito da Convenção que sejam

necessárias para a realização do objeto e finalidade, bem como dos objetivos, da Convenção. 3. A primeira sessão da Conferência dos Estados Partes será convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas o mais tardar seis meses após a entrada em vigor da presente Convenção. Em sua primeira sessão, a Conferência dos Estados Partes adotará seu próprio regulamento interno, que incluirá a tomada de decisões para assuntos no âmbito de seu mandato que ainda não estejam previstos na Convenção. 4. A Conferência dos Estados Partes reunir-se-á em sessões públicas, salvo determinação em contrário, de acordo com seu regulamento interno.

5. Todos os Estados não partes na presente Convenção, agências especializadas, fundos e programas do sistema das Nações Unidas, outras organizações internacionais, mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas, organismos regionais de direitos humanos, instituições nacionais de direitos humanos e organizações não governamentais com status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social podem participar como observadores das sessões públicas da Conferência dos Estados Partes. A Conferência dos Estados Partes poderá, de acordo com seu regulamento interno, considerar pedidos de outras partes interessadas ou convidá-las a participar como observadores. 6. A Conferência dos Estados Partes realizar-se-á anualmente. 7. As sessões especiais da Conferência dos Estados Partes realizar-se-ão em outros momentos que julgar necessário, ou a pedido de qualquer Estado Parte, de acordo com seu regulamento interno. 8. A Conferência dos Estados Partes transmitirá seus relatórios à Assembleia Geral e ao Conselho Econômico e Social. Artigo 26º Protocolos à Convenção 1. A Conferência dos Estados Partes poderá adotar protocolos à presente Convenção. 2. O texto de qualquer proposta de protocolo será comunicado aos Estados Partes pelo menos seis meses antes da sua apreciação. 3. Os requisitos para a entrada em vigor são estabelecidos por esse instrumento. 4. As decisões ao abrigo de qualquer protocolo só serão tomadas pelos Estados Partes no protocolo em causa.

Artigo 27. Estabelecimento de um mecanismo de implementação.

1. Em sua primeira sessão, a Conferência dos Estados Partes estabelecerá um mecanismo de implementação para facilitar, coordenar e assistir, de forma não adversarial e não punitiva, a implementação e a promoção do cumprimento das disposições da presente Convenção. 2. O mecanismo de execução é composto por peritos independentes, tendo em conta, nomeadamente, o equilíbrio entre homens e mulheres e a representação geográfica equitativa, bem como uma representação adequada dos diferentes sistemas jurídicos. Os peritos servirão a título pessoal e terão elevada idoneidade moral e reconhecida competência e experiência no domínio abrangido pela presente convenção. 3. O mecanismo de execução deve: a) Adotar observações ou recomendações gerais para ajudar na interpretação ou aplicação das disposições da presente convenção; b) Analisar os obstáculos à implementação da Convenção a pedido da Conferência dos Estados Partes; c) Analisar os pedidos dos titulares de direitos para comentar situações em que o seu direito ao desenvolvimento tenha sido prejudicado pelo incumprimento por parte dos Estados do seu dever de cooperação, tal como reafirmado e reconhecido pela Convenção; d) Desempenhar quaisquer outras funções no âmbito da Convenção que possam ser atribuídas pela Conferência dos Estados Partes. 4. A Conferência dos Estados Partes adotará o regulamento interno para o funcionamento do mecanismo de implementação.

Parte V.

Artigo 28. Assinatura.

A presente Convenção estará aberta à assinatura de todos os Estados e organizações internacionais na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, a partir de _____.

Artigo 29. Consentimento para ser vinculado.

1. A presente Convenção está sujeita à ratificação, aprovação ou aceitação pelos Estados signatários. 2. Não obstante as obrigações das organizações internacionais existentes ao abrigo do direito internacional e da presente convenção, o consentimento das organizações internacionais signatárias em vincularem-se à presente convenção será expresso através de um acto de confirmação formal. 3. A presente Convenção estará aberta à adesão de qualquer Estado ou organização internacional que não tenha assinado a Convenção.

Artigo 30. Organizações internacionais.

1. As organizações internacionais declararão, nos seus instrumentos de confirmação formal ou de adesão, o âmbito das suas competências em matéria regida pela presente convenção. Subsequentemente, informarão o depositário de qualquer alteração substancial no âmbito das suas competências. 2. As referências a "Estados Partes" na presente Convenção aplicar-se-ão a essas organizações dentro dos limites de suas competências. 3. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 31.º e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 33.º, não é contabilizado qualquer instrumento depositado por organização internacional. 4. As organizações internacionais não podem exercer o direito de voto na Conferência dos Estados Partes ou para os fins do artigo 33, parágrafo 1.

Artigo 31. Entrada em vigor.

1. A presente Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito do vigésimo instrumento de ratificação ou adesão. 2. Para cada Estado ou organização internacional que ratifique, confirme formalmente ou adira à Convenção após o depósito do vigésimo instrumento, a Convenção entrará em vigor no trigésimo dia após o depósito do seu próprio instrumento.

Artigo 32. Reservas.

1. As reservas podem ser retiradas a qualquer momento. 2. Não serão permitidas reservas incompatíveis com o objeto e a finalidade da presente Convenção.

Artigo 33. Alterações.

1. Qualquer Estado Parte pode propor uma emenda à presente Convenção e submetê-la ao Secretário-Geral das Nações Unidas. O Secretário-Geral comunicará quaisquer propostas de emendas aos Estados Partes, solicitando que sejam notificados se são favoráveis a uma conferência dos Estados Partes para fins de análise e decisão sobre as propostas. Se, no prazo de quatro meses a contar da data dessa comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes for favorável a essa conferência, o Secretário-Geral convocará a conferência sob os auspícios das Nações Unidas. Qualquer emenda adotada por maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes será submetida pelo Secretário-Geral à Assembleia Geral para aprovação e, posteriormente, a todos os Estados Partes para aceitação. 2. A emenda adotada e aprovada nos termos do parágrafo 1 do presente artigo entrará em vigor no trigésimo dia após o número de instrumentos de aceitação depositados atingir dois terços do número de Estados Partes na data de adoção da emenda. Depois disso, a emenda entrará em vigor para qualquer Estado Parte no trigésimo dia seguinte ao depósito de seu próprio instrumento de aceitação. Uma emenda

só será vinculativa para os Estados Partes que a tenham aceite. 3. Se assim for decidido pela Conferência dos Estados Partes por consenso, uma emenda adotada e aprovada em conformidade com o parágrafo 1 do presente artigo que se relacione exclusivamente com os artigos 25, 26 e 27 entrará em vigor para todos os Estados Partes no trigésimo dia após o número de instrumentos de aceitação depositados atingir dois terços do número de Estados Partes na data de adoção da emenda.

Artigo 34. Denúncia.

Um Estado Parte pode denunciar a presente Convenção mediante notificação escrita ao Secretário-Geral das Nações Unidas. A denúncia produz efeitos um ano após a data de recepção da notificação pelo secretário-geral.

Artigo 35. Solução de controvérsias entre Estados Partes.

Qualquer controvérsia entre dois ou mais Estados Partes com relação à interpretação ou aplicação da presente Convenção que não tenha sido resolvida por negociação poderá, mediante acordo das Partes na controvérsia, ser submetida à Corte Internacional de Justiça para decisão, a menos que outra modalidade de solução de controvérsias seja acordada por eles.

Artigo 36. Formato acessível.

O texto da presente Convenção será disponibilizado em formatos acessíveis.

Artigo 37. Depositário.

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o depositário da presente Convenção.

Artigo 38. Textos autênticos.

Os textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol da presente Convenção fazem igualmente fé. Em fé disso, os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, assinaram a presente Convenção.

Fim da emergência em saúde global. Continuidade da ameaça em saúde global

Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão

A Declaração do fim da Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional

Trinta e nove meses após a declaração em 30 de janeiro 2020 de uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional, o diretor geral (DG) da OMS - Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus declarou o fim da fase de emergência da Pandemia da Covid-19. Na sequência muitos governos seguiram o exemplo e em alguns casos já eliminaram benefícios aos mais necessitados que estavam vigentes durante a fase de emergência como acesso a testes e tratamentos.

No briefing dia 05 de maio, o DG alertou que a doença continua sendo uma ameaça, juntamente com vários outros elementos que ameaçam a saúde e a segurança globais – desde mudanças climáticas até sistemas de saúde fracos. Juntos, eles podem levar à próxima pandemia em breve, se não forem combatidos com força.

Ele pediu ainda aos líderes políticos que ajam com rapidez para finalizar os termos de um novo Acordo Pandêmico que está sendo negociado pelos estados membros da OMS, bem como concordar com revisões no Regulamento Sanitário Internacional existente da OMS, de modo a transformar as mazelas trazidas e exponenciadas pela COVID 19 em mudanças significativas e duradouras. É um compromisso com as gerações futuras de que não voltaremos ao antigo ciclo de pânico e negligência que exacerba a vulnerabilidade às doenças emergentes e reemergentes.

A Pandemia da Covid-19 transformou a sociedade global, assim como foram pandemias anteriores e continuará afetando a funcionalidade de diversos setores: "o vírus veio para ficar". Tem sido muito mais do que uma crise de saúde, causou uma grave turbulência econômica, cortando trilhões dos PIB globais, interrompendo viagens e comércio, destruindo negócios e aprofundando milhões na pobreza.

Esta pandemia abalou a confiança entre pessoas, governos e instituições, e alimentou uma torrente de mitos e desinformação. Revelou desigualdades gritantes do nosso mundo – com as comunidades mais pobres e vulneráveis sendo as mais atingidas e as últimas a receberem vacinas e outras ferramentas.

Mas, à luz da tendência constante de queda na mortalidade relacionada ao Covid-19, provocada por um vírus enfraquecido, aumento da imunidade da população e aumento das taxas de vacinação, o Comitê de Emergência COVID-19 da OMS recomendou que o DG declarasse o fim da Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional (ESPII). Seguindo as disposições de emergência do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) da OMS que obrigam legalmente os estados membros a agir sobre ameaças à saúde pública, a suspensão do status de ESPII flexibiliza as atuações locais e regionais. Enfraquecer atuações de preparo e vigilância pode ser a pior medida a ser tomada, a Covid-19 ainda é motivo de preocupação. O risco permanece de novas variantes emergentes que causam novos picos de casos.

A Covid-19 ainda tem taxas de mortalidade altas, milhares de pessoas ainda hospitalizadas devido à infecção e milhões encaram condições pós-covid-19.

Didier Houssin, chefe do Comitê de Emergência COVID da OMS, também reforçou que o fim da ESPII não é um sinal para baixarmos a guarda. O que o anúncio reflete, no entanto, é que é hora de os países fazerem a transição do modo de emergência para o gerenciamento do Covid-19 junto com outras doenças infecciosas. E também por isso, o DG declarou que implantaria uma disposição do RSI para estabelecer um comitê permanente de revisão da Covid. O objetivo é manter e atualizar recomendações aos países sobre o gerenciamento do vírus continuamente.

Com o olhar de guia e referência, a OMS lançou também nessa primeira semana de maio Plano Estratégico Global de Preparação, Prontidão e Resposta COVID-19 (SPRP, em inglês) 2023-2025. Juntamente com a redução da circulação do vírus SARS-CoV-2 e o diagnóstico e tratamento da Covid-19, um terceiro objetivo do plano é apoiar os países na transição de uma resposta de emergência para a prevenção sustentada de longo prazo da doença COVID-19, com foco no controle e na gestão de projetos e iniciativas.

O receio é que projetos e financiamentos ainda presentes, que se cercam da declaração de ESPII, sejam findados de forma não sustentável. Por exemplo, os Estados Unidos também devem anunciar o fim de sua emergência nacional de COVID até 11 de maio. Isso resultará na suspensão da maioria dos mandatos federais de vacinas para SARS-CoV2 para grupos como profissionais de saúde - embora o vírus ainda continue sendo a quarta principal causa de morte nos EUA em 2022.

O diretor executivo de emergências de saúde da OMS, Mike Ryan, observou como a pandemia de COVID viu grandes avanços na expansão dos sistemas nacionais de vigilância de doenças, testes laboratoriais, cuidados clínicos e acesso a ferramentas que salvam vidas, desde novas vacinas até oxigênio. O desafio é realmente como manter esse ímpeto, porque não é importante apenas para o COVID, é importante para outras doenças que estão em circulação.

Ryan reforçou ainda que não podemos continuar respondendo e respondendo e respondendo, é necessário fortalecer prevenção e preparação. É fundamental minimizar e acabar com as iniquidades nos diferentes sistemas de saúde.

Dentro da OMS, há dois grupos de estados membros liderando as negociações sobre um projeto de acordo pandêmico e revisões nas regras existentes para emergências de saúde. Os dois órgãos, o Órgão Intergovernamental de Negociação (INB, em inglês) e o Grupo de Trabalho do RSI (GT-RSI) têm apenas mais um ano para concluir seu trabalho, de acordo com o mandato de apresentar projetos de acordo à Assembleia Mundial da Saúde até maio de 2024. Eles planejam uma reunião conjunta em breve em um esforço para definir quais tópicos, entre as múltiplas questões enfrentadas pelos negociadores, seriam melhor tratados em um instrumento em comparação com o outro.

Juntos, eles enfrentam um considerável desafio para alcançar o consenso dos estados membros da OMS sobre uma série de questões - desde medidas para garantir monitoramento e relatórios mais rigorosos pelos países sobre ameaças emergentes até financiamento mais sustentável dos sistemas de saúde dos países em desenvolvimento e distribuições mais equitativas de vacinas, medicamentos e outras ferramentas vitais de saúde.

Junto com isso, as mudanças climáticas, a destruição do ecossistema e os mercados e comércio de vida selvagem mal regulamentados estão aumentando constantemente os riscos de disseminação zoonótica de doenças novas e reemergentes de animais para humanos. E esses

são problemas que o setor da saúde não pode enfrentar de forma eficaz sem o consentimento ativo e a colaboração dos setores econômico e ambiental.

Os problemas vão além do que a OMS sozinha pode lidar. Também nesse sentido de discussões e projetos conjuntos, foi reforçado que a Assembleia Geral da ONU (AGNU) desempenhe um papel mais ativo daqui para frente. A Assembleia Geral da ONU está programada para realizar uma reunião de alto nível sobre preparação, prevenção e resposta a pandemias em 20 de setembro.

"São necessárias escolhas políticas ousadas para proteger o mundo". É o que afirma o relatório do Painel Independente de preparo e resposta a pandemias, publicado também agora em maio e intitulado: A road map for a world protected from pandemic threats. Ao longo do documento, que pode ser acessado no link anterior, inclui ponderações sobre um acordo em toda a ONU sobre regras pandêmicas internacionais mais fortes, contramedidas equitativas e um órgão de monitoramento independente trabalhando ao lado de uma OMS autorizada e fortalecida.

Em termos de financiamento, são necessários pelo menos US\$ 10,5 bilhões por ano para apoiar os países de baixa e média renda a nivelar a preparação dos sistemas de saúde. Até agora, apenas cerca de 10% disso foi comprometido com um novo Fundo Pandêmico hospedado pelo Banco Mundial. O alívio da dívida para nações em desenvolvimento sobrecarregadas e formas inovadoras de financiamento para o clima e o desenvolvimento sustentável também são essenciais para a prevenção da pandemia. Tais referências também estão presentes no relatório, chamado de "Agenda de Bridgetown".

Em um momento de difícil divisão geopolítica, a Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU apresenta uma oportunidade histórica para demonstrar o poder do multilateralismo e da liderança política e escolher a colaboração humana para superar a ameaça de patógenos que podem se materializar em qualquer lugar, a qualquer hora. É sabido que enfrentaremos novas ameaças pandêmicas. A AGNU deve aproveitar as duras lições da COVID-19 e honrar a memória de muitos milhões de pessoas que morreram, para se comprometer com reformas abrangentes que não deixem lacunas.

Pautas comuns e esforços conjuntos do GT-RSI e do INB

Equidade e os direitos de propriedade intelectual (PI) são duas questões centrais, tanto pela complexidade das discussões quanto pela relevância dos tópicos. Sobretudo nas discussões que permeiam o trabalho do INB e da revisão do RSI.

Propriedade intelectual está aderida às discussões de estímulo à inovação científica, bem como central para facilitação do acesso a insumos relacionados à pandemias, como medicamentos, vacinas e outros produtos. Tais itens são pautas recorrentes no âmbito do INB. Enquanto isso, ao se avaliar o que se discute no GT-RSI, a forma de operacionalizar PI por meio dos diversos regulamentos, principalmente com o objetivo de melhorar a capacidade dos estados membros de lidar com futuras pandemias tem sido também pauta presente.

Como pontuado por Dr. Ashley Bloomfield, co-presidente do grupo de trabalho sobre emendas ao Regulamento Sanitário Internacional, as "discussões giram em torno do financiamento para isso, e são sobre acesso e compartilhamento de benefícios e, em particular, acesso às tecnologias derivadas do compartilhamento de amostras virais – em particular vacinas, mas também tratamentos".

Falta apenas um ano para que ambos concluam as negociações sobre um acordo pandêmico e mudanças no RSI, as únicas regras vinculativas globalmente para orientar os surtos internacionais de doenças. Ambos projetos devem ser apresentados à Assembleia Mundial da Saúde de 2024.

Como há uma sobreposição significativa no trabalho do INB e do grupo de trabalho do RSI, eles estão planejando uma reunião conjunta. De acordo com Precious Matsoso, co-presidente do INB, por diversas vezes os estados membros levantaram a questão das sobreposições e duplicações dos trabalhos e pediram para que se aproximasse os processos, como garantia de delineamentos das áreas que pertencem a diferentes partes.

A tarefa para a gestão dos dois grupos é ajudar os estados membros a organizar os processos de forma coerente e sinérgica, não como processos separados. Outro ponto levantado é que o trabalho tem sido feito "localmente" pelas mesmas equipes. E a junção e convergência das discussões sobre mesmos tópicos facilitaria posicionamentos.

Outra preocupação a ambos os lados foi a desinformação por detrás das implicações dos processos. Em alguns pontos tem sido frequentemente questionado se os países perderiam soberania nas aplicações das medidas em seus territórios. Assim, o diretor jurídico da OMS, Steven Solomon, deu uma declaração descrevendo os dois processos como "alguns dos mais transparentes na história do trabalho da OMS em instrumentos globais de saúde".

Reforçou que a expressão "impulsionado pelos estados-membros" significa que os estados-membros decidem e, no contexto da preparação de instrumentos como este, significa especificamente que os países, fazem as propostas. Solomon reforçou que "os países fazem a redação do país, fazem a negociação, o trabalho e encontram consenso. Os países tomam a decisão sobre o que deve ser acordado e, de acordo com a Constituição, os países adotam qualquer que seja o resultado na Assembleia Mundial da Saúde".

Solomon continuou que não significa aceitação por um país após a aprovação na AMS, o que é um ato formal. Em seguida, os países individualmente devem considerar e decidir se aceitam o que foi adotado na assembleia. Então, não há nada automático que aconteça em termos de entrada em vigor do que for aprovado. Os próprios países decidirão aceitar ou não os resultados desse processo.

Assembleia Mundial da Saúde

Todos os estados membros se preparam para a próxima AMS que terá atividades desde 19 de maio. Essa assembleia promete ser a primeira em anos que se realizará na sua plenitude, mantendo as lições da Covid como centro dos debates, mas acrescentando temas relevantes como a questão climática, o racismo e discriminação socioambientais, a retomada do processo da Conferência do Rio 2011 sobre determinantes sociais e a apreciação da resolução sobre populações indígenas proposta pelo Brasil.

Informações completas da 76ª. AMS encontra-se em:

<https://www.who.int/about/governance/world-health-assembly/seventy-sixth-world-health-assembly> e a agenda provisória em:

https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA76/A76_1Rev1-en.pdf

Colaborar localmente é fundamental para o progresso global em direção aos ODS relacionados à saúde, diz a OMS

As treze agências multilaterais signatárias²³ do *Plano de ação global para uma vida saudável e bem-estar para todos (SDG3 GAP)*²⁴, iniciado em 2019, acabam de lançar relatório de progresso intitulado “*O que funcionou? O que não aconteceu? Qual é o próximo?*”, refletindo sobre os quatro anos de trabalho conjunto dessas agências, descrevendo o que funcionou e o que não funcionou no fortalecimento da colaboração e apoio para acelerar o progresso dos países em relação ao ODS 3 (saúde).

Desde seu lançamento, o SDG3 GAP permitiu a criação de novas estruturas de colaboração entre as agências signatárias em áreas-chave, como financiamento sustentável e atenção primária à saúde, entre outras. Pelo menos 67 países se engajaram em um ou mais dos temas do acelerador SDG3 GAP.

Segundo o DG da OMS, Tedros Adhanom, ocorreram progressos importantes, mas há um longo caminho a percorrer para melhorar a maneira como as organizações multilaterais trabalham juntas para apoiar os países, e que os países devem ser ouvidos para que as agências trabalhem conforme suas orientações.

O relatório fornece seis recomendações principais para garantir que os países se beneficiem de um apoio mais simplificado e cumpram os compromissos assumidos no ODS3 GAP. Esses incluem:

- continuar o ciclo de melhoria do SDG3 GAP para a saúde, buscando as opiniões dos Estados Membros sobre como colaboramos em nível nacional e respondendo às recomendações relacionadas;
- manter o GAP como plataforma de colaboração;
- fomentar uma colaboração mais forte a nível nacional nos cuidados de saúde primários e explorar novos tópicos temáticos, tais como sistemas de saúde resilientes ao clima;
- aplicar conjuntamente novas abordagens a nível nacional, como a abordagem de entrega para impacto;
- envolver mais com a sociedade civil; e
- trabalhar com os Estados Membros para fortalecer os incentivos à colaboração por meio de liderança política, direção de governança e financiamento para apoiar a colaboração.

As principais conclusões do relatório contribuirão para as discussões da próxima Cúpula dos ODS da Assembleia Geral das Nações Unidas e da Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde em setembro de 2023. Os meses que antecedem esses eventos importantes oferecem uma oportunidade para um esforço conjunto dos Estados Membros e agências multilaterais para identificar maneiras de implementar as recomendações e preparar o terreno para alavancar totalmente uma colaboração mais forte e acelerar o progresso em direção aos ODS relacionados à saúde em a segunda metade do prazo dos ODS.

²³ As agências responsáveis pelo plano são: GAVI, ONU Mulher, Banco Mundial, Programa Mundial de Alimentos (PMA), UNICEF, UNFPA, UNAIDS, Global Financing Facility (GFF), Global Fund, PNUD, UNITAID, OIT e OMS

²⁴ Ver: <https://www.who.int/initiatives/sdg3-global-action-plan> e <https://indd.adobe.com/view/e97c624a-824e-459a-ba5a-78e71a05c9bb>

Desafios em Ciência, Tecnologia e Inovação e os acordos de Basileia, Roterdã e Estocolmo

***Danielly Magalhaes
Guto Galvão***

A ciência, a tecnologia e a inovação são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de um país, permitindo a criação de novas soluções para os desafios enfrentados pela humanidade. No entanto, a implementação efetiva dessas áreas enfrenta vários desafios, como garantir que as tecnologias e inovações criadas sejam acessíveis a todos, especialmente para as comunidades mais pobres e vulneráveis; garantir que a ciência e a tecnologia sejam utilizadas de maneira responsável e sustentável direcionada para soluções ambientais e sociais, em vez de ser impulsionada apenas pelo lucro; garantir financiamento, sendo essencial que os governos e empresas invistam em pesquisa e desenvolvimento para permitir a criação de soluções inovadoras e tecnológicas que possam resolver os desafios atuais e futuros. Além disso, é necessário incentivar a colaboração e a cooperação entre os setores público e privado para que a inovação seja direcionada para as necessidades da sociedade como um todo.

A inovação na área de tecnologia analítica tem permitido a detecção de substâncias químicas em concentrações cada vez menores, o que é essencial para avaliar o potencial risco dessas substâncias à saúde humana e ao meio ambiente. A tecnologia tem sido fundamental para o desenvolvimento de ferramentas que permitem o monitoramento contínuo de substâncias químicas em tempo real. Isso é particularmente importante para identificar rapidamente possíveis ameaças à saúde pública ou ao meio ambiente.

Neste texto, serão abordados dois eventos conectados pelas suas ferramentas: a Tripla Convenção de Basileia, Roterdã e Estocolmo e o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação da ONU. Ambos enfrentam o mesmo desafio: a falta de acesso a tecnologias analíticas e capacitação de pessoas em países em desenvolvimento, comprometendo a execução dos acordos de Basileia, Roterdã e Estocolmo. Isso torna esses países e seus povos mais suscetíveis a poluentes, resultando em práticas inadequadas de manejo de produtos químicos perigosos e aumentando o risco de exposição humana e ambiental.

A detecção e quantificação de substâncias químicas tóxicas são fundamentais para proteger a saúde humana e o meio ambiente, mas muitos países em desenvolvimento não têm infraestrutura adequada ou recursos financeiros para adquirir equipamentos e tecnologias analíticas de última geração, bem como para fornecer treinamento e capacitação aos seus trabalhadores. Esses desafios podem afetar desproporcionalmente as comunidades vulneráveis e marginalizadas nos países em desenvolvimento.

O acesso à tecnologia não só beneficia a saúde humana em termos de detecção e prevenção de ameaças químicas, mas também em outras áreas, favorecendo a prevenção de doenças e a promoção e resiliência da saúde. É essencial tomar medidas para auxiliar os países em desenvolvimento a superar esses obstáculos, incluindo a disponibilização de tecnologias e o treinamento de trabalhadores.

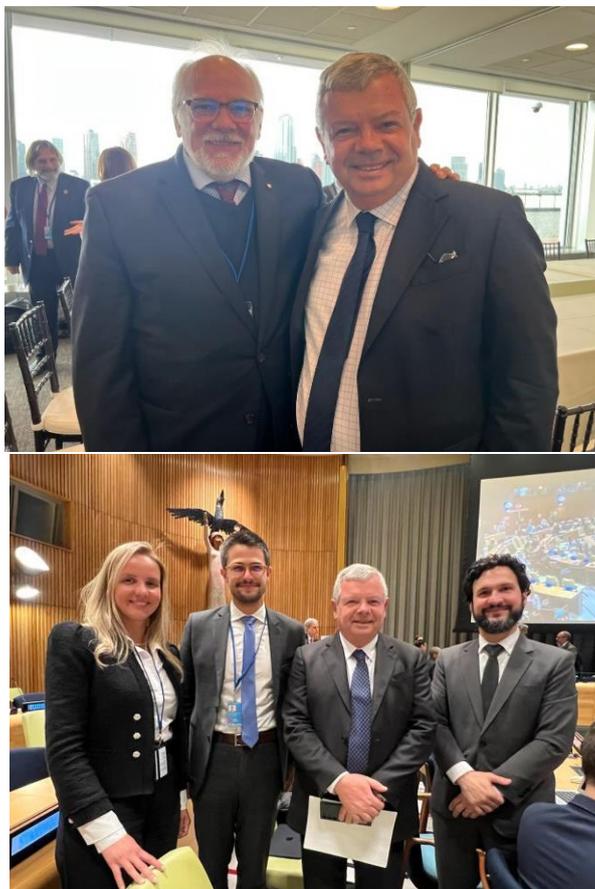
Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação da ONU – *UN STI Forum*

O STI Forum, convocado anualmente em Nova York, pelo Conselho Econômico e Social da ONU, propicia discussões sobre a cooperação em ciência, tecnologia e inovação para que os

governos possam cumprir as metas dos ODS. Este ano, ocorreu de 3 a 4 de maio. O fórum reúne atores de todo o mundo para compartilhar conhecimentos e experiências relacionadas à CT&I e sua contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O 8º fórum deste ano discutiu grupos de ODS, incluindo água, energia, indústria, inovação, infraestrutura, cidades sustentáveis, parcerias e meios de implementação.

No Fórum, houve muita discussão sobre a importância da transferência de tecnologias, a construção de capacitação e cooperação entre países, bem como a necessidade de fomento financeiro em Ciência, Tecnologia e Inovação para acelerar a agenda 2030. A participação das comunidades e seus conhecimentos, incluindo mulheres e meninas, bem como questões de gênero, também foram enfatizadas. Houve preocupação em relação à influência da inteligência artificial, como o Chat GPT, na educação de jovens e seus contrastes no mercado de trabalho contra comunidades vulneráveis com pouco ou nenhum acesso à tecnologia. Um estudo curioso apontou que a IA associa posições de liderança ao pronome/substantivo masculino, enquanto que cargos menores e domésticos são associados ao feminino, contribuindo para a perpetuação das inequidades de gênero.

Também houve uma sessão específica sobre cidades na qual o prefeito de Niterói, Axel Graef, foi convidado como palestrante representando a Frente Nacional de Prefeitos, [ressaltando a importância da inovação para a sustentabilidade das cidades e bem estar das pessoas.](#)



Equipe Fiocruz com o Prefeito de Niteroi Axel Graef e os representantes do Brasil na ONU.

A Fiocruz e a VITO da Bélgica apresentaram os resultados do G-STIC Rio, que organizaram em fevereiro, em evento paralelo no dia 4 de maio. Durante o evento tivemos a honra de receber novamente Sir Amandeep Gill, Subsecretário e Enviado Especial para Tecnologia das Nações Unidas, o Sr. Emerson Coraiola Yinde Kloss, Ministro Plenipotenciário Permanente da Missão do Brasil na ONU, Sr. Karl Lagatie, Embaixador, Representante Permanente Adjunto da Bélgica para a ONU e o Sr. Richard Alexander Roehrl, Diretor Sênior de Assuntos Econômicos, Líder, ONU Mecanismo de Facilitação de Tecnologia, Divisão de Análise Integrada de Políticas, Divisão para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, UN-DESA.



Mesa de participantes do *side-event* sobre o G-STIC Rio

Durante o encontro, Paulo Gadelha (Fiocruz) apresentou o [Communiqué dos Representantes de Alto Nível do G-STIC](#) sobre a necessidade urgente de acelerar a implementação da Agenda 2030 da ONU, e refletiu as principais conclusões do G-STIC-Rio. Luiz Augusto Galvão (Fiocruz) apresentou em destaque os principais resultados em saúde (abaixo) e Catarina Baptista (VITO WaterClimateHub) apresentou as recomendações para água.

Recomendações do Cluster de saúde no G-STIC Rio

O cluster de saúde G-Stic Rio se concentrou em uma melhor recuperação COVID-19 e preparação para futuras crises de saúde e emergências de preocupação global. Dada a magnitude da pandemia de Covid-19, não é exagero afirmar que o mundo respondeu a ela em ritmo recorde. No entanto, esse processo foi repleto de desigualdades. A comunidade global de saúde ainda está sistematizando as informações e lições aprendidas com nossa experiência com a Covid-19. Esse conhecimento será crucial para construir uma melhor preparação para futuras crises de saúde.

O cluster de saúde G-STIC Rio foi projetado para contribuir com o esforço global em direção ao ODS-3 – "Boa saúde e bem-estar para todos". Aborda estruturas emergentes, como a saúde planetária e a saúde urbana, bem como abordagens inovadoras para a vigilância. As discussões no cluster de saúde foram intercaladas com outras sessões do G-Stic Rio e incluíram estratégias para aumentar o engajamento da comunidade, promover a confiança na ciência e abordar questões como discriminação sistemática e racismo, que estão na base da

vulnerabilidade e da injustiça ambiental . Líderes e cientistas analisaram esses e outros aspectos que são pré-condições para o acesso à boa saúde, considerando os desafios globais da degradação ambiental e as rédeas da paz e da democracia. Assessorias também consideraram a necessidade de aumentar o acesso a contramedidas médicas por meio da produção local, continuidade da cadeia de suprimentos e transferência de tecnologia e desenvolver melhores previsões e sistemas de alerta precoce por meio da vigilância sanitária.

A Sessão Plenária G-STIC Rio Health reuniu pesquisadores e líderes de classe mundial para discutir medidas de preparação contra emergências de saúde, incluindo planejamento financeiro, cooperação internacional, tomada de decisões e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A sessão também reconheceu que a pandemia exacerbou desigualdades pré-existentes e causou atrasos e retrocessos no alcance das metas da Agenda 2030.

Algumas das principais recomendações incluem:

- Estabelecer financiamento e apoio robustos para alcançar a Cobertura Universal de Saúde, com base nos sistemas existentes, atenção primária à saúde, redes e laboratórios.
- Aumentar o apoio às capacidades de produção local desenvolvidas para a pandemia COVID-19 em produtos como vacinas e diagnósticos, e promover a colaboração em IST e transferência de tecnologia entre os países em desenvolvimento.
- Priorizar investimentos em sistemas de saúde baseados na atenção primária à saúde e fomentar mecanismos de monitoramento da interface homem-animal-ambiente.
- Promover o envolvimento local na preparação e resposta a pandemias, facilitando a integração horizontal do conhecimento entre os cientistas e as comunidades, incluindo a saúde digital e a telemedicina.
- Elaborar estratégias para recuperar a confiança em todos os níveis nas políticas públicas e na ciência.
- Abordar as causas profundas das emergências de saúde: mudanças ambientais e climáticas, justiça social, mudança do uso da terra, perda de habitats, uma saúde (interface homem-animal), urbanização, comércio e viagens.

A Sessão Especial de Vigilância em Saúde do G-STIC Rio apresentou desafios relacionados ao desenvolvimento de sistemas de vigilância em saúde em escala global, incluindo a necessidade de fortalecer os sistemas locais de vigilância, a participação social e a implementação da abordagem One Health. Os palestrantes apresentaram um panorama das atividades, objetivos e instrumentos disponíveis em suas instituições, incluindo a ferramenta AESOP, que propôs a criação de um sistema de alerta precoce em casos com potencial endêmico e pandêmico e foi apresentada como um caso exemplar no Brasil.

Algumas das principais recomendações incluem:

- Elaborar estratégias para recuperar a confiança em todos os níveis.
- Use modelos e inteligência artificial para analisar os dados disponíveis.
- Aumentar a cooperação e o compartilhamento de informações para melhorar os sistemas nacionais e os mecanismos globais de vigilância e resposta a eventos de saúde pública.
- Abrace todas as complexidades da epidemiologia de doenças infecciosas coletando e integrando diversos fluxos de informações em todas as escalas.
- Estabeleça confiança e segurança no compartilhamento de dados.
- Investir na qualificação da força de trabalho em sistemas de vigilância.
- Harness coletou dados de vigilância através das lentes da One Health.

A sessão especial "Desafios e Oportunidades em Saúde Planetária" foi dedicada a discutir soluções e abordagens inovadoras para enfrentar a tripla crise planetária das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição com uma abordagem interdisciplinar entre a saúde humana, a justiça social e a saúde do ambiente natural do planeta.

Algumas das principais recomendações incluem:

- Melhorar a colaboração entre setores, públicos e privados, incluindo saúde, conservação ambiental, infraestrutura, agricultura e energia, para desenvolver políticas e práticas sustentáveis que possam diminuir a pressão das fronteiras planetárias e, conseqüentemente, melhorar a saúde do planeta e o bem-estar de todos os seus habitantes.
- Enfatizar os cobenefícios de medidas que promovem o desenvolvimento sustentável, de baixo carbono, resiliente ao clima e os benefícios para a saúde, como sistemas de transporte, cidades mais saudáveis, hospitais mais verdes, fontes de energia mais limpas e poluição do ar.
- Políticas públicas que evitem o racismo sistêmico e a discriminação promovem saúde, sustentabilidade e justiça ambiental.

A sessão **Urban Health Preparedness and Response to Health Emergencies: The Role of Cities** abordou o papel das cidades e áreas urbanas na preparação e resposta a emergências de saúde, uma abordagem crítica, já que mais de 50% da população mundial vive em áreas urbanas.

Algumas das principais recomendações incluem:

- Na preparação urbana, a prevenção, a promoção, a vigilância e a resposta devem ser abordadas em conjunto.
- A intersecção da desigualdade e das mudanças climáticas pode exacerbar ainda mais as disparidades de saúde nas áreas urbanas.
- Desenvolver pesquisas sobre estratégias para implementar estruturas globais de preparação e resposta no nível urbano local.
- Conscientizar tomadores de decisão e profissionais de saúde sobre a Estrutura de Sendai para a Redução do Risco de Desastres.

As discussões sobre água, oceano e biodiversidade também abordaram o tema transversal da saúde, destacando que o impacto da inovação tecnológica só pode ser significativo se a integração do conhecimento ocorrer nos níveis econômico, social e político. Foi sugerido que tecnologias digitais e acessíveis que incorporem a participação social (incluindo conhecimentos locais e indígenas) poderiam ajudar a prevenir emergências e ameaças à saúde.

A Tripla Conferências das Partes



com os riscos apresentados por produtos químicos perigosos e resíduos para a saúde humana e o meio ambiente.

A Tripla COP é realizada uma vez a cada dois anos para revisar o progresso feito em cada Convenção e tomar decisões sobre ações futuras. Representantes dos países membros discutem questões como a listagem de novos produtos químicos, o estabelecimento de diretrizes para sua gestão, a promoção do cumprimento e a prestação de assistência técnica aos países em desenvolvimento.

Mais especificamente, a Convenção de Basileia discute o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Descarte. A Convenção de Rotterdam aborda os Procedimento de Consentimento Prévio Informado para Certos Produtos Químicos e Pesticidas Perigosos no Comércio Internacional, promovendo a responsabilidade compartilhada e esforços cooperativos entre as partes no comércio internacional de desses produtos químicos perigosos. A Convenção de Estocolmo controla o uso e fabricação de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), visando a proteção da saúde humana e do meio ambiente contra poluentes orgânicos persistentes, que são produtos químicos tóxicos que permanecem no meio ambiente por longos períodos e podem causar sérios problemas de saúde e ambientais.

Esse ano, a Convenção de Basileia centrar-se-á nos plásticos e nos resíduos eletrônicos, enquanto que a Convenção de Estocolmo analisará propostas para eliminar a produção e a utilização de três produtos químicos, o Metoxicloro, Declorano Plus e o UV-328.

Na abertura, Elizabeth Mrema, vice-diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sublinhou a urgência de garantir a gestão ambientalmente correta (ESM) de produtos químicos e resíduos, enfatizando que "ação tardia significa atrasar a justiça para nós mesmos".

El Salvador, para o GRUPO DE PAÍSES LATINO-AMERICANOS (GRULAC), citou como prioridades regionais: criar mais sinergias para prevenir e combater o tráfico ilegal de produtos químicos e resíduos, como com a Organização Mundial de Aduanas; e a adoção de diretrizes técnicas do BC sobre plástico, lixo eletrônico e baterias

A Tripla COP de 2023 vai até o dia 12 de maio, mas algumas negociações já estão bem avançadas no momento da redação desse informe (7 de maio).

Convenção de Basileia

Na Convenção de Basileia, foram discutidas três diretrizes de resíduos de POPs, especificamente PFOS, PFOA e PFHxS. O desafio enfrentado na gestão desses resíduos é determinar sua presença, quantidade e como gerenciar os riscos associados. O grupo de contato técnico da Convenção de Basileia trabalhará no desenvolvimento dessas orientações. Vários países em desenvolvimento expressaram preocupações sobre sua capacidade técnica para detectar, quantificar e identificar esses poluentes e a necessidade de assistência técnica e financeira para cumprir as obrigações das convenções.

O Chile destacou as dificuldades em definir valores de baixo teor desses POPs para garantir a gestão sustentável dos resíduos, enquanto o Brasil afirmou que esses níveis definidos devem ser implementáveis pelos países em desenvolvimento de acordo com suas capacidades. O Equador observou que poucos países têm essas capacidades, e o Irã e as Maldivas destacaram os desafios financeiros e técnicos. Por outro lado, países desenvolvidos pressionaram para se estabelecerem valores baixos de POP. A China observou que esses valores devem equilibrar a proteção ambiental com a capacidade de gestão das autoridades, enquanto a Nigéria, a Arábia Saudita e a Federação Russa enfatizaram a importância da ciência.

Durante a segunda semana da conferência, a Convenção de Basileia abordará questões relacionadas à transferência de resíduos perigosos, incluindo parcerias, resíduos eletrônicos, plásticos e resíduos domésticos.

- Diretrizes técnicas de lixo eletrônico

Também foi apresentada as diretrizes técnicas de lixo eletrônico ([CHW.16/6/INF/10](#)). A UE disse que as diretrizes técnicas estão "maduras para adoção" nesta COP, com a Suíça destacando a importância de adotá-las antes que a emenda sobre lixo eletrônico entre em vigor em 2025.

Também foram abordadas as diretrizes técnicas sobre o gerenciamento de resíduos de baterias de chumbo-ácido e outras baterias residuais, incluindo aquelas que contêm lítio, que devem ser uma preocupação crescente de gerenciamento de resíduos devido à crescente demanda por baterias de íons de lítio.

Um desafio encontrado nas diretrizes está relacionado ao lixo eletrônico exportado sob o disfarce de reparo - um observador dos EUA observou que as diretrizes fornecem flexibilidade ao equilibrar a facilitação da implementação e identificar critérios comuns para determinar o que é lixo, a fim de impedir que o lixo eletrônico seja exportado por aqueles que reivindicam reparos. Para alguns, incluir essa categoria poderia fechar a brecha que permite que revendedores inescrupulosos contornem a Convenção, alegando resíduos como reutilizáveis ou reparáveis. Se um computador é reparável quando é exportado, mas se torna resíduo logo depois, caberá ao país importador descartá-lo.

- Diretrizes técnicas para resíduos plásticos

A Secretaria apresentou as diretrizes técnicas para resíduos plásticos ([CHW.16/6/Add.3; INF/11 e 11/Rev.1](#)). O projeto de decisão e outras possíveis ações foram apresentados pelo Secretariado ([CHW.16/10, INF/18](#)). Vários países destacaram a importância de combater a poluição por resíduos plásticos sob a Convenção de Basileia e sugeriram atividades adicionais

potenciais. Canadá, Arábia Saudita, Brasil, Federação Russa, Chile, Tanzânia, Níger e um observador dos EUA alertaram para evitar a duplicação de esforços e incentivaram a estreita cooperação com o Comitê de Negociação Intergovernamental (INC) sobre a poluição plástica.

A Convenção de Basileia fez progressos no desenvolvimento de diretrizes técnicas para o gerenciamento de resíduos plásticos. Embora o documento seja extenso e ainda contenha várias seções a serem resolvidas, sua intenção é auxiliar os países na gestão de diferentes tipos de resíduos plásticos. O foco principal da discussão foi o conceito de Responsabilidade Alargada do Produtor (EPR), baseado na decisão tomada anteriormente em 2019 de incluir os resíduos de plástico no procedimento de consentimento prévio informado (PIC) da Convenção de Basileia. Com base nesse procedimento, os países serão informados sobre os resíduos de plástico que serão importados em seus territórios e poderão tomar decisões informadas sobre permitir ou não sua importação.

Convenção de Roterdã

A Convenção de Roterdã discutirá uma proposta para adicionar um novo anexo à Convenção, visando aumentar sua eficácia em listar novos produtos químicos para o procedimento de consentimento prévio informado (PIC). A proposta inclui a criação de um novo anexo para produtos químicos recomendados para inclusão, mas não acordados, e a formação de um grupo de trabalho intersessional para tratar das implicações comerciais e econômicas de novas substâncias. Esta ferramenta adicional seria aplicada somente aos países que a ratificassem, permitindo, em último recurso, uma maioria de 3/4 de votos. Os proponentes da proposta explicaram que isso seria uma solução para os países que desejam que um produto químico faça parte do procedimento PIC.

Convenção de Estocolmo

Apesar dos desafios, a Convenção de Estocolmo está funcionando e as concentrações globais de POP estão diminuindo tanto no ambiente quanto nos organismos.

A Convenção de Estocolmo discutiu sobre a listagem de três produtos químicos para eliminação ou restrição: Metoxicloro (inseticida), Diclorano Plus (retardante de chamas) e UV-328 (filtro UV que é usado como antioxidante para plásticos). Decidiu-se por eliminar a produção e uso dos três, com exceções para o Diclorano Plus e UV-328, permitindo seu uso contínuo em equipamentos médicos específicos. O metoxicloro será incluído no anexo A sem isenções.

A Convenção de Estocolmo encerrou a maioria de seus itens se comprometendo em retomar os trabalhos sobre a rotulagem dos POP em estoques, produtos e artigos, e a oferecer apoio aos países através de assistência técnica.

A Convenção de Estocolmo está sendo instada a fornecer mais apoio, especialmente devido aos prazos próximos para a eliminação do uso de bifenilos policlorados (PCBs) em equipamentos até 2025 e para garantir uma gestão ambientalmente adequada de PCBs até 2028. No entanto, a extensão do desafio não é completamente clara, já que as dificuldades em identificar equipamentos que contenham PCBs e relatá-los podem levar a resultados subestimados.

Outros Pontos: O Secretariado apresentou o relatório ([CHW.16/21](#), [INF/36](#); [RC/COP.11/16](#), [INF/19](#); [POPS/COP.11/22](#), [INF 40](#)) para Cooperação e Coordenação Internacional com a Convenção de Minamata sobre Mercúrio. Monika Stankiewicz, Secretária Executiva da

Convenção de Minamata, destacou áreas bem-sucedidas de cooperação entre as Convenções, incluindo a gestão de resíduos de mercúrio, a comunicação das necessidades de financiamento ao GEF e a formação de Cátedras. O QUÊNIA e outros países saudaram as iniciativas que incentivam as interligações entre a BRS e a SAICM, Minamata e o Protocolo de Montreal.

O plenário ouviu atualizações do PNUMA sobre o Relatório do Diretor Executivo; o Secretariado da SAICM sobre as suas futuras reuniões e trabalhos em curso; FAO sobre o [trabalho conjunto](#) com a OMS num [plano de ação para pesticidas altamente perigosos](#); e a OMS sobre novas iniciativas ambientais como parte de seu trabalho. As principais recomendações do Relatório da 15ª Reunião Conjunta FAO/OMS sobre Manejo de Pesticidas foram:

- Promover o manejo integrado de pragas (MIP) como abordagem preferencial para o manejo de pragas e doenças na agricultura.
- Melhorar o monitoramento e a avaliação do uso e exposição a pesticidas, a fim de identificar e abordar os riscos potenciais à saúde e ao meio ambiente.
- Fortalecer os sistemas regulatórios nacionais de pesticidas, incluindo avaliação de risco, registro e monitoramento pós-registro.
- Promover o desenvolvimento e uso de alternativas de manejo de pragas mais seguras e sustentáveis, como controle biológico e práticas agroecológicas.
- Aprimorar a cooperação e coordenação internacional na gestão de pesticidas, incluindo o intercâmbio de informações e melhores práticas entre os países e a promoção de normas e regulamentos harmonizados.
- Melhorar a educação e o treinamento sobre pesticidas para todas as partes interessadas, incluindo agricultores, extensionistas e funcionários reguladores, com foco no uso seguro e eficaz de pesticidas e alternativas ao seu uso.
- Aumentar a conscientização sobre a importância de reduzir os resíduos de pesticidas nos alimentos e promover o desenvolvimento de limites máximos de resíduos (LMRs) com base em evidências científicas sólidas.
- Abordar a questão do descarte de pesticidas e gestão de resíduos, incluindo o desenvolvimento de diretrizes para o descarte de pesticidas não utilizados e vencidos.
- Continuar a avaliar e atualizar a classificação e rotulagem de pesticidas com base em novas evidências científicas e promover a harmonização dos sistemas de classificação e rotulagem em todo o mundo.
- Promover a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e ferramentas de manejo de pragas, com foco naquelas mais seguras e sustentáveis.

Esforços do PNUD para mobilizar finanças para o desenvolvimento sustentável

Erica Kastrup

Um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável é o financiamento. Reorientar padrões de produção, consumo e comportamento, das pessoas e empresas, requer investimentos cujos retornos podem ser intangíveis ou a longo prazo, o que normalmente não é atrativo para investidores, sejam públicos ou privados. Mobilizar o mundo das finanças, normalmente voltado para os lucros e sem responsabilidades sociais ou ambientais, para apoiar a implementação dos ODS é um dos principais desafios da sociedade atual. Como já abordamos em outros informes, está é uma das linhas estratégicas de atuação do PNUD, cujo trabalho vem sendo desenvolver um conjunto de ferramentas para apoiar governos e empresas a adotarem os ODS como orientadores dos investimentos globais.

O diagnóstico do PNUD é que o mundo está fora do trilho na direção do desenvolvimento sustentável e governos, discursos e finanças devem se alinhar com este objetivo central. É preciso, por exemplo, que as mudanças climáticas, perda de biodiversidade, questões e gênero e racismo sejam consideradas nas decisões de investimentos. Este é o propósito por detrás do desenvolvimento de uma série de ferramentas de governança pública e privada que, principalmente no âmbito privado, tem o objetivo de reorientar como os negócios são feitos e como as decisões sobre financiamento são tomadas. É interessante notar que o conjunto de ferramentas propostas pelo PNUD adotam modelos que buscam aproximar a gestão pública de uma linguagem de mercado e mobilizar o mercado para incorporar matérias que são normalmente preocupações de resultados de políticas públicas.

Estes são os principais objetivos do “*Sustainable Finance Hub*” do PNUD cujas principais estratégias apresentamos resumidamente a seguir:

- **Quadros nacionais de financiamento integrado**

Os INFF (sigla para: Integrated National Finance Framework) são uma ferramenta de planejamento para ajudar os países a superar os obstáculos ao financiamento do desenvolvimento sustentável e dos ODS em nível nacional. São baseados na Agenda de Ação de Addis Abeba, aprovada no mesmo ano da Agenda 2030 e que buscava propor uma estrutura para o financiamento ao desenvolvimento no marco da Agenda. A ideia da ferramenta desenvolvida pelo PNUD é que o país defina o que é prioritário e então cria-se uma estrutura sobre como a estratégia será financiada e implementada, contando com toda a gama de fontes de financiamento públicas e privadas, em modelo gerencial e comunicável.

- **SDG Impact**

É uma plataforma que busca ampliar o impacto dos ODS mobilizando investimentos privados. Dentre as ferramentas desenvolvidas está o *SDG Investor Maps* que desenvolvem inteligência de mercado para ajudar o setor privado a identificar temas de investimento em mercados emergentes com potencial para promover os ODS alinhados às políticas governamentais e às necessidades de desenvolvimento nacional sustentável. Para fazer a aproximação entre investimentos privados e objetivos públicos de implementação dos ODS, o PNUD promove consultorias para a aproximação entre empresários, governos e academia.

Outra ação é o desenvolvimento dos **Padrões de Impacto dos ODS** que são modelos de prática de gerenciamento projetados para orientar empresas e investidores a incorporar a sustentabilidade em sua abordagem de tomada de decisão. Visa a promover uma mudança de

mentalidade junto a esses setores e acelerar a mudança. Até agora, foram desenvolvidos padrões para três áreas que abrangem o ecossistema financeiro: empresas, fundos de capital privado e emissores de títulos. É uma tentativa de fazer esses grupos irem além das certificações ESG e se preocuparem com o impacto de suas escolhas e decisões nas pessoas e no planeta.

Está sendo desenvolvido um Selo de Impacto ODS que certificará esses grupos de acordo com padrões governança associados.

- **Fundo de Financiamento de Seguros e Riscos do PNUD (IRFF)**

Essa iniciativa, estruturada sob a noção de riscos, promove a colaboração com os parceiros da indústria de seguros para fornecer aconselhamento, orientação, ferramentas, metodologias e redes de políticas que aumentam a resiliência do país e das comunidades em relação a choques socioeconômicos, de saúde, climáticos e outros.

A ideia é fazer com que o desenvolvimento fique menos suscetível aos riscos postos, por exemplo, por pandemias ou eventos climáticos extremos promovendo abordagens mais preventivas e inclusivas. Assim, o PNUD vem desenvolvendo parcerias com empresas de seguros para o desenvolvimento de produtos que considerem esses riscos e que atendam a populações carentes. Junto aos governos nacionais, a meta é ampliar a capacidade institucional e ambientes regulatórios que são essenciais para limitar o impacto dos desastres na vida das pessoas ao mesmo tempo em que ajuda os países a alcançar suas metas de desenvolvimento, ampliando a soberania nacional frente aos riscos.

A proposta desta linha de ação é ir além de seguros e produtos de transferência de risco para integrar a experiência do setor de seguros no planejamento e nas estruturas de desenvolvimento, do desenvolvimento rural ao planejamento de investimentos, das avaliações de necessidades pós-desastre aos compromissos de Paris, das avaliações de risco da comunidade à gestão das finanças públicas

- **Finanças digitais**

É uma parceria do PNUD com o Fundo de Desenvolvimento de Capital das Nações Unidas, que tem o objetivo de fazer com que as finanças públicas e privadas funcionem para os pobres nos 46 países menos desenvolvidos do mundo. A parceria visa a promover o diálogo sobre governança financeira digital global a partir de pesquisas e recomendações, que visam a catalisar inovações de governança que levem mais em conta os impactos dos ODS das *BigFintechs*²⁵ e incluam mais as vozes das nações em desenvolvimento. Oferece também suporte aos governos no desenvolvimento de ecossistemas digitais para gestão de finanças.

- **Academia de financiamento dos ODS**

A iniciativa de formação do PNUD tem o objetivo de promover o conhecimento, as habilidades e o treinamento necessários para entender (i) diferentes ferramentas e abordagens financeiras e seu papel e uso; (ii) como essas ferramentas e abordagens se vinculam aos ODS; (iii) o que essas ferramentas e abordagens significam para a reforma de políticas e (iv) o escopo e as oportunidades para adaptar essas ferramentas e abordagens às necessidades de desenvolvimento organizacional e nacional.

A Academia visa capacitar a equipe do PNUD em 170 países, bem como seus parceiros dos setores público e privado, com as ferramentas e habilidades certas para cumprir os ODS. Os

²⁵ Fintechs são empresas ou startups que oferecem soluções financeira baseadas em tecnologia

módulos são adaptados ao contexto regional e local de cada Escritório Nacional do PNUD, profissionais técnicos, economistas, bem como públicos externos dos setores público e privado.

Não há dúvida de que mudar em direção ao desenvolvimento sustentável requer investimentos privados e que o trabalho do PNUD, principalmente no que tange a promover a mudança de mentalidade junto a este setor, é louvável. A missão de promover o olhar sistêmico e mobilizar os investimentos para que se preocupem com resultados e impactos no planeta e nas pessoas, assim como o fazem com as performances financeiras, é um caminho inevitável na necessária mudança de padrões da qual depende a sobrevivência do planeta. Alguns casos relatados pelo PNUD e alinhados com esta missão indicam bons resultados, contudo é preciso que essas experiências sejam estudadas considerando a delicada tarefa de se aliar interesses de empresas e investidores com projetos governamentais.

OIT engajada no esforço global para tornar mais “verdes” empresas, processos e locais de trabalho

René Mendes

Introdução

Em função do “**Acordo de Paris sobre o Clima**”²⁶, assinado em dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) solicitou ao Secretariado da Organização que investigasse as consequências das mudanças climáticas nos mercados de trabalho. Naquela época, as “**Diretrizes da OIT para uma Transição Justa para Economias e Sociedades Ambientalmente Sustentáveis para Todos**”²⁷ já haviam recebido atenção considerável, mas o Secretariado entendeu ser necessário estabelecer a base de evidências para a relação entre o meio ambiente e o mundo do trabalho.

Desde então, o Departamento de Pesquisa da OIT publicou muitos estudos e relatórios, analisando o impacto para o “trabalho decente” de alcançar as metas do *Acordo de Paris*, inclusive com outras agências das Nações Unidas e bancos regionais. Esses relatórios analisaram o impacto da redução das emissões de carbono em diferentes setores da economia, tanto globalmente quanto em regiões específicas do mundo, bem como as medidas necessárias para garantir uma transição justa para o desenvolvimento sustentável. Algumas questões desafiadoras também foram revisadas sobre como países, empresas e trabalhadores poderiam se adaptar às consequências das mudanças climáticas, por exemplo, no relatório “**Working on a Warmer Planet: The Impact of Heat Stress on Labour Productivity and Decent Work**”²⁸, publicado em 2019.

Como expressão deste compromisso internacional e engajamento, a OIT lançou no final do ano passado, o robusto estudo, de 223 páginas, intitulado “**Greening Enterprises: Transforming Processes and Workplaces**”²⁹, primeiro relatório de pesquisa da OIT focado especificamente na transição de empresas. O que empresas de diferentes setores e portes estão fazendo para reduzir as emissões? Como as pequenas empresas nos países em desenvolvimento estão se adaptando à ‘transição justa’ e qual foi o impacto da crise da COVID-19 na ‘transição verde’? Que políticas promovem a produtividade empresarial e a sustentabilidade ambiental? Estas são algumas das questões abordadas no relatório. A versão em espanhol recebeu o título “**Empresas ecológicas: transformación de los procesos y los lugares de trabajo**”³⁰, porém reduzida ao Resumo Executivo.

A OIT considera que é cada vez mais reconhecido o papel essencial das empresas como protagonistas de um ambiente saudável e no avanço da luta contra as mudanças climáticas, bem como o seu papel fundamental na concretização de uma transição justa, uma transição baseada na equidade e na igualdade. Nestes sentidos, vale também considerar as empresas como

²⁶ <https://brasil.un.org/pt-br/88191-acordo-de-paris-sobre-o-clima>

²⁷ https://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/news/WCMS_423458/lang-es/index.htm

²⁸ www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_711919.pdf

²⁹ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_861384.pdf

³⁰ www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_861387.pdf

locais onde as pessoas trabalham, e não apenas sob a ótica da produção de bens e serviços. De fato, o **local de trabalho** é onde as oportunidades de negócios na economia verde tomam forma e onde trabalhadores e empregadores, em suas respectivas capacidades, podem mudar os processos de produção para melhorar o desempenho dos recursos, reduzir a pressão sobre o meio ambiente e alcançar negócios mais verdes. Por meio dessa abordagem, foram identificadas muitas medidas que as empresas podem utilizar para se tornarem mais sustentáveis ambientalmente e que também dão aos trabalhadores um papel no processo. **Transporte sustentável, gerenciamento de resíduos, organização do trabalho e alimentação sustentável no trabalho** fazem cada vez mais parte dos esforços das empresas para reduzir seu impacto no meio ambiente.

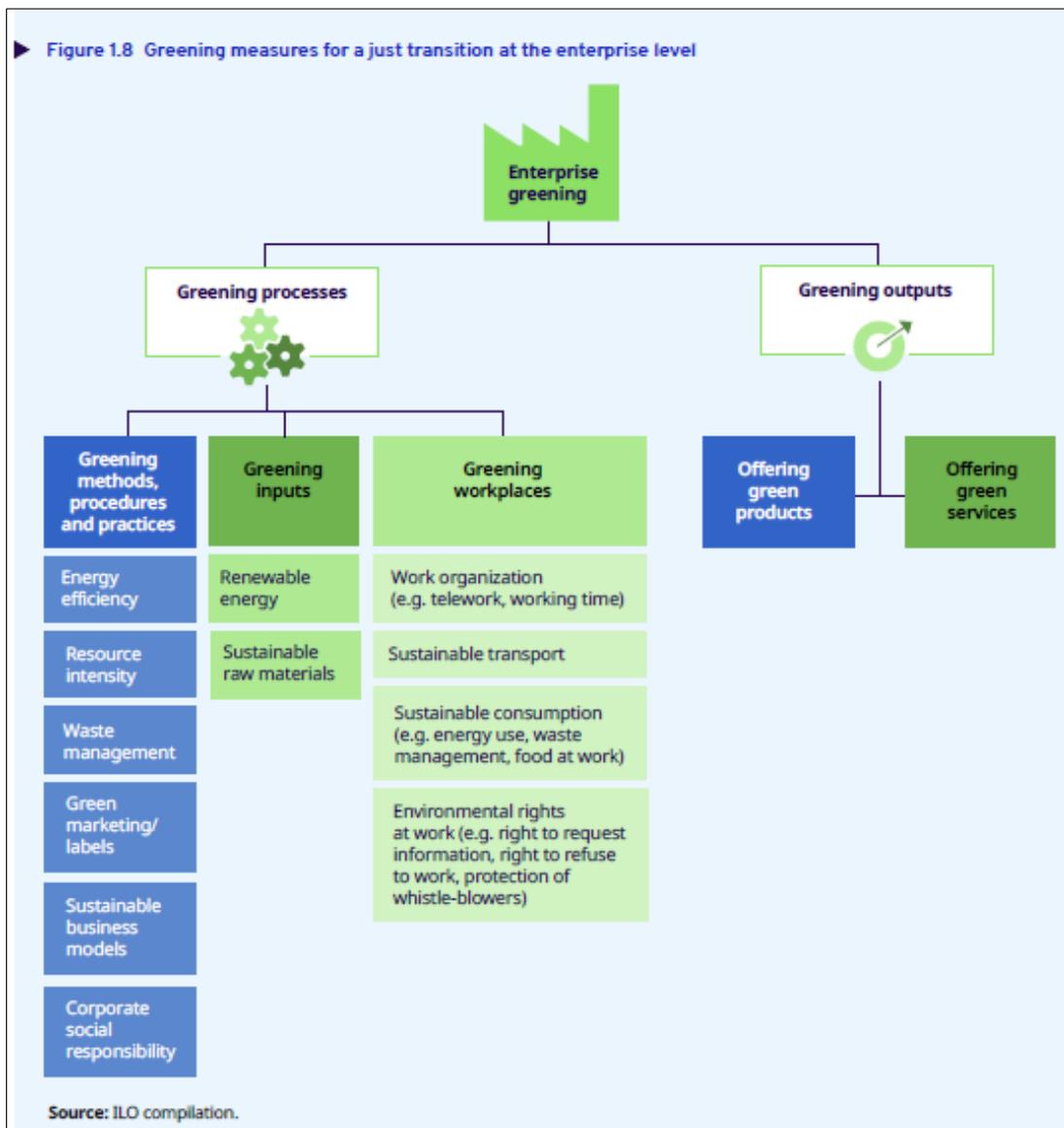
Os principais achados da pesquisa e da análise feita pela equipe de autores³¹ serão destacados neste breve artigo.

O que é uma empresa 'verde' ou 'ecológica'?

Em geral, as empresas têm várias opções para reduzir seu impacto no ambiente natural ou "**tornar-se verdes**". Uma opção é **produzir bens e serviços "verdes"**, por exemplo, painéis solares. Outra é adotar processos de produção mais ecológicos, ou seja, **utilizar energia renovável e matérias-primas sustentáveis, usar tecnologias que produzam mais com o mesmo nível de insumos** (uso eficiente de recursos) e **gerenciar os resíduos com mais eficiência**. No entanto, as empresas são mais do que aquilo que produzem e como o produzem. Eles também são **locais de trabalho**. Hoje, **esverdear o local de trabalho como forma de reduzir as emissões de carbono é a preocupação de muitas empresas e trabalhadores**. Por exemplo, **deslocamento sustentável, gerenciamento de energia e resíduos no local de trabalho, teletrabalho e alimentação sustentável no trabalho** são relativamente comuns. Nesse sentido, **o grau em que as empresas podem ser consideradas verdes depende do quanto elas esverdeiam seus produtos, seus processos produtivos e seus locais de trabalho**.

A FIGURA 1.8, do documento original, em inglês esquematiza, de forma didática, as principais medidas que as empresas podem adotar – ou vêm adotando – no processo de torná-las mais “verdes”.

³¹ O relatório foi elaborado pela Unidade de Salários, Rendas e Equidade, liderada por Catherine Saget, do Departamento de Pesquisa da OIT, com o apoio e orientação de seu diretor, Richard Samans. Os autores do relatório foram Catherine Saget, Tahmina Karimova, Trang Luu, Nicolas Maitre e Sévane Ananian.



(FONTE, ILO, 2022³². p.23)

Quais empresas estão adotando medidas ecológicas?

Entre as empresas da União Europeia (UE), dos países candidatos à adesão à UE, incluindo a Turquia, e dos Estados Unidos da América, em 2021, ano abrangido por este estudo realizado pela OIT, as empresas com maior probabilidade de adotar medidas verdes eram grandes empresas, aquelas com rendimentos elevados ou aqueles que vendem os seus produtos ou serviços às administrações públicas. Isso se deve em parte à vantagem de maior disponibilidade de tecnologia verde e porque elas têm mais obrigações legais. No entanto, muitas micro, pequenas e médias empresas (MPME) também aplicam **medidas de economia de energia e gestão de resíduos** e **economizam em insumos materiais**. Algumas MPME que trabalham em cadeias de suprimentos são incentivadas a se tornarem verdes a pedido de compradores e investidores. Muito embora medidas verdes sejam adotadas em todos os setores da economia, as empresas dos setores com maiores emissões de carbono têm maior

32

https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_861384.pdf

probabilidade de implementar iniciativas verdes do que outras empresas, especialmente aquelas que fornecem serviços técnicos, como manufatura e fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar-condicionado. Este relatório constata que a parcela de negócios verdes é maior em países com padrões ambientais mais elevados, como Áustria, Noruega e Reino Unido.

A demanda por empresas mais verdes é impulsionada por consumidores e clientes, regulamentações ambientais e fatores culturais e institucionais

O impacto dos consumidores e clientes na lógica empresarial para a sustentabilidade

Consumidores e clientes estão cada vez mais exigindo produtos sustentáveis, como ilustrado pelas pesquisas do Google por produtos sustentáveis, que **aumentaram 71% entre 2016 e 2020**. A maior demanda é um fator impulsionador para empresas informais, especialmente aquelas na **economia circular**, dedica-se à venda e compra de materiais reciclados e à manutenção e reparação de diversos bens. Os principais clientes das MPME ao longo das cadeias de suprimentos globais são grandes empresas, que por sua vez se preocupam com sua reputação junto a consumidores, investidores, acionistas e seus respectivos governos. O aumento do investimento ambiental, social e de governança (ESG) – que prioriza o alinhamento das metas financeiras com os resultados ESG e os requisitos de divulgação correspondentes – é um fator de impulso adicional.

A crescente escassez de recursos e o aumento da frequência de desastres naturais também são impulsionadores da transformação verde das empresas. As empresas verdes são mais resilientes às consequências das mudanças ambientais. Algumas MPME sofreram impactos ambientais adversos diretamente e foram forçadas a orçar investimentos verdes como meio de sobrevivência, como mudar o local de produção por causa das secas.

O papel das leis e regulamentos na promoção de empreendimentos ambientalmente sustentáveis

O preço dos produtos, assim como o custo do descarte de resíduos, não reflete totalmente o fato de que os recursos naturais são limitados e que os resíduos têm efeitos de longo prazo no meio ambiente, resultando em falhas de mercado. É por isso que a **ação legislativa** e o **apoio às empresas em transição** podem agregar valor tanto à economia quanto à sociedade, reconhecendo as limitações específicas enfrentadas pelas empresas.

A regulamentação sobre o consumo sustentável de recursos no local de trabalho e o transporte sustentável são os principais impulsionadores da ‘ecologização’ das empresas. A legislação laboral que rege o **teletrabalho** e a **organização do tempo de trabalho**, e que confere aos trabalhadores direitos de proteção do ambiente, está também se convertendo em uma forma comum de promover locais de trabalho ecológicos. A aquisição verde e a estrutura legal para modelos de negócios sustentáveis parecem ser ferramentas poderosas para tornar as empresas mais verdes e integrar melhor seu desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

Grande parte da regulamentação que tem impacto na **sustentabilidade ambiental empresarial, compras verdes e modelos de negócios sustentáveis** são bastante recentes – dois terços da regulamentação em vigor em 2019 foram introduzidos após 2004 – e implicam um grande esforço de adaptação por parte das empresas. Todas as regiões estão envolvidas, embora a Ásia, a Europa e a América Latina tenham tomado mais medidas legislativas do que outras partes do mundo. Os países continuaram a adotar legislação que promove a

sustentabilidade e a eficiência de recursos por meio de legislação ambiental e trabalhista durante a pandemia da COVID-19. Paralelamente a esta regulamentação, as empresas continuam a desempenhar um papel importante na proteção dos trabalhadores contra os riscos de segurança e saúde no trabalho (SST) resultantes das alterações climáticas, e as normas que regem a SST são vitais a este respeito.

Uma variedade de medidas legais e políticas para tornar os locais de trabalho mais ecológicos pode ser encontrada em todo o mundo. Algumas dessas medidas não são obrigatórias, principalmente para as MPME, mas fornecem uma riqueza de práticas nas quais as MPME podem se inspirar em seu caminho para a **sustentabilidade** e uma **transição justa**.

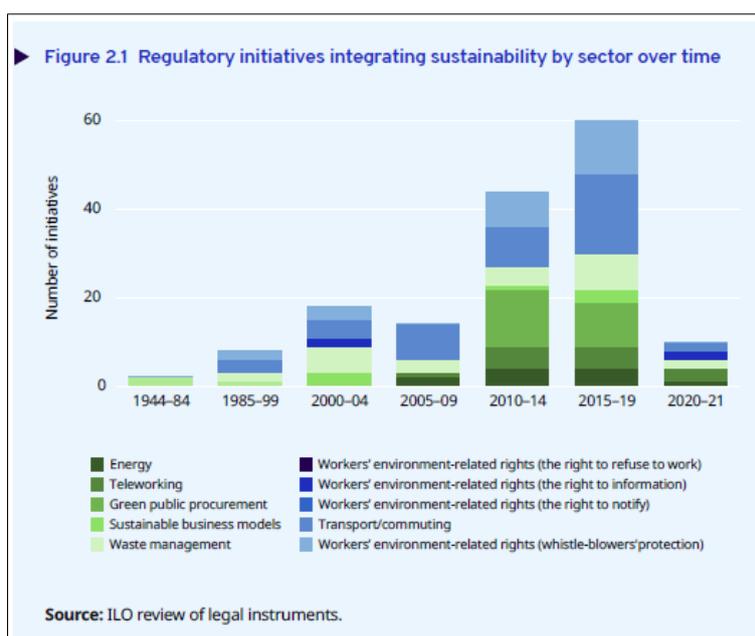
Muitas normas ambientais podem produzir custos iniciais significativos, como, por exemplo, medidas relacionadas à **energia**, outras envolvem principalmente **mudanças de comportamento**. Em ambos os casos, a **formação** e o **assessoramento técnico**, especialmente **em eficiência energética** e **gestão de resíduos**, são importantes para informar a tomada de decisão dos empregadores.

A FIGURA 2.1, do documento original, em inglês (página 44) , mostra, graficamente, a evolução das medidas regulatórias e normativas adotadas por empresas, ao longo do tempo e segundo setor da economia, com destaque para uma abordagem mais integrada do conceito de sustentabilidade, o qual inclui a valorização dos trabalhadores no epicentro das medidas.

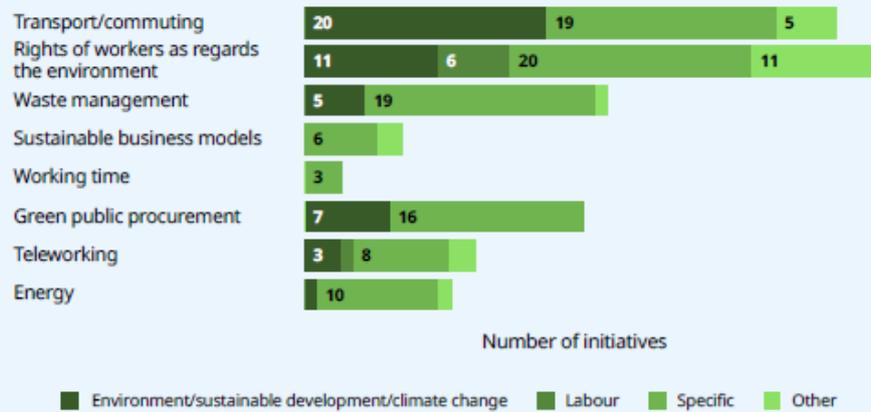
A FIGURA 2.2, do documento original, em inglês (página 46) mostra, graficamente, a natureza das atividades “verdes” propostas ou adotadas, diretamente relacionadas com a qualidade de vida e a saúde dos trabalhadores, como expressão do conceito ampliado de ‘sustentabilidade’.

A FIGURA 2.3, extraída da página 47 do documento original produzido pela OIT mostra a distribuição da natureza das medidas em direção ao “verde”, e sua distribuição em regiões do mundo, que se mostra extremamente desigual.

A FIGURA 1.3, do documento original, em inglês (página 28) lista as principais medidas “verdes” adotadas por empresas, na esfera do transporte de trabalhadores.



► **Figure 2.2 Workplace sustainability practices classified by field of regulation**

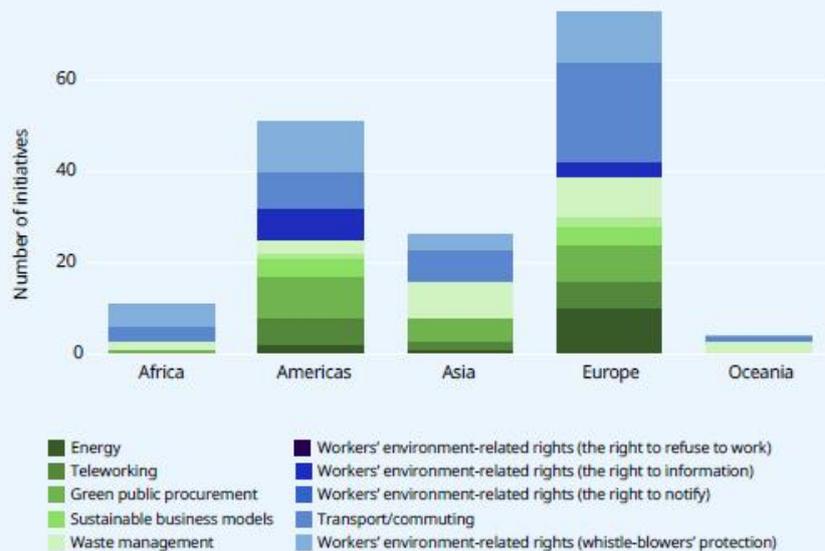


Note: This figure compares numbers of initiatives in areas where legal interventions to integrate sustainability have been adopted. The bars also indicate the areas of law that have integrated those initiatives. For example, workers' environment-related rights can be found in environmental legislation, labour laws, and specific instruments such as whistle-blowers' protection as well as in "other" non-related regulatory frameworks (for example, service law or salary law). The right to refuse to work, the right to information, the right to notify and protection of whistle-blowers are subsumed for the ease of reference under the category of workers' environment-related rights.

Source: ILO review of legal instruments.

(FONTE: ILO, 2022³³, p.44)

► **Figure 2.3 Distribution of legal initiatives by region, with a breakdown of areas where legal initiatives were introduced**



Source: ILO review of legal instruments.

³³https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_861384.pdf

► **Table 1.3 Enterprise-level measures to promote sustainable transport practices among employees**

Category	Examples of measures
Promote alternative modes of transport	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Subsidize rail and bus passes ▶ Offer free cycle-share membership ▶ Provide shuttles to and from train stations ▶ Provide cycle storage, parking for shared vehicles, showers, lockers and other such amenities
Disincentivize driving	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Eliminate parking subsidies and reduce the number of parking spaces
Foster car sharing	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Encourage and foster a carpooling programme for workers
Flexible working hours and teleworking	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Provide alternative work schedules with core hours to prevent overcrowding on public transport ▶ Implement teleworking
Designate staff responsible for enterprise mobility plan	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Propose sustainable transport initiatives to encourage staff to use alternatives to private cars, even temporarily ▶ Offer information and advocacy around the workplace on sustainable and healthy transport

Source: ILO compilation.

(FONTE: ILO, 2022³⁴, p.28)

Cultura, normas e diálogo social

A cultura e as normas desempenham um papel na formação da estratégia adotada pelos empreendedores em relação à transição verde, principalmente dos proprietários-gerentes de empresas menores.

As alterações climáticas alargaram os espaços tradicionais de negociação entre os parceiros sociais em muitos contextos nacionais e internacionais. No entanto, mais diálogo social a nível nacional nem sempre significa mais diálogo a nível empresarial ou local. Na verdade, é raro – embora não inédito – que o diálogo social em níveis mais baixos se concentre em apoiar os esforços das empresas para mudar seus processos de produção, a fim de reduzir as emissões e promover locais de trabalho verdes.

Que obstáculos enfrentam as empresas?

Várias restrições dificultam a ação climática por empresas multinacionais, como incerteza nas políticas climáticas, indisponibilidade de tecnologia verde e falta de rentabilidade do investimento. A adoção de práticas verdes também permanece limitada em MPME em países desenvolvidos e em desenvolvimento devido ao **acesso limitado a financiamento e competências profissionais, falta de informação e conhecimento sobre inovação e escassa aplicação das normas e regulamentações**, em alguns contextos.

Algumas MPME enfrentam barreiras como **a complexidade dos procedimentos administrativos e legais** ou a **falta de fornecimento dos materiais necessários**, e a maioria

³⁴https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_861384.pdf

relatou **falta de apoio financeiro para a transição verde**. No caso das empresas informais, tanto a formalização quanto a transição para uma produção ambiental e economicamente sustentável são dificultadas por **fragilidades estruturais da economia** e **estruturas regulatórias inadequadas** nos níveis nacional e setorial.

As inadequações de competências são identificadas como os principais obstáculos à ‘ecologização’ das empresas, especialmente em setores fora da energia e da eficiência energética.

Quantas empresas adotam processos verdes?

Na UE, nos países candidatos à UE, incluindo a Turquia, e nos Estados Unidos, **90% das empresas em 2021 tomaram medidas para tornar seus processos de produção ou produção mais ecológicos**. A proporção de empresas que não adotaram medidas ecológicas variou muito entre os países, variando de 42% na Albânia a menos de 2% na Itália e na Noruega.

Em uma amostra maior de países, incluindo países em desenvolvimento de renda média-alta e baixa, **70% das empresas formais relataram em 2019 a recente adoção de pelo menos uma medida para tornar seus processos de produção mais ecológicos**. A medida relatada com mais frequência foi a **economia de energia**, seguida de **medidas antipoluição** e de **gerenciamento de água**.

Qual é o efeito de tornar as empresas verdes?

Entre os países da UE, países candidatos à UE, incluindo Turquia, e os Estados Unidos, **dois terços das empresas relataram que a ação de eficiência de recursos reduziu seus custos de produção** ou não teve impacto sobre eles. As ações de eficiência de recursos mais comuns incluíam **minimizar o desperdício** e tomar medidas de **economia de energia**.

Uma transição verde baseada na substituição de fontes tradicionais de energia por fontes renováveis e no aumento da eficiência energética cria empregos em nível global, ainda que em escala modesta. Isso levanta a questão de onde esses empregos são criados e se eles são criados em empresas que implementam processos verdes. Na amostra do estudo, incluindo países em desenvolvimento, a introdução de processos de esverdeamento não teve impacto sobre o emprego nas empresas pesquisadas, exceto em países de renda média-baixa. Nesta última, os processos de esverdeamento estão associados à diminuição do emprego no nível empresarial, resultado que também tem sido observado em relação a outros tipos de mudanças tecnológicas. E embora o esverdeamento dos processos de produção seja crucial para a transição, as empresas que fornecem produtos e serviços verdes criam mais empregos verdes do que as empresas que implementam medidas de eficiência de recursos e estão, nesse sentido, liderando a transição.

A decisão das empresas de implementar processos verdes tem repercussões nas necessidades de formação, elemento importante a ter em conta na concepção de políticas de desenvolvimento de competências.

O impacto da pandemia de COVID-19 nas empresas em processo de ‘esverdeamento’ (‘ecologização’)

A pandemia da COVID-19 foi outro choque externo com o qual as empresas tiveram que lidar, além dos desastres naturais e das mudanças climáticas. A pandemia teve um enorme impacto negativo, especialmente nas MPME. De acordo com uma pesquisa qualitativa realizada

para este estudo, a maioria das MPME na Colômbia, Quirguistão, República da Coreia e África do Sul experimentaram um fechamento parcial ou total temporário. As MPME de setores considerados essenciais pelo governo foram as menos afetadas. Algumas MPME deram menos prioridade às questões ambientais. No entanto, em parte para responder à pandemia da COVID-19 e proteger a saúde e a segurança de seus empregados ou reduzir custos operacionais, algumas MPME adotaram medidas com impacto positivo nas emissões corporativas, como **medidas de eficiência energética e teletrabalho**. Em geral, as MPME relataram que receberiam bem o apoio financeiro público que vinculasse a recuperação da pandemia à transição verde.

O que é uma ‘transição justa’ para as empresas?

Para as multinacionais, uma ‘transição justa’ significa estabelecer **melhores práticas ecológicas e trabalhistas ao longo das cadeias de suprimentos globais**, inclusive por meio de iniciativas transparentes de **responsabilidade social corporativa** e do fortalecimento da capacidade das empresas para aplicar normas trabalhistas ao longo das cadeias de suprimentos. Além da resposta empresarial, a maioria das MPME e, às vezes, organizações de empregadores também não estão cientes das políticas e implicações ambientais específicas para seus negócios e não têm conhecimento da transição justa ou do impacto das mudanças climáticas nos mercados de trabalho. Uma transição justa para a sustentabilidade é também uma transição para a formalidade. Para empresas informais, a transição justa é baseada tanto na **formalização** quanto na **sustentabilidade ambiental**. Isso requer atenção explícita para aumentar a capacidade da economia de absorver trabalhadores e empresas informais, bem como a capacidade de trabalhadores e empresas de ingressar na economia formal.

O caminho a seguir

De uma forma geral, o mundo do trabalho está fazendo muito pela sustentabilidade ambiental, em particular as pequenas empresas, num momento em que se verificam muitas outras mudanças para além das decorrentes da pandemia de COVID-19, como a **tecnologia digital**, a **demografia** e a **globalização**. As empresas também deram mais visibilidade ao **esverdeamento do local de trabalho** como um veículo para **seu próprio esverdeamento**. No entanto, os resultados deste relatório indicam que, embora o **negócio responsável** seja essencial para uma transição justa, o **consumo responsável** também faz parte da equação. **Além disso, uma transição justa é mais do que apenas o sucesso de empresas e locais de trabalho na mudança de práticas de alto carbono para práticas de baixo carbono e na adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. Significa também fazer com que os trabalhadores façam parte desse processo.** Com a transição das empresas, os resultados poderiam promover melhor as oportunidades de trabalho decente.

Segundo a OIT, poderia ser feito mais para coordenar e promover mudanças no nível empresarial. É necessário redesenhar o cenário das empresas por meio de intervenções verdes macro, setoriais e empresariais, levando em consideração a pandemia da COVID-19 e outros desafios globais. No nível macroeconômico, é vital **melhorar a política** e o **quadro regulatório** para **criar um ambiente de negócios favorável** e **fornecer informações claras às empresas** e outros atores, sobre a estratégia para a sustentabilidade ambiental, inclusive por meio do monitoramento e quando da adaptação da estratégia a novas circunstâncias. A representação empresarial no debate político em torno da transição verde é um passo importante a esse respeito, mas mais poderia ser feito para tornar a transição mais inclusiva para todas as partes interessadas. Modelos de negócios sustentáveis, como uma abordagem para as empresas perseguirem seus objetivos econômicos, bem como metas ambientais e sociais, parecem

oferecer um caminho promissor, na medida em que integram as dimensões **ambiental, econômica e social da sustentabilidade**.

A nível setorial, uma **abordagem partilhada** permitirá a todas as partes interessadas, incluindo a gestão empresarial e os trabalhadores, prepararem-se para as consequências das alterações climáticas para os empregos, competências e salários e assegurarem uma transição justa tanto nos setores que necessitam ser reduzidos, como nos aqueles com potencial para a criação de empregos. Isso inclui melhorar a operação e o desenvolvimento de mercados, setores e cadeias de valor verdes, com a visão de que os ganhos de produtividade são um dos principais impulsionadores da criação de trabalho decente. A segregação de gênero por ocupação nesses dois tipos de setores precisa ser abordada para que as mulheres se beneficiem da criação de empregos, inclusive por meio de **políticas de desenvolvimento de competências**.

A nível microeconómico, uma medida decisiva é a adoção de uma **política de empreendedorismo verde** que inclui **formação para gestores, intervenções técnicas e intervenções no nível empresarial** de modo a facilitar os **procedimentos de certificação** e a **adoção de processos ecológicos**, dependendo do tipo de empresas e setores. Existem ferramentas práticas que empregadores e trabalhadores podem usar para tornar seus locais de trabalho mais ecológicos.

O relatório indica que **tornar o local de trabalho mais ecológico é um elemento cada vez mais importante da transição ecológica das empresas e um aspecto da vida profissional de grande importância para muitos trabalhadores e empregadores**.

Com efeito, mais de 65 países e territórios, abrangendo todas as regiões do mundo, introduziram iniciativas legislativas para promover a sustentabilidade nos locais de trabalho. Essas iniciativas fornecem uma base legal, formulada em termos de opções, para empresas que desejam tornar seu local de trabalho um exemplo virtuoso de contribuição para um ambiente melhor.

Mais de 180 instrumentos que regem a **organização do trabalho, transporte sustentável, gestão de resíduos, energia, legislação trabalhista que trata dos direitos dos trabalhadores relacionados ao meio ambiente, modelos de negócios sustentáveis e contratos públicos verdes** fornecem uma base legal para tornar os locais de trabalho e empresas mais ecológicos. Eles também fornecem uma variedade de práticas que as MPME podem adotar em seu caminho rumo à sustentabilidade.

Conclui-se este breve artigo com uma apreciação ligeiramente otimista sobre a tendência de “esverdeamento” das empresas, dos processos e dos locais de trabalho no mundo, processo que tem potencial para se tornar central para a progressiva “ecologização” do mundo. Há que ser saudado, porém, criticamente, pois sua ocorrência é dependente de decisões e macro políticas econômicas ainda mesquinhas, contra hegemônicas, que realçam a profunda desigualdade entre regiões, entre países, dentro dos países, entre setores econômicos, e dentro da classe trabalhadora.

Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Rafael Gomes França, Caio Murta,
Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski
e Deisy de Freitas Lima Ventura*

Neste Informe, o Grupo de Trabalho de Migrações Refúgio e Saúde Global relata a visita feita ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em São Paulo, discorre sobre ações e projetos do ACNUR no Brasil e o trabalho na plataforma R4V, para migrantes e refugiados venezuelanos. Também apresenta a entrevista feita com a primeira presidenta negra do Comitê Nacional para os Refugiados, evidenciando os desafios encontrados pela gestão do novo governo Lula.

Ações do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Brasil³⁵.

O ACNUR empenha-se para assegurar que toda pessoa, em caso de necessidade, consiga exercer o direito de solicitar e receber refúgio em outro país. As ações do ACNUR não substituem a proteção dada pelas autoridades nacionais. Sua função principal é certificar que os países estejam cientes das suas obrigações de conceder proteção aos refugiados e a todas as pessoas que buscam refúgio, atuando em direção a esses compromissos. Com a intenção de garantir os direitos e bem-estar dos refugiados e de outras populações sob seu mandato, o ACNUR tenta realizar ações que gerem soluções duradouras e que os permitam reconstruir suas vidas da melhor forma possível, assegurando seus direitos.

O ACNUR gera contribuições para a melhor formulação de políticas voltadas para o refúgio e para a criação de normas que esclarecem os termos da legislação nacional sobre o tema. Para conduzir ações de assistência humanitária e a integração dos refugiados no Brasil, o ACNUR instaura projetos que mobilizam organizações da sociedade civil em diferentes cidades do país, tendo ainda parcerias no setor privado e no mundo acadêmico para aumentar o apoio às populações sob seu mandato.

Em alguns Estados do Brasil, autoridades locais e a sociedade civil atuam por meio de Comitês Estaduais para agilizar e facilitar o acesso de solicitantes de refúgio, refugiados, migrantes e apátridas às políticas públicas de âmbito estadual e municipal. Já foram instalados comitês em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Amazonas e Minas Gerais. Neles, uma série de secretarias e organizações da sociedade civil dialogam sobre as demandas específicas destas populações e desenvolvem soluções que possam garantir uma melhor integração social, econômica e cultural.

R4V e o ACNUR.

Em 6 de abril de 2023, este Grupo de Trabalho visitou o Escritório do ACNUR em São Paulo. Na visita, discorreu-se sobre o trabalho do ACNUR na plataforma R4V para Migrantes e Refugiados venezuelanos. Atualmente, 55 organizações compõem a Plataforma de Coordenação Interagencial para migrantes e refugiados da Venezuela no Brasil. Essa plataforma é co-liderada pelo ACNUR e pela, buscando uma resposta à crise que já deslocou mais de 6

³⁵https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2016/Cartilha_Protegendo_Refugiados_No_Brasil_e_no_Mundo.pdf

milhões de venezuelanos. Dessa forma, através dos serviços de acolhimento e integração, atendeu mais de 171 mil migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil em 2021.³⁶

No capítulo brasileiro do Plano de Resposta para Refugiados e Migrantes foca-se em grande parte da operação acolhida, em promover o acesso eficaz a bens e serviços básicos e melhorar a prevenção, mitigação e resposta aos riscos e incidentes de proteção, além de reduzir as barreiras à integração socioeconômica de pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela.^{37 38}

Com isso, uma das principais atribuições que envolvem o ACNUR na plataforma R4V é a interiorização. Em seu relatório mais recente, o ACNUR dispõe sobre sua performance nas várias frentes de interiorização³⁹. Quanto à frente institucional, 171 pessoas foram acolhidas em 7 centros de integração apoiados pelo ACNUR, em sua maioria no Rio de Janeiro, mas com forte presença no Distrito Federal e em São Paulo. Na frente de empregos, 115 pessoas foram beneficiadas. O relatório traz ainda dados de abrigo e dados totais sobre a interiorização, desde 2018 ao final de 2022, como o fato de mais de 100 mil migrantes e refugiados terem sido realocados neste período.

Entre as organizações que integram ou são parceiras da Plataforma no Brasil estão: UNICEF, ACNUDH, Caritas, PNUD, PNUMA, OIT, OIM, ONU Mulheres, OPAS/OMS, UNOPS, UNODC, UNESCO, etc. O ACNUR está presente em todos os Estados do Sudeste e Sul, no Amazonas, Pará, Roraima, Bahia, Paraíba, Mato Grosso do Sul, Goiás e Brasília, a fim de oferecer ajuda e atenção a refugiados e migrantes venezuelanos.⁴⁰

ACNUR e o fluxo migratório Venezuela-Brasil.

Compreendendo que o maior fluxo de pessoas em direção ao Brasil hoje é constituído por migrantes e refugiados venezuelanos, o ACNUR concentra grande parte de suas atividades na assistência a essa população, desde a recepção e acolhida, entendendo as necessidades imediatas e quais os cuidados necessários em cada caso, até a interiorização, proteção de direitos e inserção desses grupos no país. Para isso, o maior escritório da organização está localizado em Roraima.

O ACNUR apoia a Operação Acolhida, um programa do Governo Federal, criado em 2018, voltado para fortalecer a assistência emergencial de imigrantes venezuelanos em deslocamento para o Brasil. Entre suas atividades em Pacaraima (RR), principal porta de entrada da Venezuela para o país, estão a presença no PITRIG (Posto de Interiorização e Triagem), que oferece serviços como a regularização de documentos e atendimento médico básico para migrantes, e o financiamento de abrigos, incluindo espaços exclusivos para a população indígena.

Após a recepção no Brasil, as pessoas em situação de refúgio ou migrantes podem escolher entre permanecer em Roraima ou buscar estabelecer-se em outros estados/cidades brasileiros, como Manaus, que é um dos principais destinos de venezuelanos em processo de

³⁶ <https://www.acnur.org/portugues/2022/02/10/parceiros-da-plataforma-r4v-solicitam-us-126-milhoes-para-atendimento-humanitario-a-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-brasil/>

³⁷

<https://www.r4v.info/node/5524#:~:text=O%20Plano%20de%20Resposta%20a,WASH%20e%20assist%C3%AAncia%20em%20dinheiro.>

³⁸ <https://www.r4v.info/es/document/rmrp-2022-espanol>

³⁹ <https://www.r4v.info/en/document/unhcr-brazil-interiorization-report-jan-mar-2023>

⁴⁰ <https://www.r4v.info/en/brazil>

interiorização. O ACNUR também participa deste processo, fazendo conexões com abrigos parceiros e auxiliando o transporte daqueles que desejam se deslocar para outras regiões, por exemplo. Além disso, o ACNUR realiza projetos voltados para a empregabilidade de refugiados e migrantes venezuelanos, conectando empresas e organizações sociais com aqueles que procuram restabelecimento profissional.

Projetos do ACNUR no Brasil.

Além da Operação Acolhida, foi mencionado, durante a visita, outro projeto do ACNUR chamado Empoderando Refugiadas. Essa foi uma iniciativa entre agências da ONU, envolvendo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Rede Brasil do Pacto Global e a ONU Mulheres e foca na empregabilidade de mulheres refugiadas, solicitantes da condição de refugiado e migrantes que buscam no Brasil novas oportunidades de vida.

Para isso, os principais objetivos levantados envolvem “capacitar as participantes para o mercado de trabalho brasileiro, facilitar a adaptação cultural e laboral no país, promover a contratação formal de refugiadas, sua educação financeira e empoderamento econômico, além de fomentar a sensibilização do setor privado”.⁴¹

O Empoderando Refugiadas foi criado em 2015 e, com o aumento no número de pessoas nativas da Venezuela em busca de refúgio no norte do Brasil em 2019, o projeto também passou a contar com apoio da Operação Acolhida.⁴²

Assim, é possível consultar mais informações, como as empresas parceiras que apoiam esse projeto e compartilham práticas corporativas para a integração de pessoas refugiadas no país, através do site <https://www.empresascomrefugiados.com.br/>.

Os direitos não têm fronteiras e precisamos garanti-los.

No dia 19 de abril de 2023, o Grupo de Trabalho visitou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e entrevistou Sheila Santana de Carvalho, advogada especialista em direitos humanos, que participou do movimento negro, trabalhou para várias organizações nacionais e internacionais, entre eles o Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em Genebra, e acompanhou casos emblemáticos na Corte de Justiça, sempre na perspectiva de garantia de direitos. Ela começou a trabalhar com o tema em 2017, no contexto de elaboração da Nova Lei de Migrações fazendo *advocacy* no Congresso Nacional. Para ela, os direitos não têm fronteiras e precisamos garanti-los. No governo de transição, ela participou do GT sobre Refúgio e agora é a primeira presidenta negra do CONARE.

O Brasil possui uma legislação de refúgio considerada avançada (Lei 9.474/97), conferindo proteção mais abrangente que a Convenção de 1951, a legislação brasileira também reconhece como refugiados todos os indivíduos que procuram segurança perante um cenário de Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos (GGVDH), assim como de situações que apresentam uma severa perturbação da ordem pública. Compete ao Estado brasileiro a responsabilidade primária de realizar ações de proteção e integração dos refugiados. No território nacional, o refugiado deve ter acesso a documentos, trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos civis que qualquer cidadão estrangeiro no Brasil.

⁴¹ <https://www.acnur.org/portugues/empoderando-refugiadas/>

⁴² <https://www.acnur.org/portugues/empoderando-refugiadas/>

Criado pela Lei 9.474/97, o CONARE é responsável por reconhecer a condição de refugiado no Brasil e de promover a integração local dessa população. É um órgão interministerial, composto pelo governo, pela sociedade civil e pelo ACNUR. Participam do CONARE: Ministério da Justiça e Cidadania, que o preside, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Departamento de Polícia Federal, Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, como representantes da sociedade civil organizada, e a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, como suplente. Participam como membros consultivos: ACNUR, como membro consultivo com direito a voz, sem voto; O Instituto de Migração e Direitos Humanos e a Defensoria Pública da União também participam como membros consultivos.

Para a Presidenta, o refúgio dá-se quando a pessoa não tem mais opção de continuar onde ela está. Diferente das migrações econômicas, quando migrar é uma questão de sobrevivência, no refúgio o que está em jogo é a própria vida, em múltiplos sentidos. O Brasil tem uma lei muito positiva em relação ao refúgio, frente a outras nacionalidades e aos padrões internacionais, sendo um país de referência ao refúgio, um dos poucos países que aplica a Convenção de Cartagena.

No início da sua gestão, havia ao redor de 135 mil solicitações de refúgio aguardando uma decisão do CONARE. Por meio de uma força tarefa e olhar direcionado, implementou-se uma política de aceleração direcionada à população afrodescendente, de maneira a racializar o tema da migração no Brasil, pois é o grupo mais vulnerável e com maior dificuldade de acesso à saúde. A maior parte das solicitações de refúgio são de pessoas oriundas do continente africano. Dos cinco países com mais solicitações, três são de países majoritariamente negros.

A equipe técnica da Coordenação-Geral do CONARE analisa as solicitações de refúgio, entrevista os solicitantes, realiza estudos temáticos e apoia na administração do Comitê. A Coordenação foi fundamental na realização das forças tarefas, aplicando a Convenção de Cartagena, fazendo reconhecimento em blocos, priorizando países em situação de risco, para então fazer a análise documental. Dos 135 mil processos em aberto e com cinco mil novas solicitações entrando por mês, a equipe conseguiu analisar mais de 50 mil nos primeiros três meses do novo governo, ou seja, foi feito mais em três meses, que em todo ano de 2022.

O Brasil, atualmente, considera seis países em situação de GGVDH: Afeganistão, Burkina Faso, Irã, Mali, Síria e Venezuela. Tal constatação possibilita aplicar o inciso III do art. 1º da Lei nº 9.474, de julho de 1997, facilitando a análise da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado aos nacionais desses cinco países. Destaca que o reconhecimento de refúgio de cidadão de algum país não é sanção internacional, nem coerção internacional em relação ao outro país, é reconhecimento de que cidadãos desses países podem ingressar com mais facilidade.

Em março de 2023, no mês internacional da mulher, o CONARE inovou na política de concessão de refúgio ao reconhecer um grupo social específico: as mulheres que estão em contexto de grave violência de gênero por conta de prática de mutilação genital feminina. Optou-se por elencar países com maior índice de mutilação genital feminina, dentre os quais, a 16 países foi concedido a possibilidade de concessão de refúgio *prima facie*, com dispensa de entrevistas de elegibilidade. Iniciou-se, ainda, um diálogo com universidades brasileiras com vistas a oferecer tratamento psicológico e cirurgia de reconstrução do canal vaginal.

O primeiro ato do Ministro da Justiça e Cidadania foi a instituição de Grupo de Trabalho com participação interministerial para discutir a Política Nacional para Migrantes, Refugiados e

Apátridas, cuja regulamentação encontra-se pendente desde 2017. O objetivo é preparar o Brasil para os futuros fluxos migratórios que ocorrerão certamente, por meio de uma política nacional direcionada, pactuada com estados, municípios e instituições brasileiras, a partir das boas práticas já existentes.

Imunização e a Situação das Crianças em 2023

*Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

UNICEF - Relatório *The State of the World's Children*

A pandemia da COVID-19 foi um desastre para a imunização infantil. Em apenas três anos, o mundo perdeu mais de uma década de progresso.

A Situação

No momento, muitas crianças em todo o mundo não receberam e não estão recebendo as vacinas necessárias para protegê-las contra a morte e doenças graves. A pandemia de COVID-19 interrompeu gravemente a imunização infantil, com 67 milhões de crianças tendo perdido parcialmente ou totalmente a imunização de rotina entre 2019 e 2021, deixando-as vulneráveis a uma série de doenças evitáveis. 1 em cada 5 crianças em todo o mundo está sem nenhuma dose de vacina ou com o esquema vacinal incompleto (sub vacinada), o que significa que elas perderam total ou parcialmente a imunização de rotina. Estes são os piores níveis desde 2008. 7 em cada 8 meninas elegíveis não estão vacinadas contra o Papilomavírus Vírus Humano (HPV), que pode causar câncer cervical.

➤ Crianças com nenhuma dose - aquelas que não receberam a primeira vacina contra difteria-coqueluche-tétano (DTP).

➤ Crianças sub vacinadas - aquelas que receberam uma dose, mas não a segunda ou a terceira dose.

Há doenças reaparecendo em países onde já estavam controladas. Enquanto isso, também se observa surtos de casos em países que ainda não eliminaram doenças como cólera, sarampo e poliomielite.

Cólera - A cólera se espalha porque há falta de água potável e instalações sanitárias. Ela pode matar em poucas horas se não for tratada. Após anos de declínio, os casos e mortes associadas à cólera aumentaram globalmente em 2022. Regiões da África Oriental, Oriente Médio e Sul da Ásia, que não apresentavam surtos em grande escala há mais de uma década, foram afetadas. Enquanto isso, um grande surto de cólera no Haiti afetou milhares de crianças.

Sarampo - O sarampo é uma das doenças mais contagiosas e mortais. Em alguns casos, complicações graves podem incluir pneumonia, diarreia severa, cegueira e inchaço cerebral. Em 2021, quase 40 milhões de crianças não receberam a vacina contra o sarampo, um recorde. No ano seguinte, houve dezenas de grandes surtos perturbadores em todo o mundo. Afeganistão, Etiópia, Nigéria, Somália e Iêmen estão entre os países mais afetados.

Poliomielite - A poliomielite é altamente infecciosa e afeta crianças não imunizadas. Em casos graves, pode causar paralisia permanente. Avanços extraordinários foram feitos no esforço para erradicar a poliomielite, mas nos últimos dois anos esses esforços foram ameaçados por um aumento nos surtos. Crianças no Chade, República Democrática do Congo, Nigéria e Iêmen foram particularmente afetadas. E em 2022, casos de poliomielite surgiram no Malawi e em Moçambique – dois países que estavam livres do vírus há décadas.

A história das crianças que não estão sendo vacinadas é de desigualdade, pobreza e comunidades carentes. Mais de 3 em cada 4 crianças sem nenhuma dose de vacina em todo o

mundo vivem em 20 países, em áreas rurais mais remotas, favelas urbanas, regiões afetadas por crises e comunidades de migrantes e refugiados. Essas crianças precisam ser vacinadas com urgência. Para maiores informações sobre as taxas de vacinação global ou por região, [clique aqui](#).

As Causas - A pandemia de COVID-19 foi um desastre para a imunização infantil. Em maio de 2020, mais da metade de todas as campanhas de vacinação em 57 países tiveram que ser canceladas ou adiadas. Isso representa uma perda de quase 800 milhões de doses. A pandemia expôs os problemas antigos dos sistemas de saúde globais que contribuíram para esse retrocesso significativo. Mas mesmo antes da pandemia, os sinais de alerta já existiam.

Como a pandemia de COVID-19 atrasou as taxas de imunização

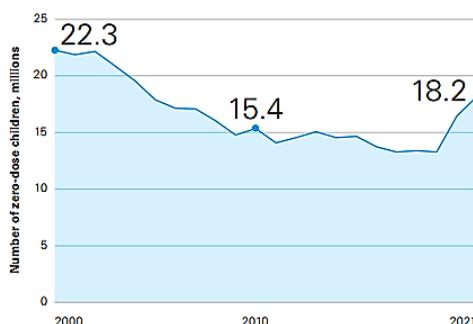
A pandemia colocou demandas sem precedentes nas regiões. Para tentar lidar com a crise, muitos sistemas de saúde foram forçados a desviar os recursos já escassos da prestação de cuidados de rotina, incluindo recursos de imunização.

As demandas feitas aos profissionais de saúde foram extraordinárias. Além da expectativa de lidar com um grande aumento em sua carga de trabalho, muitos trabalhadores também estavam lidando com fardos adicionais em casa, como o cuidado de suas próprias famílias. No trabalho, muitos não conseguiam acessar insumos essenciais, incluindo equipamentos de proteção individual. Esses profissionais de saúde também enfrentaram o risco de infecção, discriminação social e ataques. Portanto, o esgotamento tornou-se uma questão crítica que teve um impacto profundo nas campanhas de imunização.

Mesmo antes da pandemia, os sinais de alerta já existiam

Na última década, apesar dos esforços para expandir a imunização, observou-se pequeno progresso na redução de crianças sem nenhuma dose de vacina. Alcançar todas as crianças continua sendo um desafio.

Figura – Crianças com zero doses de vacinas globalmente, 2000-2021.

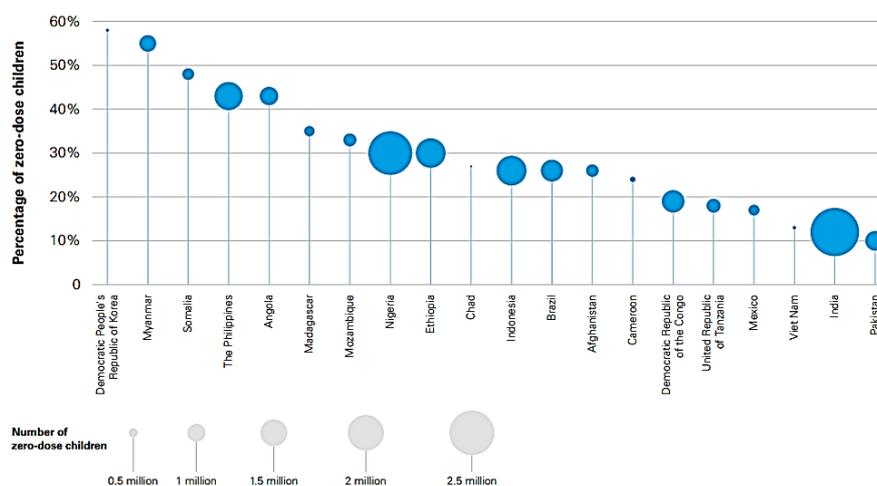


Source: World Health Organization and United Nations Children's Fund, "Estimates of National Immunization Coverage (WUENIC), 2021 revision", July 2022.

A maioria das crianças sem nenhuma dose de vacina vive nas partes mais pobres e marginalizadas do mundo, onde historicamente a Atenção Primária à Saúde não existe ou está mal equipada para atendê-las. Os sistemas de saúde operam com recursos limitados e sofrem com a falta de profissionais de saúde qualificados. Além disso, o acesso às vacinas e aos suprimentos necessários para administrá-las são limitados.

Outro ponto importante é a coleta de dados, que nestes locais costuma ser muito desafiadora e limitada. Monitorar onde vivem as crianças sub imunizadas e alcançá-las com campanhas de vacinação torna-se extremamente desafiador.

Figura – Países com o maior número de crianças sem nenhuma dose de vacina, proporcional à população, 2021.



Source: World Health Organization and United Nations Children's Fund, 'Estimates of National Immunization Coverage (WUENIC), 2021 revision', July 2022.
 Note: The size of the bubble represents the number of zero-dose children in a country; placement on the vertical axis represents the percentage of zero-dose children in a country.

Como a pobreza contribui para as baixas taxas de vacinação

A pobreza tem um impacto profundo no acesso das crianças às vacinas. Muitas das crianças sub imunizadas vivem em locais onde há barreiras econômicas significativas, geralmente em áreas rurais remotas e favelas urbanas. Globalmente, nas famílias mais pobres, pouco mais de 1 em cada 5 crianças não tem nenhuma dose de vacina enquanto que países mais ricos esse número é de 1 em cada 20.

Em comunidades remotas, os serviços de saúde geralmente são escassos e as famílias moram longe das unidades de saúde. Problemas na cadeia de suprimentos, escassez de profissionais de saúde e falta de eletricidade, água e saneamento são barreiras significativas para a disponibilidade de vacinas. Nas favelas urbanas, os sistemas de saúde muitas vezes são mal equipados para atender às necessidades de grandes populações e a acessibilidade é uma barreira séria. Pais e cuidadores que acumulam vários empregos e responsabilidades muitas vezes não podem se ausentar e pagar pelo transporte necessário para chegar às unidades de saúde, o que causaria impacto significativo nos recursos financeiros da família.

Conflito e deslocamento estão tendo um efeito devastador

A instabilidade e violência, marca dos conflitos, estão prejudicando significativamente as oportunidades das crianças de serem imunizadas. Em 2018, 40% das crianças com nenhuma dose de vacina no mundo viviam em ambientes frágeis ou afetados por conflitos.

Alcançar crianças com serviços de saúde nesses ambientes é muito desafiador. Os próprios profissionais de saúde são frequentemente deslocados, o financiamento dos serviços é interrompido bem como as cadeias de fornecimento de vacinas. As instalações de saúde também podem ser alvos de ataque, tornando perigoso para as famílias acessarem os cuidados.

Enquanto isso, nos últimos anos, o conflito forçou milhões de crianças a fugir de suas casas e migrar para campos de refugiados ou deslocados internos. Dado que as famílias nesses locais costumam ser transitórias, é muito mais difícil monitorar as taxas de vacinação nessas comunidades.

Desinformação e desconfiança sobre vacinas estão se espalhando de forma alarmante

A decisão de vacinar uma criança depende em parte da confiança. Um pai ou cuidador deve acreditar no sistema de saúde, nas vacinas e nas instituições governamentais de saúde. Mesmo antes da pandemia de COVID-19, a hesitação em vacinar foi identificada como uma das 10 principais ameaças à saúde global.

Existem sinais preocupantes de que em muitos países há declínios significativos na confiança da população nas vacinas, com o acesso crescente a informações falsas, especialmente nas mídias sociais, contribuem para essa tendência.

Há relatos também de uma queda na confiança nas autoridades responsáveis pela realização das campanhas de vacinação. Esses fatores estão contribuindo para todo o retrocesso.

As profissionais de saúde não estão sendo suficientemente empoderadas

Como profissionais de saúde, as mulheres geralmente estão na linha de frente, administrando vacinas às crianças que mais precisam. Mas, na maior parte do mundo, elas geralmente são mal pagas e não têm oportunidades de treinamento e crescimento profissional.

Embora as mulheres constituam a maior parte da força de trabalho em saúde, há muito tempo elas são sub-representadas em cargos de liderança. Além disso, sua segurança às vezes está em risco, pois elas enfrentam ameaças de violência e abuso verbal.

A Solução

Apesar do progresso inegável ao longo de muitas décadas, o relatório State of the World's Children revela que se está perdendo 1 em cada 5 crianças. É essencial agir agora para vacinar todas as crianças, independentemente de onde nasceram, quem são e onde vivem. Para tanto, algumas ações devem ser tomadas:

- Vacinar todas as crianças por meio de programas eficazes de imunização e campanhas de recuperação.
- Acompanhar a vacinação das crianças perdidas durante a pandemia - 67 milhões de crianças perderam total ou parcialmente a imunização de rotina nesse período. Essas crianças estão ultrapassando a idade em que normalmente seriam vacinadas.
- Coletar dados fidedignos - Ao coletar dados de imunização é possível identificar e localizar crianças e comunidades que precisam de maior atenção.
- Identificar crianças em áreas urbanas e rurais que não estão sendo alcançadas - Isso envolve fortalecer o engajamento da comunidade, recuperar recursos humanos perdidos na resposta à pandemia, oferecer serviços flexíveis de vacinação e capacitar os profissionais de saúde locais.
- Envolvimento das comunidades e seus líderes - Ajudam a identificar as barreiras à vacinação e desenvolver abordagens que atendam às necessidades dessas famílias.
- Reforçar a confiança na vacinação – É fundamental entender as atitudes específicas em relação à segurança e à importância da vacinação em qualquer comunidade.

- Equipar médicos, profissionais de saúde e líderes religiosos para lidar com as preocupações - Esses indivíduos geralmente desfrutam de altos níveis de confiança em sua comunidade. Portanto, é essencial que eles sejam capacitados para combater a desinformação e promover o valor da vacinação.
- Enfrentar os desafios em cenários de emergência e conflitos - É importante priorizar a restauração da força de trabalho e da infraestrutura de saúde nesses ambientes frágeis para que as crianças em movimento tenham acesso às vacinas.
- Investir na Atenção Primária À Saúde - Campanhas de vacinação eficazes dependem de sistemas de saúde fortes e com bons recursos. O financiamento precisa ser priorizado para garantir acesso equitativo, especialmente para comunidades carentes.
- Enfrentar as barreiras de gênero – As profissionais de saúde mulheres geralmente são o coração da Atenção Primária à Saúde. Fortalecer seu quantitativo, suas habilidades e motivação é fundamental. Isso significa melhorar a remuneração e as condições de trabalho, oferecer acesso à ascensão profissional e protegê-las da discriminação e da violência.
- Fortalecer a liderança e a responsabilidade - Nunca foi tão importante garantir que o dinheiro seja bem gasto e direcionado com eficiência. Para que isso aconteça, uma forte liderança e responsabilidade para supervisionar os gastos efetivos com a saúde são imprescindíveis.
- Apoio de doadores - Países com sistemas de saúde frágeis e com poucos investimentos geralmente se beneficiam do apoio de doadores. Em vez de concentrar esse apoio financeiro em iniciativas e campanhas específicas para doenças, é importante direcionar esse financiamento para o fortalecimento geral do sistema de saúde.
- Melhorar a vigilância de doenças - Uma melhor coleta de dados ajuda a monitorar as taxas de imunização e rastrear a propagação de doenças evitáveis, permitindo tomar medidas em tempo oportuno. A utilização de registros eletrônicos de imunização pode garantir que cada criança receba a vacinação certa no momento certo.
- Garantir maior acesso a vacinas e suprimentos essenciais - Além das próprias vacinas, suprimentos prontamente acessíveis de seringas, equipamentos de proteção individual e armazenamento em cadeia de frio a preços acessíveis são uma necessidade.
- Investir em tecnologia emergente para aumentar a acessibilidade e o custo das vacinas - A pandemia de COVID-19 mudou drasticamente o panorama das vacinas. Com os avanços na tecnologia de vacinas foi possível desenvolver vacinas seguras em tempo recorde. É importante que esse aprendizado seja considerado no presente e no futuro. Pode-se fazer isso investindo em centros regionais de vacinas, principalmente em países de baixa e média renda, ajudando a aumentar a acessibilidade e o custo das vacinas nas regiões onde vive a maior porcentagem de crianças sem nenhuma dose.
- Foco na inovação - Ao explorar novas tecnologias, como cadeias de frio movidas a energia solar, drones que entregam doses e vacinas resistentes ao calor, é possível alcançar as comunidades nos cenários mais desafiadores. Além disso, sistemas de mapeamento que utilizam dados dos telefones dos vacinadores podem revelar onde existem comunidades com baixas taxas de vacinação ajudando a alcançar as metas por meio de campanhas.

A Esperança - Repetidas vezes, ao longo dos anos, quando houveram surtos de doenças evitáveis, foi possível responder de forma eficaz – alcançando e protegendo com vacinas milhões de crianças em risco. Em 1990, 1 em cada 11 crianças morriam antes de atingir os 5 anos de idade. Em 30 anos esse número caiu para 1 em cada 27 crianças. As vacinas tiveram papel crucial nessa notável melhoria.

Há mais de três décadas, as Nações Unidas ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança. O tratado já apresentava um **compromisso claro com todas as crianças**: “O gozo do mais alto padrão de saúde atingível e de instalações para o tratamento de doenças e reabilitação da saúde”.

Fornecer às crianças as vacinas de que precisam para prosperar está no centro desse compromisso. Para permanecer fiel a esse valor, a mudança é necessária. Agora é hora de vontade política para proteger a saúde de todas as crianças.

Essa vontade política deve ser fundamentada não somente no otimismo, mas pautada também no fato de que a imunização de crianças faz sentido do ponto de vista econômico. Cada dólar investido em vacinação oferece um retorno US\$26. As vacinas fazem mais do que apenas salvar vidas. Elas permitem que as crianças prosperem, frequentem as escolas, aprendam e se tornem membros produtivos da sociedade.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#). Para acessar o sumário executivo, [clique aqui](#) e para acessar o vídeo, [clique aqui](#).

As perspectivas para os anos finais da Década de Ação sobre a Nutrição e os aprendizados globais e regionais da iniciativa

***Eduardo Nilson
Denise Oliveira e Silva
Erica Ell
Juliana Ubarana***

Ao final de abril, foi divulgada a versão preliminar de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o monitoramento da implementação da Década de Ação sobre a Nutrição (2016-2025) 43. Recapitulando o escopo dessa iniciativa, a agenda da nutrição teve uma crescente priorização no âmbito da ONU e suas organizações, particularmente a partir da segunda Conferência Internacional de Nutrição (ICN2), em 2014, que desencadeou compromissos e movimentos como a Década de Ação sobre a Nutrição e a Cúpula de Sistemas Alimentares.

A Década de Ação traz o reforço aos compromissos do ICN2, como erradicar a fome, aumentar os investimentos em intervenções efetivas para melhorar a dieta e a nutrição das pessoas, incentivar sistemas alimentares sustentáveis, priorizar a agenda de nutrição nas ações governamentais, fortalecer as capacidades humanas e institucionais para a nutrição, fortalecer as contribuições e ação por todos os atores, garantir dietas saudáveis ao longo de todo o curso da vida e criar ambientes que promovam escolhas informadas. Para tanto, a Década trouxe seis áreas de ação para o alcance de seus compromissos: sistemas alimentares sustentáveis e resilientes para dietas saudáveis, sistemas de saúde alinhados para prover a cobertura universal de ações essenciais de nutrição, proteção social e educação nutricional, comércio e investimento para melhor nutrição, ambientes seguros e apoiadores da nutrição para todas as idades e fortalecimento da governança e responsabilização sobre a nutrição.

Além disso, a Década de Ação reforça os compromissos dos ODS, no conjunto da agenda 2030 de transformação para o desenvolvimento sustentável, tendo em vista metas abrangentes, de longo prazo e centradas nas pessoas. Nesse sentido, destaca-se a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões como um dos maiores desafios globais e um requisito essencial para alcançar essas metas, integrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental), e enfatizando a importância da produção agrícola sustentável, da segurança alimentar e nutricional, da nutrição e da segurança dos alimentos para eliminar a pobreza no mundo e particularmente nos países em desenvolvimento.

O documento preliminar, ainda em suas primeiras considerações, reforça o direito humano à alimentação, como o acesso a alimentos seguros, suficientes e nutritivos, que vem junto com o direito a estar livre da fome, que se insere no direito a um padrão de vida adequado para manter e desenvolver plenamente as capacidades físicas e mentais de todos os indivíduos. Nesse conjunto, devem também ser incluídas as necessidades nutricionais especiais de públicos específicos, tais como mulheres, crianças, idosos, indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos em situação de vulnerabilidade.

É particularmente importante para a garantia de um desenvolvimento físico e cognitivo considerar as necessidades alimentares desde a infância, começando com a janela dos 1000 dias que compreende desde a concepção até os primeiros dois anos de vida, incluindo o estado

⁴³ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N23/120/04/PDF/N2312004.pdf?OpenElement>

nutricional adequado de mulheres em idade fértil e o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e complementar até os dois anos e a introdução de uma alimentação complementar adequada.

É fundamental, ainda, o reconhecimento das relações da pobreza e da fome com as formas de má nutrição, que vão desde a desnutrição aguda e crônica até a obesidade infantil, além das carências de micronutrientes, como a anemia, principalmente em crianças e mulheres, e, completando a múltipla carga da má nutrição, o desafio do crescimento do excesso de peso e da obesidade e das doenças crônicas não-transmissíveis relacionadas à alimentação inadequada em todos os grupos etários. Como resposta a esses problemas multifacetados, recomenda-se a promoção de sistemas alimentares sustentáveis que apoiem dietas diversificadas, balanceadas e saudáveis.

Contudo, apesar dos avanços em alguns indicadores relacionados à nutrição, como o aumento da prevalência do aleitamento exclusivo até os seis meses de idade, o progresso ainda está aquém dos compromissos globais assumidos para a agenda 2030 e se soma à deterioração da segurança alimentar e nutricional em partes do mundo, como a África e Sudeste Asiático, bem como regiões da América Latina e Caribe, demandando urgentes esforços conjuntos para reverter esse quadro.

Vale destacar que parte dessas atuais crises já se apresentavam desde 2017-2018, como demonstrado pelos relatórios SOFI da FAO^{44,45,46,47}, e mais recentemente foram exacerbadas pela pandemia de COVID-19, que também acentuou as desigualdades entre e dentro dos países, com um impacto desproporcional sobre crianças e mulheres. Por exemplo, estima-se que a pandemia aumentou em 16,3 milhões o número de crianças com desnutrição aguda e em 4,5 milhões aquelas com desnutrição crônica até 2022, bem como aumentou o número de pessoas subnutridas em 150 milhões no mundo. A esse contexto, se somam o impacto de crises econômicas, desigualdades de gênero, conflitos, perdas de biodiversidade, secas, tensões geopolíticas e das mudanças climáticas, que têm minado o progresso global na redução da fome e dificultado, assim, o alcance das metas da agenda 2030.

O documento ainda reforça que outras importantes causas da insegurança alimentar e nutricional e da má nutrição são a pobreza, o aumento na desigualdade, a iniquidade e falta de acesso a recursos e oportunidades de renda, bem como destaca o impacto a volatilidade no preço dos alimentos, que afeta sobremaneira os mais pobres e vulneráveis.

Em linha com discussões fomentadas principalmente pela FAO, o documento reforça a relação dos sistemas alimentares com as mudanças climáticas, bem como seus impactos sobre populações em situação de vulnerabilidade, sendo estimado que o risco de fome e de má nutrição infantil pode aumentar em aproximadamente 20% até 2050 por causa dessas mudanças.

Dessa forma, os sistemas alimentares, além de saudáveis e sustentáveis, precisam também aumentar sua resiliência, que inclui medidas para a redução do risco de desastres que aumentam a insegurança alimentar e nutricional das populações e principalmente de grupos

⁴⁴ <https://www.fao.org/publications/sofi/2022/en/>

⁴⁵ <https://www.fao.org/publications/sofi/2021>

⁴⁶ <https://www.fao.org/publications/sofi/2020>

⁴⁷ <https://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>

vulneráveis, tais como sistemas de monitoramento e alerta e medidas de antecipação de respostas em nível global, regional, nacional e local.

Apesar do documento não explicitar os impactos dos sistemas alimentares hegemônicos nas múltiplas crises da atualidade, ele reforça o papel da agricultura familiar na construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e resilientes e na garantia da segurança alimentar e nutricional e de uma melhor nutrição. Vale lembrar que projeções a partir de dados da própria FAO em relação à produção agrícola no mundo, mostram que se a tendência atual de produção e destinação da produção agrícola global baseada no sistema agroalimentar hegemônico não for modificada podemos chegar em 2030 com o mesmo número de pessoas com fome no mundo que tínhamos em 2015, ao início dos ODS⁴⁸.

Portanto, enfrentar verdadeiramente essa dicotomia é fundamental, fazendo da Década de Ação sobre a Agricultura Familiar 2019-2028 um momento de mobilizar as transformações nos sistemas alimentares a partir do paradigma da produção sustentável, local e diversificada de alimentos que pode enfrentar simultaneamente as causas e os efeitos das crises nos sistemas alimentares atuais.⁴⁹ Junto com a agricultura familiar, também são reconhecidas outras abordagens inovadoras para a transformação dos sistemas alimentares, tais como a agroecologia e tecnologias de agricultura sustentável, e os sistemas alimentares dos povos indígenas, que contribuem para uma agricultura resiliente, sustentável e promotora de dietas diversificadas, balanceadas e saudáveis.

Na sequência, o documento traz uma importante referência às Diretrizes Voluntárias para Sistemas Alimentares e Nutrição, proposta pelo Comitê de Segurança Alimentar (CSA) da FAO, ainda que não tenha detalhado seu conteúdo e dimensões. Essas diretrizes voluntárias constituem instrumento base para muitas das transformações nos sistemas alimentares e dessa forma apoiar a Década de Ação sobre a Nutrição no alcance das metas da agenda 2030 a partir de uma abordagem baseada no direito humano à alimentação adequada. Para tanto, as Diretrizes Voluntárias preveem a atuação nos campos da governança transparente, democrática e responsável, da promoção de cadeias sustentáveis de suprimento de alimentos, do acesso igualitário e equitativo a dietas saudáveis, da segurança dos alimentos, da educação e conhecimento nutricional centrado nas pessoas, da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres nos sistemas alimentares e da construção e sistemas alimentares resilientes em contextos humanitários.

No final da seção de “considerandos” da minuta de resolução, é reforçada a importância do desenvolvimento e aplicação da ciência, da tecnologia e da inovação, tais como estratégias de comunicação, uso da internet, bases meteorológicas, uso de big data e outras ferramentas, inclusive para pequenos agricultores e agricultores familiares que podem contribuir para aumento da produtividade e da resiliência enquanto reduzem os impactos ambientais negativos da produção agrícola. Todavia, esse ponto, tomado como recomendação, é muito distante da realidade global, tendo em vista que o acesso e uso das novas tecnologias e informações é restrito e caro, dominado por grupos ligados aos sistemas hegemônicos e dedicados predominantemente à produção em grande escala, além de não incorporar os saberes tradicionais e locais que deveriam se somar às demais tecnologias.

⁴⁸ Ray, D.K., Sloat, L.L., Garcia, A.S. et al. Crop harvests for direct food use insufficient to meet the UN's food security goal. *Nat Food* 3, 367–374 (2022). <https://doi.org/10.1038/s43016-022-00504-z>

⁴⁹https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/Docs2021/Documents/CFS_VGs_Food_Systems_and_Nutrition_Strategy_EN.pdf

A partir dessa contextualização de problemas, desafios e possíveis alternativas, o documento traz recomendações e novamente destaca a importância do alinhamento das iniciativas internacionais em relação à nutrição, tais como a Década de Ação sobre a Nutrição, a Cúpula de Sistemas Alimentares e a Cúpula do *Nutrition for Growth*, que agregam novos compromissos em nutrição e reforçam os já existentes, somando novas parcerias.

Nesse sentido, é dado grande reconhecimento à importância dos compromissos dos governos em particular. Ainda no contexto dos Estados Membros, é incentivado o fortalecimento dos esforços para integração dos objetivos de nutrição em todos os setores e monitorar os investimentos na nutrição, bem como incluir a nutrição como marcador nas demais políticas no âmbito da saúde.

Além dos compromissos governamentais, soma-se a atuação de outros atores em nível local, nacional, regional e internacional, tais como organizações das próprias Nações Unidas, sociedade civil, academia e setor privado, para avançar na implementação da Década de Ação e dar escala à implementação de iniciativas e aumentar os investimentos na nutrição. Apesar de serem fundamentais essas recomendações, seria importante que documentos das Nações Unidas e de outras iniciativas multilaterais incluíssem sempre salvaguardas contra conflitos de interesses principalmente nas articulações com o setor privado para que sejam preservados os interesses coletivos

Além disso, assume grande relevância da cooperação internacional, do multilateralismo e da solidariedade na reconstrução pós-pandemia, que deve incluir o alcance da cobertura universal da saúde, proteção social, transferência tecnológica, construção de capacidades e apoio financeiro para o desenvolvimento de agricultura sustentável em países em desenvolvimento como ferramenta central para garantir a segurança alimentar e nutricional para todos.

A partir disso, espera-se enfatizar a necessidade de avançar na agenda global de nutrição de maneira consistente e alinhada com o direito humano à alimentação adequada e de forma coerentes entre múltiplos setores, para manter o momento político para dar escala às políticas e somando-se às iniciativas decorrentes da Cúpula de Sistemas Alimentares, como suas coalizões e compromissos.

Em seguida, é feito um chamamento aos Estados Membros para colocarem a segurança alimentar e nutricional, a segurança dos alimentos e a nutrição em alta prioridade, refletida em seus programas nacionais e orçamentos, mas ao mesmo tempo pede por um fortalecimento do atual sistema multilateral de comércio internacional aberto, não discriminatório, inclusivo, equitativo e transparente, tutelado pela Organização Mundial do Comércio, que tenha o comércio de alimentos e fertilizantes.

Nesse sentido, valem algumas críticas iniciais. Primeiramente, não se pode misturar em um mesmo tópico a prioridade nacional com o tema da nutrição com demandas do comércio internacional, mesmo considerando o comércio de alimentos. Segundo, o sistema comércio internacional preconizado está diretamente ligado aos sistemas financeiros e agroalimentares hegemônicos e atuam em função de seus interesses e não do direito humano à alimentação adequada, visto que favorecem a concentração de renda e de recursos, a monocultura de commodities agrícolas em detrimento da agricultura local diversificada, o uso intensivo de insumos químicos e agrotóxicos na agricultura, o ultraprocessoamento de alimentos e a substituição e a deterioração de padrões dietéticos tradicionais. Terceiro, mas sem esgotar as críticas, não se pode considerar inclusivo um sistema de comércio que direcione os participantes

à dependência externa de insumos e à modificação de seus padrões de produção local em função das demandas globais dos sistemas alimentares hegemônicos.

Na recomendação seguinte, sobre a necessidade de aumento da produção agrícola sustentável e da produtividade, existe uma alusão à cooperação internacional, a investimentos públicos e privados responsáveis, ao gerenciamento de terras e ao desenvolvimento rural, incluindo o acesso a conhecimentos e tecnologias. Contudo, como explicado antes, o acesso a inovação e novas tecnologias é restrito e predominantemente ligado, mais uma vez, aos interesses dos sistemas alimentares hegemônicos, dificultando a acessibilidade por pequenos produtores, salvo em iniciativas isoladas que atuam à parte desses sistemas. Seria fundamental, nesse sentido, fortalecer o papel dos Estados nesse apoio, bem como aumentar a visibilidade e o financiamento de iniciativas locais com outros parceiros que buscam transformar os sistemas alimentares por meio da democratização da tecnologia e do conhecimento, aliando inovações a conhecimentos tradicionais.

Por último, em relação aos países, é reforçado o chamamento para acelerar os esforços nas seis áreas de ação do programa da Década, garantindo que os sistemas alimentares proporcionem dietas saudáveis e acessíveis a todos, em linha com condições, políticas e estratégias específicas de cada contexto, integrando as ações de nutrição com os sistemas nacionais de saúde e planos de cobertura universal da saúde, a expansão de programas sensíveis à nutrição no campo social, da educação e da saúde, aumentando investimentos na nutrição pelo setor agroalimentar, promovendo a coerência entre as políticas de nutrição, agricultura e comércio e fortalecendo a governança para a nutrição em todos os níveis. Vale destacar, particularmente, o ponto fundamental da necessidade de coerência das políticas de agricultura e comércio com a nutrição, em que poderia até ser reforçada a centralidade da própria nutrição e do direito humano à alimentação adequada para, a partir disso, fomentar a necessária transformação dos sistemas alimentares para garantir a alimentação saudável, produzida de maneira sustentável e inclusiva.

Em relação ao conjunto dos atores envolvidos na agenda de nutrição global, o momento também é visto como oportuno para refletir sobre o progresso global e os obstáculos encontrados durante a Década e, com base nisso, ampliar e conectar iniciativas dos governos nacionais e seus parceiros.

Na sua parte final, a minuta traz recomendações à FAO e à OMS para continuar a liderança e monitoramento da implementação da Década de Ação, em colaboração com o PMA e Unicef, além dos mecanismos de coordenação como o *UN Nutrition* e plataformas de múltiplos atores, como o CSA/FAO, e em consulta a outras organizações e plataformas internacionais e regionais, bem como de fortalecer os esforços, junto com as demais agências, no avanço da agenda de nutrição global e trabalhando em particular nas áreas de ação mais descobertas no âmbito da Década de Ação.

Em uma avaliação, a Década de Ação sobre a Nutrição foi proposta em um cenário global diferente do atual e isso repercute nos compromissos que foram estabelecidos em seu âmbito. Por exemplo, nas discussões no âmbito da Década, não foi possível antecipar a degradação da situação da insegurança alimentar e nutricional em nível global a partir de 2017 e, apesar da abordagem de mecanismos de resiliência, não havia uma preparação ou coordenação suficiente para fomentar mecanismos para atenuar os impactos da pandemia sobre a pobreza, a fome e a nutrição das populações.

Vale lembrar que no início da implementação da Década houve um grande movimento de incentivo aos países para a apresentação de compromissos SMART em nutrição (do acrônimo em inglês para específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e com prazos)⁵⁰, contudo atualmente só existe o registro de compromissos de três países (Brasil, Equador e Itália). Não existe uma avaliação sobre esse resultado, mas possivelmente a sobreposição de iniciativas com objetivos comuns ou complementares como os ODS, o *Nutrition for Growth* e posteriormente a Cúpula de Sistemas Alimentares pode ter fragilizado a busca por mais compromissos nacionais.

Enquanto o compromisso da Itália foi bem genérico, de criação de um grupo de trabalho intersetorial para a agenda da Década, os compromissos do Brasil e do Equador buscaram alinhar-se com as diferentes áreas de ação. Por exemplo, no Brasil foram apresentados compromissos tanto pelo Ministério da Saúde quanto pelo Desenvolvimento Social, compreendendo a contenção do aumento da obesidade entre adultos, o aumento do consumo de frutas e vegetais e a redução do consumo de bebidas adoçadas, bem como políticas intersetoriais como o fomento à agricultura familiar e à produção orgânica, o fortalecimento das políticas de transferência condicionadas de renda (particularmente o Programa Bolsa Família) e da alimentação escolar, a expansão de políticas de proteção social, saúde e educação para populações vulneráveis (como indígenas e quilombolas), a implantação de cisternas em regiões vulneráveis e a promoção da participação social nas políticas de segurança alimentar e nutricional (Consea e conferências), entre outros. Enquanto isso, o Equador propôs compromissos no âmbito dos municípios saudáveis, de implementação de políticas fiscais para a redução do consumo de bebidas adoçadas, a regulamentação de cantinas escolares, o aprimoramento da rotulagem de alimentos, de estímulo à iniciativa local de restaurantes saudáveis, de promoção do aleitamento materno, de atenção à saúde de gestantes e crianças e de fortalecimento da participação comunitária nas políticas.

Além disso, no escopo da Década de Ação, foi incentivada a criação de Redes de Ação temáticas, baseadas na participação de representantes de países para fomentar discussões e intercâmbio de políticas e experiências entre países. Na América Latina, em particular, as redes de ambientes alimentares (coordenada pelo Chile e com grande foco no aprimoramento da rotulagem nutricional, incluindo a rotulagem de advertência), de redução do consumo de sódio (coordenada pelo Brasil e visando apoiar estratégias para a redução no consumo das diferentes fontes dietéticas de sódio) e de guias alimentares (também coordenada pelo Brasil e focada na promoção de guias alimentares baseados em alimentos) conseguiram mobilizar os países participantes por algum tempo, contudo, com o início da pandemia as suas atividades foram descontinuadas e ainda não foram retomadas.

Ainda que não se possa mensurar a influência dessas redes na implementação de políticas relacionadas, desde 2016 houve grandes avanços na região das Américas, como a aprovação de modelos de rotulagem nutricional frontal por cada vez mais países, o aumento dos compromissos nacionais com a redução do sódio na região e a crescente revisão de guias alimentares nacionais para trazerem a abordagem em alimentos e seu grau de processamento industrial em vez do foco exclusivo em nutrientes e colocarem esses guias como indutores de políticas além de instrumentos de educação alimentar e nutricional e prescrição dietética).

Diante do exposto, conclui-se que a Década de Ação sobre a Nutrição dificilmente conseguirá alcançar seus objetivos, ainda que tenha promovido uma importante mobilização internacional no conjunto dos esforços das Nações Unidas e suas organizações para as agendas

⁵⁰ <https://www.fao.org/3/a-i6130e.pdf>

de nutrição e dos sistemas alimentares e levando em conta os desafios adicionais associados às crises recentes que afetaram a segurança alimentar e nutricional global.

Esse problema de não alcance de objetivos não é exclusivo da Década de Ação, principalmente no que se refere às soluções para questões que dependem de políticas estruturantes, como a insegurança alimentar e nutricional no mundo, ainda que a FAO tenha incorporado indicadores de acesso a uma alimentação saudável junto com a subalimentação (que representa uma forma de mensuração da fome), e a transformação dos sistemas alimentares.

No caso da insegurança alimentar e nutricional, enquanto os compromissos e ações se concentrarem em ações emergenciais, paliativas ou mitigatórias, sem abordar os determinantes relacionados à produção e reprodução da pobreza, os avanços serão mínimos e não haverá resiliência a crises ou catástrofes que agravam as crises já existentes, seja em regiões vulneráveis do globo ou em populações vulneráveis em cada local. Isso abre espaço para a captura das agendas por atores internacionais e nacionais interessados em *blue* e *social washing*, replicando modelos insustentáveis em médio e longo prazos que perpetuam a dependência externa e não geram autonomia ou inclusão de populações e governos locais, enquanto há uma validação e reconhecimento dessas ações inclusive pela ONU e suas organizações.

No caso dos sistemas alimentares, a discussão dúbia de soluções também é contraproducente, mesclando alternativas baseadas em modelos hegemônicos, como a promoção do comércio justo e transparente e do uso de tecnologias e inovações para a produção de commodities agrícolas e a globalização do consumo de alimentos ultraprocessados, com discursos de apoio à agricultura familiar, à produção agroecológica e à inclusão de mulheres, jovens e indígenas. Com o incentivo a soluções baseadas nos sistemas alimentares hegemônicos, há novamente um reconhecimento de medidas pouco efetivas frente a problemas sistêmicos, cuja solução está na mudança nos paradigmas de produção, processamento e consumo dos alimentos.

Em relação a pontos que merecerão avaliação, além do próprio monitoramento de compromissos assumidos e de metas estabelecidas, temos os fatores que levaram ao aumento da insegurança alimentar e nutricional em nível global a partir de 2017 e a influência da pandemia de COVID-19 na deterioração ainda maior dessa situação, incluindo maneiras de melhor antecipar crises globais e melhorar mecanismos de aumento da resiliência a situações extremas. Além disso, será crucial avaliar o quanto a multiplicidade de agendas e compromissos concomitantes (como ODS, Década da Nutrição, *Nutrition for Growth* e Cúpula de Sistemas Alimentares) pode inadvertidamente contribuir para uma diluição e fragmentação da agenda quando não contam com mecanismos de coordenação e articulação e como fazer mais e melhor dos compromissos assumidos pelos países.

Considerando os sistemas alimentares como um elo comum em muitas das agendas atuais, é fundamental aprofundar sua abordagem em todas as iniciativas dos organismos das Nações Unidas, agregando à perspectiva dos direitos humanos, que já está presente nessas agendas, a soberania alimentar e o aumento da sustentabilidade da produção a partir do incentivo à produção local, com uso de insumos naturais e a partir de modos de cultivo que contribuam para o aumento da biodiversidade dos biomas.

Não restam dúvidas da centralidade da nutrição na discussão dos sistemas alimentares e a sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas é prova da relação intrínseca entre os atuais modos de produção e consumo com os riscos à saúde humana e

planetária que ensejam a necessidade de transformação dos sistemas alimentares para garantirem saudabilidade, sustentabilidade, inclusão e resiliência. Com isso, espera-se que, mesmo com o término da Década de Ação sobre a Nutrição que se aproxima, o *momentum* para as políticas transformadoras continue no âmbito da continuidade das ações para os sistemas alimentares, aprendendo com os erros e acertos das iniciativas anteriores.

Reunião Fórmula-Arria do Conselho de Segurança da ONU sobre a “Proteção do Patrimônio Cultural em Conflitos Armados”⁵¹

Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

No capítulo do [informe n. 3 de 2023](#) intitulado “UNESCO - patrimônio em guerra e racismo: dois temas sensíveis”, a preocupação da UNESCO em relação aos patrimônios culturais afetados durante conflitos armados tem sido um ponto de convergência das ações dessa agência especializada da ONU não somente para recuperação de tais patrimônios, mas também para mitigar o tráfico dos bens culturais roubados ou pilhados além de atacados ou destruídos durante tais conflitos .

O papel normativo internacional da UNESCO na proteção internacional do patrimônio cultural em caso de conflito armado iniciou com a Convenção de Haia adotada em 1954 em conjunto com seu primeiro protocolo, a qual foi complementada por seu segundo protocolo, em 1999. Na segunda metade do século XX, mudanças no cenário jurídico internacional, em especial em função da declaração de independência de diversas nações, em 1970, a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais foi adotada com vistas a combater a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas de bens culturais, protegendo-os contra danos, roubo, tráfico e de escavações clandestinas.

Transcorridos quase 70 anos desde a adoção da Convenção de Haia de 1954 para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, as relações envolvendo os conflitos armados e seu financiamento tornaram-se altamente complexas, atingindo diretamente a proteção internacional do patrimônio cultural, considerando que o patrimônio cultural tornou-se tanto alvo de destruição para o apagamento da identidade histórica e da memória do local e população atingidos quanto objeto de financiamento para os protagonistas do conflito armado.

Nesse sentido que a implementação da Resolução do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) n. 2347, de 2017 ([S/RES/2347\(2017\)](#)), resolução totalmente dedicada à proteção do patrimônio cultural em conflitos armados, foi pauta principal da reunião Fórmula-Arria do CSNU⁵² ocorrida no dia 02 de maio que foi coorganizada pela França e pelos Emirados Árabes Unidos, com apoio de Chipre e da Itália, que não são membros do Conselho.

Destacamos três pontos da Resolução n. 2347, adotada em 24 de março de 2017 em que o Conselho de Segurança da ONU:

1. **Deplora y condena la destrucción ilícita del patrimonio cultural**, entre otras cosas la destrucción de lugares y objetos religiosos, así como el saqueo y contrabando de bienes culturales procedentes de yacimientos arqueológicos, museos, bibliotecas, archivos y otros lugares, en el contexto de los conflictos armados, en particular por parte de grupos terroristas; (...)

4. **Afirma** que dirigir ataques ilícitos contra lugares y edificios dedicados a la religión, la educación, las artes, las ciencias o fines benéficos, o contra monumentos históricos, **puede constituir crimen de guerra, en determinadas circunstancias y con arreglo al derecho internacional, y que los autores de esos ataques deben comparecer ante la justicia;** (...)

⁵¹ A gravação da reunião está disponível no canal do Youtube da ONU França: <https://youtu.be/wsa1qFh4oHs> Acesso em 07 maio 2023

⁵² Sobre a Reunião Fórmula-Arria do Conselho de Segurança da ONU, vide: <https://www.securitycouncilreport.org/un-security-council-working-methods/arrria-formula-meetings.php> Acesso em: 08 maio 2023

8. *Solicita* a los Estados Miembros que **adopten las medidas apropiadas para prevenir o contrarrestar el comercio y el tráfico ilícitos de bienes culturales** y otros artículos de valor científico especial o importancia arqueológica, histórica, cultural o religiosa procedentes de contextos de conflicto armado, en particular de grupos terroristas, (...) (Grifo nosso)

Os itens destacados da resolução foram abordados na nota conceitual⁵³ preparada pelos coorganizadores da reunião em que foram trazidas questões relacionadas à Resolução do CSNU entre outras pautas que necessitam de atenção, implementação e desenvolvimento de ações:

1. Quais são as boas práticas e lições aprendidas para a implementação dos instrumentos da ONU, incluindo a Resolução 2347 do CSNU? Como fortalecer a implementação dos instrumentos jurídicos internacionais e regionais existentes?
2. Que papel o patrimônio cultural pode desempenhar na promoção da resiliência, diálogo, reconciliação, tolerância e coexistência pacífica entre e dentro das comunidades, inclusive em situações de pós-conflito e entre populações deslocadas e comunidades anfitriãs? Como incluir melhor as comunidades no processo de tomada de decisão e empoderá-las, especialmente jovens e mulheres?
3. Qual deve ser o papel da proteção do patrimônio material e imaterial na segurança internacional e na ação humanitária e na transição para o desenvolvimento?
4. Que medidas podem ser tomadas para prevenir e combater o tráfico ilícito de bens culturais originários do contexto de conflito armado? Que medidas podem ser tomadas para prevenir e combater o tráfico ilícito de bens culturais originários de situações de conflito armado?
5. O que pode ser feito para lidar com os efeitos nocivos das mudanças climáticas e padrões climáticos extremos que podem ameaçar o patrimônio cultural em situações de conflito e pós-conflito?

A Diretora-geral da UNESCO anunciou um novo mecanismo de monitoramento do estado dos bens culturais durante os conflitos armados a partir de imagens de satélite, a ser apresentado final de 2023. A UNESCO, em parceria com a United Nations for Training e Research (UNITAR) e United Nations Satellite Centre (UNOSAT), tem usado, desde 2014, para monitorar os danos causados ao patrimônio cultural dos ataques a patrimônios no Iraque, Síria, Iêmen, Nepal e Ucrânia.

Além disso, destacou o papel da UNESCO perante o Tribunal Penal Internacional (TPI) na implementação do mandato do Tribunal em relação à destruição deliberada do patrimônio,

⁵³ Tradução da autora Fabiane Gaspar a partir do texto original em inglês: “What are the good practices and lessons learnt for the implementation of the UN instruments, including the UNSC Resolution 2347? How can the implementation of the existing international and regional legal instruments be strengthened? 2. What role can cultural heritage play in promoting resilience, dialogue, reconciliation, tolerance, and peaceful coexistence between and within communities including in post-conflict situations and between displaced populations and host communities? How to better include communities in the decision-making process and empower them, especially youth and women? 3. What role should the protection of tangible and intangible heritage play in international security and humanitarian action, and transition to development? 4. What measures can be taken to prevent and combat illicit trafficking of cultural objects originating from the context of armed conflict? 5. What can be done to address the harmful effects of climate change and extreme weather patterns that could threaten cultural heritage in conflict and post-conflict situations?”. Disponível em: <https://uaeun.org/event/event-arria-culturalheritage/> Acesso em 8 maio 2023.

que em 2016, reconheceu como crime de guerra ao condenar Ahmad Al Faqi Al Mahdi pela destruição de mausoléus em Timbuktu, Mali, patrimônio cultural da humanidade⁵⁴.

Em junho de 2021, o TPI, por meio de um de seus quatro órgãos, o Escritório da Promotoria, lançou a “[Política sobre Patrimônio Cultural](#)” em que se destina a melhorar a proteção do patrimônio cultural, ao:

(i) fornecer clareza e orientação aos funcionários do OTP na aplicação e interpretação do Estatuto e das Regras de Procedimento e Prova ("RPE" ou "Regras") em todas as etapas do trabalho do Escritório, a fim de investigar e processar com eficácia os crimes contra ou que afetem o patrimônio cultural;

(ii) ajudar a fortalecer a proteção e a prevenção de danos ao patrimônio cultural;

(iii) promover o trabalho de parceiros, inclusive Estados, e apoiá-los, com o objetivo de criar redes e sinergias para coordenar esforços para proteger o patrimônio cultural e prevenir e processar crimes relacionados globalmente;

(iv) contribuir, por meio de sua implementação, para o desenvolvimento contínuo da jurisprudência internacional relativa a crimes contra ou que afetem o patrimônio cultural; e

(v) aumentar a conscientização sobre a importância da proteção do patrimônio cultural, inclusive apoiando procedimentos nacionais genuínos.

Importa notar que os esforços em proteger o patrimônio cultural afetado em situação de conflito armado é uma questão de alta relevância e de preocupação concretizada nas ações da atual direção da UNESCO evidenciando que deve associar a proteção do patrimônio cultural às discussões da paz, da segurança e das normas e processos humanitários, questão que, para além dos conflitos armados, poderia expandir a pauta para os compromissos dos Estados Partes das Convenções da UNESCO em proteger o patrimônio cultural em tempos de paz tendo em consideração que, assim como a Diretora geral da UNESCO destacou em seu discurso durante a reunião: “Proteger o patrimônio cultural não se trata de pedras, mas de compartilhar esperança, reconstruindo a confiança em nossa humanidade compartilhada”.

⁵⁴ Resumo do caso da destruição do patrimônio cultural em Mali disponível em: <https://casebook.icrc.org/case-study/mali-destruction-world-cultural-heritage> Acesso em: 8 maio 2023.

Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde e Diplomacia

Isis Pillar Cazumbá

Ajay Banga, o novo presidente do Banco Mundial

O Banco Mundial (BM) escolheu no início de maio Ajay Banga como presidente do Banco para um mandato de cinco anos a partir de 2 de junho de 2023.

Ajay Banga atuou como vice-presidente da General Atlantic. Anteriormente, ele foi presidente e CEO da Mastercard, uma organização global com quase 24.000 funcionários. Sob sua liderança, a MasterCard lançou o Centro para o Crescimento Inclusivo, que promove o crescimento econômico equitativo e sustentável e a inclusão financeira em todo o mundo. Foi Presidente Honorário da Câmara de Comércio Internacional, exercendo o cargo de Presidente de 2020 a 2022. Ele se tornou conselheiro do fundo focado no clima da General Atlantic, BeyondNetZero, em seu início em 2021. Banga atuou como copresidente da Parceria para a América Central, uma coalizão de organizações privadas que trabalha para promover oportunidades econômicas em populações carentes em El Salvador, Guatemala e Honduras. Anteriormente, ele fez parte dos conselhos da Cruz Vermelha Americana, Kraft Foods e Dow Inc.

Ajay Banga é cofundador do The Cyber Readiness Institute e foi vice-presidente do Economic Club of New York. Ele recebeu a Medalha da Associação de Política Externa em 2012, o Prêmio Padma Shri pelo Presidente da Índia em 2016, a Medalha de Honra Ellis Island e o Prêmio de Liderança Global do Conselho Empresarial para Entendimento Internacional em 2019 e a Estrela do Serviço Público Distinguished Friends of Singapore em 2021.

De acordo com o BM, o processo para a escolha do novo presidente incluiu uma nomeação aberta, baseada no mérito e transparência em que qualquer membro nacional do Banco poderia ser proposto por qualquer Diretor Executivo ou Governador por meio de um Diretor Executivo. Isso foi seguido por uma diligência minuciosa e uma entrevista abrangente do Sr. Banga pelos Diretores Executivos.

O novo presidente terá que trabalhar no processo de Evolução do BM, conforme discutido nas Reuniões da Primavera de abril de 2023 e em todas as ambições e esforços do Banco destinados a enfrentar os desafios de desenvolvimento mais difíceis dos últimos tempos.

BID e a plataforma para promover inclusão digital no Brasil

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) lançou a plataforma Digital Connectivity Collaboration Hub (DC2H), que apoiará os esforços do Brasil para impulsionar o acesso à banda larga e promover a inclusão digital na maior economia da América Latina.

A plataforma on-line fornece informações georreferenciadas sobre a oferta e a demanda de conectividade do Brasil permitirá que os setores público e privado e a sociedade civil tenham acesso a informações essenciais para projetar e implementar soluções eficazes para fechar as lacunas de conectividade digital ainda abertas no país.

A realidade da oferta de internet banda larga no Brasil atinge cerca de 90% da população, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), porém, cerca de 19 milhões de pessoas vivem em áreas onde a conectividade fixa ou móvel não está disponível.

Sendo assim, o DC2H facilitará a análise dos dados de cobertura dos serviços de banda larga móvel e fixa em relação à localização da população e à infraestrutura urbana, como escolas

e hospitais. Também fornecerá aos usuários informações sobre os custos estimados de conexão de áreas ainda sem acesso à banda larga.

Essa plataforma é resultado do Projeto Crowdsourcing de Conectividade Digital no Brasil, uma iniciativa conjunta do BID e da ANATEL, cujo objetivo é diagnosticar e analisar as condições de conectividade no país.

O lançamento da versão piloto ocorreu no final de abril durante o seminário Conectividade Significativa, um novo desafio para o Brasil, organizado pelo BID e pela Anatel. Nesta etapa de testes, apenas os usuários selecionados poderão acessar a plataforma assim que o BID aprovar seu registro. Em breve, qualquer entidade pública ou privada ou organização da sociedade civil que trabalhe ou tenha interesse em contribuir para melhorar a conectividade no Brasil poderá acessar as informações da plataforma e ainda terá a capacidade de carregar seus próprios dados de forma independente.

Fontes: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/05/03/ajay-banga-selected-14th-president-of-the-world-bank?intcid=ecr_hp_sidekick5_en_ext
<https://www.iadb.org/en/news/idb-launches-platform-promote-digital-inclusion-brazil>

Publicações

O novo relatório do **BM**, *Commodity Markets Outlook* afirma que os preços globais das *commodities* devem cair este ano no ritmo mais rápido desde o início da pandemia de COVID-19, obscurecendo as perspectivas de crescimento de quase dois terços das economias em desenvolvimento que dependem das exportações de *commodities*.

A queda nos preços, no entanto, deve trazer pouco alívio para as quase 350 milhões de pessoas em todo o mundo que enfrentam insegurança alimentar. Embora os preços dos alimentos devam cair 8% em 2023, eles estarão no segundo nível mais alto desde 1975. Além disso, em fevereiro deste ano, a inflação anual dos preços dos alimentos está em 20% globalmente, o nível mais alto das últimas duas décadas.

De acordo com o relatório, os preços das *commodities* devem cair 21% em 2023 em relação ao ano passado. Prevê-se que os preços da energia diminuam 26% este ano. O preço do petróleo Brent em dólares deve atingir a média de US\$ 84 o barril este ano – queda de 16% em relação à média de 2022. Os preços do gás natural na Europa e nos EUA devem cair pela metade entre 2022 e 2023, enquanto os preços do carvão devem cair 42% em 2023. Os preços dos fertilizantes também devem cair 37% em 2023, o que marcaria a maior queda anual desde 1976. No entanto, os preços dos fertilizantes ainda estão perto de sua alta recente vista pela última vez durante a crise alimentar de 2008-09.

Apesar das grandes quedas esperadas para este ano, o relatório ressalta que os preços de todos os principais grupos de *commodities* permanecerão bem acima de seus níveis médios de 2015-2019. Os preços europeus do gás natural oscilarão quase três vezes acima da média em 2015-19. Os preços da energia e do carvão também permanecerão acima da média pré-pandemia.

O **Fundo Monetário Internacional (FMI)** lançou o artigo *Eye of the Storm: The Impact of Climate Shocks on Inflation and Growth* (Olho da Tempestade: O Impacto dos Choques Climáticos na Inflação e no Crescimento, tradução livre). Neste artigo, foi usado o método de projeção local para investigar empiricamente como os choques climáticos, medidos por desastres naturais induzidos pelo clima, influenciam a inflação e o crescimento econômico em

um grande painel de países durante o período 1970-2020. Os resultados mostram que tanto a inflação quanto o crescimento real do PIB respondem de forma significativa, mas também diferente, em termos de direção e magnitude a diferentes tipos de desastres causados pelas mudanças climáticas. No artigo foi dividida a amostra completa de países em grupos de renda – economias avançadas e países em desenvolvimento – e encontrou-se um contraste impressionante no impacto dos choques climáticos na inflação e no crescimento de acordo com o nível de renda, estado da economia e espaço fiscal quando o choque chega.

Fontes: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/04/27/commodity-prices-to-register-sharpest-drop-since-the-pandemic>

<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/6864d537-d407-4cab-8ef1-868dbf7e07e2/content>

<https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2023/04/28/Eye-of-the-Storm-The-Impact-of-Climate-Shocks-on-Inflation-and-Growth-532661>

Projetos

O BID aprovou um empréstimo de US\$ 265 milhões para melhorar a inclusão social de pessoas com deficiência na Argentina.

No âmbito de um Empréstimo Baseado em Resultados, o programa promoverá o aumento do acesso efetivo a direitos, serviços e benefícios básicos por pessoas com deficiência que não possuem cobertura Obras Sociais ou pré-pagas.

O empréstimo do BID busca aumentar o número de pessoas com deficiência que têm acesso oportuno a benefícios e serviços básicos contemplados nas regulamentações nacionais, por meio de um Certificado Único para Deficiência (CUD) atual, através, entre outras estratégias, da remoção de barreiras ao seu processamento ou renovação. Este certificado é válido em todo o território nacional. Neste momento, apenas um terço da população estimada de pessoas com deficiência tem um CUD válido (1,5 milhão). Isso ocorre, em parte, devido à falta de conhecimento sobre os benefícios e serviços aos quais eles têm direito e podem acessar por meio da obtenção do CUD e às dificuldades de acesso às bancas avaliadoras interdisciplinares que emitem os certificados.

O projeto busca beneficiar a população com deficiência, estimada em 3,6 milhões de pessoas nas 24 jurisdições que compõem o território argentino.

O BM aprovou US\$ 100 milhões em financiamento para a operação do Programa de Sistemas de Saúde de Qualidade do Nepal.

O Programa melhorará a qualidade dos serviços de saúde e aumentará a cobertura do seguro de saúde e aumentará a capacidade do sistema de saúde para se preparar e responder a emergências de saúde nas províncias de Koshi e Gandaki.

Fontes:

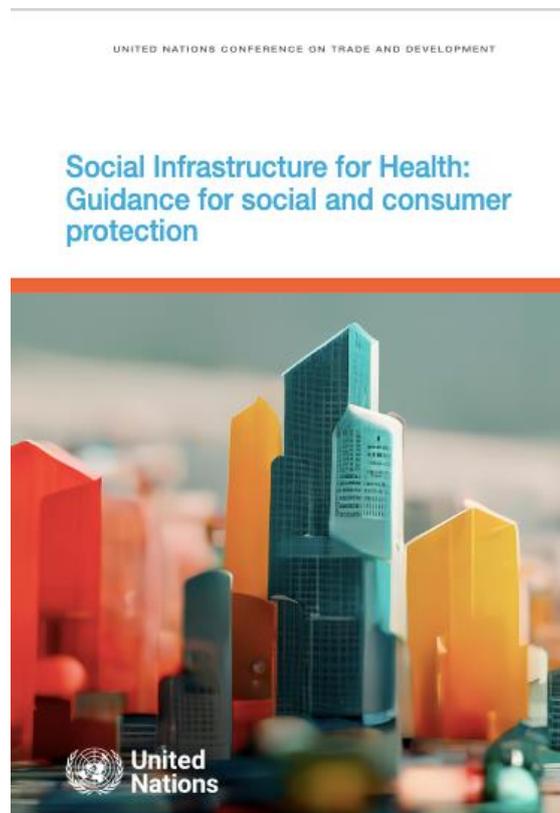
<https://www.iadb.org/en/news/idb-support-argentina-will-improve-inclusion-people-disabilities>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2023/04/28/world-bank-approves-100-million-to-strengthen-nepal-s-healthcare-system>

Infraestrutura e Proteção Social

A UNCTAD publicou o relatório⁵⁵ “Infraestrutura social para a saúde: Orientação para proteção social e do consumidor” (no original, em inglês, Social infrastructure for health: Guidance for social and consumer protection) (Figura 1). O documento foi elaborado no âmbito do componente sobre proteção ao consumidor e serviços de saúde liderado pela UNCTAD no projeto de cooperação técnica relacionado à COVID-19 da Conta de Desenvolvimento das Nações Unidas sobre "Fortalecimento da proteção social para respostas a pandemias: Identificando os Vulneráveis, Ajudando a Recuperação e Construindo Resiliência". O projeto reuniu as Comissões Econômicas Regionais das Nações Unidas e a UNCTAD para “facilitar a cooperação inter-regional e o compartilhamento de experiências para lidar com o impacto da COVID-19 e construir sociedades resilientes por meio da proteção social”. A proteção do consumidor deu contribuição para áreas de proteção social impactadas pela pandemia da COVID-19 e relacionadas ao fortalecimento das capacidades existentes e lacunas emergentes de instituições centrais responsáveis pelo planejamento, design e implementação de sistemas de proteção social, a fim de “reconstruir melhor” como resposta à pandemia e construir compreensão sobre aqueles que precisam de proteção social, incluindo compreensão mais sutil da pobreza multidimensional.

Figura 1



⁵⁵ UNCTAD. Social infrastructure for health: Guidance for social and consumer protection. Disponível em: <https://unctad.org/publication/social-infrastructure-health-guidance-social-and-consumer-protection>
Acesso em: 8 de maio de 2023

O texto aborda cinco questões "centrais": proteção abrangente na saúde, financiamento e acessibilidade, ehealth, identidade e elegibilidade e integração dos setores informais. O escopo da análise considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) das Nações Unidas, em particular o SDG3, para garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades.

Seguem as principais conclusões e recomendações do relatório:

1. Proteção integral à saúde: Os governos devem estabelecer planos nacionais para alcançar progressivamente a cobertura universal e o acesso efetivo à assistência médica, incluindo o apoio financeiro necessário (ODSs 1 e 3, que enfatizam os pisos de proteção social e a proteção contra riscos financeiros para as famílias).
2. Abrangência física dos serviços de saúde e proteção social: Ao visar à cobertura geográfica total, os governos devem considerar se as redes de saúde devem se concentrar menos nos hospitais como polos de serviços. Os sistemas digitais que operam a partir de centros comunitários descentralizados podem ajudar nesse processo, acelerando os registros iniciais para a saúde e melhorando as comunicações entre médicos, profissionais de saúde e pacientes.
3. Apoio à renda durante as pandemias e outras emergências: Durante a COVID-19, medidas de assistência social abrangeram trabalhadores informais em algumas localidades. As medidas de proteção social introduzidas durante a COVID-19 podem precisar ser mantidas após a pandemia. Para se tornarem mais permanentes, exigirão a expansão sistemática das diversas formas de registros sociais. Os mecanismos de seguro social são mais adequados para prazos mais longos, mas podem ser adaptados para prazos mais curtos (como emergências).
4. Integração de refugiados e trabalhadores migrantes nos serviços de proteção social: Os serviços de saúde do país anfitrião devem ser compensados por um esquema internacional de compartilhamento de custos para tratar populações refugiadas, com financiamento dos Estados membros das Nações Unidas em base conjunta. Esses fundos podem ser monitorados e distribuídos por uma agência internacional subordinada ou parte do ACNUR/OMS e de acordo com a Declaração de Nova York da Assembleia Geral das Nações Unidas para Refugiados e Migrantes de 2016. Trabalhadores migrantes: Os acordos internacionais sobre a portabilidade dos direitos de proteção social, embora bem-vindos, demoram a se desenvolver e pouco ajudam os trabalhadores informais que migram para o exterior. Trabalhadores migrantes devem ter direito a cuidados básicos de saúde no país de destino com base em um simples registro, e não na adesão a sistemas de seguro públicos ou privados. Com relação aos direitos de seguro social mais amplos, os Estados Membros devem considerar a possibilidade de solicitar que uma agência internacional mantenha responsabilidade de intermediar acordos internacionais sobre portabilidade transfronteiriça de direitos de seguro social, inicialmente com base no Pacto Global das Nações Unidas sobre Migração.
5. Financiamento: Acesso dos consumidores a serviços essenciais, energia, água e saneamento relacionado à síndrome dos "pobres pagam mais" ('poor pay more'), segundo a qual os consumidores de menor renda pagam os preços unitários mais altos pelos serviços essenciais. Isso prejudica a saúde dos habitantes de áreas não conectadas, como assentamentos informais periurbanos e áreas rurais remotas. Essa síndrome também existe

nos serviços de saúde, prejudicando aqueles que não estão cadastrados nos serviços formais de saúde.

6. Necessidade de mitigar os níveis de gastos Out-of-pocket (OOPS): Os governos devem monitorar de perto os gastos diretos do consumidor com saúde: pacientes que ficam longe dos serviços de saúde por medo de consequências financeiras. Esses padrões são difíceis de medir, especialmente quando exigem que a renda e os gastos do consumidor sejam rastreados. O relatório endossa o apelo da OMS e do Banco Mundial para que os governos ajam para melhorar a velocidade de produção e a frequência de dados sobre OOPS domiciliar e sobre o gasto total de consumo. Sem financiamento governamental, os países de baixa renda correm o risco de ficar presos em uma síndrome na qual o financiamento da saúde é dominado por OOPS e financiamento de doadores, com proporções muito pequenas assumidas por financiamento do governo local e seguro social. OOPS então se torna a opção padrão, assim como o não tratamento.

Os medicamentos representam uma alta proporção de OOPS incorridos por muitos consumidores em países de baixa renda. Dada a prevalência de medicamentos na OOPS, a mitigação dos preços farmacêuticos deve ocorrer por meio da substituição pelos genéricos, apoiada por listas aprovadas e preços de referência. As autoridades de saúde pública que atuam como principais pagadoras de medicamentos devem alavancar seu poder de barganha para negociar preços mais baixos.

7. O direito à identidade legal: A provisão de identidade legal para todos é meta dos ODS e sua ausência pode levar as pessoas à perda de serviços públicos importantes. Dada a necessidade de mecanismos de identificação para sustentar a extensão da elegibilidade para proteção social, os governos nacionais precisam abordar o problema subjacente da falta de mecanismos legais de identidade (como registro de nascimento), conforme reconhecido pelo ODS 16.
8. Neutralidade tecnológica e direito ao serviço: Há limites para a confiança em sistemas digitais devido aos problemas de conectividade, acessibilidade e registros incompletos de dados básicos como nascimentos registrados. Os sistemas baseados em papel precisam ser mantidos no padrão necessário. O direito de acesso ao serviço público não deve depender de um único meio de aplicação, como o registro digital. O direito humano à saúde, incluindo cuidados de saúde, deve permanecer sempre em vigor e não ser substituído por obstáculos técnicos.
9. Privacidade e elegibilidade: os governos devem promulgar e/ou revisar as leis de proteção de dados e privacidade e verificar sua adequação à luz da coleta, do uso e do compartilhamento de dados digitais na prestação de serviços de saúde e outros serviços de proteção social. As agências de proteção ao consumidor devem defender ativamente a defesa dos direitos do paciente à privacidade e ao controle sobre seus dados pessoais.
- 10. Acesso à Internet mais acessível:** em telemedicina em particular e eHealth em geral, muitas inovações exigem dispositivos caros e conexões 4G e 5G. Estes ou não estão disponíveis para muitas regiões mais pobres ou estão disponíveis apenas a custo muito alto. Bilhões de pessoas estão cobertas por redes de banda larga, mas não estão conectadas a elas e, quando conectadas, não podem pagar pelos serviços mais sofisticados. À medida que as redes 4G e 5G são lançadas, há relatos de que elas estão competindo pelo espectro com as redes 3G que atendem pessoas de baixa renda e podem, no devido tempo, excluí-las.

Um mundo em turbulência: oportunidade para focar na saúde pública!

***Ana Carol Vaquera, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes,
Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira
e Luis Eugênio de Souza***

Introdução

Para a elaboração do presente informe, foram registradas as manifestações de 20 das 42 organizações monitoradas, entre o 21 de abril e 4 de maio, incluindo Organizações da Sociedade Civil (OSC) de interesse público e privado.

Dentre as OSC de interesse público, um dos temas destacados na quinzena foi o conflito armado no Sudão. O país, um dos mais pobres do mundo, situado ao norte da África, vem atravessando há décadas uma intensa crise política. No dia 15 de abril, um violento combate armado entre o exército e um influente grupo de paramilitares se iniciou. Centenas de hospitais e postos de saúde foram bombardeados, deixando milhares de feridos sem atendimento médico. Num contexto de colapso do sistema de saúde sudanês, há falta de água, alimentos e medicamentos. As organizações da sociedade civil alertam que a saúde da população está sendo gravemente afetada, sendo necessário um cessar-fogo efetivo imediato.

Pela ocasião do dia internacional do trabalho, as organizações de interesse público chamam a atenção para a desigualdade salarial entre trabalhadores e patrões. Enquanto os primeiros tiveram uma queda significativa na renda, os acionistas e investidores que tiveram um aumento considerável nos seus lucros no ano 2022. A desigualdade de gênero nos salários também foi considerada ao sinalizar que mulheres e meninas no mundo dedicam muitas horas da sua vida em trabalhos não remunerados como o cuidado. E por último, as más condições de trabalho, excesso de horas, baixos salários e falta de suporte gerencial que enfrentam trabalhadores da área da saúde e assistência social também foram temas de destaque.

As OSC de interesse público denunciam a violação dos direitos da população LGBTQ+ em Uganda e fazem um chamado aos políticos deste país para vetar a lei que criminaliza, persegue e pune a homossexualidade com prisão perpétua e morte.

Outros temas como migração, perseguição a grupos étnicos e esterilizações forçadas foram mencionados pelas organizações da sociedade civil de interesse público.

As Organizações da Sociedade Civil de interesse privado, por sua vez, se manifestaram sobre temáticas relacionadas ao gênero, à cúpula do G7 e ao meio ambiente, como o uso de energia limpa, a descarbonização e os obstáculos e as oportunidades que implicam seu uso, assim como a energia nuclear como projeto no sistema de planejamento dos Estados Unidos.

Este informe está estruturado em três tópicos, com a síntese das manifestações das OSC de interesse público; em seguida os posicionamentos das OSC de interesse privado; a programação e a realização de eventos, com destaque para o 17º Congresso Mundial de Saúde Pública; e por fim, as considerações finais.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Guerras e conflitos

A WMA emitiu uma resolução pedindo um cessar-fogo imediato e eficaz, condenando o [impacto devastador da violência no sistema de saúde do Sudão](#). A resolução exige que as partes em conflito respeitem os princípios éticos do atendimento médico e garantam a segurança de pacientes e pessoal de saúde, bem como a passagem segura de trabalhadores e pacientes em situações de evacuação.

A International Federation of Social Workers se manifestou sobre a guerra no Sudão, solicitando a [restauração dos direitos do povo do Sudão](#), uma vez que os estrangeiros estão recebendo ajuda dos seus governos para deixar o país, deixando para trás os locais sofrendo os efeitos da guerra e da falta de necessidades básicas.

A CARE International⁵⁶ voltou a chamar à atenção para o [conflito no Sudão](#). A situação de conflito exacerba uma situação humanitária já difícil em que mais de 11 milhões de pessoas mal conseguem atender às necessidades mínimas de alimentação. A Diretora Regional da CARE para a África Oriental e Central CARE, Kate Maina-Vorley, fez uma [declaração sobre a crise do Sudão](#), reforçando a necessidade de proteger as instalações humanitárias que não devem ser alvejadas, atacadas e saqueadas durante conflitos armados.

Por conta desse conflito, a CARE destacou que a República do Chade está recebendo um grande [afluxo de refugiados](#). Líderes comunitários na região fronteira do Sudão/Chade afirmam que a região recebeu mais de 42.000 pessoas em busca de refúgio. Espera-se que esse número cresça nos próximos dias, à medida que o conflito no Sudão continua.

A CARE também comemorou o acordo de [cessar-fogo no Sudão](#) por sete dias e espera que a cessação das hostilidades se transforme em uma paz sustentada para o povo. A violência já afetou milhões, incluindo aqueles que perderam a vida, fugiram ou permaneceram presos onde moram. Além disso, o ACNUR estima que mais de 800.000 pessoas podem fugir do Sudão se os combates continuarem.

Líder de enfermeiros do Sudão pediu ao Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN)⁵⁷ que mobilizasse suas Associações Nacionais de Enfermagem (NNAs) membros para fazer lobby em seus governos para [instar as partes em conflito a cessar as hostilidades](#) imediatamente. O presidente da Associação Sudanesa de Enfermeiras, Mowafag Hassan, disse que a situação na capital sudanesa, Cartum, continua perigosa, apesar de um cessar-fogo de três dias, durante o qual ainda houve disparos esporádicos.

Direitos humanos

A STOPAIDS⁵⁸ informou que, como parte do Dia de Ação Global, houve protestos simultâneos por parte de grupos de direitos LGBTQI+, saúde e asilo em frente à Embaixada de Uganda em Londres, em Washington e na frente da missão permanente de Uganda nas Nações Unidas, contra uma das leis que tornaria [Uganda um dos lugares mais perigosos para pessoas LGBTQ+](#). Os ativistas exigiram que o presidente Museveni bloqueie a legislação. O projeto de lei pede punições severas, incluindo a prisão perpétua por atos sexuais entre adultos do mesmo

⁵⁶ <https://www.care.org/>

⁵⁷ <https://www.icn.ch/>

⁵⁸ <https://stopaids.org.uk/>

sexo, pena de morte por "homossexualidade agravada", 20 anos de prisão pela "promoção da homossexualidade", 10 anos de prisão por "tentativa de homossexualidade" e seis meses de prisão ou multa por não denunciar alguém que viole qualquer disposição do projeto de lei. A lei também prejudicaria a resposta ao HIV, criminalizando serviços vitais.

Em uma resolução de emergência, os membros do Conselho da World Medical Association (WMA)⁵⁹ pediram unanimemente ao presidente de Uganda, Yoweri Museveni, para [vetar o projeto de lei aprovado pelo parlamento que criminalizaria atos homossexuais](#), tornando-os passíveis de punição com a morte ou prisão perpétua. O Conselho também condenou a proposta de criminalizar indivíduos que se apresentam como transgêneros ou queer e pediu medidas legais adequadas para proteger seus direitos civis iguais.

A WMA criticou a proposta do governo do Reino Unido de permitir que ministros desconsiderem medidas provisórias emitidas pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos em relação ao [tratamento de migrantes](#), fato que removeria uma importante proteção para pessoas em busca de asilo, outros migrantes e profissionais de saúde que os atendem. A resolução ainda alerta que a remoção forçada de requerentes de asilo do Reino Unido para Ruanda sob um controverso esquema de transferência offshore já foi impedida por medidas provisórias emitidas pelo tribunal.

A [reunião do Conselho da WMA](#) foi realizada em Nairobi, Quênia, e contou com cerca de 200 delegados de quase 40 associações médicas nacionais. O Conselho adotou uma resolução sobre violações dos direitos humanos contra os Uigures na China, pedindo que a Associação Médica Chinesa reconheça as preocupações destacadas em um relatório das Nações Unidas. Também foram aprovadas declarações sobre cuidados primários de saúde e questões éticas em conflitos armados, bem como outras políticas sobre esterilização forçada, tecnologia médica e emergências de saúde pública.

Direitos das populações indígenas

Durante o 19º Acampamento Terra Livre, líderes indígenas afirmaram suas ações em prol da [demarcação de terras como interesse global](#), uma vez que apenas os povos originários possuem o conhecimento necessário para preservar a floresta. Eles exigem que o governo brasileiro não apenas demarque as terras, mas também crie mecanismos efetivos para protegê-las e mantê-las. Os indígenas ressaltam que a terra é essencial para sua sobrevivência, saúde e educação, e que a demarcação de seus territórios é um passo fundamental para isso.

Durante o Acampamento Terra Livre (ATL), o presidente Lula anunciou a [demarcação de seis novas Terras Indígenas](#) e recriou o Conselho Nacional de Política Indigenista e o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Ele também liberou R\$ 12 milhões à Funai para a aquisição de insumos às casas de farinha dos Yanomami. Apesar de ser um primeiro passo, ainda há muito a ser feito, conforme relatado pela OXFAM Brasil. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) afirma que existem atualmente 871 Terras Indígenas aguardando demarcação no Brasil. É importante lembrar que, em 1988, quando a Constituição foi promulgada, foi estabelecido que todas as Terras Indígenas do Brasil seriam demarcadas em até cinco anos, mas esse prazo nunca foi cumprido.

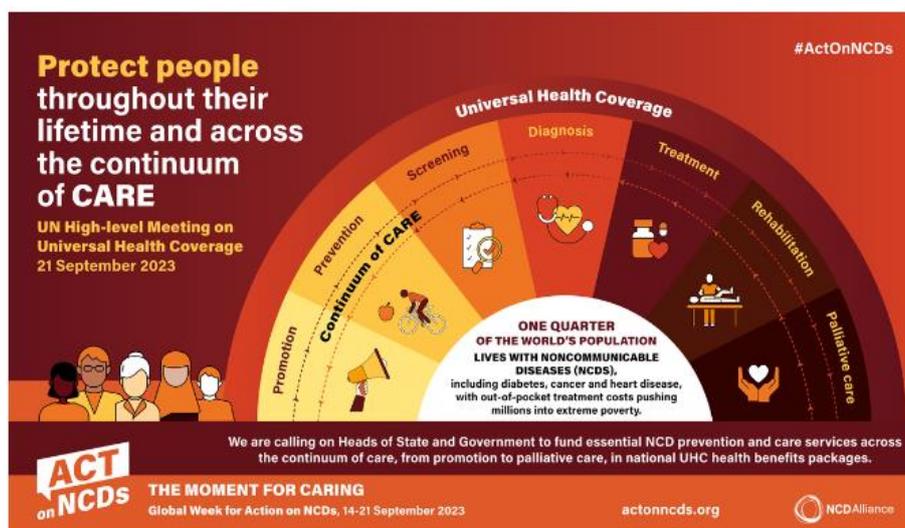
⁵⁹ <https://www.wma.net/>

Greenpeace Brasil⁶⁰ traz artigo sobre seminário ocorrido no terceiro dia do Acampamento Terra Livre 2023. Nele foi constatado que o avanço do [garimpo ilegal](#) em Terras Indígenas cresceu 632% na última década, causando ameaças de morte, contaminação de rios e destruição de florestas. Lideranças indígenas relataram que os garimpeiros se disfarçam de pastores e vendedores para cooptar os parentes e que são muito insistentes. O vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami, Dário Kopenawa, denunciou: “Nossos grandes rios morreram. Quem vai dar água para a população Yanomami?”

Após pressão popular do Greenpeace Brasil, através de abaixo-assinados e protestos, a empresa coreana Hyundai Construction Equipment (HCE) anunciou que deixará de vender temporariamente suas escavadeiras em áreas próximas às Terras Indígenas Kayapó, Munduruku e Yanomami. Em comunicado, a HCE admitiu que a [destruição da Amazônia e a violação dos direitos indígenas](#) são problemas sérios e que fará esforços para proteger a região. A empresa rescindir o contrato com a concessionária que faz acordos com garimpeiros ilegais e se comprometeu a cooperar com o governo brasileiro quando necessário. A HCE deixará de oferecer manutenção e fornecimento de peças na região até que seus esforços para impedir o uso de suas escavadeiras no garimpo ilegal sejam eficazes.

Cobertura Universal de Saúde

Em matéria a NCD Alliance informa sobre a [Reunião de Alto Nível da ONU \(UN HLM\) sobre Cobertura Universal de Saúde](#), que acontecerá em setembro de 2023, e onde são esperados os 193 Estados-Membros da ONU. Em preparação para a reunião serão realizados em maio dois eventos com partes interessadas em DCNT para definir e alinhar as prioridades para a Reunião de Alto Nível das Nações Unidas : 1) uma audiência sobre UHC para “coletar ideias de todas as partes interessadas sobre ações urgentes e investimentos em saúde necessários para acelerar o progresso rumo à obtenção da UHC até 2030, a data final dos SDGs” e, 2) um encontro de defensores chamado Enabling People Living with NCDs' Right to Health through Universal Health Coverage (Possibilitando o direito à saúde das pessoas que vivem com DNTs por meio da cobertura universal de saúde). Integrantes da NCD Alliance e uma mulher que vive com DCNT na Índia estão entre os palestrantes.



Fonte: [NCD Alliance](#)

⁶⁰ <https://www.greenpeace.org/brasil/>

Acordo pandêmico

A proposta da União Europeia sobre a [exclusividade de dados para o acordo pandêmico](#) foi criticada pela People's Vaccine Alliance⁶¹ por ser uma estratégia que visa maximizar o lucro das farmacêuticas em detrimento da saúde nos países mais de baixa e média renda. Isso resultaria em um atraso no registro de versões genéricas de medicamentos, e as empresas farmacêuticas podem utilizar a legislação para prolongar ainda mais a exclusividade de dados, restringindo ainda mais o acesso em países de baixa e média renda.

A União Europeia propôs o [licenciamento compulsório](#) no tratado pandêmico, que permite que governos autorizem o uso de uma tecnologia sem o consentimento do detentor da patente, proporcionando acesso a produtos e tecnologias relevantes para crises em tempos de crise. A People's Vaccine Alliance chamou a atenção para o fato de que a UE reconhece que as regras de propriedade intelectual são uma barreira ao acesso a medicamentos e que o licenciamento compulsório é um direito que todos os governos têm, mas, até agora, a UE mostrou pouco interesse em usá-lo.

COVID-19 e o Fim da Pandemia

A Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi)⁶² divulgou o [artigo](#) sobre “A importância da seleção apropriada de desfechos clínicos em ensaios clínicos ambulatoriais de COVID-19”. Conforme o estudo, “os desfechos de ensaios clínicos devem ser cuidadosamente selecionados para que os resultados do estudo possam ser usados para informar a tomada de decisões, tanto na política quanto na prática”.

A CARE emitiu comentário sobre a Declaração da OMS sobre o [fim da Pandemia de COVID-19](#). “A declaração do fim da emergência de saúde pública global da COVID pela OMS é uma boa notícia muito necessária. É fundamental que não avancemos sem incorporar totalmente e agir de acordo com as lições da pandemia. Uma das coisas mais importantes que a pandemia nos mostrou, mais uma vez, é o papel crítico de nossos profissionais de saúde na linha de frente.

Infraestrutura e financiamento

A Public Citizen anunciou a inauguração de uma nova [instalação de produção de mRNA](#) na África do Sul indicando que representa um marco histórico na busca por uma maior equidade na saúde global. A iniciativa faz parte do Technology Transfer Programme, criado pela Organização Mundial da Saúde e pelo Medicines Patent Pool para fortalecer a capacidade de produção de vacinas em países de baixa e média renda.

De 10 a 14 de abril, uma delegação bipartidária de seis representantes do Congresso dos EUA visitou o Quênia com a CARE International e a Save the Children's Action Network (SCAN) para observar como os [investimentos estrangeiros dos EUA](#) estão sendo aplicados em comunidades do país. Os membros passaram um tempo com as comunidades que lidam com a seca em Turkana e se reuniram com a sociedade civil.

A Hershey Company apoia produtores de cacau na Costa do Marfim por meio do [Novo Programa Acelerador de Rendas](#). O programa apoiará o aumento da renda das famílias produtoras de cacau por meio da provisão de transferências monetárias e investimentos em

⁶¹ <https://peoplesvaccine.org/>

⁶² <https://dndi.org/>

associações de poupança e empréstimo. Concebido e implementado com contribuições do Conselho do Café-Cacau, Rainforest Alliance e CARE, o Income Accelerator oferece uma abordagem multifacetada para ajudar a lidar com a pobreza dos produtores de cacau, ao mesmo tempo em que apoia práticas agrícolas sustentáveis e mitiga o risco de trabalho infantil.

Equidade de gênero

Através do Twitter, o IUHPE⁶³ - UIPES, anunciou os novos estudos de caso voltado para a [Equidade sobre determinantes estruturais e sociais da saúde](#) em parceria com o Centro Comunitário de Saúde, o Victoria Cool Aid Society e Action Divinity.

A [CARE International](#), em celebração do Dia da Terra, destacou 5 maneiras pelas quais a mudança climática afeta mais as mulheres e meninas. A insegurança alimentar, escassez de água, riscos à saúde, desastres naturais e impactos na educação, são os principais aspectos que impactam diretamente na vida das mulheres. Neste sentido, a CARE aponta que a justiça climática, para ser justiça, também deve ser justiça de gênero.

Doenças infecciosas

A [Cólera no Eufrates](#), a fonte de água mais importante para cerca de 5,5 milhões de pessoas nas províncias de Aleppo, Deir ez-Zor e Raqqa, que convivem com a escassez de água e saúde pública no norte da Síria. Ao longo de sete meses, entre 25 de agosto de 2022 e 21 de janeiro de 2023, aproximadamente 85.000 casos suspeitos de cólera foram relatados em toda a Síria, com uma taxa de mortalidade de 0,12%. Os casos no nordeste da Síria representam 48% do número total, Deir ez-Zor (24,43%) e Raqqa (19,34%).

A Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi) compartilhou o [artigo](#) com perspectivas sobre a descoberta de medicamentos para esquistossomose. No manuscrito, os autores descrevem alguns dos aprendizados de uma reunião internacional, organizada pela Drug Discovery Unit da Universidade de Dundee em setembro de 2022, para discutir a necessidade de novos tratamentos e determinar os principais requisitos para qualquer potencial novo anti-esquistossomos.

Desigualdade em saúde

A NCD Alliance⁶⁴ fez matéria sobre a [nova ferramenta da Organização Mundial da Saúde](#), o [Health Inequality Data Repository](#). O repositório contém quase 11 milhões de pontos de dados em mais de 2.000 indicadores, sendo a maior coleção global de dados desagregados sobre saúde e determinantes da saúde.

Desigualdade salarial

De acordo com a OXFAM⁶⁵, em 2022 os CEOs mais importantes do mundo tiveram um aumento salarial de 9%, enquanto os trabalhadores sofreram um corte de 3%. No Brasil, a [renda média dos trabalhadores](#) e trabalhadoras teve uma queda de 6,9% em relação ao ano anterior, enquanto acionistas e CEOs de empresas receberam um aumento de 23,8% em lucros e dividendos. Além disso, foi constatado que mulheres e meninas trabalham pelo menos 380

⁶³ <https://www.iuhpe.org/index.php/en>

⁶⁴ <https://ncdalliance.org/>

⁶⁵ <https://www.oxfam.org.br/>

bilhões de horas por mês em atividades de cuidado não remuneradas, o que destaca as desigualdades de gênero.

Farmacovigilância

A Public Citizen⁶⁶ enviou uma petição na FDA para adicionar [o caproato de hidroxiprogesterona](#), na sua lista oficial de medicamentos retirados ou removidos do mercado por serem considerados inseguros ou ineficazes para a prevenção do parto prematuro.

A Public Citizen alertou por meio de uma carta à FDA sobre [o antipsicótico brexpiprazol](#), a aprovação de uma nova indicação para o tratamento de agitação associada com demência por Alzheimer poderia exacerbar o uso inapropriado, especialmente em casas de cuidado, onde atualmente é prescrito de forma irresponsável para sedação, podendo ser potencialmente fatal.

Regulamentação digital

Mais de cem organizações da sociedade civil e instituições acadêmicas brasileiras assinaram o documento "[A Regulação das Plataformas Digitais no Brasil](#)", que propõe soluções para um novo marco regulatório das plataformas digitais, visando tornar o espaço digital mais democrático e responsável. O documento apresentado pela Oxfam Brasil destaca a importância de um órgão regulador independente, além de listar pontos de consenso, como a responsabilização pelo conteúdo impulsionado e a regulação econômica.

Segurança e saúde no trabalho

No Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho 2023, a International Federation of Social Workers⁶⁷ chama a atenção para o fato de que [assistentes sociais enfrentam alguns dos ambientes de trabalho mais desafiadores do que qualquer outra profissão](#). Uma pesquisa independente mostra que assistentes sociais frequentemente não só enfrentam más condições físicas, mas também lidam com longas horas de trabalho e falta de apoio gerencial. Além disso, o trabalho deles lidando com problemas complexos de relacionamento e falta de recursos frequentemente resulta em ameaças físicas e violência", continuou David Jones – Presidente do IFSW Working Environment Steering Group.

Imunização

CARE Bangladesh lançou um *chatbot* no WhatsApp, com o apoio da Meta, para [promover imunização](#) e responder a perguntas frequentes e aumentar o número de mães em seu grupo-alvo, usando serviços Programa Expandido de Imunização (EPI) e garantindo imunizações para seus filhos. O desenvolvimento de conteúdo para o *chatbot* começou com uma avaliação de quais informações sobre imunização eram mais importantes para as pessoas acessarem. Todo o conteúdo foi elaborado localmente pela equipe da equipe do país em bengali, o idioma local.

⁶⁶ <https://www.citizen.org/>

⁶⁷ <https://www.ifsw.org/>

Promoção da saúde

A ACT promoção da saúde⁶⁸ organizou um evento com representantes do legislativo e executivo federal e organizações da sociedade civil parceiras para tratar sobre [políticas de tributação para a saúde](#), focada na prevenção de doenças crônicas.

Saúde mental

A Interacademy Partnership⁶⁹ divulgou a publicação recente dos relatórios da Academy of Medical Sciences UK e da Academy of Science of South Africa (ASSAf) sobre os resultados de dois workshops que abordaram a [pesquisa em saúde mental e o fomento à pesquisa](#) em países da África, incluindo África do Sul, Ghana, Etiópia e Nigéria.

A ActionAid destacou que um terço das pessoas afetadas pelo [colapso do Rana Plaza em Bangladesh](#) ainda está 'traumatizado', mostra uma nova pesquisa da ActionAid. Uma década depois do colapso do edifício, que matou mais de 1.100 pessoas e feriu cerca de 2.500, mais da metade dos sobreviventes está desempregada enquanto lutam contra dores físicas e traumas mentais. A ActionAid está pedindo aos governos de todo o mundo que ratifiquem a Convenção 121 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para garantir os direitos dos trabalhadores feridos. A organização trabalha para apoiar esforços mais amplos para chegar a um tratado vinculante no nível das Nações Unidas para garantir a responsabilidade corporativa pelos direitos humanos.

Banco Mundial

A ActionAid chama a [nomeação do Banco Mundial](#) de 'preocupante' ao instar o novo presidente a reconhecer a escala da crise da dívida global. Comentando a nomeação de Ajay Banga como o próximo presidente do Banco Mundial, Niranjali Amerasinghe, a diretora executiva da ActionAid USA, disse: “É preocupante que seu histórico corporativo reflita o tipo de hipercapitalismo gerador de desigualdade e destruidor do clima, que é tudo o que o Banco Mundial deveria enfrentar se quiser genuinamente almejar o fim da pobreza global.”

Meio ambiente e crise climática

Novo relatório da ActionAid Dinamarca revela que o [Norwegian Oil Fund é o maior investidor de carvão da Europa](#), apesar de afirmar ser um líder climático global. O relatório expôs que o fundo ainda tem bilhões de dólares americanos investidos na indústria poluidora, tornando-o o maior investidor institucional da Europa em carvão, bem como segue financiando novos projetos de carvão destruidores do clima, como minas e usinas ao redor o mundo.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Prevenção de doenças

A Fundação Bill e Melinda Gates⁷⁰ publicou um artigo abordando o problema das mortes por câncer cervical, que ocorrem em 90% dos casos em países de baixa e média renda. Infelizmente, o tratamento para o câncer do colo do útero nem sempre está disponível nesses países, o que pode fazer com que muitas mulheres precisem viajar para outros países em busca de tratamento. Esse déficit de cuidados de saúde de rotina em países de baixa e média renda é

⁶⁸ <https://actbr.org.br/>

⁶⁹ <https://www.interacademies.org/>

⁷⁰ <https://www.gatesfoundation.org/>

a principal razão para a grande quantidade de mortes por câncer do colo do útero nesses países. A [vacina contra o HPV](#) é uma forma segura e eficaz de prevenir o câncer cervical, mas no Senegal, embora 86% das meninas elegíveis tenham recebido a primeira dose em 2019, apenas 39% delas o fizeram até 2021, em virtude de *fake news* e desinformação sobre a vacina. Para combater essa situação, os médicos organizaram fóruns, utilizaram as mídias sociais e envolveram grupos de mães voluntárias e sobreviventes do câncer cervical para educar as comunidades locais sobre a importância da vacinação e o câncer cervical. Estudos recentes animaram a comunidade científica ao mostrar que as vacinas de dose única fornecem proteção comparável, tornando mais acessível a imunização de mais meninas.

Gênero

A Fundação Bill e Melinda Gates celebrou uma conquista política contra a desigualdade em Serra Leoa. Em um ato que rompeu com uma política de longa data, o Ministro da Educação do país aboliu a proibição de que [meninas grávidas](#) frequentem escolas.

Condição socioeconômica

A Fundação Bill e Melinda Gates divulgou um podcast em que expõe como as [amizades no início da vida](#) podem moldar o futuro. Através de pesquisa por trás dos círculos sociais as comentaristas sugerem como o networking e a primeira infância estão intimamente relacionados e como se bem trabalhados são capazes de ampliar as oportunidades para crianças mais pobres.

Inovações e mudança climática

A Fundação Bill e Melinda Gates divulgou vídeo, tratando de três inovações que ajudam pequenos fazendeiros a prosperar enfrentando as [mudanças climáticas](#), sendo elas: sistemas de alerta que avisa esses trabalhadores de que condições extremas climáticas se aproximam; serviços digitais que ajudem eles a verificar as condições de solo, o crescimento de seu plantio etc.; utilização de sementes resistentes a secas ou inundações.

Cúpula do G7 em Hiroshima

O Center for Strategic and International Studies (CSIS)⁷¹ publicou uma reportagem feita por Conor M. Savey sobre a [Agenda Global de Financiamento do Desenvolvimento e a Cúpula do G7 em Hiroshima](#), onde se refletiu sobre o financiamento chinês e seus efeitos negativos como dívida insustentável; falta de padrões ambientais, ambientais e de governança.

Inteligência artificial

O Center for Strategic and International Studies (CSIS) publicou um relatório de Gregory C. Allen e Akhil Thadani sobre o [Avanço da Governança Cooperativa de IA na Cúpula do G7](#). O relatório reflexiona sobre o uso da IA e seu crescimento como ferramenta de pesquisa, por tanto, a ampla adoção da IA levantaria questões sobre deslocamento da força de trabalho, educação, direitos de propriedade intelectual e seu uso responsável. O G7 poderia ajudar a promover definições e entendimentos consistentes das principais normas e conceitos de IA que incluem seu uso responsável.

⁷¹ <https://www.csis.org/>

Energia limpa e descarbonização

O Center for Strategic and International Studies (CSIS), publicou uma reportagem realizada por Danielle Fallim, Karen Lee e Gregory B. Poising sobre [Energia Limpa e Descarbonização no Sudeste Asiático: Visão Geral, obstáculos e Oportunidades](#) onde destacam o desafio dessa região para manter as metas de crescimento econômico, atendendo às necessidades de energia de populações crescentes.

Energia nuclear

O Center for Strategic and International Studies (CSIS), publicou uma pesquisa de Anthony H. Cordesman sobre [o Equilíbrio Nuclear Global: Forças Nucleares e Principais Tendências na Modernização Nuclear](#). O estudo fornece uma visão geral do planejamento de força recente dos EUA. A pesquisa contém dados sobre os planos de melhoria da força dos EUA.

EVENTOS

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) realizou seu 17º Congresso em Roma, de 03 a 06 de maio, tendo como tema geral “Um mundo em turbulência: uma oportunidade de focar na saúde pública”. Na sessão de abertura, Luis Eugenio de Souza, presidente da Federação e co-presidente do congresso, destacou as sessões do congresso contribuirão para a conscientização de que vivemos crises urgentes (saúde, clima, guerras) que, se não forem superadas com intervenções sobre suas causas, extinguirão a vida na Terra muito antes do fim do planeta. Acrescentou que a Saúde Pública tem contribuído, com o conceito de saúde como socialmente determinada e com suas práticas de promoção da equidade em saúde, co-construir um novo mundo eco-social, com paz; desenvolvimento social e sustentabilidade.

O Congresso teve oito sessões plenárias, discutindo temas como a saúde planetária, determinantes sociais da saúde e da equidade em saúde, saúde digital, lições aprendidas com a covid-19, saúde mental, doenças imunopreveníveis e vacinação, força de trabalho em saúde e conflitos violentos.

A Saúde Coletiva brasileira esteve muito bem representada no Congresso Mundial de Saúde Pública, podendo-se destacar, entre outros: (a) uma sessão especial, promovida por Bio-Manguinhos (Fiocruz) sobre a produção de vacinas pelos países em desenvolvimento; (b) uma sessão especial dos países do BRICS, promovida pela Associação Chinesa de Medicina Preventiva, sobre a equidade na distribuição de vacinas; (c) a participação de Rosana Onocko-Campos como key-note da mesa “Saúde mental e Bem-estar social”; (d) a participação de Luis Eugenio de Souza na mesa “Lições aprendidas com a covid-19 e como se preparar para a próxima pandemia; (e) a apresentação do trabalho “A agenda das organizações da sociedade civil na saúde global: tecendo redes de engajamento e participação social”, liderado por Marciglei Moraes, do grupo de trabalho dedicado ao acompanhamento da atuação de organizações da sociedade civil do CRIS/Fiocruz; (f) a sessão sobre sustentabilidade e equidade em saúde pública global teve a participação de Fernanda Lopes, integrante do GT Racismo e Saúde da Abrasco; (g) uma sessão sobre diversidade, minorias e inclusão em que Felipe Tavares, do GT Saúde Indígena da Abrasco, apresentou uma pesquisa sobre mortalidade entre indígenas da etnia Guarani; e (h) a entrega do Prêmio “Disseminação de Dados e Informação”, concedido pela Federação Mundial ao Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz) que foi representado por seu coordenador, Maurício Barreto.



Luis Eugenio de Souza, presidente da WFPHA e do 17º Congresso Mundial de Saúde Pública, apresenta a Declaração Final do Congresso.



Rosana Onock-Campos, presidente da Abrasco e palestrante na mesa Saúde Mental e Bem-Estar Social



Marciglei Morais, apresentando o trabalho “A agenda das organizações da sociedade civil na saúde global”, do CRIS/Fiocruz



Os premiados pela WFPHA em 2023. Dentre eles, Maurício Barreto, coordenador do Cidacs/Fiocruz

Outros eventos

- The International Alliance of Patients' Organizations⁷² divulga que o 10º Congresso Global de Pacientes será realizado de 19 a 20 de maio, em Genebra, com o tema "Parcerias inovadoras com pacientes no centro do avanço da saúde global".
- A Women in Global Health⁷³ realizará o evento presencial [Gender Equity in the Health Workforce for Health Systems Strengthening](#) - WHA76.
- A Women in Global Health está lançando a campanha para o [Walk the Talk](#) sobre equidade de gênero em sintonia com o [desafio #WalkTheTalk da Organização Mundial da Saúde](#).
- A World Heart Federation⁷⁴ realizará em maio o [Fórum de Doenças Cardiovasculares Raras](#). Antecedendo à Cúpula Mundial do Coração, o encontro visa identificar prioridades de ação e desenvolver um plano de trabalho para enfrentar os desafios do diagnóstico, tratamento e cuidado daqueles que vivem com doenças cardiovasculares raras.
- O grupo de estudantes e jovens profissionais do WADeM⁷⁵ realizaram uma [palestra](#) no dia 3 de maio intitulada "Preparação e resposta a desastres pediátricos" com o fim compreender as semelhanças e diferenças entre a prontidão para desastres pediátricos e adultos, considerando a estabilização da cena, triagem, tratamento na cena e decisões de transporte para desastres naturais e causados pelo homem.
- O International Federation of Environmental Health⁷⁶ Realizará o evento ONE HEALTH: One Global Environment Conference, organizado por IFEH, CIPHI (Canadá), JAPHI (Jamaica) e Neha (USA) em outubro deste ano na Jamaica.

⁷² <https://www.iapo.org.uk/>

⁷³ <https://womeningh.org/>

⁷⁴ <https://world-heart-federation.org/>

⁷⁵ <https://wadem.org/>

⁷⁶ <https://www.ifeh.org/>

Considerações finais

As OSC de interesse público, mesmo que diversas, centram suas ações em denunciar as consequências da violência, da pobreza, das desigualdades e da intolerância no mundo na saúde da população. O fato destas OSC alertarem sobre os perigos das guerras e pedir incansavelmente o cessar-fogo das mesmas, as coloca como atores-chaves na denúncia de violações contra os direitos humanos, ao expor as desigualdades no tratamento das vítimas, os crimes de guerra contra mulheres e crianças e, sobretudo, expor a omissão ou a pouca efetividade das ações dos organismos internacionais na resolução do conflito, na assistência às vítimas e a falta de apoio aos milhares de refugiados de guerra.

As OSC de interesse privado, por sua vez, priorizam a divulgação de suas ações específicas, destacando estudos realizados e iniciativas de apoio ao enfrentamento de doenças. Além disso, manifestam-se frequentemente sobre a crise climática e a saúde digital.

Finalmente, destaca-se, nesta quinzena, a realização do 17º Congresso Mundial de Saúde Pública que reuniu mais de três mil sanitaristas em Roma, discutindo as ameaças e as oportunidades criadas por um mundo tumultuado por crises sanitárias, ambientais e sociais.

O primeiro de maio, o lugar das trabalhadoras e dos trabalhadores nas reformas sociais e as reparações históricas, como signos das reivindicações por justiça global

***Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho***

O primeiro dia do mês de maio marca o Dia Internacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores, sendo comemorada no Brasil desde 1924 e ao redor do mundo desde o final do século dezenove e começo do século vinte. A data celebra as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores e suas conquistas sociais e políticas.

Neste informe, dedicamos nosso olhar às trabalhadoras e aos trabalhadores do mundo, revisando o lugar dessa classe dentro das lutas sociais e seu papel dinâmico e transformador. Escapando da determinação social criada pela pobreza e pela necessidade de encontrar na produção alienada a sobrevivência, os trabalhadores do mundo se encontram no paradoxo da quase transformação, sendo a subserviência e os salários base apenas o necessário para sobreviver, numa tentativa de controle absoluto do tempo do produtor, como nos explica Silvia Federici.

O trabalho informal, o precariado, o fenômeno dos trabalhadores empregados, mas empobrecidos e os direitos em risco encontraram o extrapolamento na globalização e seus pólos de sub-produção regionais em países em desenvolvimento, condenando as trabalhadoras e os trabalhadores do mundo a um novo modelo fordista de produção alienada com a separação ontológica do trabalho, atualizando Marx ao máximo.

Com a pandemia da COVID-19 declarada em março de 2020, a situação se agravou. A semi paralisação do comércio mundial e a necessidade de estabelecer lockdowns pediu demais dos combalidos sistemas de seguridade social e dos fragilizados direitos dos trabalhadores modernos, com um número esmagador de pessoas impossibilitadas de cumprirem com os requerimentos de proteção e distanciamento - a uberização do trabalhador; e depois - com o afrouxamento das diretrizes - vemos esses mesmos trabalhadores expostos ao vírus sem proteção ou cuidados adequados, agora numa sociedade que decretou o fim social - isolamento social e mecanismos de contagem de infectados e mortos já parecem coisa de um passado distante - e, numa medida um tanto irresponsável, o fim da situação de emergência da COVID, mesmo com um número ainda alto de infectados, mortos e não vacinados.

A segurança do trabalhador sempre esteve em perigo - como podemos falar em segurança numa sociedade onde uma falta justificada por motivos de saúde pode levar à demissão e onde o capital e o patrão tem total controle - e agora encontra novos desafios numa lógica de mercado que continua vendo os trabalhadores - os pequenos capitais - como máquinas para superexploração, aproveitando da necessidade de garantir a sobre-vivência e a enorme população empobrecida por inúmeros fatores de inequidade sócio-econômicas.

E aos trabalhadores que se dedicam às áreas de cuidado, a desassistência programada esmaga duplamente a possibilidade de mudança: o sistema em si é resistente a mudar a lógica de exploração máxima - que é muito bem vinda àqueles que lucram ao máximo - e explora os cuidadores (caregivers) enquanto os cansa dentro de uma falta crônica de possibilidade de cuidar, como já vimos nos informes anteriores com os trabalhadores da saúde e seu cansaço internacional. O mesmo acontece com jornalistas e comunicadores, ativistas e assistentes sociais: o sistema se protege ao cansar, censurar e tornar impossível alcançar os objetivos de mudança.

O controle, o cansaço, a superexploração dos trabalhadores do mundo é a faca de dois gumes que garante a subserviência e o controle social; como a dieta seria para as mulheres, segundo Wolf em O Mito da Beleza, o trabalho - passível de ser fonte de significado e organização, mas também de alienação e exploração - e a necessidade de trabalhar para sobreviver - “ganhar a vida”, como se a vida não fosse um direito fundamental humano - é usado como analgésico máximo: um trabalhador totalmente focado em trabalhar 18h por dia, ganhando um salário mínimo, comendo pouco e sem acesso a seus direitos básicos - casa, comida, saúde, educação, FELICIDADE - não tem tempo para pensar sobre seu viver.

E porque também é duplo: corpos adestrados produzem mais e produzem como devem e também, um trabalhador com tempo, possibilidade e consciência para pensar sobre o seu produzir seria o fim do capitalismo.

Destacamos ainda a ação promovida pelo jornal inglês The Guardian, colocando em pauta a justiça restaurativa – as reparações devidas em relação ao processo de acumulação de capital baseado na exploração do trabalho escravo e que sustentou a própria criação daquele jornal, levando-o agora a pedir perdão e criando um fundo de reparações. Tal debate se conecta com a exploração histórica do trabalho como forma essencial de acumulação capitalista e reabre o debate sobre as lutas que identificam no modo capitalista a raiz das desigualdades no mundo.

1. World Day for Safety and Health at Work 2023 - Dia Mundial para a Segurança e Saúde no trabalho <https://www.ilo.org/global/topics/safety-and-health-at-work/events-training/events-meetings/safeday2023/lang--en/index.htm>

Com origens na Conferência Internacional do Trabalho de 2022, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) decidiu por incluir em suas diretrizes e no quadro de princípios e direitos fundamentais a busca por um ambiente de trabalho seguro e saudável, e no último dia 28 essa decisão foi honrada com um evento e painel de discussão sobre o tema, “reunindo especialistas e constituintes para discutir as implicações que ela tem para o mundo do trabalho, bem como como implementar na prática esse direito no mundo do trabalho.”

A gravação do evento pode ser acessada aqui. <https://live.ilo.org/events/how-can-we-promote-fundamental-right-safe-and-healthy-working-environment-2023-04-28>

2. O modo como trabalhamos nos mata - <https://news.un.org/en/story/2019/04/1036851>

A decisão vem num momento sensível, 3 anos após a publicação das Nações Unidas sobre como o estresse, o excesso de horas extras e doenças ocupacionais levam a morte de 2,8 milhões de trabalhadores por ano.

O relatório destaca como mulheres e trabalhadores precários e em contato com substâncias químicas ou maquinarias pesadas têm mais riscos:

“A maior proporção de mortes relacionadas ao trabalho – 86 por cento – vem de doenças, de acordo com a OIT, com cerca de 6.500 pessoas morrendo por dia de doenças ocupacionais, em comparação com 1.000 de acidentes ocupacionais fatais.

As maiores causas de mortalidade são as doenças circulatórias (31 por cento), os cânceres relacionados com o trabalho (26 por cento) e as doenças respiratórias (17 por cento).

“Além do custo econômico, devemos reconhecer o imensurável sofrimento humano que essas doenças e acidentes causam”, disse Azzi. “Estes são ainda mais trágicos porque são amplamente evitáveis.”

As questões da saúde de segurança no trabalho não são exatamente novas, havendo reclamações e organização por tais pedidos desde a Revolução Industrial e a introdução das máquinas, porém a situação encontrou um agravante sensível com a uberização do trabalho e agora novamente com o coronavírus.

3. Shougang, la minera que no quiere responder por sus obreros muertos por Covid-19 - <https://wayka.pe/shougang-la-minera-que-no-quiere-responder-por-sus-obreros-muertos-por-covid-19/>

Em 2021, 24 trabalhadores peruanos da mina Shougang morreram de COVID-19 dentro da mineradora e foi estabelecido que a indústria cometeu violações e não aplicou os protocolos de vigilância, prevenção e controle contra o coronavírus de maneira correta e suficiente - tendo sido forçados os trabalhadores a permanecerem em atividade em 2020, no estouro da pandemia. Agora, as famílias se reuniram e estão a lutar por justiça e indenização.

“Para entender esse problema, devemos voltar a 2020, quando os mineiros denunciaram que trabalhavam em meio a uma pandemia com risco de contágio, e em 2021 foi divulgada a notícia de que mineiros dessa empresa extrativista haviam morrido dentro das instalações.

Tudo começou como uma denúncia pública dos próprios trabalhadores e familiares, então a Sunafil (Superintendência Nacional de Fiscalização Laboral) pôde verificar e investigar o fato. Em 2021, a referida autoridade supervisora detectou violações por parte de Shougang por não aplicar corretamente o plano de vigilância, prevenção e controle da Covid-19.

“Nove trabalhadores morreram de Covid-19 após serem infectados dentro das instalações da empresa”, disse em comunicado daquele ano, porém, e este número foi crescendo, na realidade foram 24 mineiros falecidos, segundo a crônica publicada no jornal independente e portal de jornalismo, Mataperrea, que conseguiu coletar essas informações junto com o Sindicato dos Trabalhadores de Shougang”

A mineradora segue negando responsabilidade alguma e através de uma declaração de 1 página emitida às viúvas - sem expressar seus pêsames ou pedindo perdão pelas vidas perdidas - enviada dia 26 de abril, informou que será marcada uma reunião.

4. Então, a pandemia acabou para quem? O debate ao redor do fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC)

[-https://www.science.org/content/article/who-ends-pandemic-emergency-covid-19-deaths-fall](https://www.science.org/content/article/who-ends-pandemic-emergency-covid-19-deaths-fall)

Duas semanas após essa declaração da mineradora, a Organização Mundial da Saúde declarou o fim do período de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional sobre a COVID-19. Como declarar o fim de uma emergência que nunca parou de matar, infectar e debilitar a população mundial e que tem nos indivíduos empobrecidos, minorizados e expostos a intempéries as maiores vítimas? O coronavírus ainda é uma urgência e ainda apresenta um perigo real, especialmente considerando o surgimento de novas variantes quase que mensalmente e o estresse que o atendimento constante de patologias causadas pelo vírus traz aos sistemas de saúde já enfraquecidos.

“Gregg Gonsalves, especialista em saúde pública da Yale School of Public Health, diz que está menos preocupado com o que chamar de pandemia do que com o que é feito para enfrentá-la. Independentemente de ser chamado de PHEIC, o COVID-19 continua causando morte e sofrimento em todo o mundo, diz ele. “No entanto, em quase todos os lugares declaramos missão cumprida e não temos apetite para fazer mais nada para combater esta doença”, diz Gonsalves. “Estamos dispostos a deixar passar uma enorme quantidade de morbidade e mortalidade para voltar ao normal [e] isso não é um bom presságio para enfrentar nosso futuro”.

5. O cansaço dos trabalhadores da saúde - <https://peoples-health-dispatch.ghost.io/bulletin-48/>

Tópico constante em nossos informes, a saúde do trabalhador da saúde está em risco. As síndromes de burnout, a exaustão, as demissões em massa, a falta de entrada de novos profissionais e a fuga de profissionais do sul para o norte global atrás de melhores condições de trabalho - ou de regiões empobrecidas para regiões enriquecidas, sejam países ou cidades - são problemas internacionais. E com os trabalhadores da área da saúde, como exposto na nossa introdução, o problema parece duplo: ao enfrentarem as faltas crônicas dos trabalhadores - direitos, bons salários, carga horária segura - junto da falta crônica de estruturas suficientes para atender as demandas da saúde e atendimentos.

Para o sul global, a resposta está longe dos movimentos atuais de controle migratório de profissionais recém-formados, mas sim no fortalecimento dos sistemas de saúde públicos, na implementação de verba suficiente e no fim da desassistência programada que enforça profissionais de todas áreas e compromete o serviço médico.

6. A ameaça aos profissionais da comunicação é uma ameaça à democracia dos trabalhadores - <https://wayka.pe/cidh-periodistas-de-medios-comunitarios-y-de-regiones-fueron-mas-atacados-por-policias/>

Num momento no qual leis de controle de *fake news* são difundidas como censura, parece que casos de censura real são propositalmente deixados de lado.

Um relatório publicado dia 3 de abril pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) evidencia os atos violentos praticados contra jornalistas na região, “disparos de armas potencialmente letais diretamente contra trabalhadores da imprensa; danos ao equipamento; ameaças de prisão; atos de assédio e impedimento ao trabalho de informação”, e como os jornalistas comunitários ou de regiões menores têm mais chance de sofrer violência e repressão policial, tendo menos acesso às políticas dos 3 P’s: prevenir, proteger e buscar justiça. A censura de certas vozes sociais é uma ferramenta política antiga usada para frear a disseminação de informações de interesse e cunho social que são essenciais para a tomada de decisões, reconhecimento dos direitos e vida plena da população - o acesso à informação é um direito humano ratificado pelas Nações Unidas - e não deve ser confundida com a tentativa de controlar a difusão de *fake news* - essas comumente usadas contra a democracia e controladas por grupos de extrema direita que vem nas mentiras contra certos grupos e nas campanhas de ódio sua única plataforma política.

7. Lançamento global: 5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos (ASP5) - A saúde que queremos para os trabalhadores do mundo - <https://phmovement.org/es/node/141>

No dia 30 de abril aconteceu em Bogotá, Colômbia, o lançamento global da Quinta Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos, “*Salud para la vida, no para el negocio*” é o grito de ordem e nome do programa de saúde proposto.

O lançamento ocorreu no marco do **Encontro Nacional Democrático e Popular pelo Direito à Saúde na Colômbia**. O documento síntese e declaração dos objetivos de saúde para a Colômbia pode ser acessado aqui: <https://oldwp.phmovement.org/wp-content/uploads/2023/04/DECLARACION%CC%81N-POLI%CC%81TICA-ENCUENTRO-NACIONAL-POR-LA-SALUD-ABRIL-DE-2023-ES-1.pdf>

“Os movimentos sociais, sindicais, juvenis, de mulheres, acadêmicos, camponeses, ambientalistas, pacientes, usuários de serviços; povos indígenas, povos negros, raizales e palenqueros, ROM; a comunidade LGTBQ+, pessoas em condição de deficiência, entre outros, com a participação de representantes do governo, cujo programa na saúde se chama - "SAÚDE PARA A VIDA, NÃO PARA OS NEGÓCIOS", temos sustentado uma luta histórica pela garantia do direito à saúde e à seguridade social. contra o extrativismo econômico típico do modelo neoliberal, implantado desde a entrada em vigência da Lei 100 de 1993, temos organizado, questionado, combatido e resistido a implementação de um modelo que mercantiliza a saúde e a vida em benefício dos interesses econômicos nacionais e transnacionais que hoje dominam o sistema de saúde e seguridade social e cuja principal expressão são as Empresas de Promoção da Saúde – EPS- e os conglomerados empresariais da saúde nacionais e multinacionais, em que se integram verticalmente para obter lucro especulativo com os recursos da saúde pública, aliada a outros atores econômicos neoliberais em detrimento da saúde, dignidade e vida do nosso povo”.

8. A reparação vazia da falta de reconhecimento: A lógica das políticas de reparação da escravidão e sua inaptidão para mudança

<https://www.theguardian.com/news/ng-interactive/2023/mar/31/more-than-money-the-logic-of-slavery-reparations>

“Não se trata apenas de pagamento. Trata-se de se envolver de boa-fé com os descendentes de pessoas escravizadas e abordar as desigualdades – para tornar possível um futuro melhor”

A ideia de reparação e justiça restaurativa em si própria pede o reconhecimento dos desdobramentos que a ação originária teve, ou seja, reconhecer os danos causados pelos anos de escravidão e como as comunidades escravizadas ainda hoje vivem em condições de minorização social projetadas e solidificadas dentro dos períodos de escravidão. Há que reconhecer a realidade social, econômica, política, de gênero e de raça formada a partir da estrutura escravista e como certos atores sociais enriquecerem - e tem mantido sua fortuna - em cima dessas práticas. A própria lógica do trabalho e da super-exploração do trabalhador como pequeno capital e corpo dormente descartável passa por essa estrutura do poder de classe-racial. E uma transferência monetária não é o suficiente para ressignificar seis séculos de práticas de exploração do capital e não é o suficiente para refazer uma sociedade que senta em cima de um sistema de desvalorização da vida a favor da riqueza material.

“A ideia de reparações é controversa, especialmente em países que falharam em reconhecer que séculos de desigualdade racial produziram as profundas desigualdades sociais e

econômicas do presente. As reparações começam com este reconhecimento. O termo “justiça restaurativa”, que utilizo indistintamente com “reparações”, costuma ser associado ao ordenamento jurídico, como forma de lidar com o crime. Prioriza a reparação dos danos sofridos pela vítima de uma ofensa, em vez de punir o agressor. Também busca entender as questões que levaram o delito a acontecer.”

“Quando se trata de abordar os danos da escravidão e do colonialismo, “justiça restaurativa” costuma ser um termo mais palatável do que “reparações”. Talvez esta última pareça friamente transacional, nada mais do que uma transferência de dinheiro, enquanto a “justiça restaurativa” implica colaboração e cura. Mas qualquer que seja o termo que usem, os grupos que defendem reparações quase nunca buscam apenas dinheiro. Seu trabalho é fundamentado no entendimento de que o social, o político e o econômico estão interligados e devem ser abordados juntos, criando a possibilidade de um mundo melhor.

Os apelos por tais reparações aumentaram desde 2020. Os assassinatos de Breonna Taylor, George Floyd e Ahmaud Arbery nos EUA, seguidos pelos protestos do Black Lives Matter em todo o mundo, destacaram a frequência com que as pessoas são consideradas perigosas e descartáveis e com que frequência a justiça o sistema falham com eles. Discussões sobre currículos escolares e universitários revelaram que certos aspectos do passado são persistentemente obscurecidos: tanto a desumanidade dos regimes coloniais quanto as valiosas e duradouras contribuições das comunidades étnicas minoritárias.

“Aqueles que mais sofreram com a brutalidade da escravidão e do colonialismo devem determinar a agenda da justiça restaurativa. Isso exige que as instituições abram mão do controle e do poder – algo que muitos não estão dispostos a fazer. Até mesmo pesquisas acadêmicas em comunidades afetadas pela escravidão podem ser exploradoras, com poucas bolsas de pesquisa indo para acadêmicos dessas comunidades.”

A justiça restaurativa, no contexto do sistema jurídico, divide os participantes em vítimas e perpetradores. Alguns grupos de reparação desafiam essa divisão, apontando que ela posiciona os africanos escravizados e seus descendentes como impotentes. Sabemos que os afrodescendentes, transportados à força através do oceano, foram fundamentais para sua libertação. Sabemos que hoje as comunidades marginalizadas continuam a compartilhar histórias em seus próprios termos e a pressionar por reparações. A campanha *Pan-Afrikan Stop the Maangamizi* convocou uma comissão parlamentar de inquérito para a verdade e justiça reparatória na Grã-Bretanha. O *Black Curriculum* trabalha para trazer a história negra britânica para as escolas, enquanto no País de Gales um currículo inclusivo está a caminho. A justiça restaurativa é inerentemente um processo colaborativo, que exige que as instituições compartilhem parte de seu poder.”

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

O principal destaque do UNOSSC foi a eleição do presidente do 21ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul para os anos de 2023 e 2024



1 de maio de 2023 – O Embaixador Peter Mohan Maithri Pieris, do Sri Lanka foi eleito Presidente da 21ª Sessão do Comitê de alto Nível de Cooperação Sul-Sul para os anos de 2023 e 2024.

Na corrida para 2030, a Cooperação Sul-Sul e Triangular pode ser um importante catalisador para ajudar os países do Sul a dar um salto em sua jornada de desenvolvimento, disse o Embaixador após sua eleição.



A Embaixadora argentina, María del Carmen Squeff, presidente da 20ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul passou o cargo para o Embaixador do Sri Lanka. Na ocasião, a Embaixadora María del Carmen disse que a Cooperação Sul-Sul mostrou uma maneira equitativa de superar a pandemia para uma recuperação inclusiva e sustentável.

Ela disse ainda que a Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40) galvanizou a Cooperação Sul-Sul e Triangular como uma modalidade importante para alcançar os ODS.

Na reunião preparatória para a 21ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul (HLCSSC), a Comissão também elegeu três Vice-Presidentes: Sra. Joselyne Kwishaka, Segunda Conselheira da República do Burundi, do Grupo dos Estados Africanos; Sr. Diego Antonino Cimino, Primeiro Secretário da Missão da Itália, do Grupo de Estados da Europa Ocidental e outros e Sua Excelência o Embaixador Dmitry S. Chumakov, Representante Permanente Adjunto da Federação Russa, do Grupo de Estados do Leste Europeu.

A Sra. Kereeta Nicole Whyte, Representante Permanente Adjunta de Barbados, do Grupo de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, foi eleita Relatora da Comissão de Alto Nível.

A 21ª Sessão do Comitê de Alto Nível de Cooperação Sul-Sul será uma oportunidade para impulsionar a solidariedade e a ação multilateral para enfrentar ameaças à humanidade e acelerar o progresso para a implementação da Agenda 2030 e o UNOSSC destacou que a era da cooperação unidirecional é coisa do passado, pois os países do Sul estão se envolvendo em modelos de aprendizagem colaborativa para compartilhar soluções sustentáveis e econômicas para enfrentar os desafios de desenvolvimento.

Um dos painéis temáticos desta 21ª sessão do HLCSSC terá como foco “Acelerar a recuperação do Covid-19 e a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular”.

A [agenda provisória anotada encontra-se aqui](#). Todo material sobre esta reunião, [encontra-se aqui](#).

Outros destaques do UNOSSC



3 de maio de 2023 - A diretora do UNOSSC, Dima Al Khatib destacou o trabalho que o UNOSSC está fazendo com a República da Coreia (Coreia do Sul) para enfrentar os desafios políticos relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação à margem do 8º Fórum de partes interessadas sobre Ciência, Tecnologia e Inovação (STI) para os ODS.

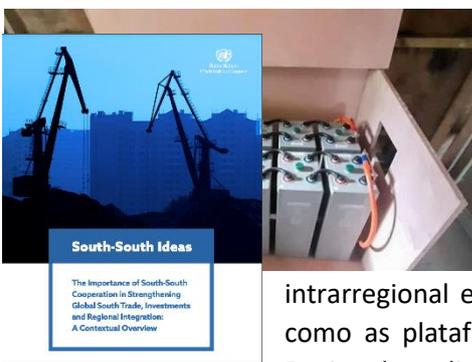
O UNOSSC vem trabalhando com o Instituto de Políticas, Ciências e Tecnologias da República da Coreia para fortalecer o acesso à água, alimentos e energia para comunidades vulneráveis que vivem na Bacia do Baixo Mekong, ou seja, no Camboja, Laos, Tailândia e Vietnã.

4 de maio de 2023 - O Governo da Índia estenderá o financiamento por meio do Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU para instalar sistemas de energia solar em prédios governamentais de Fiji, Estados Federados, Micronésia, Palau, Kiribati, Ilhas Marshall, Nauru, Ilhas Salomão, Timor Leste, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.

Em uma região do mundo propensa a desastres naturais, a Índia esteve ao lado das ilhas do Pacífico em tempos difíceis e atuou como primeira resposta.

De acordo com o Ministro de Relações Exteriores da Índia, este projeto reflete o forte compromisso da Índia com a ação climática, com a justiça climática, que também destaca as prioridades compartilhadas do país com as Ilhas do Pacífico neste desafio da mudança climática.

South-South Galaxy



4 de maio de 2023 - A Importância da Cooperação Sul-Sul no Fortalecimento do Comércio, Investimentos e Integração Regional do Sul Global: Uma Visão Contextual

Este artigo sobre Ideias Sul-Sul analisa as contribuições do Sul Global para o crescimento do comércio intrarregional e para a economia mundial como um todo, analisando como as plataformas de Cooperação Sul-Sul promovem a Integração Regional em direção aos ODS.

Para ler o artigo, [clique aqui](#).

G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁷⁷, Nairóbi (UNEP)⁷⁸, Paris (UNESCO)⁷⁹, Roma (FAO/IFAD)⁸⁰, Viena (UNIDO)⁸¹ e Washington (G-24)⁸². Em 2023, a presidência do G-77 está a cargo da República de Cuba, pela primeira vez.

Destaques do G-77 entre 11 de abril a 08 de maio de 2023

O G-77 e a China participaram de 13 reuniões da AGNU no período.

Washington 11 de abril de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Pedro Luis Pedroso Cuesta, Representante especial e Coordenador da Presidência do G-77 em Cuba, na 109ª reunião de Ministros e Governadores do Grupo dos 24

Os países em desenvolvimento enfrentam desafios múltiplos e inter-relacionados que os impedem cada vez mais de proporcionar prosperidade às suas populações de forma sustentável, recuperar dos efeitos da pandemia de Covid-19, garantir a segurança alimentar do seu povo, sustentar uma dívida externa crescente e alcançar os objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2030.

Estima-se que o número adicional de pessoas entrando na pobreza extrema em países com alto risco de entrar em sobre-endividamento seja de 175 milhões até 2030. Em 2022, o Banco Mundial já anunciou que o mundo não atingirá a meta de acabar com a pobreza extrema até 2030. O FMI prevê que um terço da economia global estará em recessão em 2023. Pela primeira vez, o PNUD constatou que o desenvolvimento humano está caindo em nove entre dez países. Além disso, o alto custo dos empréstimos impede os países em desenvolvimento de investir nos ODS e aumenta o risco de crises por conta da dívida.

Estes são sintomas de um sistema financeiro internacional desigual que perpetua as desigualdades e deixa países e pessoas para trás. Um crescimento sustentável e inclusivo não será possível se continuarmos fazendo agindo como se nada está acontecendo e não tomarmos medidas urgentes e concretas para reverter esse quadro e proporcionar participação igualitária e significativa aos países em desenvolvimento no processo decisório do atual cenário internacional desequilibrado ordem econômica.

New York 13 de abril de 2023

Declaração feita em nome do G-77 e da China nas consultas informais sobre o Pacto Digital Global na segunda rodada temática sobre a “Governança da Internet”

O Grupo reafirma que a governança da Internet deve continuar seguindo as disposições estabelecidas nos resultados das cúpulas realizadas em Genebra e Túnis. Reconhecemos que a governança da Internet é um elemento essencial para uma Sociedade da Informação centrada nas pessoas que seja inclusiva, orientada para o desenvolvimento e não discriminatória cuja

⁷⁷ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁷⁸ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁷⁹ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁸⁰ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁸¹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁸² G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

gestão internacional deve ser multilateral, transparente e democrática, com o total envolvimento dos governos e das partes interessadas relevantes.

O Pacto Digital Global (GDC) deve ter como objetivo promover unidade, cooperação e inclusão, ao mesmo tempo em que evita a divisão e a fragmentação da governança da Internet.

Deve-se alavancar o papel das Nações Unidas como o principal canal na governança global da Internet e garantir a participação igualitária de todos os países, respeitando seus direitos na escolha de seu próprio modelo de desenvolvimento e governança de rede. Deve-se apoiar a governança global da Internet com base em ampla consulta, contribuição conjunta e benefícios compartilhados, de modo a tornar o sistema de governança mais justo e equitativo e deve-se refletir sobre os interesses e preocupações de todos os países de maneira mais equilibrada, especialmente os dos países em desenvolvimento.

A este respeito, um acesso universal, equitativo, não discriminatório e acessível e uso de TICs, considerando diferentes circunstâncias nacionais, deve ser assegurado não apenas em seu uso, mas também em sua gestão e governança.

Há uma necessidade de promover maior participação e engajamento nas discussões sobre governança da Internet de governos, setor privado, organizações internacionais, comunidades técnicas e acadêmicas, cada um com seu respectivo papel acordado e todas as outras partes interessadas relevantes de países em desenvolvimento. É fundamental promover e facilitar essa participação.

New York 17 de abril de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Pedro Luis Pedroso Cuesta, Representante especial e Coordenador da Presidência do G-77, no debate geral do Fórum para Financiamento do Desenvolvimento do ECOSOC de 2023 (FfD)

Repetindo o que disse na reunião em Washington do G-24, no dia 11 de abril, o Embaixador Pedro Cuesta voltou a dizer que o FfD se reuniu em um contexto de enormes desafios e incertezas.

Confrontado com a realidade de deixar populações inteiras para trás devido ao fracasso da comunidade internacional em alcançar os ODS, o peso da dívida exorbitante que tem impactado profundamente as economias do Sul Global, especialmente em países de baixa e média renda, e os crescentes desafios globais, incluindo os efeitos negativos das mudanças climáticas que ameaçam a própria sobrevivência de muitos pequenos estados insulares em desenvolvimento e aprofundam a vulnerabilidade de outros, o G-77 espera ações concretas dos países desenvolvidos para cumprir os compromissos anteriores, bem como a reforma da arquitetura financeira internacional para promover essa transformação.

Passada quase uma década desde a adoção da Declaração de Adis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento, as promessas feitas seguem no papel.

Ao contrário da noção de progresso, os países em desenvolvimento se encontram em uma situação pior do que em anos anteriores. O FMI prevê que um terço da economia global estará em recessão em 2023 e pela primeira vez, o PNUD constatou que o desenvolvimento humano está caindo em nove entre dez países.

O G-77 e a China vêm reiteradamente ressaltando as principais ações a serem tomadas para construir um mundo mais inclusivo.

Para isso, a reforma da arquitetura financeira internacional não pode continuar esperando e é preciso fortalecer a participação dos países em desenvolvimento na tomada de decisões sobre questões econômicas e financeiras. Isso implica:

- a. Nova reforma da governança nas Instituições Financeiras Internacionais, especialmente o FMI e o Banco Mundial;
- b. Melhoramento da arquitetura de dívida soberana global com a participação significativa de países em desenvolvimento;
- c. O reencaminhamento voluntário de Direitos Especiais de Saque (SDRs) não utilizados para países em desenvolvimento e uma nova atribuição para estes Direitos Especiais;
- d. Plataformas inclusivas e eficazes para desenhar e discutir regras e normas tributárias internacionais na ONU;
- e. Uma recapitalização antecipada dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento para atender às necessidades financeiras significativas dos países em desenvolvimento.

Apelamos à comunidade internacional para que acompanhe e apoie a proposta do Secretário-Geral da ONU para um "Estímulo aos ODS" para os países em desenvolvimento, em particular os mais necessitados e em dificuldades, que visa aumentar maciçamente o financiamento acessível de longo prazo para o desenvolvimento e alinhar os fluxos de financiamento com os ODS.

Uma vez mais, insistimos para que os países desenvolvidos cumpram seus compromissos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) não cumpridos com os países em desenvolvimento para atingir a meta de 0,7% da renda nacional bruta e 0,15 a 0,20% da ODA para os países menos desenvolvidos.

New York 20 de abril de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Pedro Luis Pedrosa Cuesta, Representante especial e Coordenador da Presidência do G-77, na consulta informal com os co-facilitadores da Cúpula do Futuro

O Grupo reitera que a prioridade nos próximos meses deve ser a Cúpula dos ODS. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem estar no centro dos preparativos para a Cúpula do Futuro. Como a Cúpula do Futuro ocorrerá em setembro de 2024, é desejável que esta reunião de altíssimo nível se baseie nos debates e resultados da Cúpula dos ODS, que ocorrerá em setembro deste ano (2023). A declaração da Cúpula dos ODS deve ser um insumo essencial para o resultado definitivo da Cúpula do Futuro.

O Grupo destaca que os Estados Membros decidirão o escopo da Cúpula e a definição de seus rumos, guiados por três grandes elementos:

1. Debates e diálogos intergovernamentais sobre todos os temas em discussão;
2. Um amplo e transparente processo de negociação intergovernamental, a fim de alcançar um documento final conciso orientado para a ação, conforme acordado na resolução A/RES/76/307, e
3. Informações relevantes, conforme contidas em relatórios em todo o sistema da ONU, incluindo as questões abordadas nos resumos de políticas (*Policy Briefs*) e no relatório do Conselho Consultivo de Alto Nível.

Sobre esta última questão, o Grupo destaca que o conteúdo dos resumos de políticas e outros relatórios, não farão parte automaticamente do Pacto para o Futuro, a menos que acordado pelos Estados Membros.

Para o G77 e a China, o desenvolvimento é uma questão transversal e deve ser abordada de forma substantiva no documento final da Cúpula do Futuro. Como a Cúpula do Futuro pretende turbinar os ODS, ela deve abordar de forma abrangente a questão dos meios de implementação da Agenda 2030, que inclui, mas não se limita a, financiamento, transferência de tecnologia e capacitação.

O Grupo destaca a importância crítica do Financiamento para o desenvolvimento como um dos principais impulsionadores para a consecução dos ODS e da Agenda 2030

New York 24 de abril de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Primeiro Vice-Ministro de Relações Exteriores e Representante Permanente da República de Cuba junto às Nações Unidas, Sr Gerardo Penãlver Portal, em nome do G-77 e da China, no diálogo interativo da AGNU para a comemoração do dia Internacional da mãe Terra

O G77 e a China reconhecem que "**Mãe Terra**" é uma expressão comum em vários países e regiões e observam que alguns países reconhecem os direitos da natureza no contexto da promoção do desenvolvimento sustentável, e expressam a convicção de que, para alcançar um justo equilíbrio entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras, é necessário promover a harmonia com a natureza. (Fonte: G77 e Declaração Ministerial⁸³ da China, parágrafo 115⁸⁴)

Os desafios ambientais que o mundo enfrenta há décadas têm causado graves impactos, especialmente para os países em desenvolvimento, contribuindo para o prejuízo do funcionamento de ecossistemas e sua capacidade de regeneração, o que pode comprometer os ganhos de desenvolvimento duramente conquistados.

A pandemia do Covid-19 destacou que o bem-estar da humanidade depende da saúde e integridade da natureza. Nesse sentido, a comunidade internacional deve considerar a recuperação da pandemia como uma oportunidade única para reconstruir melhor as economias e sociedades mais sustentáveis e inclusivas em harmonia com a natureza.

Políticas e medidas de recuperação da pandemia e seus impactos devem, portanto, incluir ações de restauração de ecossistemas, para que todos possamos construir um mundo pós-Covid-19 mais sustentável e resiliente.

New York 24 de abril de 2023

Declaração feita em nome do G-77 e da China nas consultas informais sobre o Pacto Digital Global na terceira rodada temática sobre a "Proteção de dados"

O rápido processo de digitalização e o desenvolvimento de novas tecnologias mudaram a forma como as pessoas e os países interagem. A pandemia do Covid-19 também acelerou o

⁸³ [Declaração Ministerial do G-77 e da China em 30 de novembro de 2021.](#)

⁸⁴ Os Ministros reconheceram que proteger os ecossistemas e evitar práticas nocivas contra animais, plantas, microrganismos e ambientes não vivos contribui para a coexistência da humanidade em harmonia com a natureza.

processo de transformação digital e acrescentou urgência à necessidade de responder a essas novas oportunidades e desafios, que exigem soluções globais para mitigar os impactos negativos e aproveitar as implicações positivas.

O Grupo acredita que se deve considerar a divisão digital persistente, quando avaliamos as implicações de desenvolvimento de dados e fluxos de dados transfronteiriços. A tradicional divisão digital entre países desenvolvidos e em desenvolvimento continua alta e é um desafio recorrente para o desenvolvimento. Além disso, à medida que o papel dos dados como recurso econômico, bem como dos fluxos de dados transfronteiriços, se tornou mais relevante, surgiram novas dimensões da divisão digital relacionadas com a "cadeia de valor dos dados".

De acordo com o Relatório de Economia Digital de 2021 da UNCTAD, os países em desenvolvimento podem se encontrar em posições subordinadas, com os dados e a captura de valor associada se concentrando em algumas corporações digitais globais e outras empresas multinacionais que controlam os dados globais.

Portanto, os países em desenvolvimento correm o grave risco de se tornarem meros fornecedores de dados brutos para essas plataformas digitais globais. Assim, a infraestrutura e as capacidades para criar, armazenar, proteger e capturar valor de dados brutos são necessárias para usar os dados como um recurso econômico.

O uso de dados pode oferecer um potencial significativo para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, mas isso requer o enfrentamento de vários desafios, principalmente a crescente divisão digital, incluindo a divisão de dados; habilidades e habilidades relevantes em vários setores; marcos legais e regulatórios; políticas concorrenciais e fiscais no que diz respeito à atual concentração de lucros e poder de mercado na economia digital e também infraestrutura que permite a digitalização.

O Grupo destaca que a proteção de dados é apenas uma das vertentes da governança de dados e considera que existe uma falta de governança na área. Dados podem ser usados para rastrear, atingir ou prejudicar qualquer pessoa se não forem governados.

Desigualdades no acesso aos benefícios dos dados correm o risco de deixar pessoas e comunidades mal informadas, divididas e vulneráveis. A ausência de governança de dados permite que as práticas atuais continuem ampliando as divisões digitais entre países e pessoas, minando décadas de desenvolvimento.

New York 25 de abril de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Primeiro Vice-Ministro de Relações Exteriores e Representante Permanente da República de Cuba junto às Nações Unidas, Sr Gerardo Penãlver Portal, em nome do G-77 e da China, na 45ª sessão do Comitê de Informação

As Nações Unidas continuam a ser fundamental e indispensável para um mundo pacífico e justo. Suas mensagens devem ser ouvidas de forma clara e eficaz.

O Comitê de Informação é uma ferramenta essencial para projetar os objetivos e atividades das Nações Unidas e construir um amplo apoio global para a organização.

O Grupo acredita que a tendência crescente de "fake news" e desinformação em plataformas online, inclusive nas mídias sociais, está exacerbando a discórdia social, nacionalismos concorrentes, discriminação e discurso de ódio e contribuiu para o aumento do racismo, xenofobia, estereótipos negativos e intolerância relacionada.

Insistimos fortemente para que o Departamento de Comunicações Globais intensifique seu apoio aos esforços do Sistema das Nações Unidas na luta contra a desinformação e esperamos participar ativamente de um processo intergovernamental inclusivo e transparente para a preparação de um código de conduta global que promova a integridade na informação pública.

Também reiteramos nosso apelo para aumentar o foco na disseminação de informações factuais, oportunas, direcionadas, claras, acessíveis, multilíngues e baseadas na ciência em todas as plataformas. E, neste contexto, não podemos deixar de lado a importância do Departamento de Comunicações Globais para garantir que todas as notícias de última hora e alertas de notícias sejam precisos, imparciais e sem viés, além de evitar abordagens editoriais na publicação de notícias nas plataformas de mídia da ONU.

Em nome do Grupo, o representante enfatizou que o multilinguismo e a diversidade cultural são valores cardeais do multilateralismo, consagrados na Carta da ONU. E incentivou o Departamento de Comunicações Globais a mobilizar recursos adequados, inclusive explorando opções inovadoras de financiamento, bem como contribuições voluntárias para promover o multilinguismo e maximizar seu alcance no nível de base.

New York 27 de abril de 2023

Declaração feita por sua Excelência a Ministra Conselheira da República de Cuba, Sra Mercedes de Armas García, em nome do G-77 e da China para a reunião convocada pelos Co-facilitadores para a Cúpula do Futuro, para a apresentação do relatório do Conselho Consultivo de Alto Nível (*High-Level Advisory Board – HLAB*) sobre multilateralismo eficaz “Um Avanço para as pessoas e para o planeta”



O G77 e a China reiteraram que continuam totalmente comprometidos e engajados nos preparativos intergovernamentais da Cúpula do Futuro, um evento importante para acelerar a implementação da Agenda 2030 e o alcance dos ODS, bem como para revigorar a sistema multilateral.

Os países em desenvolvimento, que continuam a “ficar para trás”, atribuem particular importância aos esforços que visam reverter a situação desvantajosa enfrentada pelo Sul Global.

O Grupo reitera que a prioridade nos próximos meses deve ser a Cúpula dos ODS. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem estar no centro dos preparativos para a Cúpula do Futuro.

Como a Cúpula do Futuro ocorrerá em setembro de 2024, é desejável que esta reunião de altíssimo nível se baseie nos debates e resultados da Cúpula dos ODS, que ocorrerá em setembro deste ano (2023). A declaração da Cúpula dos ODS será essencial para o resultado definitivo da Cúpula do Futuro.

A Ministra ressaltou que os Estados-Membros ainda não decidiram os elementos centrais da Cúpula do Futuro e como o G-77 e a China já declararam anteriormente, iniciar discussões substantivas sobre elementos específicos propostos, sem que os Estados Membros tenham decidido sobre o escopo geral da Cúpula, seria prematuro e prejudicaria seu resultado geral.

O G-77 e a China têm o compromisso histórico de apoiar o multilateralismo e a carta das Nações Unidas, como um todo. Preservar e fortalecer os valores do multilateralismo, da cooperação internacional e da solidariedade para enfrentar desafios comuns, num espírito de construção de consenso, é fundamental para promover e apoiar o trabalho transversal aos pilares das Nações Unidas. O multilateralismo e o pleno respeito aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional são o caminho para garantir a convivência pacífica, preservar a paz e a segurança internacionais e encontrar soluções duradouras para os problemas sistêmicos do desenvolvimento.

Neste sentido, o Grupo acredita que a Cúpula do Futuro deverá revigorar o sistema multilateral, com o objetivo, entre outros, de cumprir os ODS, tendo em conta os mandatos dos órgãos e estruturas existentes, e evitando qualquer sobreposição ou duplicação de processos intergovernamentais.

O Grupo acredita firmemente que a preservação do caráter intergovernamental das Nações Unidas em seus processos decisórios, deve estar no centro de qualquer discussão para o Futuro.

O Grupo destaca que a Cúpula do Futuro também deve permitir a reforma do sistema multilateral com o objetivo de avançar para mudanças na atual ordem internacional injusta e excludente para avançar em direção ao desenvolvimento sustentável e prosperidade de todos os países do mundo, de acordo com a Carta das Nações Unidas.

New York 01 de maio de 2023

Declaração feita por sua Excelência, o Embaixador e Representante Permanente da República de Cuba junto às Nações Unidas, Sr Gerardo Penálver Portal, em nome do G-77 e da China sobre a organização dos trabalhos para a segunda parte da retomada da 77ª sessão do 5º Comitê da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.



O G-77 e a China atribuem grande importância à consideração dos aspectos administrativos e orçamentários do financiamento das operações de manutenção da paz da ONU, em particular, a visão geral do financiamento das operações de manutenção da paz, questões transversais, a Conta de Apoio às operações de manutenção da paz, plano e orçamentos do Centro Regional de Serviços e da Base Logística das Nações Unidas. Esses itens multifacetados exigem muita atenção e deve-se concentrar em concluir as deliberações a tempo para garantir que as operações de manutenção da paz recebam os recursos necessários para cumprir seus mandatos.

New York 01 de maio de 2023

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da Missão Permanente da República de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre questões transversais na 2ª parte da retomada da 77ª sessão do 5º Comitê da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O Sr Tur declarou que não se deve perder de vista o fato de que as operações de manutenção da paz continuam sendo uma das ferramentas multilaterais mais eficazes

disponíveis para ajudar a prevenir a eclosão ou a recaída em conflitos e preparar o caminho para a paz.

Além dos recursos reduzidos, essas operações continuam a enfrentar desafios crescentes, incluindo mandatos abrangentes, ambientes políticos e de segurança cada vez mais complexos e ameaças frequentemente direcionadas ao pessoal das Nações Unidas, enquanto ameaças transnacionais entre regiões continuam a afetar a estabilidade em alguns países anfitriões.

O Grupo acredita que a prestação de contas e a transparência são de extrema importância para todas as atividades da ONU e, portanto, a avaliação e melhorias nessas atividades devem ser um processo contínuo.

Sobre a questão da exploração e abuso sexual (SEA), o Grupo reafirma seu forte compromisso com a política de tolerância zero das Nações Unidas em relação ao assunto.

E apela ao fortalecimento dos esforços para garantir que as Nações Unidas não permaneçam silenciosas ou passivas diante dos incidentes relatados, bem como para proteger e apoiar as vítimas da SEA por meio da adoção de uma abordagem centrada na vítima.

New York 01 de maio de 2023

Declaração feita pelo Sr Richard Tur, Segundo Secretário da Missão Permanente da República de Cuba junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 135(B) da Agenda: relatórios e demonstrações financeiras auditadas e relatórios do conselho de auditores sobre as operações de paz da ONU durante a 2ª parte da retomada da 77ª sessão do 5º Comitê da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O Grupo observa que a taxa de implementação das recomendações do Conselho de Auditores diminuiu de 60% no exercício financeiro de 2020/2021 para 46% em 2021/2022 e que nove recomendações permanecem em implementação por mais de três anos.

O G-77 e a China estão preocupados com o atraso na implementação de algumas das recomendações anteriores, bem como as contidas no presente relatório. O Grupo reitera o pedido à Secretaria para intensificar seus esforços para implementar com eficácia as recomendações endossadas pela Diretoria para melhor transparência, eficiência e bom funcionamento das operações.

O Grupo salienta a necessidade de todas as entidades agirem com prontidão para que as recomendações aceites pelo Conselho Fiscal sejam implementadas com carácter prioritário. Nesse espírito, O Grupo solicita ao Secretário-Geral que implemente mecanismos robustos de responsabilização por atrasos injustificados na implementação das recomendações de auditoria e forneça explicações completas sobre as causas profundas dos problemas recorrentes e as medidas a serem tomadas.

O Grupo observa a recorrência de recomendações semelhantes ou relacionadas de auditorias anteriores, bem como o surgimento de novos objetivos com relação às operações de manutenção da paz. O presente relatório destaca deficiências significativas em diferentes áreas. Isso inclui atividades da cadeia de suprimentos, como deficiências na verificação de qualidade dos dados inseridos na ferramenta digital de planejamento da cadeia de suprimentos e indicadores-chave de desempenho para planejamento de demanda.

Também observamos com preocupação que as operações de manutenção da paz das Nações Unidas que ficam comprometidas, principalmente devido ao não pagamento de contribuições fixas pelos Estados Membros.

O Grupo também destaca a necessidade de maior ênfase na conscientização e prevenção de fraudes envolvendo missões de manutenção da paz.

O G-77 e a China gostariam de ouvir o Secretariado sobre as razões que deram origem a um excedente acumulado de 115 milhões de dólares, em 30 de junho de 2022, relacionado com os acordos de recuperação de custos das operações de manutenção da paz. Embora o Grupo reconheça a necessidade de ter um buffer para esse mecanismo, seria importante esclarecer o porquê desse valor tão elevado. As questões surgem também, pois foi identificado um excedente de mais de 400 milhões de dólares no fundo de recuperação de custos. É do interesse do Grupo perceber como tem sido possível esta acumulação de recursos.

New York 01 de maio de 2023

Declaração feita pela delegação da República de Cuba em nome do G-77 e da China na 2ª reunião sobre o processo preparatório do diálogo de alto nível sobre financiamento para o desenvolvimento da AGNU



Considerando que o Financiamento para o Desenvolvimento é a chave para o sucesso da agenda dos ODS, o diálogo de Alto Nível deve ter uma relevância estratégica para orientar o processo do financiamento para o desenvolvimento, além das deliberações e resultados do fórum ECOSOC recentemente concluído. A próxima oportunidade de intercâmbio nesse nível será daqui a quatro anos, em 2027.

O Diálogo de Alto Nível deve complementar a Cúpula dos ODS, fazendo um balanço do progresso feito nos 17 ODS e todos os meios de implementação desde a adoção da Agenda 2030, identificando as lacunas de implementação e desenvolvendo medidas concretas para abordar essas lacunas e acelerar a implementação.

A questão do financiamento não pode esperar pela próxima Conferência de financiamento para o desenvolvimento e o Grupo espera que o Diálogo de Alto Nível seja o anúncio de novas iniciativas e compromissos concretos para apoiar o financiamento para o desenvolvimento. Deve haver uma abordagem abrangente que leve em consideração a natureza inter-relacionada dos ODS, o direito ao desenvolvimento e o desequilíbrio na atual arquitetura internacional.

Neste contexto, o Diálogo de Alto Nível também deve considerar ações concretas e específicas para a cooperação internacional sobre as questões-chave, dentro e além das 7 áreas temáticas da Agenda de Ação de Adis Abeba. Para o Grupo os temas prioritários a abordar são:

- A reforma da arquitetura financeira internacional. Ações urgentes para lidar com as crises de dívida enfrentadas por muitos países em desenvolvimento.
- Compromissos renovados dos países desenvolvidos para cumprir seus compromissos de ODA.
- Reforma do sistema multilateral de comércio, fortalecendo o tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento.

- A necessidade urgente de eliminar imediatamente todas as leis e regulamentos com impacto extraterritorial e todas as outras formas de medidas econômicas coercitivas, incluindo sanções unilaterais, contra os países em desenvolvimento.
- Apoio à transformação estrutural e ao fortalecimento das capacidades produtivas para a construção de economias diversificadas, resilientes e sustentáveis que gerem empregos decentes e produtivos.
- Investimentos em infraestrutura, inovação, tecnologia e desenvolvimento de competências, bem como apoio a pequenas e médias empresas.
- Combate aos fluxos financeiros ilícitos que drenam recursos dos países em desenvolvimento.
- Intensificação da cooperação internacional em questões tributárias.
- Avançar no estabelecimento do conjunto de medidas de progresso no desenvolvimento sustentável que complementem ou ultrapassem o produto interno bruto para informar o acesso ao financiamento concessional e à cooperação técnica dos países em desenvolvimento.
- Compromissos sobre investimentos ampliados em infraestrutura digital, conectividade, educação, treinamento de habilidades e capacitação para garantir que os países em desenvolvimento possam aproveitar melhor a economia digital.

New York 03 de maio de 2023

Declaração feita pelo Representante Permanente da República de Cuba junto às Nações Unidas, Sr Gerardo Penãlver Portal, em nome do G-77 e da China na sessão ministerial do Fórum sobre ciência, tecnologia e inovação para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Em sua declaração, o embaixador Gerardo Penãlver Portal disse que ciência, tecnologia e inovação, incluindo tecnologias de informação e comunicação, tornaram-se centrais para enfrentar os desafios globais e são um dos mecanismos impulsionadores da transformação para acelerar o progresso rumo à realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os ODS.

Disse ainda que a comunidade internacional deve fortalecer a solidariedade e a cooperação, acelerar os esforços para aproveitar as conquistas científicas e tecnológicas para acelerar o desenvolvimento sustentável e desencadear um novo ímpeto para o crescimento impulsionado pela inovação.

Os principais desafios que os países em desenvolvimento enfrentam hoje nesta área são condicionados, entre outras coisas, pela injusta ordem econômica internacional prevalente e pela atual arquitetura financeira internacional. Contribuem ainda o dramático e simultâneo aumento da extrema pobreza e riqueza, o peso crescente da dívida externa, a fragilidade dos sistemas de saúde e educação, as medidas coercitivas unilaterais, as múltiplas crises, incluindo a crise econômica e financeira, os efeitos negativos da pandemia do Covid-19, os conflitos, a insegurança alimentar e energética, a volatilidade do mercado, a inflação, a exclusão digital e os persistentes efeitos adversos das mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição.

Além disso, o Grupo reafirma que a cooperação internacional para o desenvolvimento, especialmente a cooperação Norte-Sul, continua sendo um catalisador fundamental para o crescimento econômico sustentável. O G-77 e a China insistem com os países desenvolvidos para que cumpram seus compromissos não cumpridos de Assistência Oficial ao

Desenvolvimento (ODA) e enfatizamos a necessidade de aumentar a ODA para capacidades científicas, tecnológicas e inovadoras.

O embaixador aproveitou a oportunidade para adiantar que Cuba, na qualidade de Presidente do G-77 e da China, está considerando convocar uma Cúpula de Chefes de Estado e de Governo sob o tema "Desafios Atuais do Desenvolvimento: Papel da Ciência, Tecnologia e Inovação", para setembro em Havana.

Perante a crescente marginalização tecnológica dos países em desenvolvimento, a ciência, a tecnologia e a inovação são uma prioridade a ser assumida pelos membros do Grupo, devido ao seu grande impacto no desenvolvimento e na resposta eficaz aos desafios atuais.

Do Twitter da presidência de Cuba do G-77 (@cubag77)



28 de abril de 2023 - O Embaixador Pedro Luis Pedrosa Cuesta, representante especial para coordenar a presidência de Cuba junto ao G-77 e China participou da mesa redonda "Caminhos para a Cúpula dos ODS" no VI Fórum de Países da América Latina e Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável. Na ocasião ele disse que a única forma de evitar uma crise irreversível no Sul, com consequências irreversíveis para toda

a humanidade, é iniciar um capítulo qualitativamente diferente na cooperação para o desenvolvimento, que promova o cumprimento dos ODS e do Acordo de Paris.



03 de maio de 2023 – O Embaixador Pedro Luis Pedrosa Cuesta, representante especial para coordenar a presidência de Cuba junto ao G-77 e China participou juntamente com a Ministra de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Elba Rosa Pérez Montoya, da 28ª Cúpula das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP28), a ser realizada em Dubai, de 30/11 a 12/12/2023.



04 de maio de 2023 – Durante a Feira Internacional de Turismo realizada entre 1 e 5 de maio em Cuba, 18 Ministros da Cultura do G-77 e da China, e delegações de 33 países refletiram sobre os desafios contemporâneos do setor cultural agravados pela pandemia de Covid-19, reafirmaram a importância da dimensão cultural para o desenvolvimento sustentável e a necessidade de promover a cooperação Sul-Sul e triangular para fortalecer a cultura como um bem público global. Consideraram também o valor estratégico da cultura como componente essencial do

desenvolvimento humano, da inclusão social e dos esforços para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.



Em mensagem de vídeo, no encontro de Ministros da Cultura do G-77 + China em Havana, o Diretor-Geral Adjunto da UNESCO destacou o poder da cultura para construir pontes entre as nações e pediu o apoio à cultura como um objetivo específico da Agenda 2030.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

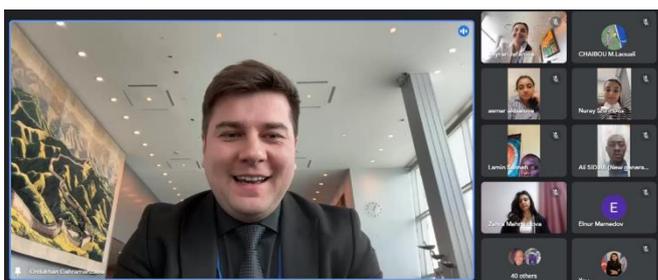
De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU. No final de 2023, a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

Um dos desafios do Movimento dos Não-Alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Destaque do Movimento dos Não Alinhados entre 12 a 24 de abril de 2023

Nenhum destaque no período

Destaque do Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)



26 de abril de 2023 - O Presidente da NAYORA_AZ e Representante Nacional do Movimento Jovem dos Não Alinhados no Azerbaijão, Azar Aliyev, falou sobre a importância das iniciativas lideradas por jovens nos esforços de recuperação pós-pandemia, bem como as perspectivas

da NAYORA sobre o empoderamento dos jovens e a construção de resiliência. NAYORA é a Assembleia Nacional de Organizações Jovens da República do Azerbaijão



26 de abril de 2023 - Durante o Fórum da Juventude do ECOSOC, o presidente do Movimento Jovem dos Não Alinhados discursou sobre o impacto do Covid-19 nos jovens e enfatizou seu papel excepcional na promoção dos esforços de recuperação e resiliência.



27 de abril de 2023 – Neste dia, celebra-se o dia Internacional de meninas em TIC e visa inspirar mulheres e meninas a seguirem carreiras em tecnologia da informação e comunicação (TIC). A NAMYO pede mais treinamento e bolsas de estudo para encorajar as mulheres a seguirem carreiras em ciência e tecnologia.



27 de abril de 2023 - Ordukhan Gahramanzada, presidente da NAMYO, teve uma profícua reunião com a delegação da União Pan-Africana da Juventude liderada pelo Presidente Dialla Moumouni para discutir as perspectivas de expandir o envolvimento do Movimento Jovem dos Não Alinhados com todos os Conselhos Nacionais da Juventude no continente africano.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul



Publicação do Relatório Anual de 2022 do Centro Sul que traz uma análise da situação enfrentada por seus membros e outros países em desenvolvimento e para um resumo das atividades do Centro em 2022.

Para acessar o relatório, [clique aqui](#).



WDC -- 11 de abril de 2023 - Declaração do Diretor Executivo do Centro Sul, Dr. Carlos Correa, na reunião de Ministros e Governadores do Grupo intergovernamental dos 24 (G-24)

Dr Carlos Correa, via vídeo, começou dizendo que o ano de 2023 já deu sinais de ser mais um ano difícil, principalmente para os países em desenvolvimento.

A inflação está aumentando em todo o mundo, mas cresceu em dois ou até três dígitos em muitos países em desenvolvimento. O crescimento do PIB global em 2023 está projetado em cerca de 2,9%, o que é inferior ao de 2022 e abaixo dos níveis pré-pandêmicos. Levará tempo para que os países em desenvolvimento se recuperem totalmente dos efeitos devastadores da pandemia e de outras crises paralelas. Considerando as perdas de produção em relação às tendências pré-pandêmicas, o Covid-19 eliminou cerca de 6% do PIB das economias emergentes e de baixa renda, enquanto as grandes economias perderam menos de 2%.

O impacto negativo da pandemia, incluindo o conflito na Ucrânia, o aumento associado dos preços dos alimentos e da energia, eventos climáticos extremos induzidos pelas mudanças climáticas, entre outros, foram muito difíceis para a maioria dos países em desenvolvimento. Muitos governos não estão em posição de oferecer alívio fiscal necessário aos mais pobres e mais vulneráveis que são os mais afetados pela crise do custo de vida.

Um adicional de 75 a 95 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza extrema em 2022. Claramente, o mundo não está no caminho certo para eliminar a pobreza extrema até 2030.

Em meio a todas essas crises, o clima extremo induzido pelas mudanças climáticas tornou-se mais frequente. Os impactos climáticos estão deteriorando a posição fiscal e prejudicando as classificações de crédito de países altamente endividados, levando ao aumento da probabilidade de inadimplência. O Quadro Comum do G20 deve ser reformado e fortalecido. Uma dimensão dessa reforma poderia basear-se em propostas que integrassem o alívio da dívida com políticas e medidas nacionais de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, proporcionando espaço fiscal para os investimentos tão necessários na construção da resiliência climática.

Para ler a declaração completa, [clique aqui](#).

O Centro Sul apoiou os países em desenvolvimento na 26ª Sessão do Comitê Tributário da ONU e Reunião Especial do ECOSOC sobre Cooperação Internacional em Matéria Tributária



A 26ª sessão foi repleta de discussões críticas sobre uma variedade de questões, incluindo preços de transferência, tributação da indústria extrativa, questões de tributação da economia digitalizada e globalizada, Convenção Modelo da ONU sobre Dupla Tributação (UN MTC), ambiental, saúde, indireta, riqueza e impostos solidários, administração tributária, transparência, relação entre impostos, acordos comerciais e de investimento, resolução de disputas, Manual da ONU para a Negociação de Tratados Fiscais Bilaterais e tributação de criptoativos.

Ao mesmo tempo, o UNTC refletiu sobre a conexão entre impostos e objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e como seu trabalho afeta os ODS.

O UNTC é um órgão subsidiário do ECOSOC composto por 25 membros especialistas em impostos, nomeados por seus respectivos governos, mas atuando em suas capacidades individuais. Cada membro da UNTC, uma vez nomeado pelo Secretário-Geral da ONU, por um período de quatro anos. O mandato da UNTC é fornecer orientação prática aos governos, administradores tributários e contribuintes, com o objetivo de fortalecer os sistemas tributários e auxiliar na mobilização de recursos domésticos para financiar o desenvolvimento sustentável.

5 de maio de 2023 – O Centro Sul publicou o artigo intitulado: Aumentar a conscientização sobre a resistência antimicrobiana (AMR) apoiando ações comunitárias



AMR poster campaign by some students at the AMR Symposium

A campanha global anual Semana Mundial de Conscientização Antimicrobiana (WAAW) faz parte dos esforços globais para aumentar a conscientização e as ações para combater a resistência antimicrobiana. Em 2022, o tema da Semana Mundial de Conscientização Antimicrobiana foi “Prevenindo a Resistência Antimicrobiana Juntos”.

Um dos atores críticos na mobilização de ações locais para lidar com a resistência antimicrobiana são as organizações da sociedade civil (OSCs). O Centro Sul tem se empenhado em apoiar os esforços das OSCs baseadas em países em desenvolvimento. Em 2022, o Centro Sul, com o apoio do Fleming Fund, ofereceu pequenas doações a quatorze OSCs, a maioria no continente africano, para projetar e lançar campanhas de conscientização e educação em resistência antimicrobiana.

Para saber mais, [clique aqui](#).

Brasil em destaque para os Grupos dos Ricos: G20, G7 e OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

*Pedro Burger, Paulo Esteves,
Thaiany Medeiros Cury,
Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*

Agenda Estratégica do G20 em Saúde 2023

Presidência do G20 2022: Indonésia

Presidência do G20 2023: Índia

Presidência do G20 2024: Brasil

Presidência do G20 2025: África do Sul

Atualmente a Índia lidera, mas acompanhada da Indonésia e do Brasil: a Troika. No próximo ano, o Brasil vai liderar o G20 junto com Índia e África do Sul. Ressaltamos a importância da Fiocruz participar e se apropriar dos debates em saúde do G20, para poder apoiar os Ministérios da Saúde e das Relações Exteriores, no ano que vem, quando o Brasil sediará todas as reuniões do Grupo. São mais de uma centena de reuniões, 20 delas ministeriais, Grupos de Trabalho, Forças-tarefa e 11 grupos de engajamento com a sociedade civil. Em Saúde, deverão ser 3 reuniões do GT Saúde, a Reunião dos Ministros da saúde, as reuniões da Força-tarefa entre Saúde e Finanças e a reunião conjunta dos Ministros da Saúde e das Finanças (Economia). Na Presidência Brasileira, em 2024, já está prevista a reunião de Cúpula do Grupo para os dias 18 e 19 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro⁸⁵. O Governo Brasileiro já anunciou os convites a Uruguai e Paraguai para participarem do grupo durante 2024, como forma de fortalecer os laços com esses países e, fundamentalmente, o Mercosul.

Próximos eventos de destaque relacionados a saúde⁸⁶ do G20 na Índia

3rd Health Working Group Meeting

04th - 06th June, 2023 -Hyderabad

Joint Health-Finance Ministers Meeting

10th August, 2023 - Gandhinagar

4th Health Working Group Meeting

17th August, 2023 - Gandhinagar

Health Working Group Ministers Meeting

18th - 19th August, 2023 - Gandhinagar

Cúpula do G20

09th - 10th September, 2023 - New Delhi

⁸⁵ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/presidencia-brasileira-do-g20

⁸⁶ Fonte: <https://www.g20.org/en/g20-india-2023/calendar/>

Prioridades em saúde durante a Presidência Indiana em 2023

Três prioridades definidas pela presidência indiana que serão percorridas ao longo de toda a gestão, a saber:

- (i) Prevenção, preparação e resposta a emergências de saúde com enfoque na abordagem de Saúde Única (One Health) e resistência antimicrobiana (RAM);
- (ii) Fortalecimento da cooperação no setor farmacêutico no acesso e disponibilidade de vacinas, tratamentos e diagnósticos seguros, eficazes e de qualidade;
- (iii) Inovações e soluções em saúde digital para auxiliar na cobertura universal de saúde e melhorar a prestação de serviços.

Reimaginando caminhos na educação e na composição do G20

No que concerne ao G20, o principal evento da quinzena foi a realização do terceiro encontro do Grupo de Trabalho de Educação (EdWG, na sua sigla em inglês) que aconteceu entre os dias 26 e 28 de abril na cidade de Bhubaneswar, na Índia. Para além dos países membros e convidados, participaram organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), além de representantes de setores da academia, da indústria e de iniciativas privadas de *start-ups*. Em coletiva para a imprensa, o Secretário da Educação da Índia, Shri Sanjay K Murthy, informou que o objetivo do encontro seria o de elaborar um rascunho preliminar com base nas contribuições dos participantes para apoiar a declaração que será apresentada na reunião dos Ministros da Educação do G20 ao fim do mês de junho⁸⁷.

O tema do encontro foi centralizado na construção de capacidades para um aprendizado contínuo e adaptado às transformações do futuro do trabalho com o intuito de promover um ambiente para reimaginar os processos educacionais e pensar coletivamente em reformas no setor⁸⁸. No discurso inaugural, o Ministro da Educação indiano, Shri Subhas Sarkar, enfatizou esses pontos ao chamar atenção para a importância do investimento no desenvolvimento de habilidades para garantir que as pessoas estejam bem equipadas e preparadas para ter sucesso em meio às mudanças do século 21. O Ministro também ressaltou a necessidade de melhorar o alcance, a qualidade e os resultados da educação; e construir ecossistemas robustos de pesquisa e inovação para atingir benefícios sociais⁸⁹.

Dessa forma, o evento contou com três painéis de discussão divididos nas seguintes temáticas: (i) construindo uma resposta ágil para as necessidades do mercado de trabalho e para a capacitação institucional no contexto do futuro do trabalho: viabilizando educação técnica e profissional de alta qualidade; (ii) criando caminhos entre o ensino superior e o profissional; e (iii) equipando crianças com habilidades para um aprendizado ao longo da vida. Como resultado, os delegados compartilharam boas práticas em educação, reconheceram a demanda constante

⁸⁷ Ministry of Education to Host the 3rd EdWG Meeting in Bhubaneswar, Odisha. **G20**. 25 abr. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/april-23/edwg-host/>. Acesso em: 06 mai. 2023.

⁸⁸ G20 India: Reimagining learning at the 3rd Education Working Group meeting. **News on Air**. 18 abr. 2023. Disponível em: <https://newsonair.com/2023/04/18/g20-india-reimagining-learning-at-the-3rd-education-working-group-meeting/>. Acesso em: 06 mai. 2023.

⁸⁹ Third G20 Education Working Group Meeting Commences In Bhubaneswar. **India Education Diary**. 28 abr. 2023. Disponível em: <https://indiaeducationdiary.in/third-g20-education-working-group-meeting-commences-in-bhubaneswar/>. Acesso em: 06 mai. 2023.

de aprimoramento e qualificação para acompanhar o mundo em evolução, e discutiram sobre os desafios individuais que cada país enfrenta em relação ao futuro do trabalho⁹⁰. É esperado que para o próximo encontro do EdWG, a alfabetização e a numeracia, elementos centrais da Política Nacional de Educação da Índia, tenham destaque.

Imagem 1: Terceiro encontro do Grupo de Trabalho de Educação (EdWG) do G20



Fonte: G20, 2023.

Por fim, como um desdobramento a parte dos eventos oficiais, é válido mencionar a declaração feita por Olaf Scholz em apoio à adesão da União Africana (UA) como membro permanente do G20. Atualmente a África do Sul é o único membro do continente africano a fazer parte do bloco. Anterior à declaração do chanceler alemão, o presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, foi o primeiro representante do G20 a fazer o pedido de inclusão. A proposta já recebeu apoio dos Estados Unidos e da França e é vista como um esforço do Ocidente para se posicionar como parceiro dos países africanos e conter a influência e a competição crescente na região, sobretudo, com países como a Rússia e a China⁹¹.

G7

No último mês, 24 CEOs de um fórum de política global realizado semestralmente pelo IFPMA (Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas), se encontraram com Fumio Kishida para discutir prioridades para enfrentar os desafios globais de saúde. Os

⁹⁰ G20 India's 3rd Education Working Group meeting concludes today in Bhubaneswar with a commitment to ensure the betterment of learners with respect to skilling, upskilling and reskilling. **G20**. 28 abr. 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/en/media-resources/press-releases/april-23/ewg-concludes/>. Acesso em: 06 mai. 2023.

⁹¹ Alemanha defende candidatura da União Africana ao G20. **CNN**. 04 mai. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/alemanha-defende-candidatura-da-uniao-africana-ao-g20/>. Acesso em: 06 mai. 2023.

representantes elogiaram os esforços do Japão no desenvolvimento de inovações para enfrentar futuras pandemias, metas de cobertura universal de saúde e combate à resistência antimicrobiana. No encontro, discutiu-se o estabelecimento de uma plataforma de diálogo estratégico para fortalecer a liderança japonesa no setor de saúde, a proteção do direito de propriedade intelectual e livre acesso a patógenos. Os representantes também apresentaram a proposta "Visão da Indústria Biofarmacêutica para Acesso Equitativo em Pandemias" em que garante a reserva de parte da produção de vacinas, tratamentos e testes de futuras pandemias para populações vulneráveis em países de baixa renda⁹².

Esse encontro pouco antes da reunião ministerial dos ministros da saúde do G7, que se dará entre os dias 13 e 14 de maio, na cidade de Nagasaki, é importante para pensar a relevância do diálogo entre diferentes partes interessadas em prol das soluções para a saúde e aumentar a teia de colaboradores para inovação no campo. O Japão é uma referência no desenvolvimento de novos medicamentos para o mundo, hoje trabalha na criação de 1.500 novos medicamentos e apoia diretamente mais de 140.000 empregos. Duas das principais propostas debatidas foram a necessidade de uma reforma no preço de medicamentos e o tempo de espera para chegar ao mercado. Além disso, houve uma pressão para que o G7 se comprometesse com medidas mais ousadas em prol da equidade em futuras pandemias⁹³.

Considerando que a guerra da Ucrânia ainda avança, Fumio Kishida pretende reforçar laços com países do Sul Global para tentar uma posição alinhada aos países ocidentais diante da guerra. Em viagem a Moçambique para encontro com líderes africanos, Kishida forneceu apoio no enfrentamento de desafios, como o conflito no Sudão, e tentou desmistificar a ideia de que o aumento dos preços dos alimentos e da energia é decorrente das sanções do G7 contra a Rússia⁹⁴. Com a finalidade de estreitar laços, Kishida vai fazer uma visita à Coreia do Sul esta semana. A visita é importante, não só diante do cenário atual, mas por ser uma tentativa de reaproximação dada uma relação tensa que remonta à ocupação japonesa da Coreia entre 1910-1945. Como parte do esforço de cooptar o Sul Global, Kishida convidou para o G7 a Coreia do Sul, Brasil, Índia e Austrália de forma a ampliar o esforço internacional para frear a guerra.

Tendo em vista que países europeus e Japão não concordam com a última sugestão feita pelos EUA de proibição quase total das exportações como medida pré-cúpula do G7, Kishida tomou a postura de responsável por tentar novas alternativas para aumentar a eficácia das sanções à Rússia. O convite feito à Índia, um dos países que se negou a adotar as sanções, faz parte dessa postura. O Brasil, que decidiu não tomar partido e adotou a diplomacia de paz, tendo em vista que não pode se indispor com seu maior parceiro comercial⁹⁵, também está no radar de Kishida. O governo brasileiro anunciou a possibilidade da ida do assessor do governo para assuntos internacionais, Celso Amorim, a Kiev nas próximas semanas, mas reforçou que a visita não terá como objetivo ser uma "propaganda de guerra" da Ucrânia. Diante das críticas de que

⁹² Top pharma leaders meet with Japanese officials to discuss G7 global health priorities and strategic dialogue for life science growth in Japan. IFPA. 2023. Disponível em: <<https://ifpma.org/news/top-pharma-leaders-meet-with-japanese-officials-to-discuss-g7-global-health-priorities-and-strategic-dialogue-for-life-science-growth-in-japan/>>. Acesso em: 06/05/2023.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ Japan's prime minister plans to boost engagement with Global South at G7 summit. NHK NEWS. 2023. Disponível em: <https://www3.nhk.or.jp/nhkworld/en/news/20230505_02/>. Acesso em: 06/05/2023.

⁹⁵ G7 turns to 'Global South' to counterbalance Russia and China. THE JAPAN TIMES. 2023. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2023/05/03/world/g7-global-south-countries-china-russia/>>. Acesso em: 06/05/2023.

o Brasil até o momento só escutou um lado do conflito, a visita serve como uma resposta a pressões, mas com uma preocupação em minar os canais de comunicação com a Rússia, segundo Jamil Chade⁹⁶.

Nesse meio tempo, na última sexta-feira, dia 5 de maio, o governo brasileiro confirmou a ida de Lula para a Cúpula do G7 em Hiroshima nos dias 20 e 21 de maio⁹⁷. Seguramente haverá discussões sobre situação da Ucrânia e será cobrado mais uma vez posicionamento brasileiro. Será, no entanto, também uma oportunidade para Lula expor e defender sua posição neutra em busca do fim do conflito bélico. No comunicado do governo, destaca-se a afirmação de valores comuns entre o G7 e o Brasil, como a defesa da democracia, do desenvolvimento, do meio ambiente e dos direitos humanos.

Para a OCDE, economia em foco

Durante o período analisado neste informe, a organização econômica intergovernamental divulgou a edição de 2023 da publicação anual "Taxing Wages", onde fornece detalhes sobre os impostos e tributações pagos sobre os salários nos países da OCDE⁹⁸. Munido de informações relevantes do campo econômico, o trabalho apresenta dados comparáveis entre os países-membros, com a mais recente versão do estudo focando sobretudo no impacto da inflação recente na tributação do trabalho na OCDE e como os países ajustam seus sistemas tributários em resposta. Dessa forma, o relatório revela que, enquanto os salários nominais aumentaram ao longo do período observado, a alta inflação na OCDE fez com que os salários caíssem em termos reais, resultando em um cenário desfavorável para os trabalhadores⁹⁹. Além disso, os impostos sobre trabalho aumentaram em 2022, consequentes pelo aumento dos salários nominais, o que impactou os trabalhadores para faixas de impostos mais altas e reduziu sua elegibilidade para créditos fiscais e benefícios em dinheiro.

Na esteira de tal discussão, é interessante ressaltar que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ainda lançou a atualização referente ao mês de março de 2023 de seu estudo e acompanhamento da inflação mundial, o Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)¹⁰⁰. O resultado de suas medições expõe a queda de 7,7%, mantendo o declínio registrado nas mensurações anteriores. A inflação de energia também apresentou em março de 2023 uma queda para 1,3%, com a grande maioria dos países-membros do grupo registrando menores índices e foi até negativa em 13 países em termos anuais.

⁹⁶ Brasil alerta Kiev que viagem de Amorim não pode ser 'propaganda de guerra'. UOL. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/05/06/brasil-alerta-kiev-que-viagem-de-amorim-nao-pode-ser-propaganda-de-guerra.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 06/05/2023.

⁹⁷ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/participacao-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cupula-do-g7

⁹⁸ OCDE. **Taxing Wages 2023**: Indexation of Labour Taxation and Benefits in OECD Countries. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/8c99fa4d-en>. Acesso em: 05 mai 2023.

⁹⁹ Double bow for workers as inflation drives real wages down and labour taxes up. **OCDE**. 25 abr 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/double-blow-for-workers-as-inflation-drives-real-wages-down-and-labour-taxes-up.htm>. Acesso em: 05 mai 2023.

¹⁰⁰ Consumer Prices, OECD - Updated: 4 May 2023. **OCDE**. 04 mai 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-4-may-2023.htm>. Acesso em: 05 mai 2023.

Figura 1: Inflação na OCDE acompanhada pelo Índice desde os anos de 1990 até sua versão mais atual: todos os itens e todos os itens salvo alimentos e energia



Fonte: OCDE, 2023.

No que tange às atualizações em publicações lançadas e disponibilizadas na biblioteca virtual da organização durante a quinzena, dois documentos são destaque. O primeiro, chamado “Business Handbook on Due Diligence in the Cocoa Sector: Addressing Child Labour and Forced Labour”¹⁰¹, faz parte de uma parceria entre a OCDE, a International Cocoa Initiative e o governo alemão e se preocupa em analisar principalmente os riscos de trabalho infantil e o trabalho forçado dentro do setor da produção, comércio e cadeia de valor do cacau. Seu intuito ao discutir tais temáticas sensíveis é o de ajudar as empresas a identificar, prevenir e abordar os riscos presentes em tal setor, amparados pelos principais padrões internacionais, aprovados por governos e organizações internacionais sobre a devida diligência na cadeia de suprimentos e a conduta comercial responsável.

Já o segundo documento se trata do “Skills in Latin America: Insights from the Survey of Adult Skills (PIAAC)”¹⁰². Fruto da pesquisa do Programa Internacional de Avaliação de Competências de Adultos (de sigla *PIAAC*, em inglês), estudo mundial da OCDE, o relatório fornece dados e análises sobre o desenvolvimento de habilidades em estudantes do ensino médio e também na população adulta em geral, com o recorte regional focado na América Latina e Caribe. Baseando-se nos resultados da Pesquisa de Habilidades Adultas (PIAAC) do Chile, Equador, México e Peru e de informações derivadas da Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, México, Panamá, Peru e Uruguai e também nos resultados da pesquisa “STEP” do Banco Mundial com adultos que vivem em áreas urbanas da Bolívia e da Colômbia, o cenário apresentado aponta questões-chave como performances abaixo do esperado em comparação com países de outras regiões, as dificuldades na inserção no mercado de trabalho da população jovem adulta e obstáculos no desenvolvimento e capacitação de habilidades requisitadas pelo mercado econômico.

Em paralelo, no que diz respeito aos avanços no relacionamento entre o Brasil e a OCDE, destacam-se alguns eventos de troca entre representantes do governo brasileiro e da

¹⁰¹ OCDE. **Business Handbook on Due Diligence in the Cocoa Sector: Addressing Child Labour and Forced Labour**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/79812d6f-en>. Acesso em: 05 mai 2023.

¹⁰² OCDE. **Skills in Latin America: Insights from the Survey of Adult Skills (PIAAC)**. OECD Skills Studies. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5ab893f0-en>. Acesso em: 05 mai 2023.

organização intergovernamental. A exemplo, ocorreu no início de maio um encontro de troca de experiências educacionais e informações entre o Ministro de Educação (MEC), Camilo Santana, e o diretor do Comitê de Políticas Educacionais e Competências (EDPC) da OCDE, Andreas Schleicher, além de um workshop com equipes técnicas do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para debater como pesquisas, estudos e informações estatísticas na área educacional podem subsidiar aperfeiçoamentos das políticas educacionais¹⁰³.

Também aconteceu a viagem da delegação suprapartidária de parlamentares brasileiros para a sede parisiense da OCDE. Lá, o grupo de trabalho promoveu a discussão e uma série de trocas sobre questões relacionadas à reforma tributária brasileira¹⁰⁴¹⁰⁵. Ainda na quinzena, ocorreu também a participação de representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do Brasil na 20ª Sessão da Rede de Reguladores Econômicos e na reunião do Comitê de Política Regulatória da organização internacional em solo europeu¹⁰⁶.

Outro evento ressaltado aqui foi o envio por parte da OCDE de uma carta endereçada ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, contestando o funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), responsável por julgar em nível administrativo litígios tributários¹⁰⁷. O fim do chamado “voto de qualidade” no ano de 2020, segundo a organização, não condiz com o que acontece com a maioria dos países avaliados pelo órgão e, por isso, sugere que o governo brasileiro reconsidere a abordagem estabelecida pelo governo anterior e, assim, retorne com a prática¹⁰⁸. Dessa forma, a OCDE se apresenta favorável aos esforços já encaminhados pelo governo federal, que já em janeiro enviou uma medida provisória sobre a volta do voto de qualidade – no entanto, há resistências no Congresso Nacional.

Por fim, outra pauta relevante durante a quinzena foi o processo de denúncia na OCDE sobre a multinacional Cargill e supostas irregularidades da mesma na cadeia de soja no

¹⁰³ MEC e OCDE promovem troca de experiências educacionais. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. 04 mai 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-e-ocde-promovem-troca-experiencias-referentes-a-educacao>. Acesso em: 05 mai 2023.

¹⁰⁴ MUGNATTO, Sílvia. Em visita à OCDE, deputados discutem tributação de empresas multinacionais. **CÂMARA DOS DEPUTADOS**. 04 mai 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/958647-deputados-discutem-tributacao-de-empresas-multinacionais-na-sede-da-ocde>. Acesso em: 05 mai 2023.

¹⁰⁵ BECHARA, Márcia. Paris: GT de deputados brasileiros troca ideias na OCDE sobre reforma tributária. **RFI**. 02 mai 2023. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/rfi-convida/20230502-paris-governo-brasileiro-troca-experi%C3%Aancias-na-ocde-visando-reforma-tribut%C3%A1ria>. Acesso em: 05 mai 2023.

¹⁰⁶ Delegação da ANA debate regulação na OCDE em Paris. **AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO**. 02 mai 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/delegacao-da-ana-debate-regulacao-na-ocde-em-paris-1>. Acesso em: 05 mai 2023.

¹⁰⁷ Em carta a Haddad, OCDE sugere volta do voto de qualidade no Carf. **CNN BRASIL**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/em-carta-a-haddad-ocde-sugere-volta-do-voto-de-qualidade-no-carf/>. Acesso em: 05 mai 2023.

¹⁰⁸ QUINTINO, Larissa. OCDE sugere a volta do voto de qualidade do Carf e fortalece Haddad. **VEJA**. 26 abr 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ocde-sugere-a-volta-do-voto-de-qualidade-do-carf-e-fortalece-haddad/>. Acesso em: 05 mai 2023.

Brasil¹⁰⁹¹¹⁰. Na acusação da organização ClientEarth, são apontadas violações de diretrizes da OCDE por conta de falhas na aplicação de políticas de diligência socioambiental em sua cadeia de fornecimento de soja brasileira, com supostas falhas em verificações adequadas de diligência sobre seus fornecedores de soja, empresas terceiras e o impacto de suas operações na mudança indireta do uso de terra. Ademais, suas ações são também associadas ao desmatamento e violações dos direitos de comunidades tradicionais dependentes da floresta.

Em resposta, a Cargill alegou que possui controle para impedir que produtos que não estão em conformidade com melhores práticas socioambientais entrem em suas cadeias de abastecimento¹¹¹.

¹⁰⁹ RUDGARD, Olivia. Cargill Faces Legal Complaint Over Amazon Safeguards for Brazilian Soy. **BLOOMBERG**. 04 mai 2023. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-05-04/cargill-faces-legal-complaint-over-amazon-safeguards-for-brazilian-soy>. Acesso em: 05 mai 2023.

¹¹⁰ RAMOS, Camila Souza. Soja da Cargill é alvo de denúncia na OCDE. **VALOR ECONÔMICO**. 04 mai 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2023/05/04/soja-da-cargill-e-alvo-de-denuncia-na-ocde.ghtml>. Acesso em: 05 mai 2023.

¹¹¹ Cargill é alvo de denúncia na OCDE por supostas irregularidades na cadeia de soja no Brasil. **ESTADÃO**. 05 mai 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/agronegocios/cargill-denuncia-soja-ocde-npre/>. Acesso em: 05 mai 2023.

Prioridades do BRICS em 2023 e calendário de eventos

Claudia Hoirisch



A África do Sul assumiu a presidência do BRICS em 1º de janeiro deste ano sob o tema BRICS e África: Parceria para o crescimento mutuamente acelerado, Desenvolvimento sustentável e Multilateralismo inclusivo e informou as quatro prioridades da Presidência:

- Fortalecer a recuperação socioeconômica pós-pandemia e a consecução da Agenda 2030 de Desenvolvimento; Sustentável - O grupo precisa encontrar soluções para acelerar a implementação da Agenda

- Fortalecer o multilateralismo, incluindo uma reforma real das instituições de governança global - O BRICS tem uma visão de um sistema político, econômico e financeiro global mais equitativo, justo, equilibrado e representativo, mas enfrenta resistência global por parte de interesses de países desenvolvidos

- Desenvolver uma parceria para uma transição climática equitativa - Não há lugar no mundo que não esteja sentindo as consequências das mudanças no clima; enfrentá-las requer mudanças em todos os setores da economia. As oportunidades precisam ser exploradas para gerenciar os riscos associados à mudança climática e, ao mesmo tempo, melhorar a vida e o futuro das pessoas

- Transformar a educação e o desenvolvimento de habilidades para o futuro - A educação e o desenvolvimento contínuo de habilidades são soluções de longo prazo para o desenvolvimento e a saída da pobreza. A cooperação para a criação e troca de conhecimento devem ser fortalecidas para abrir oportunidades para o futuro.

Além da Cúpula dos BRICS que será realizada em 23 de agosto e da reunião dos Ministros da Saúde que ocorrerá em 23 de maio às margens da AMS em Genebra e antecederá a 13ª reunião dos MS, dia 3 de agosto, o grupo pretende realizar cerca de 200 encontros nas áreas de desenvolvimento institucional, programas de aproximação e interação como BRICS Outreach¹¹² e BRICS Plus¹¹³, multilateralismo (incluindo a reforma das instituições de

¹¹² A lógica por trás do conceito BRICS Outreach é a colaboração interativa entre os BRICS e outros atores de dentro e fora da área dos BRICS e tem como foco atrair representantes de governos e altos funcionários nacionais não pertencentes ao grupo e que representam organizações regionais. Por ex., líderes de países que estejam na presidência da UA.

¹¹³ Já a lógica por trás do conceito BRICS Plus é criar uma plataforma para maior interação e parcerias entre os países do Sul Global (como os países que pretendem ingressar no grupo) para moldar a agenda com o intuito de efetuar mudanças na economia global, em especial para (i) desenvolvimento e

governança global), finanças, vacinas, biotecnologia e biomedicina. Abaixo, algumas atividades de interesse.

Calendário de Eventos do BRICS em 2023

Figura 1 – Eventos do BRICS

ATIVIDADES DO BRICS	LOCAL	DATA
BRICS Health Ministers meeting	Genebra (UN)	23 maio 2023
13 th BRICS Health Ministers meeting	TBD	3 agosto 2023
15 th BRICS Summit	Gauteng, AS	23 agosto 2023
BRICS Outreach and BRICS Plus	Gauteng, AS	24 agosto 2023
BRICS Leaders' Informal meeting on the margins of the G20 Summit	New Delhi, India	Septembro 2023 TBC
BRICS Ministers of Foreign Affairs and International Relations meeting on the margins of UNGA78 TBC * <i>Incoming Chair</i>	NY (UN)	Septembro 2023 TBC
1 st BRICS Vaccine Research and Development Centre meeting	TBD	TBD
2 nd BRICS Vaccine Research and Development Centre meeting	TBD	TBD
13 th BRICS STI Senior Officials meeting	Hibrido - Venue TBD	TBD by the STI Nodal Point
BRICS STI Steering Committee meeting	Hibrido - Venue TBD	TBD by the STI Nodal
BRICS WG meeting on Biotechnology and Biomedicine	Hibrido - Venue TBD	TBD by STI WG

O alargamento da organização estará no cerne dos debates na próxima Cúpula do BRICS e na reunião BRICS plus a ser realizada em agosto. Dezenove países apresentaram oficialmente candidaturas para ingressar no BRICS: Argentina, Irã, Arabia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Turquia, Indonésia e os países africanos Argélia, Egito, Nigéria, Sudão e Zimbábue são alguns dos possíveis interessados¹¹⁴. Mas a ideia de um BRICS+ desperta preocupações entre os países membros sobre a diluição do poder dos países membros.

Apesar de uma economia combinada representar quase 32% do PIB global e uma população de 3,2 bilhões, o BRICS tem apenas 15% dos direitos de voto no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional.

Os países do BRICS vinham reclamando há vários anos um maior protagonismo nos órgãos de governança global e a transição para uma ordem multipolar.

O grupo vem contribuindo para o avanço da agenda Sul-Sul com o lançamento de seu próprio banco de desenvolvimento, o Novo Banco de Desenvolvimento, criado em 2015, para fornecer apoio financeiro a mercados emergentes e economias em desenvolvimento para infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Em 2021, o Banco deu as boas-vindas a Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos e Uruguai como novos membros, posicionando o Banco como um importante mecanismo de financiamento global para mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

crescimento econômico por meio da integração comercial e de investimentos, e (ii) cooperação em instituições financeiras, econômicas e políticas de governança global.

¹¹⁴ <https://veja.abril.com.br/mundo/por-que-19-paises-querem-entrar-nos-brics/>

Diplomacia da saúde na América Latina e no Caribe

Sebastián Tobar
Miryam Minayo
Samia de Brito

Panorama político sul-americano

As recentes eleições no Paraguai, em que o candidato colorado Santiago Peña triunfou com uma vantagem de pelo menos 16 pontos sobre o candidato da Concertação Nacional reforçam um cenário político complexo e heterogêneo na região da América Latina. Ainda que possa haver um avanço de uma nova onda rosa na região com a vitória de Lula no Brasil, Boric no Chile e Petros na Colômbia, esse movimento não é tão certo.

As diferenças ideológicas seguem patentes. As eleições constituintes chilenas são mostra disso. A ultradireita, partidária da manutenção da atual Constituição, venceu com folga e desferiu um duro golpe no presidente Gabriel Boric. Os chilenos se inclinaram desta vez pelas forças conservadoras, em uma nova tentativa de renovar as bases constitucionais após as violentas manifestações sociais de 2019.

Ademais, o calendário eleitoral para o resto de 2023 não para de levantar grandes questões. Em 13 de agosto, temos eleições primárias obrigatórias na República Argentina, que serão seguidas pelas eleições gerais em 22 de outubro. Na Colômbia teremos eleições regionais em 29 de outubro. Em 26 de novembro no Chile teremos o Plesbicio por uma Nova Constituição.

Possivelmente, esses processos eleitorais vão derivar numa região altamente polarizada entre esquerda e direita, na qual os candidatos que chegam ao governo terão de enfrentar os desafios de não ter maiorias parlamentares para promover reformas substantivas.

Por outro lado, alegações de corrupção enfraquecem a qualidade institucional de muitos países. No Equador, promove-se o impeachment e a destituição do presidente Guillermo Lasso, que enfrenta uma acusação de peculato com o apoio do Tribunal Constitucional.

Na Colômbia, o filho do presidente, Nicolas Petro Burgo^{115 116 117} enfrenta uma investigação por suposta corrupção e suborno, no meio de uma disputa do Presidente Petro com o Procurador Geral. O presidente colombiano protagonizou uma recente polêmica após se referir ao Procurador Geral da Colômbia, Francisco Barbosa, como seu subordinado em uma homenagem na Espanha.

Já o Peru vive uma crise desde dezembro de 2022, onde o presidente Castillo foi destituído e a vice-presidente Dina Boluarte assumiu o cargo. Desde então, os peruanos convivem com protestos e manifestações, o estado de emergência e o toque de recolher. Mesmo quando o Congresso do Peru discute um calendário eleitoral, em um cenário de baixíssima confiança da sociedade em seus líderes políticos e na capacidade de suas instituições.

¹¹⁵ <https://www.elheraldo.co/colombia/petro-pide-fiscalia-investigar-su-hijo-y-hermano-982453>

¹¹⁶ <https://www.infobae.com/colombia/2023/05/06/nicolas-petro-hijo-del-presidente-la-republica-esta-preocupando-por-investigacion-penal-que-le-llevan-ante-la-tension-entre-su-padre-y-el-fiscal-barbosa/>

¹¹⁷ <https://www.eltiempo.com/colombia/barranquilla/nicolas-petro-defensa-preocupada-por-choque-entre-presidente-y-fiscal-765913>

O processo eleitoral do Paraguai também foi imbuído de fortes denúncias de corrupção no próprio partido Colorado, que venceu as eleições e está no poder há mais de quarenta anos, apenas com o parêntese do governo do presidente Lugo.

As denúncias contra o ex-presidente paraguaio Horacio Cartes – promovido pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos – de que ele havia se filiado ao Partido Colorado, em 2009, pagando membros para apoiar sua candidatura antes das eleições de 2013, não afetaram o seu candidato Santiago Peña¹¹⁸.

A América Latina também enfrenta grandes desafios econômicos, incluindo altos níveis de desigualdade, desemprego e dívida, que, como aponta a CEPAL, sofreram severo aumento devido à pandemia e à guerra na Ucrânia.

Nesse sentido, muitos dos governos da região são obrigados a implementar medidas para equilibrar as demandas conflitantes de crescimento econômico, gasto social e responsabilidade fiscal.

No entanto, a inflação tornou-se um dos principais problemas na região. A Venezuela é um dos países com maior inflação da região, seguida pela Argentina, ambas com três dígitos.

Embora mais baixos, outros países como Suriname, Colômbia também apresentam tendência inflacionária preocupante. Um dos fatores por trás dos aumentos de preços na região, sem dúvida, foi a guerra na Ucrânia, que gerou um aumento nos preços internacionais de alimentos e energia. Além disso, o aumento das taxas de juros no ano passado teve um impacto sobre o crescimento dos preços.

Na Argentina, a falta de efetividade no combate à inflação e o crescimento da pobreza fizeram com que o governo perdesse apoio e não há muitas expectativas de que permaneça no poder após as eleições gerais de 22 de outubro. Nesse cenário, a atual oposição do “*Juntos por el Cambio*” parece ter muitas possibilidades, uma aliança de centro-direita que tem aumentado suas disputas internas para estar mais próxima do poder.

O cenário de forte crise econômica na Argentina fez surgir candidatos “*antipolíticos*”. Seguindo a tendência que levou Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos, Bolsonaro no Brasil e outros candidatos com uma retórica antipolítica como Kast no Chile ou o paraguaio Cubas¹¹⁹, na Argentina, o ultradireitista Javier Milei lidera uma coalizão política denominada “A Liberdade Avança”.

O candidato do “*Libertad Avanza*”¹²⁰, que poderia ser presidente da Argentina, é um economista e deputado federal que tem por hábito insultar a casta política. Suas propostas ultraliberais e suas declarações sensacionalistas causam controvérsia e atraem uma parte da população desacreditada com a classe governante. São exemplos de pautas desta coalizão: a

¹¹⁸ O presidente eleito, Santiago Peña, era considerado uma espécie de discípulo de Cartes, chegou a ser seu ministro da Economia com apenas 37 anos.

¹¹⁹ O candidato paraguaio Antonio Cubas ficou em terceiro lugar nas eleições, causando surpresa no Paraguai. O candidato, nascido nos Estados Unidos, declara-se admirador do presidente de El Salvador, Nayib Bukele, e confessa ser contra o sistema republicano e nacionalista, e critica a democracia, “...*que não alimentou nem educou o pessoas.*” <https://www.infobae.com/america/america-latina/2023/04/30/quien-es-cubas-el-candidato-sorpresa-en-paraguay-que-se-consolida-en-el-tercer-puesto/>

¹²⁰ <https://www.dw.com/es/qui%C3%A9n-es-javier-milei-el-anarcocapitalista-que-podr%C3%ADa-ser-presidente-de-argentina/a-65071525>

redução da participação do Estado na economia, a eliminação do Banco Central e a dolarização total da economia, a venda de órgãos para transplantes, a privatização do ensino público, entre outros. O crescimento transversal de Milei em todos os níveis sociais da população preocupa o governo atual.¹²¹

Em rumo político similar, o partido de José Antonio Kast¹²² venceu a eleição dos 50 constituintes que vão elaborar a proposta de nova constituição chilena que substituirá a de Pinochet e será votada em dezembro deste ano. O mesmo setor político que desde o início se opôs ao processo constituinte e que agora, paradoxalmente, terá de liderar esta segunda tentativa¹²³.

Kast se apresenta como um admirador de Pinochet e contrário à reforma da constituição chilena, com estilo discursivo semelhante ao de Trump e Bolsonaro, apostando na retórica da família, no combate ao crime, no controle migratório e no livre mercado.

Sem dúvida, o atual triunfo da ultradireita chilena limitará muito o campo de ação do governo Boric e mais ainda a possibilidade de implementar reformas estruturais.

Em meio às dificuldades que o presidente Petro da Colômbia enfrentou para que projetos substantivos fossem aprovados no Parlamento, uma importante crise foi vivida, o que gerou o pedido de renúncia de todo o seu gabinete. Esta é a pior crise enfrentada pelo governo do Petro em seus quase dez meses de governo. Em 26 de abril, o presidente colombiano pediu a renúncia de seus 18 ministros, motivado pelo adiamento da sessão da Câmara dos Deputados que discutia a reforma da saúde^{124 125} e não tinha o quórum necessário (alguns partidos da coalizão governista não aprovaram proposta de reforma).

A crise política suscita a necessidade de repensar o governo após encerrar suas alianças com partidos tradicionais e buscar uma coalizão necessária para promover suas reformas em um senado em que não tem maioria.

¹²¹ <https://clar.in/3plvnKY?fromRef=whatsapp>

¹²² A vitória do partido Kast, de mais extrema direita consubstanciado no Partido Republicano nas eleições para os conselheiros constitucionais, mudará o mapa político chileno não só quanto ao conteúdo do novo projeto da nova constituição que será elaborado em junho e votado em dezembro, mas também tendo em vista futuras eleições presidenciais. <https://www.pagina12.com.ar/547183-la-ultraderecha-se-impone-en-la-eleccion-de-constituyentes-e>

¹²³ A lista do partido de Kast (a "C") com 95% das mesas de voto obteve 43,1% dos votos (22 Delegados para a Constituinte), sobre os 33,3% (17) do partido governante da lista "D" batizada como "Unidad Para Chile" (Frente Ampla, Partido Comunista, Partido Socialista) e 21,6% (11) da lista "E" composta pela direita tradicional (que no Chile tende a ser chamada de "centro-direita" nos últimos tempos).) sob o nome de "Chile Seguro" (UDI, RN, Evópoli). A Lista B, "Todo por Chile" (Democracia Cristã, PPD e Partido Radical) e o Partido Popular (a lista "A", liderada por Franco Parisi, que conquistou o terceiro lugar nas eleições presidenciais, ficaram sem nenhuma das 50 cadeiras que redigir a nova constituição para o Chile

Nesse cenário, em 5 de maio, a Colômbia aprovou no Congresso o Plano Nacional de Desenvolvimento^{126,127} (PND 2022-2026) que propõe investimentos de 250 bilhões de dólares. A iniciativa estabelece cinco grandes transformações: segurança humana e justiça social; transformação produtiva para a vida e ação climática; convergência regional; direito humano à alimentação; planejamento do uso da terra em torno da água; e estabilidade macroeconômica. O objetivo do Governo é que o plano conduzisse à paz total, principal proposta do atual presidente e com a qual se pretende negociar a desmobilização dos grupos armados na Colômbia.

Nesse quebra-cabeça político da realidade sul-americana, onde muitas vezes as peças têm dificuldade de se encaixarem, as tensões políticas e ideológicas podem criar obstáculos para níveis mais altos de integração regional. Observaremos com atenção a definição dos resultados das eleições para presidente na Argentina, em outubro. Igualmente, o que acontecerá proximamente na América Central com as eleições na Guatemala, em 25 de junho, e no ano que vem com as eleições no Uruguai.

CEPAL: Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável

Sociedade civil da América Latina e Caribe se reúne antes do início do VI Fórum¹²⁸

A Reunião do Mecanismo de Participação da Sociedade Civil (MeSCALC) na Agenda de Desenvolvimento Sustentável e no Foro de Países da América Latina e Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada no dia anterior à abertura do evento oficial. Desde a criação do Foro em 2016, houve um progresso sólido na promoção e fortalecimento da participação da sociedade civil na região. O encontro aconteceu de forma híbrida (presencial e virtual) e os representantes apresentaram um relatório das atividades desenvolvidas pelo MeSCALC, as ações previstas para a semana do Foro e os desafios pendentes. A CEPAL foi agradecida por seu apoio para a criação do Mecanismo e sua consolidação.

O Secretário Executivo da CEPAL destacou a importância de institucionalizar a participação da sociedade civil para que possam dialogar, trocar conhecimentos e experiências, planejar ações e realizar contribuições oportunas aos processos de tomada de decisões. O texto também menciona que a sexta reunião do Foro contará com especialistas de distintas organizações como painelistas nas mesas em que serão analisados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que serão revisados este ano (ODS 6, 7, 9, 11 e 17). O novo Equipe Facilitadora do MeSCALC estará integrado por Sandra Castañeda, Marcela Browne e Mónica Jasis.

¹²⁶ Petro aceitou a renúncia de Carolina Corcho, a face mais combativa da reforma sanitária. A ministra Corcho foi uma das maiores críticas ao Sistema de Saúde colombiano, que afirmava ser um dos piores do mundo, considerando que a saúde deveria ser considerada um direito e não um negócio, e que não deveria ser gerida por privados. O ex-ministro queria acabar com o atual papel das Entidades Promotoras de Saúde – EPS. <https://elpais.com/america-colombia/2023-04-27/petro-acepta-la-renuncia-de-carolina-corcho-el-rostro-mas-combativo-de-la-reforma-a-la-salud.html>

¹²⁶<https://www.telesurtv.net/news/colombia-congreso-aprueba-plan-nacional-desarrollo-20230505-0012.html>

¹²⁷ <https://observatorioplanificacion.cepal.org/es/planes/plan-nacional-de-desarrollo-pacto-por-colombia-pacto-por-la-equidad-2018-2022>

¹²⁸ <https://www.cepal.org/es/noticias/sociedad-civil-america-latina-caribe-se-reune-previo-al-inicio-sexto-foro-desarrollo>

VI Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável

No primeiro dia do VI Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável, representantes dos 33 países da América Latina e Caribe concordaram com a urgência de promover ações ousadas e transformadoras para acelerar e corrigir o rumo ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A abertura da reunião contou com a presença de Santiago Cafiero, Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, país que ocupa a presidência da CEPAL no biênio 2022-2024; Amina Mohammed, Secretária Geral Adjunta das Nações Unidas; Paula Narváez, Representante Permanente do Chile junto às Nações Unidas, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, e José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL.

O evento reuniu mais de 1.000 participantes, entre delegados governamentais e representantes de organismos internacionais e do Sistema das Nações Unidas, setor privado, academia e sociedade civil, que se reúnem sob o lema “Acelerar a recuperação após a pandemia de COVID-19 e a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em todos os níveis”.

O ministro das Relações Exteriores da Argentina, Santiago Cafero afirmou que “Enfrentamos um desafio colossal. Apesar de os avanços tecnológicos nos deslumbrarem a cada dia, fornecendo-nos em muitos casos maiores ferramentas e instrumentos para enfrentar as múltiplas crises, estamos vivendo um processo sustentado de degradação e deterioração social, econômica e ambiental nunca visto.”

Acrescentou que é necessária uma nova reorganização que coloque os direitos humanos no centro de todos os setores, em todos os níveis, na formulação de políticas e em todas as dimensões do desenvolvimento sustentável.

“A Cúpula dos ODS em setembro, que marcará a metade do caminho para o ano de 2030, representa um momento chave para desenhar um plano global para acelerar a implementação dessas metas. O compromisso de cumprir esta agenda deve continuar a ser um compromisso inflexível de todos nós, e devemos levá-la adiante sem deixar ninguém para trás”, destacou.

Amina Mohammed, Secretária Geral Adjunta das Nações Unidas, instou a promover a cooperação e acelerar o caminho para o cumprimento dos ODS, e destacou a importância de investir no desenvolvimento sustentável.

“Devemos alcançar uma mudança transformadora. Os líderes mundiais terão uma escolha a fazer: cumprir seu compromisso com um futuro melhor ou deixá-lo cair no esquecimento. O primeiro passo está aqui, na Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável”, afirmou a alta autoridade das Nações Unidas.

Paula Narváez, vice-presidente do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, por sua vez, exortou os países da região a definir prioridades e compromissos para trabalhar juntos e identificar a cooperação que a região pode alcançar para acelerar a implementação do Agenda 2030 e seus Objetivos.

“A sete anos do horizonte de 2030, o caminho a seguir é tão importante quanto o resultado a ser alcançado, pois lançará as bases para a mudança de paradigma necessária para a construção do mundo que herdaremos para nossos filhos e filhas. A Agenda 2030 oferece condições para avançar nos grandes objetivos comuns e a América Latina e o Caribe é uma oportunidade para o mundo”, afirmou.

Em seu discurso de abertura, José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL, destacou o grande compromisso da região com a Agenda 2030 como roteiro para construir um futuro melhor que não deixe ninguém para trás. No entanto, a médio prazo até 2030, apenas um quarto dos objetivos foram cumpridos ou deverão ser cumpridos, alertou.

A CEPAL estima que apenas 25% das metas para as quais se dispõe de informação apresentam um comportamento que permite antecipar seu cumprimento em 2030. Por outro lado, estima-se que 48% delas apresentam uma tendência correta, mas insuficiente para alcançar o objetivo meta respectiva, enquanto os restantes 27% apresentam uma tendência regressiva. Portanto, 75% das metas correm o risco de não serem cumpridas, a menos que ações decisivas sejam tomadas para recuperar o caminho correto.

“Esta situação chama urgentemente os países da região a fortalecer seu compromisso com os ODS. São necessárias ações ousadas, inovadoras, inspiradoras e, principalmente, transformadoras; Caso contrário, viveremos uma nova década perdida”, expressou.

No dia de abertura também, o Secretário Executivo da CEPAL, apresentou o documento América Latina e Caribe a meio caminho de 2030: avanços e propostas de aceleração, que constitui o sexto relatório sobre os avanços e desafios regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O relatório, que foi objetivo de análise do último informe, examina o progresso geral para alcançar todos os ODS e, em seguida, com mais profundidade, o progresso para alcançar cinco deles que serão analisados no Fórum Político de Alto Nível, a ser realizado de 10 a 19 de julho na sede da ONU em Nova York. São eles: água limpa e saneamento (ODS 6); energia acessível e limpa (ODS 7); indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9); cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e parcerias para alcançar os Objetivos (ODS 17).

No terceiro e último dia do Fórum, foi realizada uma mesa redonda de alto nível intitulada “Road to the SDG Summit. Iniciativas transformadoras: criando oportunidades para reforçar o compromisso com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e sua plena implementação em todos os níveis”, na qual María del Carmen Squeff, Representante Permanente da Argentina junto às Nações Unidas; José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL; Pedro Luis Pedroso, Embaixador Representante Especial de Cuba nas Nações Unidas para coordenar a Presidência do Grupo dos 77 e a China; Paula Narváez, Representante Permanente do Chile nas Nações Unidas, país que ocupa a Vice-Presidência do Conselho Econômico e Social (ECOSOC); e Luis Felipe López-Calva, Diretor Geral da Prática Global de Pobreza e Equidade do Banco Mundial.

Na ocasião, os palestrantes destacaram a importância de reforçar o compromisso dos países com a Agenda 2030 e pensar sobre as iniciativas transformadoras que permitem enfrentar os enormes desafios que enfrentam, bem como ampliar a cooperação para o desenvolvimento, especialmente a Sul-Sul cooperação e acesso a financiamento de longo prazo para países de renda média, que incluem a maioria das nações latino-americanas e caribenhas.

Nesse sentido, o Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, lembrou as sete iniciativas transformadoras que têm a capacidade de produzir efeitos sinérgicos e

multiplicadores para promover simultaneamente o alcance de vários ODS, apresentados pelo organismo regional da ONU no documento principal do Fórum, América Latina e Caribe no caminho para 2030: avanços e propostas de aceleração, que constitui o sexto relatório sobre avanços e desafios regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A promoção dessas iniciativas transformadoras - transição energética, bioeconomia, transformação digital, promoção de exportações de serviços modernos, sociedade do cuidado, turismo sustentável e integração regional - exigirá novos instrumentos para o desenho e implementação de políticas públicas baseadas em uma longa visão estratégica de longo prazo. A exploração de futuros e a capacidade prospetiva dos vários atores que definem as políticas públicas é essencial para aproveitar os melhores cenários de oportunidade”, indicou Salazar-Xirinachs.

Na sessão de encerramento, representantes das juventudes e o Mecanismo de Participação da Sociedade Civil na Agenda de Desenvolvimento Sustentável e no Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável leram uma declaração na qual reafirmaram seu compromisso com a Agenda 2030 e advertiram que o caminho atual não alcançar os ODS, especialmente em áreas substantivas para a vida, como saúde, educação, igualdade de gênero, participação e justiça, entre outras.

Na cerimônia de encerramento, o Secretário Executivo da CEPAL foi acompanhado pela Presidente do Conselho Nacional de Coordenação de Políticas Sociais da Argentina, Marisol Merquel, que presidiu o Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável 2023.

Merquel destacou que após três dias intensos de diálogo sobre questões que preocupam nossa região, “Sem dúvida, a construção de alianças é a ferramenta essencial que nos permitirá avançar e acelerar o progresso e alcançar as grandes aspirações que a Agenda 2030 suscita, colocando no centro da ação a dignidade de todas as pessoas que habitam este mundo”.

José Manuel Salazar-Xirinachs observou que “Uma das lições aprendidas nestes anos foi o que chamamos de ‘pegada institucional’ positiva que a implementação da Agenda 2030 deixou em nossos países, com instituições públicas, privadas e da sociedade civil que se esforçam para cumprir os ODS. As capacidades institucionais construídas nesses últimos oito anos fortaleceram o conjunto de instrumentos de medição e desenho de políticas públicas para o cumprimento da Agenda 2030. Este Fórum é parte essencial dessa pegada institucional, que vem crescendo e se fortalecendo ano a ano, inovando e abrindo novas perspectivas”.

No encerramento da reunião, os delegados insistiram que, embora estejamos na metade do prazo acordado pelos Estados membros das Nações Unidas em 2015 (para chegar a 2030), ainda não chegamos a meio caminho no cumprimento das metas. Por isso, são necessárias iniciativas nas quais participem todos os atores relevantes, com visão e sentido de futuro, de alto impacto, que trabalhem nas transformações estruturais que a região precisa para retomar e sustentar o caminho para 2030, enfatizaram.

Ao final do evento, os representantes dos países aprovaram um documento final com as “Conclusões e recomendações” acordadas entre os governos reunidos na Sexta Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável.

O documento de 110 páginas reafirma o compromisso dos países em implementar efetivamente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, enfatizando a importância de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões como um requisito crucial para o desenvolvimento sustentável.

Os países expressam preocupação de que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem alcançados até 2020 não tenham sido completamente cumpridos e pedem medidas aumentadas para enfrentar desafios específicos, incluindo proteger a biodiversidade, desenvolver estratégias de redução de risco de desastres, aumentar a disponibilidade de dados oportunos, de qualidade e desagregados, e fornecer recursos financeiros, treinamento e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento.

O documento reconhece a continuidade da prevalência da desigualdade na região e pede um aumento do investimento em serviços sociais e oportunidades econômicas por meio de parcerias entre governos, setor privado, sociedade civil, academia e outras partes interessadas. As conclusões e recomendações serão apresentadas ao Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em julho, juntamente com os resultados da Plataforma de Colaboração Regional para a América Latina e o Caribe.

SEGIB: Carta Ibero-Americana de Princípios e Direitos em Ambientes Digitais é apresentada e coloca as pessoas no centro¹²⁹

Na última Cúpula de Santo Domingo, os 22 países ibero-americanos aprovaram um documento considerado pela comunidade internacional como um firme compromisso de defesa dos valores democráticos da sociedade, a Carta Ibero-Americana de Princípios e Direitos em Ambientes Digitais. Ontem foi apresentado em Madri na SEGIB por Andrés Allamand, Secretário Geral Ibero-Americano; José David Montilla, Vice-Ministro de Agenda Digital da República Dominicana; Carme Artigas, Secretária de Estado de Digitalização e Inteligência Artificial da Espanha; José David Montilla, Vice-Ministro de Agenda Digital da República Dominicana; Juan Alejandro Kawabata, Diretor de Assuntos Jurídicos e Institucionais da SEGIB e Gladys Antonieta Moran Ríos, representando o Ministério de Telecomunicações e a Sociedade da Informação do Equador.

Reduzir as lacunas, colocar a tecnologia a serviço das pessoas, uma preocupação especial com a desigualdade e gerar uma economia mais justa e inclusiva foram as grandes mensagens repetidas na sala. "Somos tecnófilos. Não queremos uma humanidade adaptada, queremos uma tecnologia adaptada ao homem", começou Enrique Goñi, moderador do ato e presidente do Instituto Hermés, entidade que trabalhou de perto para a elaboração do documento.

Para o secretário-geral da Segib, Andrés Allamand, a chave do documento está em ter colocado o foco dos 10 capítulos da Carta nas pessoas, deixando em segundo plano os mercados ou os Estados. "A Carta aborda as lacunas digitais e também coloca um foco prioritário em meninas, meninos e adolescentes", disse ele, lembrando as muitas dificuldades que a comunidade ibero-americana enfrentou para chegar a um consenso, com base nas realidades muito diferentes dos 22 países e das diferentes organizações envolvidas na sua aprovação.

¹²⁹ <https://www.segib.org/la-carta-iberoamericana-de-principios-y-derechos-en-los-entornos-digitales-se-presenta-en-segib-y-pone-a-las-personas-en-el-centro/>

Por sua vez, Carme Artigas, Secretária de Estado de Digitalização e Inteligência Artificial da Espanha, destacou o papel da Segib como espaço de diálogo e divulgação do documento. Além disso, destacou: "Há uma premissa básica na Carta e é clara: garantir os direitos humanos no ambiente digital e avançar para a inclusão social" enfatizando o papel das tecnologias para o avanço social e econômico, territorial, de idade e gênero. Ele também comentou sobre a importância do consenso como um terreno comum para enfrentar os desafios éticos, políticos, ambientais e sociais que a Europa e a América enfrentam. Nesse sentido, aproveitou para destacar o papel fundamental que a América Latina desempenhará durante a presidência espanhola do Conselho Europeu. "É agora que a Ibero-América deve redefinir suas estratégias olhando para o futuro, a digitalização deve ser a protagonista", afirmou.

O Diretor de Assuntos Jurídicos e Institucionais da SEGIB, Alejandro Kawabata, destacou o importante esforço que os 22 países (com suas respectivas leis e reguladores) têm feito para chegar a um consenso em 140 dias para avançar em direção à igualdade e ter os mais atualizados digitalmente data.

O vice-ministro dominicano, José David Montilla, deu especial destaque ao capítulo 7 do 10 do documento, que se refere à Administração digital. Para ele, as tecnologias, para que tenham como foco as pessoas, devem disponibilizar serviços ao cidadão em qualquer formato, tanto digital quanto analógico. Desta forma, destacou, os cidadãos ganham tempo, satisfação e melhor qualidade de vida. As novas tecnologias também são, apontou o político, sinônimo de novas formas de emprego e desenvolvimento sustentável, sempre baseado na ética e na responsabilidade.

Verónica Wahlberg, Diretora Nacional de Planejamento Estratégico e Assuntos Internacionais, Secretaria de Inovação Pública da Argentina, se concentrou nos capítulos 2 e 8, sobre inclusão e economia. Para a política, as novas tecnologias podem ser uma grande oportunidade, mas desde que se leve em conta o desenvolvimento sustentável e provoquem uma transformação das economias para garantir o acesso ao trabalho, à saúde e à participação dos trabalhadores, com foco nos grupos mais vulneráveis. "Além disso, a transformação digital favorece a descentralização territorial e pode possibilitar o atendimento das áreas rurais mais remotas e remotas. É uma oportunidade de criar oportunidades regionais compartilhadas", concluiu.

O Equador, atual Secretaria Pro Tempore da Cúpula, representado por Gladys Antonieta Morán Ríos, ratificou o compromisso de garantir a implementação da Carta para promover os direitos da região.

ORAS-CONHU: Reunião do Comitê Andino de Saúde para Gestão do Risco de Emergências, Desastres e Mudanças Climáticas¹³⁰

No dia 26 de abril, foi realizada a terceira reunião do Comitê Andino de Saúde para a Gestão de Risco de Emergências e Desastres e Mudanças Climáticas. Na ocasião, foram apresentados a visão, objetivos e experiência do Consórcio Mundial de Educação em Clima e

¹³⁰<https://www.orasconhu.org/es/reunion-del-comite-andino-de-salud-para-la-gestion-del-riesgo-de-emergencias-y-desastres-y-el>

Saúde¹³¹. Estavam presentes na reunião representantes da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, OPAS/OMS, Consórcio Mundial da Educação e ORAS-CONHU.

Os países indicaram interesse em participar de ações do Consórcio para que possa se realizar capacitação no tema de trabalho. Segundo os participantes na Reunião é preciso “garantir que os profissionais da saúde tenham conhecimentos e habilidades para reconhecer, responder e prevenir impactos da mudança climática na saúde”. Outros tópicos tratados na reunião foram: a nova versão do Plano Andino de Gestão e Risco de Desastres no Setor de Saúde, revisão de projetos sobre sustentabilidade e estabelecimentos de saúde e mudanças climáticas na região andina.

SE-COMISCA: Reunião da Rede de Laboratórios de Referência da América Central e República Dominicana¹³²

Foi realizada pela Secretaria Executiva, com apoio financeiro da ORAS-CONHU, reunião para discutir sobre a Rede de Laboratórios de Referência da América Central e República Dominicana. Os principais objetivos do encontro foram: aprovar a proposta de sustentabilidade dos Sistemas de Gestão da Qualidade de Laboratórios de Saúde Pública, revisar os avanços dos países e atividades de assistência técnica com base nos Plano de Saúde da América Central e República Dominicana, padronizar os documentos normativos da Redelab e socializar o indicador da Redelab para monitoramento e avaliação do Plano de Saúde da América Central e República Dominicana¹³³. Participaram da reunião como apresentadores, especialistas do SE-COMISCA, ORAS-CONHU e do Ministério da Saúde de Belize e PPT Belize.

OTCA: Resultados da Avaliação Rápida de diversidade biológica e serviços ecossistêmicos são apresentados ao Comitê Científico¹³⁴

O Comitê científico da OTCA se reuniu para avaliar o conteúdo produzido pelos coordenadores da Avaliação Rápida da Diversidade Biológica e Serviços Ecossistêmicos da Bacia/Região Amazônica. Participaram como apoiadores da reunião o Instituto Alexander van Humboldt da Colômbia e Projeto Biomaz da GIZ/OTCA. Os resultados apresentados foram fruto de um projeto que contou com 118 especialistas dos países amazônicos nos anos de 2021-2023 e que teve como objetivo elaborar uma avaliação sobre o estado da diversidade biológica e dos serviços ecossistêmicos da Região, para isso foram compiladas informações e evidências científicas e de outros sistemas de conhecimento, incluindo o conhecimento tradicional indígena. Espera-se que a avaliação possa se tornar base das tomadas de decisões e contribuir para implementação de políticas públicas efetivas.

¹³¹ Para conhecer mais sobre o Consórcio Mundial de Educação em Clima e Saúde, acesse o link <https://www.orasconhu.org/es/reunion-del-comite-andino-de-salud-para-la-gestion-del-riesgo-de-emergencias-y-desastres-y-el>

¹³² https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-reunion-de-la-red-de-laboratorios-de-referencia-de-centroamerica-y-republica-dominicana_1_131924.html

¹³³ Para mais informações sobre o Plano de Saúde da América Central e República Dominicana, acesse o link https://www.sica.int/documentos/plan-de-salud-de-centroamerica-y-republica-dominicana-2021-2025_1_128463.html

¹³⁴ <http://otca.org/pt/resultados-finais-da-avaliacao-rapida-da-diversidade-biologica-e-servicos-ecossistemicos-no-ambito-da-otca-sao-apresentados-ao-comite-cientifico-para-respaldo/>

SELA: Reunião de mecanismos de integração latino-americanos sobre os temas de segurança alimentar e energética na região

Nos dias 20 e 21 de abril foram realizadas reuniões que foram integradas por diversos tipos de mecanismos de integração na América Latina, dentre eles, CELAC, AEC, CAN, ALADI, CARICOM, ALBA-TCP, MERCOSUL e com presença da FAO com o interesse de debater temas de segurança alimentar e energética na região.

No dia 20, os mecanismos de integração debateram a necessidade de criar espaços para intercâmbio de boas práticas na produção e gestão dos insumos agrícolas que podem contribuir para a análise de metodologias que meçam a vulnerabilidade dos sistemas alimentares na região. O Secretário Permanente da SELA, Clarems Endara, destacou que “estimar a vulnerabilidade dos sistemas agroalimentares é uma proposta que pretende prover uma medição para basear a tomada de decisão e posteriormente o desenho de políticas públicas.” Também o secretário geral da SICA, Werner Vargas, indicou o avanço em articular o oferecimento de dados estatísticos que facilitem a tomada de decisão na região além do fortalecimento de observatórios regionais para alertas prévios em questões de vulnerabilidade alimentar.¹³⁵

O dia 21 foi reservado para tratar de temas energéticos. Com a participação da Organização Latinoamericana de Energia (OLADE), foi discutido a importância de impulsionar a integração energética, harmonizar a regulação da remuneração do investimento e impulsionar o desenvolvimento tecnológico. O secretário executivo da OLADE ressaltou a necessidade de pensar inovações para a integração energética, como o intercâmbio de energia elétrica através de terceiros países. O Secretário da SELA, Clarems Endara, também comentou sobre a necessidade de convergência regional para a transição energética¹³⁶.

Finalmente, o secretário da SELA, Clarems Endara, ressaltou a importância de reuniões como essa para o aprofundamento da cooperação intrarregional e adicionou “a integração é um mandato urgente, porque é a única forma de dar resposta aos desafios e melhorar a qualidade da vida em nossa região”.¹³⁷

México, Cuba e Colômbia¹³⁸

No dia 26 de abril, governos do México, Cuba e Colômbia assinaram a Declaração de Acapulco que determina a criação de uma Agência Reguladora de Medicamentos e Dispositivos Médicos da América Latina e Caribe (Amlac).

A declaração foi firmada pelos representantes da Comissão Federal para Proteção contra Riscos Sanitários (Cofepris) do México, do Instituto Nacional de Vigilância de Medicamentos e Alimentos (INVIMA) da Colômbia e do Centro para o Controle Estatal de Medicamentos, Equipes e Dispositivos Médicos (Cecmed) de Cuba. Na Declaração, os três países

¹³⁵<https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/88599/mecanismos-de-integracion-debaten-propuestas-sobre-seguridad-alimentaria-en-america-latina-y-el-caribe>

¹³⁶<https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/88656/mecanismos-de-integracion-ratifican-la-integracion-como-eje-fundamental-para-atender-las-necesidades-energeticas-de-la-region>

¹³⁷<https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/88623/clarems-endara-la-integracion-es-el-camino-que-nos-permitira-avanzar-hacia-la-seguridad-alimentaria-y-la-integracion-energetica-de-la-region>

¹³⁸ <https://www.gob.mx/cofepris/articulos/se-firma-declaracion-de-acapulco-para-creacion-de-la-agencia-reguladora-de-medicamentos-y-dispositivos-medicos-de-latinoamerica-y-el-caribe?idiom=es>

reconhecem os desafios da região latino-americana e caribenha em termos sanitário, produtivo, econômico e social e por isso a criação do Amlac tem como objetivo harmonizar e aumentar a convergência da regulação sanitária para facilitar o acesso a medicamentos e dispositivos médicos.

As partes também convidaram autoridades reguladoras nacionais da Argentina, Brasil e Chile para se juntarem a iniciativa. Além disso, também convidou o South Center, organismo de países em desenvolvimento, que possa apoiar tecnicamente e politicamente a Amlac. Uma das principais estratégias da Amlac é implementar um plano de autossuficiência sanitário desenhado pela CELAC.

Os representantes mexicanos presentes em Acapulco reforçaram que o mecanismo busca fortalecer a busca pela autossuficiência para atender as necessidades dos povos latino-americanos e diminuir o poder do capital sobre as cadeias de fornecimento de medicamentos na região. Representantes de Cuba frisaram que a integração em matéria de regulação ainda precisa avançar, mas que já conta com autoridades reguladoras de referência regional certificadas pela OPAS e que trabalham como rede permanente e assumem uma posição conjunta em diferentes foros internacionais. Por fim, os colombianos destacaram que a Amlac é uma comprovação de compromisso regional no tema e que a agência pode ser uma ferramenta de resposta a crises sanitárias.

Crise migratória Chile e Peru¹³⁹

A fronteira entre Peru e Chile se tornou zona de incidente diplomático entre os dois países. Isso aconteceu porque nessa área tem registrado um acúmulo significativo de migrantes vindos de diversos lugares, entre eles Venezuela e Colômbia, que pretendem chegar ao Peru. No entanto, o governo peruano não tem permitido acesso aos migrantes com a justificativa de que eles não possuem documentação necessária. Como resposta, o governo do Peru e do Chile, em diferentes períodos, enviaram tropas do Exército para controlar a região.

A situação piorou para migrantes que estão no Chile depois que em menos de um mês agentes policiais foram mortos no país, o que pressionou a Gabriel Boric aprovar medidas contra a violência, que incluíram encarceramento preventivo de todos os estrangeiros detidos sem documentos. No começo do ano, Boric já havia endurecido a política migratória também em regiões fronteiriças com a Bolívia. Além disso, o custo de vida e a burocracia para regularização tem desencorajado a permanência de muitos migrantes no país.

O incidente diplomático foi gerado após o prefeito da cidade de Tacna chamar o presidente chileno de irresponsável o que gerou um protesto formal ao embaixador peruano, o que foi seguido de uma réplica do primeiro-ministro peruano indicando que o Chile deveria solucionar seus problemas e não os transferir para o Peru.

A cidade de Tacna tem convivido com os migrantes de forma ambígua, de um lado organizações como a igreja católica tem buscado fornecer espaços de alojamento temporário, mas por outro lado já se iniciam pressões sociais sinalizando que a chegada dos migrantes tem trazido insegurança.

¹³⁹ <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-65445061>

Visita do chanceler alemão à África com Rússia e China na bagagem

*Augusto Paulo
Tomé Cá
Manuel Mahoche
Felix Rosenberg*

UNIÃO AFRICANA

CDC África acolhe o fórum de parcerias para a produção de vacinas em África (PAVM, em inglês)

Sua Excelência a Vice-Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Monique Nsanzabaganwa, abriu oficialmente o [Fórum de Parcerias para a Fabricação de Vacinas Africanas](#) (PAVM) em Addis Abeba, Etiópia.



As Parcerias para a Fabricação de Vacinas Africanas (PAVM - *The Partnerships for African Vaccine Manufacturing*) foram estabelecidas pela União Africana (UA), no âmbito do CDC África, em 2021 para cumprir um objetivo ousado: permitir que a indústria de fabricação de vacinas africana se desenvolva, produzir e fornecer mais de 60% do total de doses de vacinas necessárias no continente até 2040, em comparação com menos de 1%, atualmente. O [Continental Framework for Action](#) (FFA) foi desenvolvido e aprovado durante a 40ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo e estabelece as principais intervenções necessárias para permitir o desenvolvimento de uma indústria de fabricação de vacinas sustentável na África.

O Fórum PAVM contou com a participação dos Estados-Membros da União Africana, fabricantes africanos, agências reguladoras nacionais, parceiros e doadores com o objetivo de fazer o ponto da situação sobre os progressos alcançados no âmbito da Iniciativa PAVM, uma revisão completa dos oito programas ousados, destacar novas prioridades, delinear áreas para colaboração e apoio contínuos e interagir com os Estados-Membros, fabricantes, financiadores e outros parceiros em suas prioridades.

“O Fórum coincide com a Semana Mundial da Vacinação, que visa destacar a ação coletiva necessária para proteger as pessoas contra doenças evitáveis por vacinas, também somos lembrados dos desafios contínuos para o acesso às vacinas no continente africano”, disse

Monique Nsanzabaganwa, Vice-Presidente da Comissão da União Africana. Ela observou ainda que "Através do PAVM, a União Africana defenderá e coordenará a produção de vacinas no continente; e continuará a defender um forte apoio e priorização de vacinas africanas de qualidade nos Estados-Membros.

"A PAVM está em uma jornada de várias fases para concretizar a nova ordem de saúde pública do CDC. Em 2021, definiram-se os objetivos, consolidou-se uma base de fatos, definiu-se a estratégia continental e lançou-se o Quadro de Ação. Nos próximos dois anos, o foco será na implementação da estratégia", afirmou o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África. "Além disso, um foco será estendido aos produtos adjacentes - tratamento e diagnóstico para realmente cumprir com o Pilar 3 da Nova Ordem de Saúde Pública: fabricação expandida de vacinas, diagnósticos e tratamentos para democratizar o acesso a medicamentos e equipamentos que salvam vidas", acrescentou.

A implementação dos objetivos do PAVM será um esforço de longo prazo que requer uma forte coordenação e colaboração entre parceiros em várias áreas do ecossistema de fabricação de vacinas. Através de discussões, o Fórum PAVM ajudará os Estados-Membros a tomar decisões sobre as prioridades para o desenvolvimento do ecossistema de saúde africano e orientar os financiadores e outros parceiros para tomar decisões sobre a alocação de recursos.

O Fórum de três dias permitiu os Estados-Membros, os fabricantes africanos, os doadores e os parceiros fazerem suas contribuições e *feedback* sobre a melhor forma de implementar o PAVM focado no estabelecimento de estruturas e programas necessários para dar impulso à indústria, e a médio prazo para fortalecer o ambiente propício à ampliação das operações de fabricação no horizonte entre 2030 e 2040.

Cooperação da União Europeia em Uma Saúde

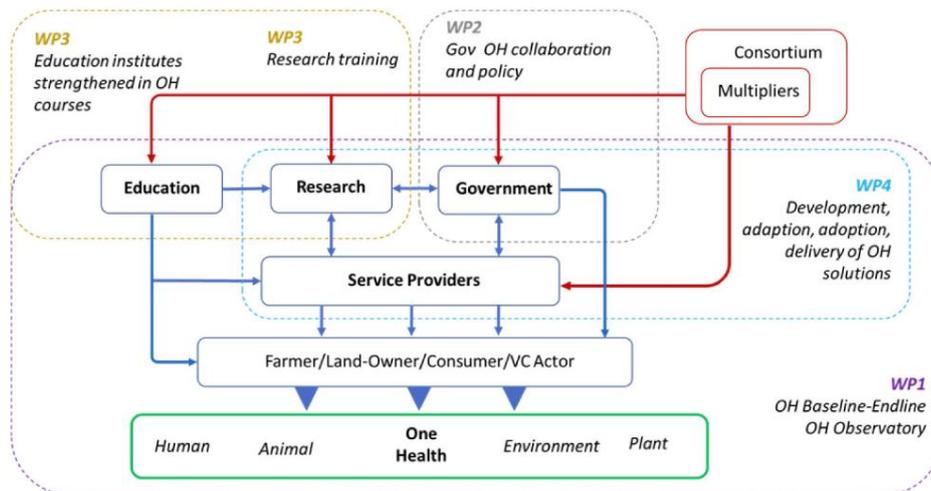


A União Europeia e seus parceiros injetaram 10 milhões de euros na abordagem Uma Saúde. O financiamento é para ajudar a facilitar a adaptação e adoção de soluções para questões que podem ser abordadas através de Uma Saúde. Os fundos serão concedidos através do [Instituto Internacional de Pesquisa Pecuária \(ILRI\)](#) e parceiros no âmbito de um projeto de quatro anos chamado [Capacitating One Health in Eastern and Southern África](#) (COHESA), que será implementado entre os países beneficiários que são Uganda, Quênia, Tanzânia, Ruanda, Etiópia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, **Moçambique**, Namíbia e Botsuana.

Gerald Den Oriden, chefe de pesquisa e inovação da Organização dos Estados de África Caribe e Pacífico, com sede em Bruxelas, na Bélgica, afirmou que têm trabalhado com a União Europeia para tentar obter algumas soluções nas áreas de desenvolvimento sustentável através da pesquisa e inovação. Oriden disse que eles têm um portfólio de 54 milhões de euros para inovações que eles aplicaram em oito projetos na África, sendo COHESA um deles.

Este projeto visa gerar um ecossistema inclusivo de pesquisa e inovação, facilitando a rápida adaptação e adoção de soluções para questões que podem ser tratadas usando uma abordagem Uma Saúde (One Health, OH), com o conceito de OH incorporado em toda a sociedade na África Oriental e Austral, trabalhando para seres humanos, animais e ambientes saudáveis.

Desenho do projeto, segundo ISAAA AfriCenter:



São quatro os objetivos do projeto:

- Maior relevância da pesquisa e políticas de OH na África Oriental e Austral;
- Maior colaboração nacional e sub-regional entre entidades governamentais com mandatos de OH e partes interessadas de OH em toda a sociedade;
- Equipar instituições de ensino e pesquisa para treinamento da força de trabalho da próxima geração no combate às questões relativas à OH;
- Aumentar a capacidade das partes interessadas governamentais e não governamentais treinadas pela intervenção para identificar e fornecer soluções de OH para os principais problemas de benefício final.

Como produtos, espera-se do projeto o seguinte:

- Entidades governamentais com mandatos de OH e partes interessadas em toda a sociedade capacitadas em colaboração intersetorial em torno de OH;
- Entidades governamentais capacitadas no desenvolvimento de estratégias e políticas de OH baseadas em evidências;
- Capacidades das instituições nacionais de ensino secundário, terciário e profissional fortalecidas para a formação da força de trabalho da próxima geração;
- Institutos de pesquisa fortalecidos na formação de pesquisadores da próxima geração;
- Institutos de pesquisa fortalecidos na identificação, desenvolvimento, adaptação e soluções de OH (tecnologias, soft skills e abordagens estratégicas para enfrentar os desafios atuais);
- Prestadores de serviços (públicos e privados) capacitados na identificação, adoção e soluções de OH;
- Parcerias público-privadas reforçadas para soluções de OH e consulta sobre questões de OH;
- Contribuição para o entendimento emergente sobre OH, seu uso apropriado e mais-valia;
- Conhecimento e informação sobre pesquisa e políticas de OH nas duas regiões da África austral e oriental promovidos através de plataformas de projetos.

A concepção do projeto foi baseada no Consórcio de três instituições: Instituto Internacional de Pesquisa Pecuária (ILRI - *International Livestock Research Institute*), para a África oriental, o Centro Francês de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento Internacional ([CIRAD – Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement](#)) para a África austral e o Serviço Internacional para a Aquisição de Aplicações Agrobiotecnológicas ([ISAAA AfriCenter](#)) que trabalhará com organizações multiplicadoras no país (principalmente organizações de pesquisa e implementação Uma Saúde) para dar resposta aos beneficiários do projeto, principalmente governo, ensino, pesquisa e prestadores de serviços envolvidos nesse consórcio Uma Saúde.

Revisão do Plano de Ação do Pacto Global para as Migrações na África

Em colaboração com a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a UNECA, realizou-se na Cidade do Cabo, na África do Sul, uma [reunião de peritos para a revisão do Plano de Ação](#) (PoA - *Draft Plan of Action*) para a implementação do Pacto Global para as Migrações (GCM - *Global Compact for Migration*). O Plano de Ação objeto de revisão tem por base as prioridades da migração africana, as políticas, a Agenda 2063 e os ODS da Agenda 2030, e fornece aos Estados-Membros e às Comunidades Económicas Regionais (REC - *Regional Economic Communities*) um quadro continental para a formulação dos respectivos planos nacionais e regionais de implementação do Pacto Global para as Migrações de acordo com as suas prioridades e recursos.

A reunião foi oficialmente aberta com discursos de altos representantes da União Africana, do Escritório Especial da Organização Internacional para as Migrações (SLO) junto da União Africana e do Secretariado da Rede das Nações Unidas.

Sabelo Mbokazi, Chefe da Divisão de Trabalho, Emprego e Migração da União Africana (UA), instou todos os especialistas em migração e mobilidade presentes em todas as partes do continente, incluindo departamentos da organização africana, Comunidades Económicas Regionais (REC), Agências relevantes das Nações Unidas e de várias instituições de migração laboral para aproveitar a oportunidade deste compromisso para fortalecer e enriquecer o esboço de Plano de Ação para alcançar os objetivos da sua revisão para o continente. O Plano de ação revisado será submetido aos Estados-Membros para validação ainda no decurso de 2023.

A senhora Phumza Manqindi, Coordenadora Sênior de Programas e Políticas da OIM, ressaltou que os principais princípios orientadores do GCM, fundamentados no direito internacional, não apenas examinam a migração num panorama alargado, mas também incorporam parcerias abrangentes dentro dos governos e em toda a sociedade. O verdadeiro impacto do Pacto será medido pela forma como os seus 23 objetivos e princípios orientadores estão a ser aplicados na prática diária para o benefício tangível dos migrantes e das suas comunidades na busca de uma migração mais segura, ordenada e regular.

Por sua vez, a senhora Azrah Karim Rajput, Diretora Sênior de Política Regional da Rede das Nações Unidas no Secretariado das Migrações, destacou as revisões regionais planeadas do GCM para 2024 como um momento-chave para os Estados-Membros, as entidades da ONU e todas as partes interessadas se envolverem em aspectos da implementação do GCM que exigem perspectivas regionais e inter-regionais. Ela mencionou que Rede desenvolveu uma *framework* para os compromissos de revisão regional, acrescentando que, "*a Rede está totalmente focada em apoiar a implementação do GCM.*"

De referir que o encontro foi híbrido com a contribuição de especialistas on-line, e em uma apresentação em subgrupos e em plenário. Durante os três dias de reunião, foram obtidos os seguintes resultados:

- Revisado o Plano de Ação incorporando contribuições que refletem a agenda migratória do continente com base nas realidades atuais e na dinâmica migratória em evolução no continente;
- Acompanhamento revisto e revisão do quadro/mecanismo que permite o acompanhamento e a avaliação do Plano de Ação que se alinha com os quadros existentes e a sua exequibilidade;
- Proporcionado uma plataforma para o envolvimento de futuros peritos nas questões relacionadas com o GCM no continente;
- Criação de um grupo consultivo técnico sobre migração (TAG-M, *Technical Advisory Group on Migration*).

Para encerrar, os responsáveis do Centro de Operações de Migração em Cartum, do Centro Africano de Pesquisa e Estudo sobre Migração, do Instituto Africano de Remessas, da Divisão de Emprego e Migração da União Africana e da OIM, em suas observações finais, apreciaram as contribuições efetivas e o excelente trabalho feito para alcançar os objetivos da reunião e decidiram se reagrupar novamente antes de apresentar os documentos aos órgãos políticos para a sua validação.

Alemanha apoia inclusão da União Africana no G20

Em Adis Abeba, o Primeiro-Ministro da Alemanha, Olaf Scholz, deu início à sua [segunda viagem à África como chanceler](#) com um apelo para que a União Africana tenha assento permanente no G20. Sudão e Ucrânia também estiveram em debate.

A viagem do chanceler alemão de três dias à África Oriental, incluirá também uma visita ao vizinho Quênia. Esta visita tem lugar numa altura em que a violência abala o Sudão e apenas seis meses depois de a Etiópia - o país africano com a segunda maior população a seguir à Nigéria - ter visto terminar a guerra civil de dois anos na região de Tigray, no norte do país.

É a segunda vez que o chanceler alemão se desloca a África desde que assumiu o cargo, sendo Adis Abeba, a capital da Etiópia, também a sede da União Africana (UA) com os seus 55 Estados-Membros.



Scholz foi recebido em Adis Abeba pelo primeiro-ministro etíope, Abiy Ahmed

Foto: Michael Koppeler/picture alliance

No Quênia, as discussões centrar-se-ão na energia verde, bem como nas consequências da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Scholz elogiou as "*intensas*" discussões sobre a promoção da "*paz e estabilidade*" no continente e as conversações com o Presidente da União Africana, Moussa Faki Mahamat, centraram-se nos conflitos em África, especialmente na questão da manutenção da paz no Sudão. O chanceler prometeu a ajuda da Alemanha para encontrar uma solução pacífica.

O chefe do Governo alemão disse ainda aos responsáveis da União Africana que têm o seu total apoio para obter um lugar no G20. "*O respeito pelo continente, pelos seus muitos países e pela sua população em crescimento exige que estes tenham uma voz*", afirmou. "*Sinto que há um crescente apoio a isso e conseguimos também garantir que se concretizará num futuro não muito distante. Para mim, seria algo que muito me alegraria*", acrescentou.

Acompanhado por representantes de empresas alemãs, Scholz também procurará reforçar o papel da Alemanha como parceiro fiável para contrariar a crescente influência chinesa na região. Scholz afirmou que a segurança alimentar é uma questão fundamental e garantiu que a Alemanha vai apoiar todas as medidas para acabar com a dependência de África da importação de fertilizantes.

O chanceler também levantou a questão do apoio à Ucrânia na sua guerra contra a Rússia. "*O conflito não é apenas uma ameaça à segurança na Europa, mas também a nível mundial*", afirmou.

"*Não podemos aceitar que um país maior invada um vizinho menor e anexe parte do seu território*", disse aos jornalistas. "*A paz global baseia-se no conceito de que nenhuma ambição revisionista leve a tentativas de redesenhar fronteiras pela força*."

"*A guerra também teve consequências para os africanos*", acrescentou. "*É por isso que continuamos a apoiar a ONU na questão da segurança alimentar, das exportações de cereais e dos fertilizantes*".

De acordo com o deputado alemão Michael Roth, do Partido Social-Democrata (SPD), a viagem à África Oriental tem como objetivo dar um "*sinal claro de que a Alemanha e a Europa não estão apenas ocupadas com a invasão russa da Ucrânia, mas que também estão a tomar medidas para a paz e a estabilidade em todo o mundo*".

COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)

Cooperação com União Europeia em Agroecologia

No âmbito da execução do [Programa de Agroecologia da CEDEAO](#), cofinanciado pela União Europeia e pela Agência Francesa de Desenvolvimento, o Presidente da Comissão da CEDEAO, Omar Alieu Touray, assinou acordos de subvenção com 15 centros de formação para desenvolver a capacidade de Agroecologia nos Estados-Membros. O orçamento total é de **1.320.784,43** euros, representando cerca de 88.000 euros por centro e por uma duração média de 18 meses destinada a formar 12.000 jovens na região da África ocidental.

O objetivo de cada subvenção é estabelecer o quadro de colaboração entre a CEDEAO e o Centro beneficiário para a implementação das atividades do Programa na África Ocidental com o objetivo geral de construir o sistema de recursos humanos e ambientalmente amigável para sustentar e aumentar a produtividade agrícola e criar uma sociedade rural resiliente.

Selecionados na sequência de um processo de consulta e avaliação, os 15 centros de formação representam cada um dos 15 Estado-Membros da CEDEAO.

Ao apoiar os centros através dos acordos, a CEDEAO procura melhorar a qualidade da formação e o desenvolvimento das capacidades dos centros em questões atuais relacionadas com a agroecologia e aumentar o número anual de pessoas formadas em agroecologia. A meta total do Programa é de cerca de 12 mil jovens, entre homens e mulheres treinados até 2024 em agroecologia nessa região.

Mais especificamente, o objetivo do apoio é contribuir para reforçar as capacidades de formação dos centros para:

- a promoção de sistemas de formação de qualidade que integrem a aplicação de aulas teóricas e práticas sobre técnicas agroecológicas e boas práticas de acordo com o meio ambiente;
- o aumento do número de jovens formados, em particular os rurais;
- a sua constituição em rede a longo prazo;
- facilitação da sua ligação a organizações/parceiros de apoio para um possível financiamento na intensificação das práticas agroecológicas.

O apoio aos centros de formação da CEDEAO insere-se no objetivo do Programa de facilitar o trabalho em rede e a divulgação de experiências-piloto e abordagens promissoras em agroecologia (com o Centro Songhai no Benim e o Centro CIDAP no Togo como centros de referência) noutros países da sub-região, nomeadamente no Sahel.

Recorde-se que o Programa de Agroecologia da CEDEAO visa estimular o desenvolvimento de práticas inovadoras que otimizem a mobilização de processos ecológicos no campo da agro-silvopastoril e pescas na zona da CEDEAO através de apoio à agricultura familiar para uma transição agroecológica que lhes permita conciliar desempenho econômico, segurança alimentar, preservação ambiental e saúde da população.

Com um orçamento total de 16,2 milhões de euros, o Programa é composto por dois projetos, nomeadamente o Projeto de Apoio à Transição Agroecológica na África Ocidental (PATAE), financiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento ([AFD - Agence française de développement](#)), de 8 milhões de euros e o Projeto de Apoio à Divulgação e Implementação de Boas Práticas para a Intensificação Agrícola Sustentável (PAIAD - *Pratiques d'Intensification Agricole Durable*) financiado pela União Europeia em 8,2 milhões de euros. Abrange os 15 Estados-Membros da CEDEAO e está programado para terminar em 2024.

Saúde e Nutrição

17ª Edição do Fórum de Nutrição e a importância da multissetorialidade

De 19 a 20 de abril de 2023, teve lugar, em Abuja na Nigéria, a [17ª edição do Fórum de Nutrição](#) da CEDEAO organizada pela Organização Oeste Africana da Saúde (OOAS). Nele participaram mais de 250 participantes de 15 países membros da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) para além dos delegados dos Movimentos para o Fomento da Nutrição (*SUN - Scaling Up Nutrition*), representantes da Rede Empresarial do SUN, da Rede da Sociedade Civil do SUN, da ONU-Nutrição e do Secretariado do Movimento SUN juntaram-se a este Fórum Regional de Nutrição. Escolheu-se como tema para esta 17ª edição "Otimizar o

financiamento sustentável a favor das abordagens multissetoriais: acelerar o acesso universal a regimes alimentares seguros, acessíveis e sustentáveis”.

Foi a primeira vez que este fórum regional se centrou na importância crucial da multissetorialidade para fazer avançar a agenda da nutrição, onde as delegações dos países incluíram representantes dos governos, da sociedade civil, dos parlamentares, do sector privado e dos investigadores, entre outros. Além de promover uma coordenação mais eficiente e uma abordagem multissetorial para a nutrição, os debates do Fórum focaram-se em vários tópicos importantes, nomeadamente o financiamento, a fortificação de alimentos, os sistemas de informação multidisciplinares sobre nutrição, a responsabilização, o papel do sector privado, entre outros.

Durante as sessões de discussão, os participantes mostraram-se empenhados e interessados. Um dos temas emergente nos debates, é a interligação clima-nutrição.

O Fórum culminou com a adopção do Apelo à Acção de Abuja. O documento sublinha a necessidade de um compromisso político mais consistente a favor da nutrição a nível regional e sugere objectivos mais ambiciosos do seu financiamento pelos Estados-Membros da CEDEAO em reforço à [Declaração de Abuja](#).

2.ª Edição do Salão da Pecuária e da Carne

A 2ª edição do Salão da Pecuária e da Carne da África Ocidental teve lugar em Abidjan, Costa do Marfim, no Palácio de Cultura de Treichville, de 27 de abril a 1 de maio de 2023. O evento foi financiado principalmente pela Cooperação Suíça através do seu Programa de apoio à comercialização de gado na África Ocidental (PACBAO – sigla em francês) e organizado pela Confederação das Federações Nacionais do Sector da Pecuária e da Carne da África Ocidental.

O salão da Pecuária e da Carne da África Ocidental é uma plataforma especializada para os intervenientes na cadeia de valor da carne de bovinos para os países da sub-região da África Ocidental. Para esta 2ª edição foi escolhido como tema: "*A cadeia de valor pecuária-carne, uma alavanca para aumentar o comércio regional e a criação de empregos na África Ocidental num contexto de insegurança*".

As preocupações e iniciativas dos países da África Ocidental em relação a pecuária e carne não são novas. Apesar do potencial pecuário, a sub-região continua fortemente dependente das importações estrangeiras de carnes vermelha e branca, de leite e seus derivados e, por conseguinte, está constantemente sob ameaça de fome e de insegurança alimentar. Ainda em setembro de 2022, o Centro Regional de Saúde Animal (CRSA) organizou, na Cidade da Praia, Cabo Verde, a [8ª Reunião Anual das Redes Regionais de Saúde Animal da CEDEAO \(RAHN\)](#) que se organiza regularmente em colaboração com a FAO, AU-IBAR e seus parceiros financeiros (União Europeia, Banco Mundial, Cooperação Suíça) para servir como uma plataforma de troca de informações, partilha de experiências e, sobretudo, de análise dos desafios em cada Estado-Membro para ações coordenadas. De notar que existem países, mas as populações e gados circulam sem nenhum tipo de restrições e de reconhecimento das linhas fronteiriças que separariam esses países.

Após a primeira edição, que teve lugar em 2016, a segunda edição insere-se no mesmo objetivo de estimular e apoiar o crescimento da economia regional, com a perspectiva de transformação, rentabilidade e desempenho da cadeia de valor do gado e da carne no seio dos países da África Ocidental. A grande novidade da edição 2023 do [Salão Internacional da Pecuária](#)

[e da Carne da África Ocidental](#) (SIBVAO – sigla em francês) é a sua associada à Feira do Camelo (SIBVAO CAMEL FAIR 2023) sob o patrocínio institucional da CEDEAO e do Ministério dos Recursos Animais e Pesqueiros da Costa do Marfim. Teve a participação especial da Mauritânia e do Chade, para além dos países da CEDEAO.

Para a Associação da África Ocidental para o comércio transfronteiriço de produtos agro-silvo-pastoris e haliêuticos (AOCTAH), coorganizadora da referida feira, o tema desta edição "*Cadeia de valor gado-carne, uma alavanca para aumentar o comércio regional e a criação de emprego na África Ocidental num contexto de insegurança*" é um reconhecimento e, ao mesmo tempo, um convite para o enfrentamento de um desafio real. De facto, o comércio intra-regional de gado/carne não pode ser verdadeiramente promovido se não for abordado o problema da insegurança crescente na sub-região. Recorde-se que a pecuária contribui em média com 36% para o PIB agrícola dos países do Sahel e com 15% para os países costeiros da Comunidade. Contribui também com 5 a 10% para as exportações de alguns países da região, nomeadamente do Burkina Faso, Chade, Mali, Níger. A procura de carne na região ultrapassa as capacidades de produção interna. Por isso, é fortemente complementada por importações, cujo valor foi estimado em 745 milhões de dólares para a carne e produtos à base de carne e 998 milhões de dólares para o leite e produtos lácteos em 2020.

"A expansão das oportunidades económicas e comerciais actuais e a optimização da procura futura de produtos da cadeia de valor exigem inovação e investimento na revitalização, profissionalização e desenvolvimento sustentável da cadeia de valor da carne de animais no seio da Comunidade", afirmou a senhora Massandje Touré Litsé, Comissária da CEDEAO para os Assuntos Económicos e a Agricultura, no ato de lançamento do evento. A Comissária continua dizendo que perante o desafio da profissionalização do sector, a CEDEAO empreendeu várias iniciativas, tanto a nível regional como nacional, com o apoio técnico e financeiro dos parceiros, para apoiar as organizações/associações de criadores de gado. Com efeito, SIBVAO 2023 está a contribuir diretamente para a realização do objetivo específico nº4 sobre "*Melhoria do ambiente empresarial, da governação e dos mecanismos de financiamento do sector agrícola e agro-alimentar*" do [Quadro Estratégico Comunitário para o Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável](#).

Lançamento de consulta sobre fertilizantes e saúde dos solos

Hoje mais que nunca, o impacto das mudanças climáticas nas vidas das pessoas vem sendo, cada vez mais, uma realidade incontornável. Confrontado com essa realidade de um lado e, de outro, com a crescente necessidade de garantir a segurança alimentar e nutricional das populações que na sua maioria depende diretamente dos solos, a CEDEAO lançou, de 25 a 27 de abril de 2023, uma consulta virtual com o sector privado, a sociedade civil e o sector público sobre a problemática dos fertilizantes e a saúde dos solos. Espera-se que os resultados da consulta possam permitir o desenvolvimento de um roteiro atualizado para melhorar a fertilidade dos solos e a produtividade agrícola na região. A operação contou com o apoio técnico e financeiro do Centro Internacional de Desenvolvimento de Fertilizantes (IFDC) e do Banco Mundial, além de conseguir mobilizar e associar outras organizações intergovernamentais ([UEMOA](#) e o [CILSS](#)) assim como dos seus Estados-Membros para todos contribuírem para o desenvolvimento e adopção de uma agenda regional específica que inclua indicadores de desempenho sobre a fertilidade e saúde dos solos em benefício de todos os países da região. A consulta consiste essencialmente em:

- recolher comentários, preocupações e sugestões e procurar harmonizá-los com os objetivos, estratégias e programas da Comunidade tendo especialmente em conta as especificidades da África Ocidental;
- preparar um projecto de roteiro para a CEDEAO e seus Estados-Membros a ser apresentado numa mesa redonda de alto nível prevista para final de maio de 2023 em Lomé, antes da Cúpula/Cimeira Africana sobre Fertilizantes e Saúde do Solo;
- informar e consultar as partes interessadas sobre os processos, o projecto de declaração e o plano de acção decenal que estão a ser preparados pela Comissão da União Africana;
- preparar e incentivar a participação e o envolvimento das partes interessadas antes, durante e após a Cúpula/Cimeira da União Africana.

Recorde-se que, apesar dos esforços envidados e dos progressos registados desde a Cúpula/Cimeira Africana sobre Fertilizantes realizada em Abuja, na Nigéria, em junho de 2006, a produtividade e a produção agrícolas continuam a ser insuficientes. A utilização de fertilizantes mantém-se a níveis baixos, longe do objectivo adoptado nessa matéria (50 kg de nutrientes por hectare). O corolário disso é o recurso significativo à importação de alimentos, o aumento contínuo desde 2010 do número de pessoas afectadas pela insegurança alimentar e pela fome, tudo isto num contexto de crescente insegurança, alterações climáticas e declínio da fertilidade dos solos.

Na Europa, sarampo, mpox, acolhimento aos refugiados e os seis meses de gestão da extrema-direita na Itália

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A notícia de maior repercussão na quinzena europeia, foi indubitavelmente a coroação do Rei Charles III, no Reino Unido. Entretanto, o informe aborda os seis primeiros meses da gestão de extrema-direita na Itália e a tendência do cenário inflacionário na Europa. Os destaques do informe novamente ficam no campo da OMS. A região europeia da OMS registrou aumento no número de casos de sarampo e diminuição nos casos de Mpox. A Organização recebeu, pela primeira vez, o ministro de saúde ucraniano e promoveu uma consulta de alto nível em parceria Ministério da Saúde da República Eslovaca, para discutir os desafios enfrentados pelos sistemas de saúde no acolhimento dos refugiados ucranianos.

Em um balanço dos seis primeiros meses do governo italiano de extrema-direita, a professora de Ciência Política na Universidade para Estrangeiros de Perúgia na Itália, Cecilia Sottillotta, avalia que [a postura de Giorgia Meloni na política externa é tranquilizadora e que é a nível interno que Meloni consegue ser mais fiel às suas promessas eleitorais](#). Para ela, Meloni tranquilizou os aliados – EUA e Otan -, e reafirmou compromisso com a União Europeia. No âmbito interno, usa de pautas culturais para agradar ao seu eleitorado, por meio de medidas polêmicas como um decreto-lei contra as [raves](#), o impedimento do registo civil de [filhos de casais homossexuais](#) e a lei que limita a atuação das [organizações não governamentais](#) que resgatam imigrantes.

Para Francesco Strazzari, professor de Relações Internacionais na Scuola Universitaria Superiore Sant'Anna, trata-se de “armas de distração em massa”, que desviam o debate público dos temas realmente importantes para a Itália, como a crise de energia, o aumento do custo de vida e o crescente fluxo migratório, problemas partilhados com outros países europeus. Marianna Griffini, professora no Departamento de Estudos Europeus e Internacionais do King's College, em Londres, entra no debate sugerindo que tais políticas não são apenas distração, mas uma tentativa de exercício de soberania cultural junto à UE, que qualifica como "batalhas simbólicas", e não uma tentativa real confrontar a UE. Griffini pondera que há muitas coisas em jogo, como os planos de recuperação econômica pós pandemia.

[O Banco Central Europeu vai continuar elevando as taxas de juros até que a inflação esteja sob controle](#), disseram duas autoridades do BCE nesta sexta-feira, enquanto pesquisas mostraram que a luta contra o aumento dos preços está longe de terminar. O governador do banco central francês, François Villeroy De Galhau, e seu colega lituano, Gediminas Simkus, reafirmaram a intenção do BCE de aumentar ainda mais os custos de empréstimos, várias vezes se necessário, o que os mercados financeiros ainda duvidam.

A região europeia da OMS já tem mais casos de sarampo em 2023, do que em todo o ano de 2022. Ao todo, 17 países da região relataram a doença neste ano, sendo mais de 900 casos apenas entre janeiro e fevereiro. O Tadjiquistão, a Turquia e a Federação Russa relataram o maior número de casos nos últimos 12 meses (610, 466 e 414 casos, respectivamente). Áustria, Sérvia, Reino Unido, Uzbequistão e outros registraram aumento de casos desde o início de 2023.

O aumento de casos de sarampo na região, pode estar associado à interrupção das campanhas de vacinação durante a pandemia de Covid-19. Em 2021, um recorde de quase 40

milhões de crianças no mundo perderam uma dose da vacina contra o sarampo: 25 milhões de crianças perderam a primeira dose e outras 14,7 milhões, a segunda dose. Na região europeia, o impacto da pandemia de Covid-19 na cobertura vacinal variou amplamente entre os países e dentro deles. Alguns conseguiram realizar atividades de recuperação entre uma onda e outra, mantendo níveis desejáveis de cobertura. Outros viram a imunização de rotina interrompida ou adiada por um período considerável em parcelas significativas de suas populações.

Sob o lema “The Big Catch-up”, a OMS trabalhou com parceiros na Europa e além para apoiar os países durante e após a Semana Europeia de Imunização (que aconteceu entre 23 e 29 de abril de 2023) para voltar aos patamares ideais e garantir que mais pessoas sejam protegidas de doenças evitáveis por vacinação.

[A OMS Europa inaugurou o primeiro Grupo Consultivo Técnico](#) (TAG, na sigla em inglês). Com caráter permanente, o TAG é encarregado de aconselhar a OMS Europa sobre comunicação de risco, engajamento comunitário e gestão infodêmica (RCCE-IM, na sigla em inglês). O principal mandato do TAG é aconselhar a OMS Europa sobre o estado da arte em pesquisa, análise e inovação relacionadas a RCCE-IM nas melhores práticas; e como isso pode ser aplicado ao desenho, implementação e avaliação de estratégias e ações de RCCE-IM em todo o ciclo de vida de uma emergência.

Composto por 20 membros, o TAG vai ajudar na análise de evidências, compartilhamento de experiências práticas de vários países e áreas e fornecerá recomendações para as abordagens mais eficazes e os investimentos vitais que as autoridades de saúde precisam fazer. Representando 18 países diferentes de toda a Região, o grupo inclui profissionais do RCCE-IM de institutos nacionais de saúde pública e organizações da sociedade civil, bem como acadêmicos e pesquisadores.

Durante sua reunião inaugural, que aconteceu em 26 e 27 de abril em Copenhague, o TAG discutiu as estratégias e ações para emergências em andamento, como Covid-19, Mpox e as respostas humanitárias à guerra na Ucrânia e aos terremotos da Turquia. A capacitação de longo prazo em RCCE-IM e a preparação para futuras emergências também foram objeto de discussão.

[Quanto ao Mpox, cujo surto atípico na região da OMS Europa completou 1 ano em maio de 2023, registra-se uma redução sustentada de casos](#), após um rápido aumento e pico de número de casos em meados de julho de 2022. Embora as razões para a mudança de cenário sejam desconhecidas, é provável que uma combinação de fatores tenha ajudado a controlar melhor a transmissão de doenças, incluindo: melhor detecção de casos com gestão clínica e de saúde pública associada; aquisição de imunidade natural e vacinal; e mudança de comportamento das comunidades afetadas após campanhas de conscientização pública.

Atualmente, muitos Estados Membros da Região não estão mais vendo transmissão local sustentada de Mpox de pessoa para pessoa, mas alguns países ainda relatam transmissão contínua de baixo nível, predominantemente entre o grupo mais afetado durante o surto: gays, bissexuais e outros homens que fazem sexo com homens. Com significativa transmissão ainda ocorrendo em países endêmicos, espera-se que ocorram reintroduções contínuas na região europeia, com potencial para desenvolvimento de novos surtos localizados ou dispersos. O risco de ressurgimento pode ser agravado pelos grandes festivais internacionais programados para ocorrer na primavera e verão.

Dada a imperativa e contínua necessidade de vigilância, a OMS Europa desenvolveu um novo resumo de política, [“Considerações para o controle e eliminação de mpox na atualização da Região Europeia da OMS em 25 de abril de 2023: a necessidade de planos operacionais nacionais integrados”](#). O documento descreve ações que os Estados Membros da Região precisam tomar para se preparar para a próxima temporada de aglomerações de pessoas e para prevenir a transmissão sustentada de pessoa para pessoa de Mpox a médio e longo prazo. Isso fornece uma atualização e extensão do resumo de política anterior da OMS Europa, “Considerações para o controle e eliminação da varíola símia na região europeia da OMS: resumo de política nº 1, 26 de agosto de 2022”, e destina-se a fornecer uma estrutura para os países desenvolver planos de ação nacionais de 5 anos.

[O Ministro da Saúde da Ucrânia, Viktor Liashko, fez sua primeira visita oficial à sede da OMS Europa](#) no dia 1º de maio de 2023. Na ocasião a OMS e o Ministério da Saúde da Ucrânia enfatizaram sua parceria de longa data – mesmo em meio à guerra em andamento –, para atender às necessidades essenciais de saúde e fortalecer os sistemas de saúde do país. Dentre os assuntos discutidos com diferentes diretores de programas da Organização, estão os impactos da guerra – inclusive nos serviços e prestação de serviços de saúde, na saúde e na força de trabalho e na infraestrutura de saúde –, além das reformas de saúde da Ucrânia, para as quais está sendo traçado um plano para os próximos anos.

“A OMS/Ucrânia tem uma presença significativa no território e suas equipes fornecem experiência e apoio em diversos programas e questões, desde reabilitação e saúde mental até imunização, HIV, tuberculose e doenças não transmissíveis”, disse o ministro Liashko. “Embarcamos em nossas reformas de saúde mesmo antes da eclosão da guerra no ano passado e somos verdadeiramente gratos pelo apoio da OMS enquanto buscamos tornar nossa visão uma realidade – fortalecer a qualidade, tornar os serviços acessíveis e garantir a acessibilidade sob a cobertura universal de saúde.”

A propósito, por falar na Ucrânia, os refugiados ucranianos também estiveram na pauta, mas de um encontro mais amplo. [Ministros da saúde, organizações não-governamentais \(ONGs\) e agências das Nações Unidas \(ONU\) se reuniram em Bratislava, capital da Eslováquia, para discutir os desafios, soluções e caminhos a seguir para atender às necessidades de saúde dos ucranianos que buscaram proteção temporária em países vizinhos](#). A consulta de alto nível foi organizada pelo Ministério da Saúde da República Eslovaca e pela OMS Europa. Líderes seniores de saúde da Tchequia, Hungria, Polônia, República da Moldávia e Romênia, discutiram, sobre as lições aprendidas durante a resposta dos últimos anos ao que tem sido a maior emergência humanitária na região europeia da OMS desde a Segunda Guerra Mundial.

Atualmente, 8 milhões de ucranianos estão alojados em países vizinhos da UE – dos quais 5 milhões solicitaram proteção temporária – que lhes concedem o mesmo ou semelhante acesso aos cuidados de saúde que os outros cidadãos. No entanto, à medida que a guerra avança, são necessárias soluções sustentáveis, especialmente porque os sistemas de saúde não estavam preparados e há uma escassez aguda de pessoal de saúde na região.

Alguns desafios comuns foram identificados, como a falta de preparação, que levou à inadequação das provisões legais iniciais para a resposta. A lei humanitária teve que ser aplicada em todos os países e leis especiais foram promulgadas para garantir a adequada gestão financeira e de recursos. A gestão da crise e a alocação de recursos foram questões importantes na fase inicial da crise, sendo necessária uma coordenação multissetorial.

Em muitos países, a OMS trabalhou com os ministérios da saúde para liderar a coordenação dos parceiros na resposta. A falta de dados precisos, como dados de saúde do paciente e registros de vacinação, bem como informações sobre o acesso aos cuidados de saúde, têm se mostrado um impedimento para a prestação de serviços eficazes e acesso equitativo à saúde e à assistência social. Com a crise em seu segundo ano, soluções sustentáveis precisam ser buscadas, como a inclusão de refugiados ucranianos nos esquemas nacionais de seguro saúde.

Uma área de foco particular foi a inclusão temporária da força de trabalho de saúde ucraniana nos sistemas nacionais de saúde dos países anfitriões. Mais profissionais de saúde aliviarão a crise de pessoal dos países vizinhos e permitirão que a equipe ucraniana mantenha suas habilidades, permitindo que os refugiados sejam tratados por médicos que falam seu idioma. No entanto, os profissionais de saúde precisam obter permissão para a prática médica e ter habilidades linguísticas para trabalhar temporariamente nos países de acolhimento. Agências da ONU estão trabalhando em colaboração com os ministérios da saúde para ajudar a simplificar esse processo.

Os resultados da reunião informarão futuras políticas e abordagens estratégicas na Região, incluindo o desenvolvimento de ferramentas para atender às necessidades e direitos de saúde dos refugiados. As descobertas também informarão o novo plano de ação regional para a saúde de refugiados e migrantes na região europeia 2023–2030, que será apresentado aos Estados Membros no próximo Comitê Regional da OMS Europa no Cazaquistão em outubro de 2023.

Do local ao global: a erradicação da pólio no Afeganistão e o avanço para desdolarização do Sul Global

Lúcia Marques

*Mas a enxurrada de indignação do Ocidente fortalecerá a determinação da liderança do Talibã, que se define como um baluarte contra o mundo exterior.*¹⁴⁰

Em tempos de fake News e de movimentos anti-vax, o alcance das campanhas de vacinação contra poliovírus em vários países da região MENA têm sido um sucesso, de acordo com a OMS Mediterrâneo Oriental (EMRO).¹⁴¹ Ainda mais por se tratar de países que vivem conflitos, grande movimento migratório, secas, inundações e desastres naturais, dificultando acesso e deslocamentos de equipes, infraestruturas destruídas, falta de energia, sistemas de saúde fracos, falta de saneamento¹⁴², entre outros.

No Afeganistão e no Paquistão - dois países vizinhos que formam um bloco epidemiológico onde o poliovírus selvagem (WPV) permanece endêmico - os erradicadores da EMRO comemoram que a erradicação da doença paralisante está próxima. No [Afeganistão](#), por exemplo, a OMS registrou apenas dois casos de crianças paralisadas pelo poliovírus WPV em 2022. O sucesso se deve à retomada das campanhas de vacinação em todo o país depois da chegada do Talibã ao governo, em agosto de 2021; um sistema de vigilância da pólio monitora o vírus em todas as 34 províncias. O [Paquistão](#) registrou 22 casos no ano passado de pólio WPV e zero para cVDPV2.¹⁴³ Diante de inundações catastróficas do ano passado (ver em [Cadernos CRIS Informe 17-2022, p.163](#)), o país transformou os esforços de resposta em uma oportunidade de oferecer vacinas contra a pólio às crianças sempre que possível. Além disso, o Paquistão está usando maneiras criativas, como a arte de caminhões, para alcançar comunidades vulneráveis que vivem em áreas de difícil acesso.

A erradicação da poliomielite é a interrupção permanente da transmissão do poliovírus e a eliminação da doença que ele causa – a poliomielite. Para atingir esse objetivo, o programa global de erradicação da poliomielite conta com várias estratégias, incluindo a garantia de alta cobertura de imunização, vigilância robusta dos sinais e sintomas da poliomielite e resposta rápida a qualquer detecção do vírus. Envolve os governos nacionais, a OMS, o Rotary International, o Centro dos EUA para o Controle e a Prevenção das Doenças (CDC), a UNICEF, a Fundação Bill & Melinda Gates e a Gavi, Aliança das Vacinas.

A região do Mediterrâneo Oriental (região MENA) abriga 4 das 7 geografias importantes do mundo – áreas com poucos recursos e alto risco - Afeganistão, Paquistão, Somália e Iêmen - que o programa identificou como portadoras de um risco significativo de propagação da poliomielite. É a última região da OMS onde a transmissão do poliovírus selvagem (WPV) continua e abriga muitos desafios para alcançar o fim da paralisia. Para interromper a transmissão, os níveis de imunidade em toda a região devem ser elevados a ponto de a doença

¹⁴⁰ [Graeme Smith](#), consultor sênior do International Crisis Group. consultor com experiência no Afeganistão desde 2005. [Estudantes afastadas das universidades afegãs... | Daily Mail Online](#)

¹⁴¹ A vacina oral contra a poliomielite (OPV) foi declarada *halal* (permitida) por líderes islâmicos em todo o mundo.

¹⁴² O [poliovírus selvagem é transmitido](#) de pessoa a pessoa por via fecal-oral ou, menos frequentemente, por um meio comum (água ou alimentos contaminados, por exemplo) e se multiplica no intestino.

¹⁴³ Poliovírus derivado da vacina do tipo 2 (cVDPV2) pode ocorrer quando há baixa taxa de imunização, quando há falta de saneamento e falta de higiene, baixa nutrição e baixa imunidade.

não infectar nenhuma criança. Mas vacinar tantas crianças é complexo e envolve ao acesso às comunidades, questões de gênero, instalações e bens e serviços, comunicação, e outros desafios que vão além da vacinação.

[A estratégia GPEI 2022–2026](#) baseia-se nas lições aprendidas nas últimas três décadas e define as abordagens, táticas e ferramentas necessárias, particularmente no contexto da COVID-19. As prioridades incluem foco no preenchimento de lacunas nas operações e no envolvimento da comunidade em países endêmicos (microplanejamento, adequação social e programática de recursos humanos, mapeamento social e construção de alianças e responsabilidade de alto nível baseada em dados), ajustando a resiliência operacional e as estratégias de negociação de acesso ao contexto em evolução no **Afganistão** e intensificando a propriedade e supervisão do governo no **Paquistão**. O uso da [nova vacina oral contra poliomielite tipo 2 \(nOPV2\)](#) também se destaca.

Durante a [reunião do Subcomitê Regional para Erradicação de Surtos de Pólio](#), em março último, líderes de Saúde do Mediterrâneo Oriental pediram esforços redobrados por ser um ano decisivo para erradicação da poliomielite na região. O apelo veio justamente porque o último caso de poliovírus selvagem faz quase sete meses, no Paquistão, por tanto, a atenção redobrada é crucial. Enquanto houver uma criança infectada, crianças de todos os países correm o risco de contrair a poliomielite. Se a doença não for erradicada, podem ocorrer até 200 mil novos casos no mundo, a cada ano, dentro do período de uma década. Por isso mesmo, os esforços para procurar poliovírus também nunca foram tão fortes e o programa de poliomielite fez progressos significativos no acesso a crianças sub-imunizadas em vários países de alto risco no ano passado.

Durante a reunião, os Estados Membros e parceiros reconheceram os imensos esforços direcionados para acabar com a poliomielite nos 2 países onde ainda é endêmica – Afeganistão e Paquistão – particularmente após o terremoto e inundações catastróficas que ocorreram em 2022, e a extraordinária vontade política e engajamento em ambos os países. Eles também observaram o trabalho em andamento em países que testemunham surtos de poliovírus circulante derivado da vacina tipo 2 (cVDPV2) e elogiaram os profissionais de saúde por seu valor e dedicação ao trabalho. Também participaram da reunião ministros da Saúde e delegados seniores de países da Região, além de representantes da Fundação Bill Melinda Gates (BMGF), dos Centros de Prevenção e Controle de Doenças (CDC), Gavi, Rotary e UNICEF.¹⁴⁴

Os Estados-Membros emitiram duas declarações após a reunião. Uma delas [pedia que as comunidades humanitárias e de desenvolvimento internacional e os doadores ampliassem o apoio aos Planos de Ação Nacionais de Emergência para o Afeganistão e o Paquistão](#). Uma segunda declaração [pediu que os parceiros internacionais forneçam serviços essenciais, incluindo uma resposta robusta de vacinação, aos surtos de pólio na Somália e no Iêmen](#). Nas províncias do norte do Iêmen, em meio a uma onda de propaganda antivacina, uma resposta de surto há muito esperada ainda não foi lançada, e a Somália está experimentando o surto de cVDPV2 mais longo de todos os tempos.

Afganistão

O programa da poliomielite opera no Afeganistão há mais de duas décadas, passando por situações de insegurança e conflito, adaptando suas estratégias e operações às realidades locais. No final de 2019 e durante 2020, com o crescimento do conflito entre Talibãs e o governo

¹⁴⁴ <https://www.emro.who.int/polio-eradication/news/eastern-mediterranean-health-leaders-call-for-redoubled-efforts-for-a-defining-year-for-polio.html>

afegão e seus aliados militares americanos-OTAN, que se somou à pandemia da COVID-19, provocaram lacunas de imunidade – cerca de 3,5 milhões de crianças estiveram inacessíveis ao programa de vacinação.¹⁴⁵ No segundo semestre de 2021, a transição política permitiu a retomada das campanhas de vacinação e 5,36 milhões de crianças de 9 a 59 meses foram vacinadas contra sarampo e 6,1 milhões foram vacinadas contra poliomielite, segundo os dados da OMS.¹⁴⁶

Apesar desse progresso, as lacunas de imunização devido à inacessibilidade e hesitação vacinal persistem no sul e sudeste do país, que sofreu com inundações e terremotos no ano passado. O programa de poliomielite do Afeganistão está intensificando o trabalho para melhorar a qualidade da campanha, integrar a prestação de serviços de poliomielite com outros programas essenciais de saúde e abordar as recusas para alcançar todas as crianças e acabar com a poliomielite de uma vez por todas.

O país tem uma ampla rede de vigilância de PFA baseada na comunidade. Os poliovírus WPV1 e cVDPV2 ainda estão sendo detectados em locais de vigilância ambiental em todo o país - 29 locais fixos e três locais *ad hoc*.

Afeganistão tema de reunião da ONU em Doha sem os Talibãs

Convocada pelo Secretário Geral da ONU, António Guterres¹⁴⁷, as reuniões a portas fechadas incluiu enviados especiais de 25 países e doadores de ajuda, mas não o Talibã.¹⁴⁸ Entre os participantes, representantes de países como China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Irã, Japão, Cazaquistão, Quirguistão, Noruega, Paquistão, Rússia, Arábia Saudita, Tadjiquistão, Turquia, Turcomenistão, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido, Estados Unidos, Uzbequistão, União Europeia e membros da Organização de Cooperação Islâmica.

O encontro debateu questões como direitos humanos, em particular das mulheres e meninas, ao lado da governança, do combate ao terrorismo e do tráfico de drogas. A meta foi encontrar uma forma concertada de a comunidade global interagir com o Talibã. Mas os talibãs, que estão no poder desde agosto de 2021, estiveram ausentes da reunião de dois dias. A ONU disse que o objetivo da reunião era "alcançar um entendimento comum dentro da comunidade internacional sobre como se envolver com o Talibã em questões como direitos humanos, em particular direitos de mulheres e meninas, governança inclusiva, combate ao terrorismo e tráfico de drogas"¹⁴⁹ e não discutir o reconhecimento do regime Talibã, [disse Guterres](#) em seu discurso de abertura da reunião.

As mulheres afegãs são barradas em quase todos os estudos secundários e universidades, e impedidas de trabalhar na maioria dos empregos governamentais. Em dezembro de 2022, foi emitido um decreto proibindo mulheres cidadãos de trabalhar na maioria das ONGs. No mês passado, [as autoridades talibãs](#) estenderam a proibição ao trabalho com agências da ONU. O que desencadeou uma série de reações, principalmente no âmbito do

¹⁴⁵ <https://www.emro.who.int/afg/afghanistan-news/a-working-life-well-spent-22-years-as-a-polio-eradicator-in-afghanistan.html?format=html>

¹⁴⁶ <https://www.emro.who.int/afg/afghanistan-news/afghanistan-vaccinates-536-million-children-against-measles-and-61-million-children-against-polio-in-a-nationwide-campaign.html>

¹⁴⁷ [Guterres convoca reunião em Doha para discutir questões do Afeganistão | ONU News](#)

¹⁴⁸ [Comunidade internacional apreensiva com retorno da estabilidade no Afeganistão | ONU News](#)

¹⁴⁹ [Negociações da ONU no Catar buscam pressionar talibãs sobre direitos das mulheres \(thenationalnews.com\)](#)

Conselho de Segurança das Nações Unidas.¹⁵⁰ A ONU ressaltou sua condenação inequívoca da medida no início de abril, observando que ela viola o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas. Todos os funcionários da organização foram instruídos a não se apresentar ao escritório, exceto para tarefas críticas.

O organismo mundial, que está realizando uma revisão operacional, disse que enfrenta uma "escolha terrível" sobre manter ou não seus esforços humanitários no país do sul da Ásia. "Reverter todas as medidas que restringem os direitos das mulheres ao trabalho é fundamental para alcançar os milhões de pessoas no Afeganistão que precisam de assistência humanitária. Os afegãos precisam urgentemente de ajuda de emergência", complementou Guterres. A Missão de Assistência da ONU no país, *Unama*, também não poderá cumprir seu mandato humanitário até que a proibição termine.

Os Talibã reagiram. "Qualquer reunião sem a participação de representantes da AIE (Emirado Islâmico do Afeganistão) é improdutiva e até às vezes contraproducente", disse Suhail Shaheen, chefe do escritório político do Talibã em Doha. "Como uma decisão tomada nessas reuniões pode ser aceitável ou implementada enquanto não fazemos parte do processo? É discriminatório e injustificado." O Chefe da ONU diz que está aberto a se reunir com Talibã.¹⁵¹

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Organização para Cooperação de Xangai se movimenta para assumir papel mais globalizado como alternativa multilateral para os países não europeus - desdolarização

Neste início de maio, em Goa, Índia,¹⁵² os ministros de Relações Exteriores dos Estados membros da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) realizaram reunião ministerial cuja agenda se concentrou nos preparativos para a próxima reunião do Conselho de Chefes de Estado, na coordenação dos projetos de documentos a serem adotados na cúpula, admissão do Irã e da Bielorrússia à OCX como estados membros, e concessão de status de parceiro de diálogo a mais quatro países. Os participantes também trocaram pontos de vista sobre questões regionais e internacionais urgentes.

Mas o foco dos trabalhos esteve na expansão da organização, como destacou o Secretário Geral, Zhang Ming, em seu [discurso de abertura](#): "estamos expandindo a Organização de forma constante e consistente com o apoio dos Estados membros. Fizemos progressos substanciais ao interagir com a ONU e suas agências especializadas, bem como organizações

¹⁵⁰ Em final de abril, o [Conselho de Segurança da ONU](#) aprovou por unanimidade uma resolução exigindo que o Talibã "reverta rapidamente" todas as restrições que violam os direitos das mulheres e meninas no Afeganistão. De acordo com o texto, a restrição "irá impactar negativa e severamente" as operações de ajuda das Nações Unidas em todo o país, "incluindo a prestação de assistência vital e serviços básicos aos mais vulneráveis". O organismo mundial alertou que a proibição poderia paralisar as entregas de ajuda desesperadamente necessárias e poderia levar a ONU a deixar o país. A resolução, elaborada pelos Emirados Árabes Unidos e pelo Japão, foi copatrocinada por 92 Estados, incluindo 28 Estados-membros da Organização de Cooperação Islâmica.

¹⁵¹ [Talibãs alertam ONU sobre exclusão das negociações no Afeganistão \(thenationalnews.com\)](#)

¹⁵² Atual presidente da OCX. Índia também é presidente do G20. Nova Deli, que vem atuando no cenário internacional contemporâneo como uma forte candidata ao papel de protagonista no jogo das grandes potências do século XXI. Além do mais, o país também assumiu a presidência da Cúpula de Líderes do G20 neste ano. <https://sputniknewsbrasil.com.br/20230424/o-nascimento-de-um-novo-ciclo-como-a-india-tem-marcado-seu-lugar-entre-as-grandes-potencias-28568976.html>

regionais.” A expansão foi uma decisão relevante adotada na [Cúpula de Samarkanda](#), Uzbequistão, em setembro de 2022.

Durante a reunião de ministros, o Irã e a Bielorrússia foram aprovados como Estados-membros. Também foram [assinados memorandos](#) de entendimento para concessão de status de parceiros de diálogos da OCX ao Kuwait, Maldivas, Myanmar, Emirados Árabes, o que vai abrir novas oportunidades para os países. De acordo com os memorandos, os países planejam interagir com a OCX nas esferas de segurança e estabilidade regional, comércio e investimento, energia, TI, agricultura, transporte e comunicações, cultura, ciência e tecnologia, educação, saúde e turismo. Além disso, *o status de parceiro de diálogo da SCO permite que os países envolvidos participem de eventos intra-OCX especializados a convite dos estados membros.*

A [Declaração dos Ministros de Negócios e Relações Exteriores](#) observa o importante papel do comércio internacional no renascimento, crescimento e prosperidade das economias regionais. Considera que um sistema de comércio multilateral sólido e estável é indispensável para estimular o comércio e o desenvolvimento sustentável na região da OCX. Recomenda que os princípios do comércio multilateral representados pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para estimular o desenvolvimento de uma economia internacional aberta. Mas também apoia o movimento para reformar a OMC para melhorar suas principais funções, inclusive por meio da restauração prioritária do mecanismo de resolução de disputas de dois níveis e da adaptação da OMC às atuais realidades econômicas e comerciais.”

Atualmente, a organização é composta por oito membros permanentes: China, Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Paquistão, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão; e nove parceiros de diálogo: Armênia, Azerbaijão, Camboja, Nepal, Sri Lanka, Turquia, Egito, Catar e Arábia Saudita.

Robinder Sachdev¹⁵³, analista de diplomacia geopolítica e econômica, [observou que](#) a adesão do Irã à OCX é “uma boa oportunidade para o Irã combater a [pressão ocidental](#), evitar o isolamento e se envolver com seus parceiros regionais”, que não só beneficiará o país mas também os outros Estados-membros. Essa é uma mudança da diplomacia externa que o [Irã vem implantando](#): retomada de relações com Arábia Saudita e se prepara para fazer parte dos BRICS.

Aliás, o número de países que desejam aderir ao BRICS e à OCX aumentou e agora são mais de 20. Trata-se de países que desempenham um papel significativo em suas regiões – Egito, Turquia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Indonésia, Argentina, México e vários países africanos.

Segundo Sachdev, a **organização tem tudo para se transformar em uma organização global** se quer causar um impacto significativo em todo o mundo. As normas e práticas da OCX devem ser equitativas, democráticas e baseadas na [realidade do século XXI](#) - desdolarização.

E é exatamente isso que a OCX e seus membros vêm buscando. Movimento iniciado em 2022, durante a Cúpula de Líderes da SCO, de Samarkanda, quando os países membros estabeleceram um roteiro para o aumento gradual da participação das [moedas nacionais nas liquidações mútuas](#) dos Estados da OCX. Foi um passo importante, uma vez que alguns países sofrem sanções e estão fora do sistema internacional financeiro (SWIFT). Saiba mais em [Cadernos CRIS Informe 18-2022, p.201](#). Conformando o primeiro passo para a desdolarização.

Sachdev vai além e diz que "a OCX tem a oportunidade histórica de se tornar a mini Nações Unidas moderna e ideal da Ásia, África e América Latina. Essa OCX globalizada pode ter

¹⁵³ Analista de diplomacia geopolítica e econômica e presidente fundador do Instituto Imagindia.

como membros nações **não europeias e não norte-americanas**, com portas posteriormente abertas para a adesão de nações ocidentais." O analista geopolítico sugeriu que a organização pode criar seu próprio **Conselho de Segurança e Assembleia Geral**, e até mesmo manter uma **força de manutenção da paz**, se tornando assim um modelo de mini-ONU, que poderia colaborar e auxiliar a ONU a enfrentar os desafios globais.¹⁵⁴

Esse papel de manutenção de paz é uma das características principais dessa organização intergovernamental, que completa 22 anos este ano: o diálogo como ferramenta para resolução pacífica de disputas territoriais e de conflitos. Derivada do grupo dos "Cinco de Xangai"¹⁵⁵, que se reuniu em 1996, em Xangai, para estabelecer diálogo e fomento à resolução pacífica de conflitos, a OCX fundada em 2001 pelos Cinco e pelo Uzbequistão e tinha o objetivo de ser uma ferramenta de diálogo para resolução dos "três males" que ameaçavam seus territórios: terrorismo, separatismo e extremismo religioso. Em 2017, a Índia e o Paquistão passaram a integrar o bloco.

Desdolarização no caminho da OCX e BRICS

Em fevereiro do ano passado, com o congelamento, confisco e roubo das reservas estrangeiras russas, o Sul Global – praticamente como um todo – começou a se perguntar da América Latina à África e ao Sudeste Asiático: "se eles podem fazer isso com uma superpotência nuclear, eles podem fazer isso com qualquer um de nós estalando os dedos". E por isso a coordenação dentro dessas organizações multilaterais e em outros fóruns ganhou velocidade astronômica", explica o analista geopolítico e jornalista veterano, **Pepe Escobar**,¹⁵⁶ **ao chamar a atenção para a velocidade do movimento de desdolarização.**

De fato há um crescente descontentamento global com o "capitalismo de cassino" dos EUA, como chamou Escobar, as pressões financeiras e sanções americanas. Há um número crescente de países do Sul Global fazendo as contas e concluindo que o **dólar não era uma aposta a seguir**. Isso ficou claro no âmbito da Organização para Cooperação de Xangai e na viagem do presidente do Brasil, **Luiz Inácio Lula da Silva**, à China em abril, quando em seu discurso o mandatário brasileiro [questionou o uso do dólar em transações](#) comerciais, defendeu a criação de uma moeda dos BRICS e indagou "por que não podemos fazer o nosso comércio lastreado na nossa moeda? Quem é que decidiu que era o dólar?"

No caso do Sul Global, um dos objetivos fundamentais (da desdolarização) é acabar com o 'complexo de Messias' do FMI e do Banco Mundial, que criam condicionalidades", [diz o economista Maurício Metri](#). No entanto, a desdolarização envolve muito mais do que economia, ela tem a ver também com disputas de poder.¹⁵⁷

O belicismo americano¹⁵⁸ e o poder dos mercados não fazem bem à ninguém e já não estão intimidando os países do Sul Global como antes.¹⁵⁹ Como [comenta o cientista político e](#)

¹⁵⁴ <https://sputniknewsbrasil.com.br/20230505/especialista-revela-como-pode-ser-formada-nova-onu-da-america-latina-asia-e-africa-28719617.html>

¹⁵⁵ China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão

¹⁵⁶ <https://sputniknewsbrasil.com.br/20230503/desdolarizacao-avanca-por-insatisfacao-global-com-capitalismo-de-cassino-dos-eua-diz-pepe-escobar-28697628.html>

¹⁵⁷ <https://www.headline.com.br/curtas/por-que-a-desdolarizacao-interessa-ao-sul-global-f270b72e>

¹⁵⁸ [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 10-2022, p 141.](#)

¹⁵⁹ Como [comenta o cientista político e diretor da revista Le Panafricain, Abdou Karim Diakhate](#), está ficando cada vez mais difícil para Washington encontrar seu lugar na África enquanto os países do continente **firmam parcerias com Moscou e Pequim**; por exemplo o ministro da Defesa sul-africano

[diretor da revista Le Panafricain, Abdou Karim Diakhate](#), por exemplo, está ficando cada vez mais difícil para Washington encontrar seu lugar na África enquanto os países do continente **firmam parcerias com Moscou e Pequim** - o ministro da Defesa sul-africano **denunciou a "pressão injustificada" de Washington** para forçar o país a cortar relações com a Rússia.¹ Ver mais em [Cadernos CRIS Informe 5-2023, p. 164](#).

Como escreveu Valdir Bezerra¹⁶⁰ em artigo sobre o caráter anti-hegemônico dos BRICS e sobre o movimento de solicitação de adesão ao bloco de vários países do Sul Global: "o que deu errado foi a tentativa americana de imposição de seu modelo democrático liberal pela força em regiões no Norte da África, Oriente Médio, Ásia Central e outros, e a presunção de que os valores ocidentais seriam 'universais' e, portanto, deveriam ser aceitos sem resistência pelo resto do globo, o que obviamente ignora as especificidades de diferentes civilizações".¹⁶¹

O Sul Global começa a traçar seu próprio caminho, defender seus interesses e se prepara para definir agenda no debate internacional.

O Banco do BRICS (NBD) já atraiu quatro novos membros: Bangladesh, Egito, Emirados Árabes Unidos e Uruguai. Vários outros estão em vias de adesão. "O Novo Banco de Desenvolvimento **reúne todas as condições para se tornar o grande banco do Sul Global, destacou o presidente brasileiro**".¹⁶²

Considerações finais

Nos anos recentes, tem-se observado que sanções, condenações ou ações de isolamento tomadas contra líderes ou Estados autoritários têm mais prejudicado a população dos países alvos do que conseguido reverter uma decisão autoritária. Um exemplo é a Síria, que após mais de 10 anos de isolamento e sanções, vive crises humanitárias sem precedentes – agora, os Estados do Golfo discutem a retomada de relações com Damasco para minimizar a crise.

Será que realizar essa reunião em Doha sem a presença dos envolvidos foi uma decisão acertada? Desde que o Talibã assumiu o Afeganistão, os países vizinhos e da região, da Ásia Sul e Central realizaram várias cúpulas para discutir o futuro e sobre como lidar com os talibãs, com a presença deles, mesmo que não em todas as mesas de debates. Nenhum desses países reconhece o governo interino talibã como governo oficial, mas mantêm ajuda, relações comerciais, efetuam capacitações, investem em infraestrutura, entre outras, visando estabilidade. Já relatamos nesses cadernos várias dessas reuniões e os progressos realizados.

No pós Talibã, a suspensão de sanções – impostas no início - e o envio de ajuda humanitária diminuiu a crise. O Afeganistão se tornou mais estável, há menos violência, menos pessoas precisam fugir de suas casas e o Talibã está fazendo algum progresso no combate à

denunciou a "pressão injustificada" de Washington para forçar o país a cortar relações com a Rússia.¹⁵⁹ Ver mais em [Cadernos CRIS Informe 5-2023, p. 164](#)

¹⁶⁰ Mestre em relações internacionais pela Universidade Estatal de São Petersburgo e membro do Grupo de Estudos sobre Ásia (Geasia) do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (Nupri-USP) e do Grupo de Estudos sobre os BRICS da Universidade de São Paulo (Gebrics/USP). Em

¹⁶¹ <https://sputniknewsbrasil.com.br/20221104/aproximacao-com-paises-do-sul-global-reforca-carater-anti-hegemonico-do-brics-diz-especialista-25759098.html>

¹⁶² <https://sputniknewsbrasil.com.br/20230413/lula-novo-banco-de-desenvolvimento-esta-a-caminho-de-se-tornar-o-grande-banco-do-sul-global-28420140.html>

corrupção e ao tráfico de armas e narcóticos.¹⁶³ No entanto, a insistência do Talibã em impor mais restrições às mulheres e limitar outros direitos e liberdades fundamentais provocou uma reação compreensível. Algumas autoridades ocidentais estão cada vez menos dispostas a aceitar o tipo de engajamento que ajudou a fornecer assistência salva-vidas no ano passado. Eles querem bloquear a ajuda ao desenvolvimento, endurecer as sanções e isolar ainda mais o Afeganistão.¹⁶⁴

“Ameaçar ou isolar ainda mais o Talibã não é uma abordagem pragmática para países que buscam aliviar a crise humanitária do Afeganistão ou aliviar as restrições a mulheres e meninas”, disse Hina Rabbani Khar, ministra das Relações Exteriores do Paquistão, que participou da reunião em Doha.¹⁶⁵ Daniel Forti, analista sênior do Crisis Group¹⁶⁶, disse que a reunião de Doha “conseguiu ofender não apenas o Talibã, que está irritado por ser excluído, mas também civis afegãos dentro e fora do país, que acham que suas opiniões estão sendo ignoradas pela ONU”.¹⁶⁷

Em seu [relatório nº 329](#), de setembro de 2022, o Crisis Group analisa as restrições do Talibã aos direitos das mulheres que aprofundam a crise no Afeganistão. Aponta que o líder talibã, Hibatullah Akhundzada, parece insistir nessas medidas por convicção pessoal e para afirmar sua autoridade sobre o movimento e o país. Nem suas visões ideológicas nem sua busca pelo poder mudarão no curto prazo, apesar das reações justificadamente horrorizadas de todo o mundo. De acordo com o relatório, não existem boas opções para proteger os direitos das mulheres e meninas e ajudar milhões de pessoas que sofrem sob o domínio do Talibã. Pelo menos no curto prazo.

Embora o desgosto internacional com as políticas do Talibã seja mais do que compreensível, a reação ocidental contra eles pode ser igualmente prejudicial para os afegãos – particularmente as mulheres, que são desproporcionalmente afetadas pela crise. Reações automáticas, como cortar orçamentos de ajuda, estender sanções e infligir outras punições, teriam efeitos devastadores sobre os afegãos comuns.

“A culpa por essa realidade recai diretamente sobre os ombros do Talibã. Ainda assim, os governos ocidentais compartilham parte da responsabilidade pela crise: a infraestrutura do país continua quebrada por décadas de guerra da qual participaram; as colheitas dos agricultores estão falhando em parte por causa da mudança climática gerada desproporcionalmente pelo Ocidente; e parte da disfunção da economia afegã decorre do isolamento ocidental e da apreensão dos ativos estatais afegãos depositados no exterior. Deixando de lado a questão de quem criou a crise, as mulheres, as minorias e os pobres estão sofrendo suas piores consequências. Retirar-se do Afeganistão em nome dos direitos das mulheres quando tal movimento piorará a situação delas é uma contradição em termos.”

¹⁶³ [Deixe o Afeganistão se reconstruir: goste ou não, doadores devem trabalhar com o Talibã na recuperação econômica \(foreignaffairs.com\)](#)

¹⁶⁴ <https://www.crisisgroup.org/asia/south-asia/afghanistan/it-or-not-donors-must-work-taliban-economic-recovery>

¹⁶⁵ [Talibãs alertam ONU sobre exclusão das negociações no Afeganistão \(thenationalnews.com\)](#)

¹⁶⁶ Organização que analisa atores de conflitos, compartilha informações e propõe ações inteligentes para contribuir para a paz..

¹⁶⁷ [Talibãs alertam ONU sobre exclusão das negociações no Afeganistão \(thenationalnews.com\)](#)

Globalização, Emergências e Re-emergências

André Costa Lobato

A emergência sanitária de Covid-19 durou três anos, três meses e seis dias. A emergência foi decretada pela Organização Mundial de Saúde em 30 de janeiro de 2020, um mês após a o anúncio de que um surto de pneumonia de origem desconhecida foi identificado em Wuhan, nodo central no transporte ferroviário do país que se preparava para as viagens do Ano Novo Chinês. A globalização já apresentava sinais de elevação de temperatura e o crescimento econômico demonstrava falta de fôlego, mas também se via a emergência benéfica dos países em desenvolvimento e sua constante busca por soberania. Nesse sentido, a globalização já estava em “Pandemia, ou ao menos no sentido etimológico da palavra, de “povo inteiro”.

Assim, o mundo inteiro atravessa um período de mudança e muitos atribuem essa mudança à re-emergência da China após um longo período de protagonismo norte-atlântico.

O que mudou no mundo devido a essa emergência sanitária? Ela teve efeito na ordem internacional? Qual? E como a ordem internacional definiu a Pandemia?

Uma visita aos quase sessenta informes produzidos sobre a China indica que a Pandemia:

O protagonismo Chinês em nosso “vilarejo global”

No começo da pandemia foi lançado um livro por intelectuais europeus chamado “Sopa de Wuhan”. A obra fazia referência ao boato de que a pandemia começara com uma sopa de morcegos. Uma visão eurocêntrica, preconceituosa e cientificamente desinformada que exibiu a necessidade de se aprofundar os conhecimentos sobre a República Popular da China e a civilização chinesa em geral. A China virou uma espécie de assunto obrigatório. ‘Falem mal ou falem bem, mas não deixem de falar da China’ virou um novo normal da esfera pública global. Cresce a participação do renminbi como moeda internacional e a participação de Pequim em temas de paz e segurança, notadamente no Oriente Médio. No caso da Pandemia, a China exportou suas vacinas quase em paridade com seu consumo interno durante o primeiro ano e meio da crise sanitária – e exportou também capacidade produtiva colaborando com a produção local em países em desenvolvimento. Seu crescimento econômico é novamente visto como a tábua de salvação da economia global, e sua reabertura durante o ano novo passado foi acompanhada com grande ansiedade.

A estratégia anti-desenvolvimentista de relações exteriores da Casa Branca se maximiza.

A Casa Branca já reforçava militar e comercialmente seu enfrentamento ao desenvolvimento chinês antes da Pandemia. Durante o período de crise sanitária global, os movimentos foram intensificados. O período de quatro décadas iniciado por Nixon e Mao, e epitomado nos produtos da Apple “Desenhado na Califórnia, produzido na China”, parece ter terminado. Um grande empreendimento informacional está em curso com o objetivo de macular o país, além de criar justificativas para uma futura guerra. Notadamente, a busca por responsabilizar a China pela Pandemia, a incitação ao movimento separatista da Taiwan e uma série de acusações no campo dos direitos humanos. Teria a pandemia desacelerado, acelerado ou mudado o rumo de alguma dessas questões?

O protagonismo da alta ciência, das organizações de base e da liderança política

Já havia um apelo para a reorganização dos movimentos de base do partido comunista da China antes da Pandemia. E já havia um crescente investimento na área de biotecnologia médica, com avanços trazidos por especialistas que retornaram de grandes universidades de países desenvolvidos. A produção de equipamentos médicos também crescia. Assim, as recomendações das autoridades sanitárias chinesas para o enfrentamento do vírus, mostraram-se corretas, como no caso do uso de máscaras, e foi a vacina de primeira geração (vírus inativado) que garantiu a primeira camada de proteção para os profissionais de saúde do mundo em desenvolvimento. Em relação às organizações de base, elas ganharam um novo protagonismo organizando os limites sanitários das quarentenas e mantendo a vigilância nos territórios, e entregando comida e fazendo trabalho social. Houve também reação popular contra as medidas sanitárias, muitas vezes implementadas de maneira radical por autoridades locais temerosas de serem responsabilizadas por um novo surto.

- Em paralelo à pandemia outros importantes eventos mantiverem seu curso.
- A exploração espacial chinesa entrou em uma nova fase: Uma estação espacial e exitosas missões não-tripuladas no lado escuro da Lua e em Marte
- Plano de zero emissões até 2060 foi anunciado
- Código Civil publicado, o primeiro do país
- Avanços expressivos em comunicação quântica e em computadores quânticos
- Lançamento da primeira moeda digital emitida por um Banco Central
- Olimpíadas realizadas, Pequim passou a ser a primeira cidade a sediar os jogos de inverno e verão

Essas são então algumas reflexões que faço dada a importância da efeméride. De fato, a pandemia já não era mais uma emergência nem na China nem em nenhum outro lugar. Em Pequim e em várias cidades se vê cada menos pessoas com máscaras na rua.

Acredito que para nós do Observatório isso implicará em profundas reflexões sobre nosso aprendizado em monitorar e pensar sobre a diplomacia da saúde nessa globalização que segue com desafios para todos.

O fim da emergência nos EUA

Acompanhando a onda dos anúncios dos governos de declarar o fim da fase de emergência da pandemia da Covid ira afetar a condição de acesso aos serviços daquelas populações em situação de vulnerabilidade e que pelo período de emergência tiveram acesso a vários recursos que não estão disponíveis em tempos normais e com implicações importantes. Algumas dessas implicações são:

- **Maior acesso à saúde:** O fim da declaração de emergência significará que o governo federal não poderá mais renunciar a certas regulamentações, como as relacionadas ao Medicaid e ao Medicare. Isso poderia levar a um menor acesso aos cuidados de saúde para algumas pessoas, particularmente aquelas que não têm seguro ou não têm seguro. Por exemplo, a declaração de emergência permitiu que os estados expandissem a elegibilidade do Medicaid, o que resultou em milhões de pessoas ganhando seguro de saúde. Sem a declaração de emergência os estados podem ser menos propensos a expandir a elegibilidade do Medicaid, o que pode levar a que mais pessoas fiquem sem seguro.

- **Aumento do financiamento para programas de saúde pública:** O fim da declaração de emergência levará a uma diminuição do financiamento para programas de saúde pública, o que poderia prejudicar os resultados de saúde para todos os americanos. Por exemplo, a declaração de emergência permitiu que o governo federal fornecesse financiamento adicional para testes de COVID-19, rastreamento de contatos e distribuição de vacinas. Sem a declaração de emergência é possível que o financiamento para esses programas diminua, o que pode dificultar a prevenção e o controle de futuros surtos.

- **Diminuição da testagem e do rastreio de contactos:** O fim da declaração de emergência pode levar a uma diminuição dos testes e do rastreio de contactos, o que pode dificultar a identificação e a contenção de futuros surtos. Por exemplo, a declaração de emergência permitiu que o governo federal fornecesse financiamento adicional para testes de COVID-19 e rastreamento de contatos. Se a declaração de emergência não for renovada, é possível que o financiamento para esses programas diminua, o que pode dificultar a prevenção e o controle de futuros surtos.

- **Aumento do custo dos cuidados de saúde:** O fim da declaração de emergência pode levar a um aumento do custo dos cuidados de saúde, uma vez que as companhias de seguros já não são obrigadas a cobrir certos custos que foram cobertos durante a declaração de emergência. Isso poderia impactar desproporcionalmente as comunidades de baixa renda e minorias, que já são mais propensas a não ter seguro ou subsegurar. Por exemplo, a declaração de emergência permitiu que as seguradoras renunciassem a certos requisitos de compartilhamento de custos para testes e tratamento da COVID-19. Se a declaração de emergência não for renovada, é possível que as seguradoras consigam restabelecer esses requisitos de compartilhamento de custos, o que pode tornar mais caro para as pessoas fazerem testes e se tratarem para a Covid-19.

No geral, o fim da declaração de emergência COVID-19 é uma questão complexa com implicações para a equidade em saúde.

Mudanças na liderança do US CDC

A Dra Rochelle Walensky, que liderou os Centros de Controle e Prevenção de Doenças dos EUA durante algumas das fases mais sombrias da pandemia de COVID-19, anunciou que deixará a agência no final de junho.

O presidente Joe Biden nomeou a especialista em doenças infecciosas, Dra Walensky, para chefiar a agência líder da inteligência epidêmica dos EUA e também em certos aspectos da saúde global. O CDC teve problemas ao início da Pandemia da Covid 19 e foi deixada de lado e mal administrada durante o primeiro ano da pandemia. A Dra Walensky conduziu a agência recuperando seu papel de liderança incluindo o lançamento de vacinas COVID-19 e as mudanças subsequentes nas recomendações do CDC sobre máscara, quarentena e outras medidas de controle de infecção. Sob sua vigilância, a agência também coordenou a resposta dos EUA ao surto global de mpox e um surto de ebola em Uganda.

Sua decisão se tornou pública no mesmo dia em que a Organização Mundial da Saúde anunciou o fim da designação de emergência sanitária global para a Covid-19.

"A Dra. Walensky salvou vidas com seu foco firme e inabalável na saúde de todos os americanos", disse Biden em um comunicado. Ref: doi: <https://doi.org/10.1038/d41586-023-01567-z>

Uma de suas realizações mais importantes é o lançamento de vacinas COVID-19, diz Lawrence Gostin, especialista em direito e política de saúde da Universidade de Georgetown, em Washington DC. De acordo com dados do CDC, mais de 80% da população dos EUA recebeu pelo menos uma dose da vacina, apesar da politização da pandemia e da disseminação de desinformação sobre a eficácia e os efeitos colaterais das vacinas.

Sua decisão se tornou pública no mesmo dia em que a Organização Mundial da Saúde anunciou o fim da designação de emergência sanitária global para a Covid-19. A emergência de saúde pública dos EUA termina em 11 de maio.

O CDC terá uma série de desafios após a renúncia de Walensky, como continuar a lidar com a pandemia de COVID-19, que ainda está em andamento, e o surto de varíola dos macacos, que está se espalhando rapidamente. O CDC também está enfrentando uma série de outros desafios, incluindo o aumento de outras doenças infecciosas, a epidemia de opioides e a epidemia de obesidade.

A Agência de Inteligência Epidêmica também enfrenta uma série de desafios políticos. Ela foi criticada por democratas e republicanos por sua gestão da pandemia de COVID-19. O CDC também enfrenta cortes orçamentários, o que pode tornar mais difícil para a agência fazer seu trabalho.

Apesar desses desafios, o CDC ainda é uma importante agência de saúde pública. A agência tem uma longa história de proteção do povo americano e de outros países contra ameaças à saúde pública, além de ser um líder em pesquisa e educação em saúde pública. É importante apoiar o CDC e garantir que a agência tenha os recursos necessários para fazer seu trabalho.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Ana Carol Aldapi Vaquera - Graduação em Ciências Políticas, UCB - Universidad Católica Boliviana; Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, UFPB

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais; Especialista em Divulgação e Popularização da Ciência; Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Costa Lobato- Mestre em Mídias Globais e Comunicações; Doutorando, UFRJ; Membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, Mestre em Epidemiologia, Doutor em Medicina Preventiva; Coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social; Membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU; Pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo; Mestre em Biologia, Moldova State University; Assessor e pesquisador sênior, Cris/Fiocruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química; Mestre em Gestão e Políticas de Saúde, FGV RJ; Membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em Saúde Pública; Doutora em Química ambiental

Deisy Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em Saúde Pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup – Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutoranda em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz.

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, graduada em Direito e em Comércio Exterior, especialista em Gestão de Organizações de C&T e mestre em Direito Internacional – UERJ

Felix Rosenberg - Médico veterinário; Mestre em Ciências médicas; Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz; Secretário Executivo da RINSP/CPLP; Coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais, Universidade Estácio de Sá; Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Júlia Moraes - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Juliana Ubarana – Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada; Pós-graduada em Relações Internacionais; Mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina; Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente social; Mestre em Serviço Social; Doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais; Mestre em Saúde Pública; Doutoranda em Saúde Pública; Pesquisadora do CRIS Fiocruz

Lúcia Marques – Graduação em Jornalismo; mestre em Saúde Pública; Analista de gestão em saúde pública e assessora do Programa Fiocruz Antártida, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em Saúde Pública; Doutor em Saúde Coletiva; Professor adjunto, Universidade Georgetown, EUA; Pesquisador Sênior, Cris/Fiocruz

Luís Eugenio de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA; Presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Morais – Graduação em Enfermagem e História; Mestra em Educação; Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora Mendes Gomes – Pediatra; Doutora em Ciências; Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Christina Nobre – Graduação em Direito; Assessora Técnica da Diretoria de Vigilância Sanitária e Ambiental, Secretaria da Saúde da Bahia

Maria Teresa Rossetti Massari – Graduação em Enfermagem; Mestre em Saúde da Mulher e da Criança; Coordenadora da área Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Miryam Minayo - Doutora em Direito e Relações Internacionais; Assessora e pesquisadora, CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Bacharel em Ciência Política, UNIRIO; Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, PUC-RJ

Patrícia Lewis Carpio – Graduação em Psicologia; Mestre em Ciências, USP; Pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas, INI Fiocruz; Coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política; Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-RJ

Paulo Marchiori Buss – Médico; Doutor em Ciências; Professor Emérito da Fiocruz; Coordenador do Cris/Fiocruz; Membro Titular da Academia Nacional de Medicina; Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional; Especialista em Saúde Pública; Coordenador adjunto, CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Rafaela Venturella De Negri - Graduação em jornalismo, UFRGS; Mestre em International Security and Development, Jagiellonian University; Co-coordenadora do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social e do Observativa

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Professor Sênior do Instituto Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP Baixada Santista; Membro da Frente Ampla em Defesa da Saúde de Trabalhadores e Trabalhadoras

Regina Ungerer – Médica; Doutora em Ciências; Membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Samia de Brito - Graduação em Relações Internacionais; Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz MG

Santiago Alcázar – Bacharel em Filosofia; diplomata de carreira do serviço exterior brasileiro

Sebastián Tobar – Sociólogo; Doutor em Saúde Pública; Assessor de cooperação e pesquisador, CRIS Fiocruz; Assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais; Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista; Mestre em Ciências Econômicas e em Saúde Pública; membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - Graduado em Relações Internacionais; bolsista da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **65** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2023

17 de maio - *Desenvolvimento sustentável e Saúde na América Latina e Caribe*

31 de maio – *Saúde Única na fronteira sul do Brasil*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 07/2023

Período de 27 de abril a 8 de maio de 2023

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, PEDRO BURGER e ERICA KASTRUP

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

181 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.